







**Universidade do Minho**

Escola de Direito

Joana Cristina Ferreira Oliveira

**Da responsabilidade dos cônjuges  
por dívidas fiscais.**

Dissertação de Mestrado  
em Direito Tributário

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Marco Filipe Carvalho Gonçalves**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial**

**CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Quando concluímos uma etapa ou alcançamos uma meta, devemos sempre fazer uma retrospectiva do caminho que percorremos e lembrar todos aqueles que nos ajudaram a chegar lá. Esta dissertação, embora seja um trabalho meu, só se concretizou porque houve um conjunto de pessoas que fizeram parte do caminho e contribuíram de várias formas para que ela acontecesse. Assim, tenho de dizer que me sentirei sempre grata pelo contributo que cada um deu.

Ao meu orientador, Senhor Professor Doutor Marco Gonçalves, tenho de agradecer todas as sugestões, críticas e correções, que muito contribuíram para melhorar este trabalho, assim como o apoio e incentivo.

À (minha) Escola de Direito da Universidade do Minho e a todas as pessoas que fazem parte dela, tenho de agradecer o facto de me ter sentido em casa durante todos os dias deste caminho e de dizer que me sinto muito feliz por isso.

Aos meus pais, à minha irmã, aos meus tios e aos meus primos, tenho de agradecer o amor incondicional, o suporte em todos os momentos e o facto de acreditarem tanto em mim. Eles serão sempre a minha raiz, a minha base e a minha maior fonte de vida e de energia.

Às minhas amigas de Direito, tenho de agradecer o facto de terem sido as melhores companheiras que poderia ter desejado para percorrer este caminho. Estarei sempre grata por toda a amizade, por todas as partilhas, por todas as conversas, por todos os projetos em que embarcamos juntas e por todos os momentos. Esta passagem foi infinitamente mais bonita, mais completa e mais fácil graças a elas.

Aos meus amigos de sempre, e são de sempre porque já perdi a conta aos anos de amizade, tenho de agradecer a presença em todos os momentos, a amizade, o apoio constante e o facto de acreditarem tanto em mim. É muito bom perceber que crescemos juntos e vamos partilhando as etapas da vida uns com os outros. Lembrar-me-ei sempre de todas as vezes em que eles me fizeram sorrir, passear, conversar e entrar noutros mundos para além do Direito. Isso tornou este caminho ainda mais bonito e mais leve.

À minha patrona, tenho de agradecer a amizade, as conversas, as partilhas, os ensinamentos, o apoio e o incentivo. Ela deu-me tempo e espaço para que esta dissertação se realizasse e estou muito grata por isso.

À Vida e a Deus, porque este percurso foi ainda mais bonito, mais completo, mais feliz e mais enriquecedor do que eu poderia ter imaginado.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu pai, que foi sempre o primeiro e maior incentivador de todo o meu percurso escolar e académico.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema central a responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais.

Este trabalho principia por estudar o regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas, estabelecido no Código Civil, uma vez que é necessário recorrer a esse regime para poder analisar a responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais. Tendo em conta esse regime, e pensando a sua aplicação às dívidas fiscais, percebe-se que as situações em que um dos cônjuges poderá ser responsabilizado por dívidas do outro – e, por consequência, poderá ter de responder com bens seus por essas dívidas – são ainda bastante amplas. Pensamos aqui, especificamente, nas dívidas decorrentes do exercício do comércio por um dos cônjuges, dívidas pelas quais ambos os cônjuges serão responsáveis, a menos que o regime de bens do casamento seja o da separação de bens ou se consiga ilidir a presunção de proveito comum. Considerando que a realidade social e económica das famílias sofreu uma grande evolução nas últimas décadas, sobretudo devido à crescente igualdade e independência financeira dos cônjuges, parece-nos importante refletir sobre a atualidade e o fundamento do regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas. Esta reflexão será sempre realizada na perspetiva das dívidas fiscais, que é o campo onde consideramos que se podem suscitar mais dúvidas e uma maior preocupação por parte da sociedade, sobretudo tendo em conta os poderes e os especiais meios processuais e sancionatórios de que goza o credor tributário.

Para o estudo do regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas, procedemos a uma análise do instituto do casamento e dos regimes de bens do casamento. Realizamos ainda uma abordagem ao regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas nos ordenamentos jurídicos de Espanha, França, Itália e Alemanha. Na segunda parte desta dissertação, e para além de nos focarmos na responsabilidade dos cônjuges por dívidas dentro dos vários impostos em específico, dedicamo-nos ao estudo da relação jurídica tributária, dos sujeitos da relação jurídica tributária (especialmente o sujeito passivo) e da responsabilidade tributária. Versamos, por fim, sobre o processo de execução fiscal, algo que consideramos essencial quando se trata de estudar dívidas fiscais, assim como abordamos os aspetos da execução fiscal – e da execução comum – que dizem especificamente respeito à responsabilidade dos cônjuges por dívidas (tais como a obrigatoriedade de citação do cônjuge do executado ou as suas formas de reação).



## **ABSTRACT**

This dissertation has as its core subject matter spouses liability for tax debts.

This work starts by studying the regime of the spouses liability for debts, established in the Civil Code, as it is necessary to employ this regime in order to analyze both spouses' liability for tax debts. Bearing in mind this regime, and considering its application to tax debts, it is clear that the scenarios in which one spouse may be held liable for the other's debts - and as a result, may need to be liable for those debts - are still quite broad. Specifically, here we have in mind debts which arise in the course of trade by one of the spouses, debts which both spouses will be liable for, unless the matrimonial property regime is of separate property or the common good presumption is rebutted. Considering that families' social and economic reality has changed a great deal in recent decades, particularly due to the increasing equality and financial independence of both spouses, we think it is important to reflect on the currentness and reasoning behind spouses liability for debt. This reflection will be carried out from the perspective of tax debts, as we consider it to be the field which may raise the most questions as well as a greater concern on behalf of society, particularly when we have in mind the powers, special procedural means and sanctioning means the tax creditor enjoys.

To study the spouses liability for debt regime, we proceeded to analyse the institution of marriage along with the matrimonial regimes. We also tackle the spouses liability for debt regime under the legislative framework of countries such as Spain, France, Italy and Germany. In the second part of this dissertation, in addition to focusing on spouses liability for debts within several types of taxes, we focus on studying the tax legal relationship, the subjects of the tax legal relationship (especially the passive subject - the taxpayer) and tax liability. Lastly, we talk about the tax enforcement procedures, which we view as essential when examining tax debts, as well as, address several aspects of tax enforcement procedure - and civil procedure - which specifically concern spouses debt liability (such as the obligation to cite the spouse of the perpetrator or methods to exercise their rights).

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>iii</b>
<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>xii</b>
 <b>INTRODUÇÃO .....</b>	 <b>14</b>
 <b>CAPÍTULO I - O CASAMENTO E A RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS .....</b>	 <b>22</b>
1. O conceito de casamento e o casamento como gerador de efeitos patrimoniais.....	22
2. Os regimes de bens do casamento – traços essenciais .....	24
2.1. O regime de separação de bens .....	27
2.2. Os regimes de comunhão.....	28
2.2.1. O regime de comunhão geral de bens .....	29
2.2.2. O regime da comunhão de adquiridos .....	31
2.2.3. A comunhão conjugal – breves considerações.....	31
2.2.4. Bens próprios e bens comuns .....	33
2.2.4.1. Bens próprios .....	33
2.2.4.2. Bens comuns .....	37
3. O regime civilístico de responsabilidade por dívidas dos cônjuges.....	39
3.1. As dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges.....	41
3.1.1. Dívidas contraídas pelos dois cônjuges ou por um deles com o consentimento do outro.....	41
3.1.2. Dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges para ocorrer aos encargos normais da vida familiar .....	42
3.1.3. Dívidas contraídas na constância do matrimónio pelo cônjuge administrador e nos limites dos seus poderes de administração, em proveito comum do casal.....	44
3.1.4. Dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio.....	48
3.1.5. Dívidas que onerem doações, heranças ou legados, quando os seus bens tenham ingressado no património comum .....	63

3.1.6. Dívidas contraídas antes do casamento por qualquer dos cônjuges em proveito comum, quando vigore entre eles o regime da comunhão geral de bens .....	64
3.1.7. Dívidas que onerem bens comuns.....	65
3.1.8. Dívidas que, nos regimes de comunhão, onerem bens próprios, se a causa for a percepção dos rendimentos desses bens.....	65
3.2. Os bens que respondem pelas dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges ..	66
3.3. As dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges.....	69
3.3.1. Dívidas contraídas por um dos cônjuges sem o consentimento do outro .....	69
3.3.2. Dívidas que provenham de crimes ou outros factos imputáveis a um dos cônjuges .....	70
3.3.3. Dívidas que onerem bens próprios de qualquer dos cônjuges .....	71
3.3.4. Dívidas que onerem doações, heranças ou legados, quando os seus bens sejam próprios .....	72
3.4 Os bens que respondem pelas dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges .....	72
4. Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal – breves considerações .....	76
5. A responsabilidade por dívidas dos cônjuges nos ordenamentos jurídicos de Espanha, França, Itália e Alemanha – breve abordagem .....	78
5.1. O regime espanhol.....	78
5.2. O regime francês.....	82
5.3. O regime italiano.....	86
5.4. O regime alemão .....	88

## **Capítulo II – A responsabilidade por dívidas fiscais.....91**

1. A relação jurídica tributária .....	91
1.1. O conceito de relação jurídica tributária .....	91
1.2. Diferentes aceções de relação jurídica tributária .....	96
1.3. As características da relação jurídica tributária.....	98
1.4. A obrigação fiscal .....	106
2. A responsabilidade tributária .....	108
2.1. A personalidade tributária.....	108
2.2. O sujeito ativo da relação jurídica tributária.....	110
2.3. O sujeito passivo da relação jurídica tributária.....	113

2.3.1. O sujeito passivo direto, a pluralidade passiva tributária e solidariedade tributária .....	117
2.3.2. O sujeito passivo indireto e a responsabilidade tributária .....	120
2.4. A responsabilidade nos casos de substituição tributária e a responsabilidade dos gerentes e administradores – breve abordagem .....	129
3. As dívidas que podem responsabilizar ambos os cônjuges .....	133
3.1. Em sede de IRS .....	133
3.2. Em sede de IVA e IRC – dívidas provenientes do exercício do comércio de um dos cônjuges .....	151
3.3. Em sede de IVA e IRC – a reversão de dívidas da sociedade contra o(s) seu(s) gerentes e administradores e a comunicabilidade .....	165
3.4 Em sede de IMI .....	170
4. O processo de execução fiscal .....	173
4.1. Aspetos essenciais do processo de execução fiscal e reversão do processo de execução fiscal .....	173
4.2. A tramitação do processo de execução fiscal .....	183
4.2.1. A instauração da execução .....	183
4.2.2. A citação do executado .....	184
4.2.3. A reação do executado .....	185
4.2.3.1. Dedução de oposição .....	186
4.2.3.2. Requerimento da dação em pagamento .....	190
4.2.3.3. Solicitação do pagamento em prestações .....	191
4.2.4. A penhora .....	192
4.2.4.1. O ato de penhora: enquadramento .....	192
4.2.4.2 Bens suscetíveis de penhora e impenhorabilidades .....	194
4.2.4.3 Convocação de credores .....	196
4.2.4.4. Verificação e graduação de créditos .....	196
4.2.4.5. Venda dos bens penhorados .....	197
4.3. A execução fiscal e o cônjuge do executado .....	199
4.3.1. A situação especial do cônjuge do executado .....	202
4.3.2 Falta de citação do cônjuge e dos credores .....	205
4.3.3 Poderes processuais do cônjuge do executado .....	209

5. A penhora de bens comuns do casal em processo civil – breve referência.....	212
5.1. A penhora de bens comuns em execução movida apenas contra um dos cônjuges	212
5.2. O incidente de comunicabilidade da dívida .....	214
5.3. A penhora do salário e da casa de morada de família em específico – breves considerações críticas .....	217
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>223</b>
<b>LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>229</b>
<b>LISTA DE ACÓRDÃOS .....</b>	<b>235</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AIMI** – Adicional ao Imposto Municipal de Imóveis
- Al.** – alínea
- Art.** – artigo
- BMJ** – Boletim do Ministério da Justiça
- CC** – Código Civil
- CCom** – Código Comercial
- Cfr.** – conforme
- CIEC** – Código dos Impostos Especiais de Consumo
- CIMI** – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
- CIMT** – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- CIRS** – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- CPC** – Código de Processo Civil
- CPPT** – Código de Procedimento e de Processo Tributário
- CPT** – Código de Processo Tributário (de 1991)
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- CSC** – Código das Sociedades Comerciais
- DL** – Decreto-lei
- EIRL** – Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada
- IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- IRS** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- LGT** – Lei Geral Tributária
- P.** – página
- Proc.** - processo
- ROC** – Revisor Oficial de Contas
- Ss.** – seguintes
- STA** – Supremo Tribunal Administrativo
- STJ** – Supremo Tribunal de Justiça
- TC** – Tribunal Constitucional

**TCAN** – Tribunal Central Administrativo Norte

**TCAS** – Tribunal Central Administrativo Sul

**TOC** – Técnico Oficial de Contas

**TRC** – Tribunal da Relação de Coimbra

**TRG** – Tribunal da Relação de Guimarães

**TRL** – Tribunal da Relação de Lisboa

**TRP** – Tribunal da Relação do Porto

## INTRODUÇÃO

O Código Civil vem estabelecer que o casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família e que visa uma plena comunhão de vida, sendo uma fonte de relações jurídicas familiares (cfr. art. 1577º do CC). Assim, e como implica uma plena comunhão de vida, o casamento cria direitos e obrigações para ambas as partes e acarreta efeitos pessoais e patrimoniais

Como o casamento é um contrato que acarreta efeitos pessoais e patrimoniais para as partes, o legislador estabeleceu no Código Civil uma série de preceitos que visam regular os seus efeitos patrimoniais. Estes efeitos dependerão do regime de bens, pelo que é importante começar por referir que o regime de bens pode ser livremente fixado em convenção antenupcial e que poderá haver duas hipóteses: ou se escolhe um dos três regimes que o Código prevê, ou se escolhe um regime diferente, conforme a vontade dos esposos. Assim, haverá uma grande liberdade quanto a este aspeto, embora seja necessário ter em atenção que há limites e o art. 1699º do CC estabelece algumas restrições a esta liberdade.

Quanto aos três regimes de bens que o Código Civil prevê, eles são o regime da comunhão geral de bens, da comunhão de adquiridos e da separação de bens. É importante referir que eles se distinguem pelo facto de, nos regimes de comunhão, haver um património comum do casal, o que não acontece no regime de separação de bens.

No regime da comunhão geral de bens, todos os bens presentes e futuros dos cônjuges farão parte da massa patrimonial comum à exceção dos que sejam excetuados por lei (art. 1732º do CC). Assim, todos os bens anteriores ao casamento e todos os bens posteriormente adquiridos serão bens comuns, excetuando-se o rol de bens previsto no art. 1733º do CC, sendo que apenas esses serão considerados bens próprios.

No regime da comunhão de adquiridos, as regras são um pouco diferentes. Serão considerados bens próprios: os bens que cada um dos cônjuges tiver ao tempo da celebração do casamento, os bens que lhes advierem posteriormente por sucessão ou doação e os bens adquiridos na constância do matrimónio por virtude de direito próprio anterior (art. 1722º do CC). Este regime pretende, essencialmente, que sejam comuns os bens adquiridos com a participação e o esforço comum do casal.

No regime da separação de bens não existe património que seja comum, sendo que cada um dos cônjuges conserva o domínio e fruição de todos os seus bens presentes e futuros.



Tal não significa, contudo, e porque se está no âmbito de uma relação que implica uma plena comunhão de vida, que não haja relações patrimoniais entre os cônjuges ou que haja uma absoluta e completa separação entre os seus bens.

Relativamente aos efeitos patrimoniais do casamento, e é esta a parte que mais nos interessa, diga-se que eles terão repercussões também ao nível das dívidas. Assim, estes regimes que regulam os efeitos patrimoniais (e as regras que cada um deles contempla) irão influenciar também a responsabilidade por dívidas, sendo o nosso foco as dívidas fiscais. Note-se que até na separação de bens há possibilidade de um dos cônjuges ser responsabilizado por dívidas do outro.

Quanto à responsabilidade por dívidas em geral, o princípio que o Código Civil estabelece no seu art. 1690º, nº 1, é que qualquer dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro. Ainda que o nosso estudo vá incidir apenas sobre as dívidas tributárias, é importante ter em atenção aquilo que se estabelece para as dívidas em geral.

É importante referir aqui que, embora ambos os cônjuges tenham legitimidade para contrair dívidas, elas poderão responsabilizar um ou ambos os cônjuges.

O art. 1691º trata das dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges, ou seja, das dívidas pelas quais ambos os cônjuges poderão ser obrigados a responder. Este elenco contempla, além das dívidas contraídas antes ou depois da celebração do casamento pelos dois cônjuges ou por um com o consentimento do outro, as dívidas contraídas para ocorrer aos encargos da vida familiar por qualquer um deles, antes ou depois do casamento, e as dívidas contraídas pelo cônjuge administrador em proveito comum do casal e nos limites dos poderes de administração, na constância do matrimónio.

Fazem ainda parte deste conjunto de dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges, as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio, salvo se se provar que não foram contraídas em proveito comum do casal ou se vigorar entre eles o regime de separação de bens. Esta previsão da alínea d) do art. 1691º do CC vem na sequência do art. 15º do CCom, que estatui a presunção de que as dívidas comerciais do cônjuge comerciante são presumem-se contraídas no exercício do seu comércio. Assim, e se vigorar um dos regimes de comunhão, considera-se que poderão ser responsabilizados pelas dívidas desta natureza os cônjuges dos devedores, salvo se ilidirem a presunção. Há ainda outras situações previstas no art. 1691º do CC.

Como se pode depreender, são ainda em número razoável os casos em que ambos os cônjuges podem ter de responder pelas dívidas, sendo aqui relevante, para parte deles, a ideia de proveito comum do casal, e salientando-se o caso das dívidas de comércio.

É ainda importante atender aos bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges. Nesta matéria, se a dívida for da responsabilidade de ambos os cônjuges respondem os bens comuns do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges (art. 1695º, nº 1, do CC). O nº 2 do referido artigo acrescenta que, no regime de separação de bens, a responsabilidade dos cônjuges não é solidária, evidenciando aqui a diferença patente entre os regimes de bens no que toca à responsabilidade por dívidas.

Quanto às dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, afirma o art. 1696º, nº 1, do CC, que responderão por estas os bens próprios do cônjuge devedor e, subsidiariamente, a sua meação nos bens comuns. Este artigo acrescenta no nº 2 alguns bens que respondem ao mesmo tempo que os bens próprios do cônjuge devedor.

Agora que fizemos, de forma muito breve, uma explicação dos regimes de bens do casamento e da responsabilidade por dívidas que o Código Civil prevê, importa salientar que a nossa dissertação incidirá sobre as dívidas fiscais.

Tendo presente a noção de imposto, é mais fácil compreender que as dívidas fiscais serão as dívidas que incidirão sobre impostos e que será a responsabilidade dos cônjuges por estas dívidas que merecerá a atenção da nossa investigação.

Começamos por referir que o próprio Direito Tributário prevê formas de responsabilizar outras pessoas para além do devedor originário pelas dívidas deste. Este ramo do Direito permite que outros sujeitos, que podemos denominar como responsáveis tributários, possam ser chamados a responder por dívidas de outrem.

O responsável tributário enquadra-se na categoria dos sujeitos passivos indiretos. Estes são sujeitos que não têm uma relação pessoal e direta com o facto tributário, mas vão ser chamados ao seu cumprimento. Podemos afirmar que a responsabilidade tributária existirá, como dissemos, quando a lei estabelece que alguém é chamado ao pagamento de dívidas tributárias de outra pessoa após o incumprimento desta. O que caracteriza este conceito é o facto de ser o próprio património do responsável a responder por obrigações de outra pessoa (após o incumprimento desta e em virtude desse incumprimento).

A responsabilidade pode, em abstrato, ser solidária ou subsidiária, sendo solidária quando o património do responsável responde ao mesmo tempo que o património do incumpridor, e subsidiária quando o património do responsável apenas responde depois de esgotado todo o património do incumpridor (benefício da excussão prévia).

Quanto ao regime legal, logo no art. 22º, nº 2, da Lei Geral e Tributária (LGT) é afirmado que a responsabilidade tributária pode abranger solidária ou subsidiariamente outras pessoas, e no nº 3 do mesmo artigo é acrescentado que a responsabilidade do cônjuge do sujeito passivo é a que decorre da lei civil, sem prejuízo do disposto em lei especial. Fica aqui estipulado que será a lei civil a regular os termos de tal responsabilização. O art. 22º, nº 4, da LGT, afirma que a responsabilidade por dívidas de outrem será apenas subsidiária, salvo determinação em contrário.

O art. 23º da LGT afirma que a responsabilidade subsidiária se efetiva por reversão do processo de execução fiscal e que a reversão contra o responsável subsidiário depende da fundada insuficiência dos bens penhoráveis do devedor principal e dos responsáveis solidários, sem prejuízo do benefício da excussão, pois há o benefício de excussão prévia (o direito a que seja o património do incumpridor a responder até todos os seus bens se esgotarem).

O processo de execução fiscal surge quando já se está numa fase desconforme do desenvolvimento da relação jurídica tributária, uma vez que o devedor direto não cumpriu a sua obrigação, pois é um processo de cobrança coerciva de dívidas tributárias. Sucede que, quando, no âmbito deste processo, se verifique ser insuficiente o património do devedor direto para fazer face ao pagamento da dívida tributária e eventuais acrescidos, a lei permite recorrer ao património de outras pessoas chamando-as por via da reversão do processo de execução fiscal.

Quando a execução vise a cobrança de coima fiscal ou tenha fundamento em responsabilidade tributária exclusiva de um dos cônjuges podem ser imediatamente penhorados bens comuns, mas o outro cônjuge deve ser citado para requerer a separação judicial de bens (art. 220º do CPPT). Vemos que este artigo contempla, de forma clara, a possibilidade de penhora imediata de bens comuns por dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, ainda que exigindo a citação do outro cônjuge.

Agora que já vimos, de forma geral, o regime que a lei estabelece quanto à responsabilidade por dívidas dos cônjuges e quanto à responsabilidade tributária por dívidas, importa delinear de forma mais restrita aquilo que nos propomos tratar na dissertação.

Versando a nossa dissertação sobre a responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais, pretendemos analisar em que casos e de que forma um dos cônjuges poderá ser chamado a

responder por dívidas fiscais do outro. Se, por um lado, há um credor que merece proteção e tutela do seu direito, sendo que nas dívidas fiscais se trata do Estado, que visa a prossecução do interesse público através da arrecadação de receita pública para satisfação de necessidades coletivas, por outro lado há também um cônjuge que merecerá proteção e não deverá ficar totalmente desprotegido.

Parece-nos que esta responsabilidade pode assumir contornos bastantes gravosos, em certos casos, e que se exige uma reflexão e ponderação no sentido de saber se são proporcionais e justificados.

Temos aqui presente um dos casos que nos levanta mais dúvidas, que é o da responsabilidade por dívidas de comércio. Considera-se que as dívidas contraídas no exercício do comércio por qualquer dos cônjuges são comunicáveis, a menos que o outro cônjuge consiga provar que não houve proveito comum do casal ou vigore o regime de separação de bens (art. 1691º, nº 1, al. d), do CC). Este artigo deve conjugar-se com o art. 15º do CCom, o qual presume que as dívidas comerciais do cônjuge comerciante foram contraídas no exercício do seu comércio.

Tendo em conta isto, bastará alegar e provar que o cônjuge devedor é comerciante e que a dívida em causa reveste natureza comercial, pois a lei estabelece a dupla presunção de que a dívida foi contraída no exercício do comércio do cônjuge devedor e em proveito comum do casal. O cônjuge do devedor terá, assim, de ilidir essa dupla presunção.

Assim, se um dos cônjuges tiver, por exemplo, uma dívida de IVA relativa à sua atividade empresarial/de comércio, tal dívida será, à partida, comunicável, e terá de ser o outro cônjuge a provar que não houve proveito comum do casal para afastar essa responsabilidade.

Deve atender-se ainda a que, no âmbito do Direito Tributário e das dívidas fiscais, estamos perante dívidas que podem ser coercivamente cobradas em processo de execução fiscal, que goza de maior celeridade que o processo de execução comum. Acresce a isto o facto de os meios impugnatórios, por regra, não gozarem de efeito suspensivo em Direito Tributário.

Não pondo em causa a tutela que o credor merecerá, neste caso o Estado, nem considerando que deve haver uma total desresponsabilização do cônjuge, a verdade é que este regime nos parece desatualizado e desadequado da atual realidade socioeconómica das famílias, sendo inegavelmente gravoso.

É necessário ter em conta que o Código Civil data de 1966, e é indiscutível que a realidade das famílias e o seu contexto se alterou bastante durante este espaço de tempo. Na altura em que este regime foi desenhado, até poderia fazer sentido presumir que os rendimentos

vindos do comércio de um dos cônjuges seriam sempre usados em proveito comum do casal e, por isso, deveriam responsabilizar ambos os cônjuges. Hoje tal já não será tão comum, até devido à crescente independência financeira da mulher e maior igualdade. A realidade já não assentará tanto na ideia do marido que é o único a trabalhar e usa os rendimentos para sustentar a família, havendo proveito comum.

Existem Autores que consideram, também eles, que o regime se encontra desatualizado e é desproporcional, sobretudo no que concerne às dívidas de comércio.

No que concerne à jurisprudência, vemos que os tribunais também têm sido chamados a pronunciar-se e já afirmaram que as dívidas tributárias são da responsabilidade de ambos os cônjuges, quando estão em causa atividades lucrativas, devido ao exercício do comércio que essas atividades pressupõem e à presunção de proveito comum das dívidas contraídas no exercício desse comércio.

Quanto aos temas e questões a desenvolver, o nosso plano, de forma sucinta, passa por estudar os seguintes aspetos: A responsabilidade por dívidas dos cônjuges que o Código Civil estabelece, especialmente as dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges, e centrando este aspeto nas dívidas que decorrem do exercício de comércio por um dos cônjuges; Análise breve do regime estabelecido nos ordenamentos espanhol, italiano, francês e brasileiro quanto à responsabilidade dos cônjuges por dívidas, especialmente dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges; A responsabilidade por dívidas tributárias em geral e o essencial do seu regime; A responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais no que respeita aos vários impostos (IRS, IRC, IVA e IMI); A execução fiscal e ainda uma análise das formas e meios de reação a esta responsabilidade no nosso ordenamento.

Consideramos que se trata de um tema deveras atual e pertinente por várias razões. Parece-nos, por isto, que se justifica realizar um estudo sobre a matéria em causa, tendo em conta que:

- a realidade social e económica das famílias sofreu uma grande evolução nos últimos anos com a crescente igualdade e independência financeira dos cônjuges, e que a legislação, no que respeita à responsabilidade dos cônjuges por dívidas, não terá acompanhado devidamente essa evolução;

- parece-nos que este tema não tem sido alvo da atenção devida por parte da doutrina e jurisprudência, e que a atenção que lhe tem sido dispensada não versa sobre as dívidas fiscais, pois a responsabilidade por dívidas tem sido estudada tendo em conta as dívidas em relação a credores comuns e não ao Estado;
- de uma forma geral, pode afirmar-se que quem estuda a responsabilidade por dívidas dos cônjuges não costuma abordar as dívidas fiscais e, da mesma forma, quem estuda a responsabilidade por dívidas fiscais não a estuda na perspetiva do casamento;
- trata-se de uma matéria um pouco desfragmentada, uma vez que a Lei Geral Tributária, o diploma que regula a responsabilidade por dívidas tributárias, remete a disciplina da responsabilidade por dívidas dos cônjuges no âmbito tributário para o Código Civil;
- consideramos ser importante realizar um estudo que verse sobre a responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais, *maxime* quando se trata de um tipo de dívidas com algumas especificidades decorrentes da área em que se inserem e do tipo de credor em causa;
- qualquer responsabilidade por dívidas implica consequências desfavoráveis e essas consequências serão ainda mais gravosas devido ao especial arsenal processual e sancionatório de que dispõe a Administração Tributária;
- existe, na própria doutrina, um grupo de Autores que considera também que o regime da responsabilidade por dívidas se encontra desfasado da realidade, como já demonstramos.

Consideramos ainda que:

- há, cada vez mais, uma grande preocupação por parte das pessoas no que concerne à responsabilidade por dívidas e sobretudo dívidas fiscais;
- por termos uma Administração Tributária cada vez mais eficiente, ativa e preocupada em desenvolver um trabalho competente (o que é de enaltecer), há uma maior consciência dos riscos da responsabilidade por dívidas por parte da sociedade;
- por estas razões, há uma maior vontade das pessoas em acautelar os seus interesses e um maior receio;
- há, por isso, uma consciência maior dos riscos que o casamento pode implicar a nível patrimonial;

- estas questões levantam preocupações de que as pessoas cada vez mais estão conscientes;
- em certos casos, e com a afirmação social de outras formas de relacionamento análogas ao casamento, poderá haver uma tentativa de proteger a esfera patrimonial “evitando” o casamento.

Trata-se, assim, de um tema que pensamos ser atual e gerador de questões relevantes que interferem com a sociedade e que merecem ser levadas em conta e seriamente ponderadas.

## **CAPÍTULO I - O CASAMENTO E A RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS**

### **1. O conceito de casamento e o casamento como gerador de efeitos patrimoniais**

Para iniciar a abordagem ao conceito de casamento, consideramos importante começar por ver o que a nossa Constituição da República refere sobre o casamento. Logo no seu art. 36º, nº 1, diz a nossa lei fundamental que todos têm o direito de contrair casamento, e consequentemente constituir família, em condições de plena igualdade. Acrescenta no nº 2 do mesmo artigo que a lei regula os requisitos e efeitos do casamento e da sua dissolução, seja qual for a forma de celebração.

Assim, fica desde logo claro que a lei permite a todos a possibilidade de contrair casamento, embora este direito esteja subordinado a limites, como a capacidade jurídica ou a inexistência de impedimentos<sup>1</sup>. Deste modo, tal direito só poderá ser posto em causa com base num impedimento, incapacidade ou condição legalmente previstos. Quanto ao requisito da igualdade, ele impede qualquer diferenciação em razão, por exemplo, da nacionalidade, do sexo ou da religião, quanto ao direito de casar.

No nº 2 do art. 36º, a Constituição da República Portuguesa quis deixar claro que será a lei civil e apenas esta a responsável por regular os requisitos e efeitos do casamento. Assim, embora reconhecendo e admitindo diferentes formas de celebração do casamento, a CRP quis salvaguardar que será sempre a lei civil a regulá-lo independentemente da forma de celebração.

Importa agora, então, ver o que diz o Código Civil sobre o casamento. No art. 1577º, o Código estabelece que o casamento é “o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida”. Reforça-se, assim, a ideia de que o casamento é uma forma de constituição de família, sendo, aliás, fonte de relações jurídicas familiares, como expressamente indica o art. 1576º do CC. Com isto, e não sendo possível criar um conceito universal de casamento, parece-nos que no nosso contexto sociocultural e no nosso sistema jurídico, o casamento é visto como um contrato ou acordo entre duas pessoas que visa, nos termos da lei, estabelecer uma plena comunhão de vida entre essas pessoas.

Devemos ainda acrescentar que essa comunhão de vida referida deve pautar-se pela exclusividade, pois nenhum dos cônjuges poderá ter essa comunhão de vida com qualquer outra

---

<sup>1</sup> Ver, para mais desenvolvimentos, CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 562 e ss.



pessoa enquanto vigorar o casamento, sendo ainda que essa comunhão de vida será tendencialmente indissolúvel<sup>2</sup>. Serão estas as grandes características, ou as características essenciais, do casamento.

No que concerne à plena comunhão de vida, a lei não nos diz de modo claro e explícito o que ela é, contudo, poderemos ter uma ideia do que ela seja através de outras disposições do Código. Tratar-se-á de uma comunhão de vida que se caracteriza pelo facto de os cônjuges estarem reciprocamente vinculados pelos deveres que o casamento implica: deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência (art. 1672º do CC), sendo esta comunhão de vida exclusiva (al. c) do art. 1601º) e não livremente dissolúvel (art. 1773º do CC).

É ainda importante ter em conta que o casamento, sendo um contrato, acarreta direitos e obrigações para ambas as partes e tem efeitos pessoais e patrimoniais.

O casamento leva a uma alteração do estado das pessoas e dos seus direitos e obrigações, tanto de cariz pessoal como patrimonial. A condição dos cônjuges é alterada de forma profunda e permanente, sendo que o casamento influenciará as várias relações jurídicas obrigacionais e reais de que eles façam parte. A comunhão de vida entre os cônjuges leva a uma partilha íntima que envolve os vários aspetos da existência humana, sendo que, na colaboração de ambos para a satisfação das necessidades económicas deles e do agregado familiar, se estabelece uma colaboração patrimonial que pode até atingir o ponto de uma comunhão de bens. Assim, para além dos efeitos pessoais, o casamento envolve um entrosamento das esferas patrimoniais dos cônjuges que terá várias consequências a nível patrimonial<sup>3</sup>.

Pode-se afirmar que a comunhão de vida que o casamento estabelece entre os cônjuges leva a que se verifiquem necessidades e encargos comuns e conduz, de forma inexorável, a uma promiscuidade de patrimónios, pois o natural desenvolvimento da vida conjugal leva a uma interpenetração ao nível patrimonial, uma osmose entre o património próprio de cada um e o património comum<sup>4</sup>.

Em suma, entende-se que, pelo menos tradicionalmente, a comunhão de vida terá de abarcar a vertente financeira, económica e patrimonial, sendo que a comunhão ficaria incompleta sem essa vertente patrimonial. A disponibilidade dos cônjuges deverá ser uma disponibilidade da pessoa e dos seus bens, implicado isto uma comunhão de interesses patrimoniais, sendo que até

---

<sup>2</sup> Na senda de COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, 5ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 194 e ss.

<sup>3</sup> Cfr. Como se afirma em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, 2ª edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 19 e 20.

<sup>4</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 12.

no regime de separação de bens (que será aquele em que haverá maior independência e divisão a nível patrimonial) o legislador introduziu aspetos especiais que indicam comunhão<sup>5</sup>.

Os efeitos pessoais do casamento mais relevantes são a constituição da família, a imposição dos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência (art. 1672º do CC), e a influência e efeitos que o casamento pode ter sobre o nome e a nacionalidade. Contudo, e devido ao âmbito desta dissertação, centrar-nos-emos sobretudo nos efeitos patrimoniais.

Como já afirmamos, os efeitos do casamento estendem-se à esfera patrimonial e tem aí uma grande relevância. Para regular os efeitos patrimoniais, o legislador estabeleceu no Código Civil uma série de preceitos, sendo importante referir que os efeitos patrimoniais dependerão do regime de bens do casamento, como explicaremos de seguida. Cada casamento estará sujeito a um determinado regime de bens, e será esse regime de bens que regulará os “aspetos e questões” patrimoniais dos cônjuges, pelo que passaremos de seguida a versar sobre os regimes de bens.

## **2. Os regimes de bens do casamento – traços essenciais**

O casamento, por ser um contrato e uma relação jurídico-familiar com contornos específicos, estará sujeito a um específico regime de bens, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a união de facto. Podemos afirmar que o regime de bens do casamento será aquele “conjunto de regras cuja aplicação define a propriedade sobre os bens do casal”<sup>6</sup>, ou seja, as regras que determinam a repartição dos bens entre o património comum e o património de cada um dos cônjuges.

Depois, existem ainda outras regras, como as regras que versam sobre a responsabilidade por dívidas, que são as que nesta dissertação mais nos interessarão, e as regras que versam sobre a administração dos bens, entre outras. Estas normas já são impostas pelo legislador, ao contrário do regime de bens, que poderá ser escolhido livremente dentro dos limites legais.

O nosso Código Civil estabelece, no art. 1698º, a liberdade de escolha do regime de bens por parte dos nubentes. Assim, os nubentes poderão fixar livremente o regime de bens em convenção antenupcial, sendo que poderão escolher um dos regimes já previstos no Código ou consagrar as disposições que bem entenderem a esse respeito, desde que dentro dos limites da

---

<sup>5</sup> Como se afirma em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 379 e ss.

<sup>6</sup> Como definem COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 559.

lei. A nossa lei não impõe o regime de bens nem consagra um sistema de tipicidade, pelo que os nubentes poderão criar um regime novo ou até combinar de formas diferentes os vários regimes já estipulados no Código<sup>7</sup>.

O regime de bens é escolhido na convenção antenupcial – sem prejuízo de se aplicar o regime de bens supletivo no caso de invalidade ou inexistência de convenção antenupcial – sendo que esta pode ser definida como o acordo que os nubentes fazem para fixar o regime de bens. A convenção é um contrato acessório do casamento, sendo que a sua existência e validade supõe o casamento, sendo a celebração deste uma condição de eficácia da própria convenção<sup>8</sup>.

As convenções antenupciais regem-se por dois grandes princípios: o princípio da liberdade e o princípio da imutabilidade.

Quanto ao princípio da liberdade, podemos dizer que ele se materializa na possibilidade que os esposos têm de fixar o regime de bens que entenderem, desde que nos limites da lei, seja escolhendo um dos regimes-tipo, seja estipulando o que entenderem nessa matéria. Eles podem, por exemplo, estabelecer um regime de bens que conjugue disposições de dois dos regimes de bens tipificados na lei (art. 1698º do CC). Este princípio também permite incluir disposições estranhas à conformação do regime de bens, tal como as que constam do art. 1700º e ssº. O princípio da liberdade sofre apenas as restrições do art. 1699º do CC, que consagra as questões que não podem ser objeto de convenção antenupcial.

Quanto ao princípio da imutabilidade, é o próprio art. 1714º, nº 1, do CC, que afirma que não é possível alterar as convenções antenupciais nem os regimes de bens fora dos casos previstos por lei. Fica assim estabelecido que, à partida, o regime de bens não poderá ser alterado posteriormente, sendo, portanto, algo definitivo. A convenção antenupcial, contudo, apenas se torna imutável a partir do momento da celebração do casamento, de acordo com o art. 1712º do CC. Assim, retira-se deste princípio que os cônjuges não podem modificar o seu estatuto patrimonial nem o regime de bens ou a convenção antenupcial. Existem algumas exceções ao princípio da imutabilidade, como a separação judicial de pessoas e bens ou a separação de bens na pendência do casamento, entre outras, que estão previstas no art. 1715º do CC.

---

<sup>7</sup> Não se permite, porém, que o regime de bens do casamento seja fixado por simples remissão genérica para uma lei estrangeira, para uma lei revogada ou para usos e costumes locais (art. 1718º do CC).

<sup>8</sup> Como explicam COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 570.

<sup>9</sup> Para mais desenvolvimentos, ver BERDEJO, Lacruz, et al., *Derecho de Familia*, 4ª edição, Barcelona, Bosch, 1997, p. 217, e COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 571 a 576.

Os regimes-tipo que o Código Civil estabelece, e que abordaremos mais à frente, são três: o regime da comunhão de adquiridos (arts. 1721º a 1731º do CC), o regime da comunhão geral (arts. 1732º a 1734º do CC) e o regime da separação de bens (arts. 1735º e 1736º do CC). Podemos ainda referir que os traços essenciais de cada um destes regimes de bens são quatro: a propriedade dos bens, a administração dos bens, a responsabilidade por dívidas e os poderes de disposição dos bens.

Há uma grande diferença entre os três regimes que podemos desde já referir e que abordaremos mais à frente: nos regimes de comunhão existirão bens comuns, que constituem o património comum do casal, enquanto no regime de separação de bens isso não acontecerá.

Dos três regimes-tipo do Código Civil, há um que é supletivo e que será o que regime em vigor no caso de falta de convenção ou de caducidade, invalidade ou ineficácia da convenção, como consta do art. 1717º do CC. Esse regime será o da comunhão de adquiridos, pelo que será este o regime válido se não existir convenção ou se a convenção sofrer de alguma anomalia. Podemos referir de forma breve, até porque nos debruçaremos sobre isso mais à frente, que a regra geral neste regime supletivo é a de que são comuns os bens adquiridos a título oneroso na constância do casamento, e são conservados como bens próprios os bens que cada um dos cônjuges levou para o casamento ou adquiriu a título gratuito depois do casamento<sup>10</sup>.

O regime supletivo antes do Código Civil de 1966 era o da comunhão geral, pelo que a comunhão se estendia aos próprios bens levados para o casal ou adquiridos a título gratuito. Foi-se entendendo, contudo, que essa comunhão poderia favorecer a celebração de casamentos cujo móbil fosse o interesse económico, pelo que houve críticas, pois o casamento não deve ser um meio de aquisição<sup>11</sup>. Assim, pensamos nós, o legislador entendeu escolher como regime supletivo aquele que lhe pareceu mais equilibrado ou mais adequado a espelhar a plena comunhão de vida que o casamento visa.

Consideramos que o legislador, ao escolher o regime da comunhão de adquiridos como regime supletivo, talvez tivesse entendido que o regime da separação de bens não seria o mais adequado a refletir a plena comunhão de vida, pela maior independência e separação de patrimónios que implica, e quisesse naturalmente evitar o risco de fomentar casamentos motivados por interesses económicos que o regime da comunhão geral acarreta<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Como se refere em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 394.

<sup>11</sup> Para mais desenvolvimentos, ver COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 565 a 566.

<sup>12</sup> Ver, sobre as vantagens do regime da comunhão de adquiridos como regime supletivo, FERREIRA, Catarina Sofia Gomes, *Regime de Bens Supletivo do Casamento – A atualidade em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

Convém agora referir que há situações de regime imperativo, em que os nubentes não podem escolher livremente o regime de bens porque a lei não permite essa escolha. Podem ser vários os motivos, como evitar o casamento motivado apenas por interesses económicos, ou proteger a nível patrimonial os filhos que os nubentes já tenham à data do casamento.

Os primeiros dois casos estão regulados no artigo 1720º, nº 1, al. a) e b) do CC. São os casos dos casamentos celebrados sem precedência do processo preliminar de casamento, como os casamentos urgentes, e dos casamentos celebrados por quem tenha completado 60 anos de idade. Existe aqui uma imperatividade absoluta, uma vez que a lei impõe o regime de separação de bens sem dar liberdade de escolha ou alternativa.

Há também outro caso em que não há liberdade escolha, embora seja um caso diferente, estipulado no art. 1699º, nº 2, do CC: diz este artigo que quem já tenha filhos, ainda que maiores ou emancipados, não poderá estipular o regime da comunhão geral de bens. Nesta situação os nubentes também não poderão estipular a comunicabilidade dos bens referidos no art. 1722º, nº 1, do CC. Dizemos que este caso é diferente dos anteriores porque aqui os nubentes têm alternativa e podem escolher entre o regime de comunhão de adquiridos e o regime de separação de bens.

### **2.1. O regime de separação de bens**

No regime de separação de bens há uma separação completa e absoluta entre os bens de cada cônjuge<sup>13</sup>. De acordo com o art. 1735º do CC, cada cônjuge conserva o domínio e fruição de todos os seus bens presentes e futuros, de que pode dispor livremente. A separação não é apenas separação dos bens, mas também separação de administrações, pois os cônjuges mantêm uma liberdade quase absoluta no que respeita à administração e disposição dos seus bens próprios.

Não se poderá considerar a liberdade como absoluta porque a lei prevê, ainda assim, alguns constrangimentos: é necessário o consentimento de ambos os cônjuges para alienar, onerar (através da constituição de direitos reais de gozo ou de garantia), arrendar ou constituir direitos pessoais de gozo sobre a casa de morada de família (art. 1682º-A, nº 2, do CC); é também necessário o consentimento de ambos quanto à alienação ou oneração de móveis utilizados conjuntamente na vida do lar ou como instrumento comum de trabalho, bem como quanto aos

---

<sup>13</sup> Como se afirma em COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 645.

móveis pertencentes exclusivamente ao cônjuge que não os administra (art. 1682, n° 3, do CC). Assim, o proprietário não poderá dispor livremente desses bens.

Este regime vigora, enquanto regime convencional, quando for estipulado em convenção antenupcial, e vigora como regime imperativo nos casos do art. 1720°, n° 1, do CC, como já abordamos anteriormente.

Este regime caracteriza-se, também, por não haver neles bens comuns, não existindo uma massa patrimonial comum. Pode haver, ainda assim, bens que pertençam a ambos os cônjuges em compropriedade. Será até natural haver bens que pertençam aos dois cônjuges, mas não serão bens comuns como nos regimes de comunhão, serão bens que pertencem a ambos em compropriedade. Diga-se que os cônjuges poderão pedir a divisão destes bens a todo o tempo, conforme consagra o art. 1412° do CC, através de uma ação de divisão de coisa comum (art. 925° e ss. do CPC).

É importante salientar que, neste regime, o Código Civil presume a compropriedade dos bens móveis (art. 1736°, n° 2, do CC). Permite-se, contudo, que os nubentes estipulem cláusulas de presunção sobre a propriedade desses bens (art. 1736°, n° 1, do CC) na convenção antenupcial, com eficácia extensiva a terceiros e sem prejuízo de prova em contrário.

Refira-se que o facto de não existir património comum neste regime não significa, porque estamos no âmbito de uma relação que implica uma plena comunhão de vida, que não haja relações patrimoniais entre os cônjuges, ou que se verifique uma absoluta e completa separação e impossibilidade de relação entre os cônjuges.

Vemos ainda que, neste regime, as ilegitimidades conjugais têm um alcance bastante menor<sup>14</sup> do que nos regimes de comunhão, uma vez que se resumem essencialmente à proibição de cada um dos cônjuges alienar, onerar ou constituir direitos relativamente à casa de morada de família, e à proibição de alienar certos bens móveis, como já analisamos.

Este regime, pelo menos ao nível da responsabilidade por dívidas, não suscitará grandes questionamentos ou problemas. Um dos cônjuges poderá ser responsabilizado pelas dívidas contraídas pelo outro, mas apenas em certos casos.

## **2.2. Os regimes de comunhão**

Os regimes de comunhão compreendem o regime de comunhão geral de bens e o regime de comunhão de adquiridos.

---

<sup>14</sup> Como se refere em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 411.

Estes regimes distinguem-se do regime de separação e são caracterizados, essencialmente, pelo facto de compreenderem uma massa de bens comuns que é propriedade de ambos os cônjuges<sup>15</sup>. Deste modo, e nos regimes de comunhão, os bens próprios coexistem com os bens comuns, com aquela massa de bens comuns que é propriedade de ambos.

Os bens comuns constituem, assim, um património em compropriedade e um património autónomo, sendo defendido na doutrina que integram um património coletivo<sup>16</sup>. O património coletivo é o “património que pertence em comum a várias pessoas, sem se repartir entre elas por quotas ideais, como sucede na compropriedade”<sup>17</sup>. O proprietário desse património é apenas um, ou um só, e é composto por um conjunto de pessoas. Aqui, esse conjunto de pessoas serão os dois cônjuges, sendo que eles têm um único direito que não comporta divisão, ainda que fosse uma divisão ideal.

Neste caso específico da comunhão conjugal, antes de se dissolver o casamento ou decretar a separação judicial de pessoas e bens, os cônjuges não podem dispor individualmente dos bens nem da sua meação no património comum, assim como não podem pedir a partilha dos bens, que não podem, por regra, ser executados antes da dissolução do casamento (art. 1696º, nº 1, do CC). É de referir, contudo, que o nº 2 do art. 1730º do CC permite que cada cônjuge faça doações ou deixas testamentárias em favor de terceiro por conta da sua meação nos bens comuns.

Acrescente-se, a propósito da separação judicial de bens, que esta consiste numa modificação da relação matrimonial, havendo um “relaxamento” ou afrouxamento do vínculo, sendo que apenas se afetam os aspetos patrimoniais do casamento.

### **2.2.1. O regime de comunhão geral de bens**

Este regime, como o próprio nome indica, é caracterizado por uma comunhão geral de bens, ou seja, pelo facto de o património comum ser o mais extenso de todos os regimes, e ser constituído por todos os bens presentes e futuros dos cônjuges, à exceção dos que a lei exclui. A comunhão verifica-se não só quanto ao domínio dos bens, mas também quanto à posse e à administração<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Assim, os bens comuns dos cônjuges irão constituir objeto de uma propriedade coletiva ou de mão comum e não de uma relação de compropriedade, cfr. VARELA, João de Matos Antunes, *Direito da Família*, Lisboa, Petrony, 1999, p. 436.

<sup>16</sup> Como se refere em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 393.

<sup>17</sup> Como define CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 393.

<sup>18</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 643.

Este regime irá vigorar quando os nubentes o estipularem na convenção antenupcial ou no auto lavrado perante o conservador do registo civil, e apenas nestes casos. Ressalva-se aqui o que já referimos anteriormente quanto ao art. 1699º, nº 2, do CC, que não permite aos nubentes estipular este regime quando já tiverem filhos.

Como este era o regime supletivo antes da entrada em vigor do Código Civil de 1966, e de acordo com o art. 15º do Decreto-lei nº 47344 (que aprovou o Código Civil), será este o regime em vigor, enquanto regime supletivo ou convencionado pelas partes, aos casamentos celebrados até 31 de maio de 1967, inclusive.

O art. 1734º do CC vem dizer que se aplicam à comunhão geral de bens as disposições relativas à comunhão de adquiridos, com as necessárias adaptações. Na verdade, o regime da comunhão de adquiridos, por ser o regime supletivo, é o que está regulado de forma mais detalhada. É com base no regime da comunhão de adquiridos que a lei estabelece as disposições gerais aplicáveis aos regimes de comunhão, pelo que essas disposições são aplicáveis a este regime de comunhão geral. Assim, as regras gerais de que falaremos a propósito da comunhão de adquiridos também serão aplicáveis a este regime (disposições quanto à natureza jurídica da comunhão e participação dos cônjuges no património comum, bens sub-rogados no lugar de bens próprios, bens adquiridos em parte com dinheiro ou bens próprios de um dos cônjuges e noutra parte com dinheiro ou bens comuns, e as restantes regras semelhantes a estas, todas estas noções e princípios serão inteiramente aplicadas a este regime).

Neste regime são comuns, como já referido, “todos os bens presentes e futuros dos cônjuges que não sejam excetuados por lei” (art. 1732º), pelo que apenas os bens que a lei excetua da comunhão é que são bens próprios, sendo-o de forma imperativa, de acordo com o art. 1699º, al. d).

Os bens que são próprios neste regime correspondem àquele grupo de bens que consta essencialmente do art. 1733º, nº 1, do CC. Esta lista não é extensa, e dela constam bens como “os bens doados ou deixados, ainda que por conta da legítima, com a cláusula de incomunicabilidade” (1733º, nº 1, al. a) do CC), ou “os vestidos, roupas e outros objetos de uso pessoal e exclusivo de cada um dos cônjuges, bem como os seus diplomas e a sua correspondência” (1733º, nº 1, al. f) do CC).

Podemos, assim, afirmar que neste regime só haverá uma massa patrimonial, a dos bens comuns, pelo que a existência de bens próprios deverá considerar-se excecional<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Como refere em CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 401.



### **2.2.2. O regime da comunhão de adquiridos**

Este regime contempla, em princípio, bens comuns e bens próprios de cada cônjuge. Neste regime, serão comunicáveis os bens adquiridos a título oneroso depois do casamento, e será este o grande princípio que irá nortear este regime. Na sua essência, este regime pretende que sejam comuns aqueles bens que expressam a participação de ambos os cônjuges e o seu esforço conjunto para os adquirir e melhorar a esfera patrimonial conjugal.

Será este o regime em vigor sempre que se verifique que não foi feita convenção antenupcial, ou se esta sofrer de caducidade, invalidade ou ineficácia, como estipula o art. 1717º do CC. Isto quanto aos casamentos celebrados após 31 de maio de 1967. Este regime vigorará, também, quando for estipulado em convenção antenupcial. Essa estipulação poderá considerar-se desnecessária e apenas se verificará, na realidade, quando os nubentes têm a pretensão de estipular um regime misto que tenha como base o regime da comunhão de adquiridos, mas com certas alterações.

Naturalmente que, nos casos do art. 1720º, vigorará o regime de separação e não será possível estipular em convenção este regime, como já referido.

Acrescente-se que este regime distingue-se do regime da comunhão geral porque estabelece que os bens levados para o casamento pelos cônjuges ou adquiridos a título gratuito não serão comuns, enquanto no regime da comunhão geral são comuns todos os bens presentes e futuros.

### **2.2.3. A comunhão conjugal – breves considerações**

Embora já tenhamos tecido considerações sobre a comunhão conjugal, há aspetos importantes que pretendemos acrescentar.

Para abordar a natureza jurídica da comunhão conjugal, será necessário determinar a quem pertencerão os denominados bens comuns e em que moldes se configura essa pertença e esse direito sobre os bens comuns. Supondo que os bens comuns pertencem aos dois, que é o que se verifica, é necessário determinar qual a relação existente entre os bens comuns e os bens próprios de cada um dos cônjuges.

Para responder a estas questões, concordamos inteiramente com Francisco Pereira Coelho e Guilherme Oliveira quando afirmam o seguinte “*Os bens comuns constituem uma massa patrimonial a que, em vista da sua especial afetação, a lei concede certo grau de autonomia, e que pertence aos dois cônjuges, mas em bloco, podendo dizer-se que os cônjuges são, os dois,*

*titulares de um único direito sobre ela. Aderimos assim à doutrina da propriedade coletiva que é a mais divulgada entre nós*<sup>20</sup>.

É importante acrescentar que o património coletivo é aquele património que pertence em comum a várias pessoas<sup>21</sup>, mas ressalva-se que não é possível repartir esse património entre elas por quotas ideais. Enquanto na compropriedade existe uma comunhão por quotas, nesta comunhão não é possível conceber uma divisão por quotas, ainda que ideais. Os titulares, na comunhão conjugal, são sujeitos de um único direito e de um direito uno que não comporta divisão. Assim, cada titular não tem, na comunhão, algum direito de que possa dispor ou que possa fazer realizar pela divisão do património comum<sup>22</sup>.

Os cônjuges também não podem dispor da sua meação nos bens comuns antes de o casamento estar dissolvido ou de estar decretada a separação de pessoas e bens, assim como não podem pedir a partilha dos bens comuns antes de estar dissolvido o casamento<sup>23</sup>.

Disse-se, acima, que os bens comuns configuram uma massa patrimonial à qual a lei atribui um determinado grau de autonomia, em vista da sua especial afetação. Deve dizer-se, contudo, que a autonomia dos bens comuns será sempre uma autonomia limitada e incompleta em relação aos bens próprios. Isto porque um património autónomo<sup>24</sup>, juridicamente, será o património que tem dívidas próprias, e por isso haverá autonomia quando um património responde, e é apenas ele que responde, por certas dívidas. Sucede, porém, que o património comum não responde só pelas dívidas comuns, dado que poderá em certos casos responder por dívidas próprias (como decorre do art. 1696º do CC), e que o património comum também não responde só ele pelas dívidas comuns, pois subsidiariamente poderão responder também os bens próprios de qualquer dos cônjuges (como consta do art. 1695º, nº 1, do CC).

Cabe agora referir aquilo que se pode designar como “a regra da metade”: o art. 1730º do CC estabelece que cada um dos cônjuges tem direito a metade do valor do património comum,

---

<sup>20</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 596.

<sup>21</sup> Cfr. acórdão do TRC de 8/11/2001, proc. nº 4931/10.1TBLRA.C1, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/567ccd863659ea50802579500040d849?OpenDocument>

<sup>22</sup> Para mais desenvolvimentos, ver COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 596.

<sup>23</sup> A natureza do património comum mantém-se até ao momento da partilha dos bens, não tendo os cônjuges qualquer fração do direito de que possam dispor, pois “Até à partilha o património comum apresenta-se como um património separado colectivo que pertence aos dois cônjuges, mas em bloco, sendo os dois titulares de um único direito sobre ele”, cfr. DIAS, Cristina, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, op. cit., p. 122.

<sup>24</sup> Cfr. ANDRADE, Manuel Augusto Domingues, *Teoria Geral da Relação jurídica*, vol. II, Coimbra, Almedina, 1996, p. 217 e ss.

do ativo e do passivo, considerando-se nulas todas as estipulações em sentido diverso. Isto não significa que cada cônjuge terá direito a metade de cada bem concreto, ou terá a responsabilidade de pagar metade de cada dívida que seja da responsabilidade de ambos. Este direito a metade é o direito ao valor de metade do património comum. A lei também não permite estipulações que introduzam cláusulas de partilha desigual.

O legislador considerou, provavelmente, que esta seria a regra mais adequada à ideia de colaboração de ambos no esforço patrimonial do casamento<sup>25 26</sup>. Rejeitou-se, desta forma, a ideia de uma divisão proporcional às contribuições individuais.

#### **2.2.4. Bens próprios e bens comuns**

Pretendemos, agora, fazer uma breve referência aos bens que se consideram próprios e aos bens que se consideram comuns neste regime de bens.

##### **2.2.4.1. Bens próprios**

Quanto aos bens próprios, podemos afirmar que serão considerados como tal<sup>27</sup>:

- Os bens que cada cônjuge leva para o casamento (art. 1722º, nº 1, al. a), do CC), sendo estes os bens adquiridos anteriormente à data em que a comunhão foi constituída. Esta disposição poderá apenas deixar dúvidas quanto aos bens móveis cuja aquisição seja feita sem formalidades, e ainda quando estamos perante situações menos líquidas;
- Os bens que advierem aos cônjuges por sucessão ou doação (art. 1722º, nº 1, al. b), do CC). Tais bens não representam o esforço comum do casal na sua aquisição, embora possam entrar no património comum se tal for estipulado pelo testador ou doador;

---

<sup>25</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 600.

<sup>26</sup> Repare-se que o anteprojeto do Código Civil de Braga da Cruz continha uma nota semelhante ao atual art. 1730º do CC – cfr. CRUZ, Guilherme Braga da, *Regime de bens do casamento*, in “Boletim do Ministério da Justiça”, Lisboa, nº 122, Jan. 1963, pp. 214 e 215.

<sup>27</sup> Para mais desenvolvimentos, ver COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 601 a 638.

- Os bens adquiridos na constância do matrimónio em virtude de direito próprio anterior (art. 1722º, nº 1, al. c), do CC)<sup>28</sup>. Contemplam-se aqui os bens adquiridos depois do casamento com base num direito próprio que já existia antes do matrimónio. Estes bens também não refletem o esforço comum do casal, pelo que a lei os configura como próprios.

O art. 1722º, nº 2, do CC, dá quatro exemplos destes bens, mas ressalva que são próprios “sem prejuízo da compensação eventualmente devida ao património comum”.

Vão considerar-se aqui, como exemplos: os bens adquiridos em consequência de direitos anteriores ao casamento sobre patrimónios ilíquidos partilhados depois dele, sendo que a partilha não altera nem é relevante para a posição jurídica que o titular já detinha; os bens adquiridos por usucapião quando é fundada em posse que se tenha iniciado antes do casamento, uma vez que a titularidade do bem vai retroagir ao tempo do início da posse (de acordo com o art. 1317º, al. c), do CC);

A lei indica ainda, como exemplo, os bens comprados antes do casamento com reserva de propriedade, sendo que a reserva é feita, geralmente, para defesa do alienante, e indica que o contrato não produziu, no momento da celebração, o efeito típico da transferência de domínio. Esse efeito, contudo, vai produzir-se logo que ocorra o facto de cuja verificação as partes fizeram depender essa transferência, sem ser necessário nova manifestação de vontade. Assim, a doutrina considera, de forma pacífica, que o momento relevante para a aquisição do bem é o momento da celebração do contrato<sup>29</sup>;

O último exemplo estipulado na lei é constituído pelos bens adquiridos no exercício de direito de preferência fundado em situação que já existia à data do casamento, entendendo-se que a vantagem do direito de preferência foi conferida ao cônjuge adquirente sem colaboração do outro, pois o direito nasceu no seu património antes do casamento.

De ressaltar que o art. 1722º, nº 2, do CC, indica expressamente que a lista é apenas exemplificativa, pelo que muitos mais exemplos poderiam ser dados.

---

<sup>28</sup> Cfr. DIAS, Cristina, *Da acessão no âmbito da titularidade dos bens no regime de comunhão de adquiridos: bens adquiridos por virtude da titularidade de bens próprios*, in "Estudos em comemoração do 10.º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho" Coimbra, Almedina, 2004.

<sup>29</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 604.

- Os bens sub-rogados no lugar de bens próprios (art. 1723º do CC). Aqui os bens adquiridos ficam no lugar dos bens anteriores, tomando a sua posição e fazendo as suas vezes, de acordo com o princípio da sub-rogação real<sup>30</sup>. Serão casos em que os bens ou direitos adquiridos substituirão, no património de um dos cônjuges, os bens ou direitos que saíram desse património em consequência dos mesmos atos ou factos. Também poderá acontecer de essa aquisição e perda procederem de atos jurídicos diferentes ou de a conexão não ser ostensiva. De qualquer forma, o nosso Código Civil estabeleceu que se admite a sub-rogação real nos casos em que há troca direta (art. 1723º, al. a), do CC) e nos casos de alienação de bens próprios quanto ao seu preço.

Quanto a bens adquiridos ou benfeitorias feitas com dinheiro ou valores próprios de um dos cônjuges, é necessário que a proveniência do dinheiro ou valores esteja devidamente mencionada no documento de aquisição ou em documento equivalente, com intervenção de ambos os cônjuges (art. 1723º, al. c), do CC). Se tal proveniência não estiver mencionada, os bens poderão, à partida, considerar-se comuns. Os valores devem ser próprios, e se o bem for adquirido em parte com dinheiro ou bens próprios e em parte com dinheiro ou bens comuns, deve atender-se ao art. 1726º do CC. Este artigo estabelece que, nesse caso, os bens irão revestir a natureza da mais valiosa das duas prestações, ressalvando que haverá direito a compensação (do património comum aos patrimónios próprios ou vice-versa) no momento da dissolução e partilha da comunhão.

- Os bens adquiridos em parte com dinheiro ou bens próprios de um dos cônjuges e noutra parte com dinheiro ou bens comuns, quando aquela é a prestação mais valiosa. Como acabamos de referir, e de acordo com o art. 1726º do CC, se um bem for adquirido desta forma e a maior contribuição para o valor do bem for dada pelo património de um dos cônjuges, então esse bem será próprio, sem prejuízo das posteriores compensações já referidas. Se a contribuição do património comum e do património próprio forem iguais, então o bem será comum, de acordo com a regra geral do art. 1724º, al. b), do CC, que considera bens comuns todos os que sejam adquiridos na constância do casamento e não sejam excetuados por lei, havendo lugar

---

<sup>30</sup> Para mais desenvolvimentos sobre o princípio da sub-rogação real ver ANDRADE, Manuel Augusto Domingues, *Teoria Geral da Relação jurídica*, vol. I, Coimbra, Almedina, 1997, p. 233, nota (1).

a crédito de compensação do património próprio sobre o património comum, nos termos gerais.

- Os bens indivisos adquiridos, em parte, por um dos cônjuges que deles já tinha uma outra parte (art. 1727º). Com esta regra pretendeu-se simplificar a propriedade sobre o bem indiviso, evitando questões de difícil resolução. Também aqui se ressalva a possibilidade de compensação do património comum pelas somas prestadas para a aquisição do bem.

- Os bens adquiridos em virtude da titularidade de bens próprios e que não possam considerar-se como frutos destes (arts. 1728º, nº 1, do CC). É relevante referir que os frutos de bens próprios são considerados bens comuns no regime da comunhão de adquiridos, daí a ressalva que o artigo faz.

Depois, o nº 2 do referido art. 1728º dá quatro exemplos característicos de aquisição de bens em virtude da titularidade de bens próprios, ressaltando que apenas está a dar exemplos e não faz uma enumeração taxativa.

Este nº 2 refere: as acessões (al. a) do nº 2); os materiais resultantes da demolição ou destruição dos bens próprios (al. b) do nº 2); a parte do tesouro adquirida pelo cônjuge na qualidade de proprietário do terreno onde ele é encontrado (al. c) do nº 2); e os prémios de amortização de títulos de crédito ou de outros valores mobiliários próprios de um dos cônjuges, bem como os títulos ou valores adquiridos por virtude de um direito de subscrição àquele inerente (al. d) do nº 2). Cabe ainda referir que aqui também haverá lugar a compensações entre patrimónios.

- Os bens considerados próprios por natureza, por vontade dos nubentes, ou por disposição da lei<sup>31</sup>. Quanto à natureza, cabem aqui os títulos honoríficos e académicos, a correspondência e outros bens pessoais, pois a incomunicabilidade impõe-se enquanto expressão de direitos de personalidade. Quanto à vontade, temos os bens que forem considerados incomunicáveis em convenção antenupcial. Quanto ao último grupo, cabem ali todos os bens a que a lei atribui a qualidade de bens próprios de

---

<sup>31</sup> Para mais desenvolvimentos ver COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 626 a 636.

forma imperativa, sendo que a enumeração básica deles consta do art. 1733º<sup>32</sup> (sendo que já fizemos uma breve referência aos bens comunicáveis do art. 1733º supra).

- Os bens doados pelos cônjuges um ao outro (art. 1764º, nº 2, do CC) e pelos esposados um ao outro, salvo estipulação em contrário (art. 1757º do CC).

#### **2.2.4.2. Bens comuns**

Quanto aos bens comuns, podemos considerar que integram este elenco<sup>33</sup>:

- O produto do trabalho dos cônjuges (art. 1724º, al. a), do CC), devendo considerar-se aqui todos os rendimentos e proveitos dos cônjuges, quer sejam eles pagos em dinheiro ou em espécie, regulares ou esporádicos, resultado de trabalho independente ou por conta de outrem. Incluem-se ainda aqui os prémios que sejam resultado da produtividade laboral, e as gratificações e prémios que sejam resultado do esforço, destreza, ciência ou outra aptidão de um dos cônjuges. Os bens que representem uma substituição de salários integram também esta alínea, como as pensões de reforma.
- Os bens adquiridos na constância do matrimónio que não sejam excetuados por lei (art. 1724º, al. b), do CC). Cabem aqui: os bens adquiridos a título oneroso que não sejam excluídos da comunhão por outra norma; os bens adquiridos através das formas de aquisição originária quando a posse não se inicie antes do casamento; os bens doados ou deixados aos dois cônjuges, na medida em que se respeita a vontade do disponente, contudo esta regra cede se a liberalidade for feita no âmbito da legítima a que um dos cônjuges tem direito, para não pôr em causa o princípio da intangibilidade da legítima;
- Os frutos e rendimentos dos bens próprios e o valor das benfeitorias úteis feitas nestes bens (art. 1728º, nº 1, e 1733º, nº 2, do CC, aplicável por analogia ao regime da comunhão de adquiridos).

---

<sup>32</sup> Alguns exemplos de direitos estritamente pessoais são: os que resultam da concessão de licenças em função de qualidades da pessoa concreta, do médico para abrir uma clínica, do motorista profissional para o efeito da concessão de um alvará de táxi (...) o chamado «direito moral de autor», os «direitos de crédito constituídos *intuitu personae* a favor de um dos cônjuges» (como o direito a descontos em função da profissão, da idade, etc.) – cfr. LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, p. 442.

<sup>33</sup> Para mais desenvolvimentos ver COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 638 a 643.

Os frutos são aquilo que uma coisa produz periodicamente sem prejuízo da sua substância (art. 212º, nº 1, do CC), sendo que podem ser naturais (os que provém da coisa) ou civis (os rendimentos resultado de uma relação jurídica sobre a coisa).

Quanto às benfeitorias, podemos afirmar que as necessárias se incorporam na coisa e pertencem ao titular do bem próprio. Como são indispensáveis à conservação do capital e à sua frutificação normal, o valor delas acabará por ser reproduzido periodicamente através dos frutos da coisa, pelo que o património comum acabará por receber o valor das benfeitorias. As benfeitorias voluptuárias não aumentam, por definição, o valor que a coisa tem, pelo que não fará sentido questionar a que massa patrimonial pertencem. Assim, apenas as benfeitorias úteis se integrarão nesta alínea, como por exemplo a edificação de um imóvel, durante o casamento, com dinheiro comum, num terreno próprio de um dos cônjuges.

- Os bens móveis, salvo prova em contrário. Os bens móveis serão próprios ou comuns, de acordo com as regras gerais. Dado que são bens que se adquirem de forma frequente e geralmente sem documentação ou formalidades, torna-se mais complicado definir, em relação a todos eles ou a cada um, se são próprios ou comuns. Os cônjuges deverão provar se o bem pertence a um ou outro património, podendo fazê-lo por qualquer meio, sendo que a lei presume que o bem é comum quando não seja possível dissipar as dúvidas (de acordo com o art. 1725º do CC).
- Os bens sub-rogados no lugar de bens comuns. Estes bens serão comuns de acordo com o princípio da sub-rogação real e nos seus termos gerais. Neste regime de comunhão de adquiridos, os bens que entram no património comum em substituição de um bem anterior presumem-se comuns, e essa relação poderá, à partida, ser provada por qualquer meio. Pode haver dificuldade, em certos casos, em saber se há sub-rogação quando entra um bem diferente. Nem sempre será simples afirmar que há um bem novo que entra para o lugar do anterior.
- Os bens adquiridos em parte com dinheiro ou bens próprios de um dos cônjuges e, noutra parte, com dinheiro ou bens comuns, se esta for a prestação mais valiosa.



Já mencionamos supra, aquando dos bens comuns, esta regra que consta do art. 1726º do CC.

### **3. O regime civilístico de responsabilidade por dívidas dos cônjuges**

Poderemos logo questionar a necessidade de estabelecer um regime especial quanto à responsabilidade por dívidas dos cônjuges quando já temos as regras do direito comum das obrigações. O princípio geral, que decorre do direito das obrigações, é o de que só responde pelas dívidas quem as contrai. É necessário ter em conta, contudo, que este princípio vai ser objeto de derrogações devido à cláusula geral de plena comunhão de vida que se aplica ao casamento, mesmo que o regime de bens seja o da separação, pelo que haverá casos em que ambos os cônjuges podem ser responsabilizados por uma dívida contraída apenas por um deles<sup>34</sup>.

De acordo com o direito comum, cada um dos cônjuges teria legitimidade para contrair dívidas e seria o seu património a responder pelo cumprimento. Poderíamos utilizar as regras da gestão de negócios e do mandato, com ou sem representação, para que um dos cônjuges pudesse obrigar o outro. Outro instrumento ao dispor seria o da solidariedade passiva, para permitir que um dos responsáveis pagasse mais que a parte que lhe caberia pagar na obrigação. A fiança também poderia ser utilizada e garantiria que o património de um dos cônjuges garantisse – ou reforçasse a garantia – do cumprimento das obrigações do outro cônjuge. Assim, vê-se que o direito das obrigações até dispõe de instrumentos a que se poderia recorrer se não existisse um regime especial<sup>35</sup>.

A comunhão de vida que o casamento implica, contudo, e sendo uma plena comunhão de vida que abarca comunhão de pessoas e bens, justifica e motiva a utilização de um regime especial, com instrumentos especiais mais adequados às suas especificidades.

Os pontos essenciais que melhor caracterizam este “regime especial” são: o facto de um dos cônjuges poder de forma fácil obrigar o outro, sem que o outro tenha participado no ato de assunção da dívida, sem que haja mandato e sem ser necessário verificar os requisitos da gestão de negócios; o facto de o património próprio de cada um dos cônjuges e o património comum serem frequentemente chamados a pagar dívidas que vão além da parte de responsabilidade que lhes caberia, embora possa haver depois direito de regresso. São estes os

---

<sup>34</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 474 e 475.

<sup>35</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 477.

pontos essenciais deste regime especial e são estes os desvios ao direito comum de que este regime se ocupa.

A primeira grande regra que desde já referimos é a que consta do art. 1690.º, n.º 1, do CC, e que afirma que cada um dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro, entendendo-se que a data em que as dívidas foram contraídas será a data do facto que lhes deu origem (art. 1690.º, n.º 2, do CC)<sup>36</sup>.

Este regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas é densificado pelos arts. 1691.º e 1692.º do CC, que regulam as dívidas que são da responsabilidade de ambos os cônjuges ou de apenas um deles. Assim, muito embora cada um dos cônjuges tenha total legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro, a verdade é que essas dívidas podem vir a responsabilizar ambos os cônjuges ou apenas um deles, consoante os casos previstos nos arts. 1691.º e 1692.º do CC<sup>37</sup>.

Embora tal já não caiba dentro dos limites deste nosso trabalho, salientamos apenas que poderá haver dificuldade em harmonizar o regime da responsabilidade por dívidas com o regime da administração de bens do casal e o regime das ilegitimidades conjugais.

Um dos cônjuges, contraída uma dívida, poderá pagá-la com bens que não administre? E o credor poderá exigir o pagamento à custa de bens de que o devedor não pode dispor livremente? O facto de usar um bem que não administra para pagar a dívida irá constituir um ato de administração ilícita, contra o qual o cônjuge poderá reagir, e ainda poderá configurar uma ilegitimidade conjugal enquanto alienação de um bem que não poderia ser praticada pelo devedor sozinho.

Refira-se, agora, que a lei estabeleceu um elenco das dívidas que são comunicáveis e um elenco das dívidas que são incomunicáveis, um regime especial para dívidas que onerem doações, heranças ou legados, e outro ainda para as dívidas que onerem bens certos e determinados<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Refira-se que “Este é aliás, o princípio com que abre a Secção II do IX Capítulo do Código Civil a propósito dos efeitos do casamento, e que já se encontrava no Código de 1966, embora tenha sido a Reforma de 1977 que lhe imprimiu os contornos que hoje lhe conhecemos, estabelecendo definitivamente e sem limites uma igualdade de ambos os cônjuges em matéria de legitimidade para contrair dívidas.”, in SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, in AAV, “Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977. Direito da Família e das Sucessões”, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 364 e 365.

<sup>37</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, in “Código Civil de 1966: novos desafios. Comemorações dos 50 anos do Código Civil”, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017, p. 152.

<sup>38</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporânea*, op. cit., p. 475.

### **3.1. As dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges**

Podemos afirmar que as dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges são as que constam do art. 1691º do CC<sup>39</sup>. Faremos uma breve referência a todas elas, mas daremos especial destaque às que consideramos mais relevantes para este trabalho, nomeadamente às decorrentes do exercício do comércio por um dos cônjuges.

Refira-se que, como se verá, o art. 1692º CC estabelece que, em princípio, a dívida contraída por um dos cônjuges será da sua inteira responsabilidade, independentemente do regime de bens, salvo se se tratar de dívidas especialmente excecionadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do art. 1691º do CC. Assim, poderá dizer-se que há no art. 1691º do CC um regime especial de responsabilidade do outro cônjuge pelas dívidas contraídas apenas por um dos cônjuges<sup>40</sup>.

As dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges são as seguintes:

#### **3.1.1. Dívidas contraídas pelos dois cônjuges ou por um deles com o consentimento do outro**

Sobre estas dívidas, previstas no art. 1691º, nº 1, al. a), do CC, diga-se que elas incluem as dívidas anteriores e posteriores ao casamento, independentemente do regime de bens<sup>41</sup>. Refira-se que este princípio reproduz um princípio geral de direito das obrigações<sup>42</sup>.

A lei não exige qualquer formalismo para que o consentimento seja válido, pelo que deverá valer o princípio da liberdade de forma que consta do art. 219º do CC. Assim, o consentimento meramente consensual será válido. Este consentimento não formalizado, contudo, pode levantar problemas. Pode ser difícil de provar quando haja conflito, cabendo o ónus de o provar a quem queira responsabilizar o outro cônjuge. Este consentimento pode ainda, no caso do regime de separação de bens, levar a uma responsabilidade parciária pela dívida contra a expectativa do credor, que esperava a responsabilização total e única do devedor com quem realizou negócio (de acordo com o art. 1695º, nº 2, do CC).

A lei não refere aqui as dívidas contraídas com o respetivo suprimento judicial e isso dever-se-á ao facto de tal suprimento não ser necessário, uma vez que ambos os cônjuges têm legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro. A lei poderia admitir o suprimento

---

<sup>39</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 429

<sup>40</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 365.

<sup>41</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 429.

<sup>42</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., p. 476.

judicial do consentimento para que a dívida fosse tida como de responsabilidade comum, contudo, o legislador não parece admitir aqui o suprimento judicial do art. 1684º do CC<sup>43</sup>.

Quando a dívida for contraída pelo cônjuge dentro dos seus poderes de administração, ela será de responsabilidade comum, pelo que o suprimento seria admitido, se pudesse ser pedido, por ser uma dívida contraída em proveito comum do casal (de acordo com o art. 1691º, nº 1, al. c), do CC). Quando a dívida sai dos limites dos poderes de administração do cônjuge, ela será de responsabilidade exclusiva desse cônjuge, ainda que exista proveito comum do casal, pelo que o cônjuge que contraiu a dívida não poderá pedir o suprimento judicial do consentimento do outro cônjuge. Poderá apenas invocar o art. 1679º do CC se for aplicável ao caso.

### **3.1.2. Dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges para ocorrer aos encargos normais da vida familiar**

De acordo com o art. 1676º, nº 1, do CC, “O dever de contribuir para os encargos da vida familiar incumbe a ambos os cônjuges, de harmonia com as possibilidades de cada um, e pode ser cumprido, por qualquer deles, pela afectação dos seus recursos àqueles encargos e pelo trabalho despendido no lar ou na manutenção e educação dos filhos”.

É importante começar por referir que estas dívidas serão dívidas de pequeno montante em relação ao padrão normal de vida dos cônjuges, no geral decorrentes de despesas correntes e periódicas, pelo que qualquer um dos cônjuges as poderá contrair.

O Código Civil não concretiza o conceito de “encargos normais da vida familiar” mas, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, caberão aqui as dívidas relativas à alimentação, vestuário, saúde, transportes, renda paga pela casa de morada de família, serviços básicos como água e eletricidade, e outras semelhantes<sup>44</sup>. Diga-se que o conceito de encargos normais da vida familiar abrangerá todas as necessidades dos cônjuges, filhos e outros parentes ou afins a cargo dos cônjuges, naturalmente dentro do padrão de vida do agregado familiar, e não será legítimo cingi-lo apenas às despesas do lar, embora estas se possam considerar um bom exemplo<sup>45</sup>. Como a normalidade se afere através do valor dívida, e esta deve ser pequena em relação ao padrão de vida do casal, pode afirmar-se, como fazem vários Autores, que a aquisição de um automóvel, por

---

<sup>43</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 481. e CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 429.

<sup>44</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 153 e 154 e COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 482.

<sup>45</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., p. 476.

exemplo, e ainda que seja frequente, não corresponderá a um encargo normal da vida familiar de um casal de classe média<sup>46</sup>.

É frequente que sejam dívidas contraídas por um cônjuge dentro dos limites de administração dos bens relativos ao governo do lar que lhe compete, e em proveito comum do casal. Assim sendo, estas dívidas já responsabilizariam ambos os cônjuges de acordo com o art. 1691º, nº 1, al. c), do CC, porém, nem é necessário recorrer a essa alínea e provar os pressupostos que ela exige, porque a lei aqui já os presume.

Pode ainda tratar-se de uma dívida alheia à administração dos bens ou em relação à qual não se verifica proveito comum, mas que se inclui dentro de um quadro normal de despesas correntes, como a despesa com um livro que se compra para o filho, por exemplo<sup>47</sup>.

Não é relevante o regime de bens do casamento, assim como não é relevante que a dívida seja anterior ou posterior ao casamento. Em qualquer caso, estaremos perante dívidas relativas à preparação do casamento ou derivadas dos encargos normais da vida familiar, pelo que nenhum cônjuge se poderá desonerar da sua responsabilidade. Ambos os cônjuges serão responsáveis, mesmo que um deles não tenha contraído pessoalmente a dívida nem tenha dado o seu consentimento.

Quanto à aplicação deste regime da responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas contraídas para fazer face aos encargos normais da vida familiar à união de facto, pode afirmar-se que ele não se deve aplicar a essa união.

Apesar de o Decreto da Assembleia da República n.º 349/X, de 2009, ter proposto a alteração da Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, para que se consagrasse a responsabilidade solidária das pessoas que vivam em união de facto pelas dívidas contraídas por qualquer um deles para ocorrer aos encargos normais da vida familiar, a verdade é que este diploma foi objeto de veto presidencial por, entre outros argumentos, se entender que as soluções introduzidas, que demonstravam que o legislador teria optado por aproximar o regime das uniões de facto ao regime do casamento, não tinham sido antecedidas do necessário debate na sociedade portuguesa, envolvendo especialistas em diversas áreas relevantes para o assunto em questão e, bem assim, todos os cidadãos. Assim, quando esteja em causa uma dívida contraída por alguém que viva em

---

<sup>46</sup> Cfr., entre outros, GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 154; COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 482 e PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., pp. 476.

<sup>47</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 482.

união de facto para ocorrer aos encargos normais da vida familiar, a responsabilidade por essa dívida deverá ser de quem a contraiu, pelo que será o seu património pessoal a ter a responsabilidade do cumprimento dessa sua obrigação<sup>48</sup>.

Há, porém, quem considere que tal norma se poderá aplicar à união de facto por analogia: a tutela dos interesses do credor, o facto de haver aparência de casamento, e a facilidade de obter crédito poderão motivar esta aplicação analógica<sup>49</sup>.

### **3.1.3. Dívidas contraídas na constância do matrimónio pelo cônjuge administrador e nos limites dos seus poderes de administração, em proveito comum do casal**

Esta situação está prevista no art. 1691º, nº 1, al. c), do CC, e é importante começar por referir que há dois elementos a ter em conta: o primeiro será o exercício da administração por um dos cônjuges dos bens que lhe estão afetados, e o segundo será a necessidade de a dívida ter sido contraída em proveito comum do casal<sup>50</sup>.

Acrescente-se, ainda, que é necessário que a dívida seja contraída na constância do matrimónio, salvo se estiver em causa uma dívida contraída antes do casamento por qualquer um dos cônjuges e estes, entretanto, venham a casar sob o regime da comunhão geral de bens (art. 1691º, nº 2, do CC). Desta forma, as dívidas contraídas por quem viva em união de facto vêm-se excluídas deste regime, embora as dívidas contraídas por pessoas casadas no regime da separação de bens já não sejam excluídas deste regime<sup>51</sup>, como veremos.

A administração cabe, normalmente, ao marido e à mulher. Assim, para podermos determinar se uma dívida se pode considerar de responsabilidade comum de acordo com esta alínea, temos de verificar se essa dívida está relacionada com bens de que o cônjuge que a contraiu tem administração. Para averiguar quem tem a administração, teremos de nos socorrer das regras dos arts. 1678º e 1679º do CC<sup>52</sup>. De acordo com as regras gerais, poderá dizer-se que cada um dos cônjuges administrará os seus bens próprios, e ambos administrarão os bens comuns, segundo o art. 1678º do CC<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 155.

<sup>49</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 482. Há, contudo, Autores que divergem daquela posição, como se refere na obra e página aqui mencionada.

<sup>50</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., pp. 429 e 430.

<sup>51</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 156.

<sup>52</sup> Para mais desenvolvimentos sobre as regras de administração dos bens, e porque tal extravasa os limites deste nosso trabalho, ver, entre outros, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 433 a 452.

<sup>53</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 367.

Aqui também é necessário, além disso, que o cônjuge que contrai a dívida aja dentro dos limites dos seus poderes de administração. Devemos acrescentar, ainda, que os poderes de administração que decorrem do casamento são mais amplos que os poderes dos administradores normais de bens alheios. Um cônjuge que administre um bem comum ou um bem próprio do outro tem poderes muito amplos, que só serão limitados pela necessidade, em certos casos, do consentimento do outro para a prática de determinados atos.

A jurisprudência tem afirmado que nem todas as dívidas contraídas por um dos cônjuges com vista à aquisição de bens para o património comum do casal ou à construção de bens que passarão a ingressar neste património, são, só por isso, da responsabilidade de ambos os cônjuges<sup>54</sup>. Desta forma, pode concluir-se que, em relação aos atos de administração ordinária (previstos no art. 1678º, nº 3, 1ª parte, do CC), a lei não exigirá a participação de ambos os cônjuges ou o consentimento de um deles, mas em relação aos atos de administração extraordinária (previstos no art. 1768º, nº 3, 2ª parte, do CC), a lei já exigirá essa participação ou consentimento. A responsabilidade pelas dívidas contraídas no exercício de um ato de administração extraordinária será, então, do cônjuge devedor em exclusivo<sup>55</sup>.

Consideramos importante, também, fazer algumas considerações sobre o conceito de “proveito comum”<sup>56</sup>.

Em regra o proveito comum não se presume, exceto quando a lei o declare (art. 1691º, nº 3, do CC). Assim, trata-se de um conceito de natureza jurídica, indeterminada e abstrata, e deverá recair sobre o credor o ónus de alegar e provar que a dívida foi contraída por um dos cônjuges em proveito comum do casal, ou seja, no interesse comum do casal e da família. Tendo isto em conta, não será suficiente alegar apenas, sem qualquer suporte de facto, que a dívida foi contraída em proveito comum do casal<sup>57</sup>.

O proveito comum também não se poderá aferir pelo resultado obtido, mas pela intenção da dívida, isto é, pelo fim que visava o cônjuge que a contraiu. Se a dívida tinha como

---

<sup>54</sup> Cfr. acórdão do TRG de 22/02/2007, proc. 181/07-1, in

<http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/6a3ae8d0a814cddc802572bb004cbb2>

<sup>55</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 160.

<sup>56</sup> O STJ já se pronunciou sobre o conceito e disse que “O proveito comum é um conceito jurídico, cuja integração e verificação depende da prova de factos demonstrativos de que a destinação da dívida em causa, ou seja, o destino do dinheiro ou dos bens com este adquirido, foi a satisfação de interesses do casal, não sendo de considerar o resultado alcançado”, e ainda que “O apuramento do proveito comum traduz-se numa questão mista ou complexa, envolvendo uma questão de facto e outra de direito, sendo a primeira a de averiguar o destino dado ao dinheiro representado pela dívida e a segunda a de ajuizar sobre se, tendo em conta esse destino apurado, a dívida foi contraída em proveito comum, preenchendo o conceito legal.” – cfr. acórdão do STJ de 22/10/2009, proc. nº 419/07.6TVLSB.S1, in <http://www.dgsi.pt/isti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7ce62ad8e6a0ffd2802576580037613e?OpenDocument>

<sup>57</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 156 e 157.

fim o interesse do casal, então poderá considerar-se que houve proveito comum do casal, ainda que o resultado final consista num prejuízo. O que é relevante é a intenção de proveito comum, não sendo necessário um resultado benéfico ou vantajoso. De referir ainda que o interesse comum não terá de ser necessariamente um interesse material ou económico, pois poderá também ser um interesse cultural, intelectual ou moral<sup>58</sup>.

Acrescentamos, ainda, que não bastará apenas a intenção subjetiva do cônjuge que contrai a dívida em proveito comum do casal. É ainda necessário que, de forma objetiva, à luz do critério do homem médio e das regras de experiência comum, a dívida se possa considerar contraída em proveito comum do casal e haja uma intenção objetiva de proveito comum<sup>59</sup>. Desta forma, para averiguar o proveito comum, é preciso analisar uma questão de facto – saber qual foi o destino dado ao dinheiro - e uma questão de direito – averiguar se a dívida foi contraída em proveito comum tendo em conta o destino dado ao dinheiro. O essencial, assim, é questionar que tipo de destino ou aplicação teve o valor dívida<sup>60</sup>.

Ainda que o fim para que a dívida foi contraída seja manifestamente absurdo ou irrealista, a dívida continuará a considerar-se como contraída em proveito comum do casal, e por isso a responsabilidade será de ambos os cônjuges. Em último caso, poderá é haver responsabilidade do cônjuge administrador perante o outro ou, eventualmente, uma separação judicial de bens<sup>61</sup>.

No que respeita à jurisprudência, pode dizer-se que ela se tem dividido no que respeita aos requisitos que devem ser considerados para que uma dívida seja qualificada como tendo sido ou não contraída em “proveito comum do casal”.

Desta forma, podemos distinguir uma primeira corrente<sup>62</sup>, para a qual a qualificação de uma dívida como tendo sido contraída em proveito comum do casal pressupõe a prova do fim visado no momento em que a dívida foi contraída, isto é, a satisfação de um interesse comum do casal, e ainda o resultado obtido com essa dívida. Assim, para esta corrente, o credor tem de

---

<sup>58</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 483 e 484.

<sup>59</sup> Cfr. acórdão do STJ de 22/10/2009, proc. n.º 419/07.6TVLSB.S1, in <http://www.dgsi.pt/jsti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7ce62ad8e6a0ffd2802576580037613e?OpenDocument>

<sup>60</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 483 e 484.

<sup>61</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 430.

<sup>62</sup> Cfr., entre outros, o acórdão do STJ de 7/12/2005, proc. 05B1995, in <http://www.dgsi.pt/jsti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/6ae686a209c14c7a80257102004ec94f?OpenDocument>, o acórdão do TRL de 2/6/2006, proc. 4652/2006-7, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/5661902ad918aef0802571a700474acd?OpenDocument>, o acórdão do TRC de 30/11/2010, proc. 2345/09.5TBFIG.C1, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/de204361e30726fd8025780f00531622?OpenDocument>, e ainda o acórdão do TRC de 19/6/2013, proc. 116/11.8TBFND-A.C1, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/ae5fd47d242ffec80257ba20053253d?OpenDocument>.



alegar e provar a razão de ser da dívida e ainda qual o “destino dado ao dinheiro representado pela dívida” e que, face a esse destino, a dívida foi contraída em benefício de ambos os cônjuges.

Podemos distinguir uma segunda corrente<sup>63</sup>, para a qual será suficiente atender ao fim visado pelo cônjuge que contraiu a dívida no momento em que a contraiu, independentemente do resultado que tenha sido efetivamente obtido. Assim, para esta corrente, a dívida será qualificada como própria ou comum conforme tenha sido contraída, respetivamente, tendo em vista um interesse próprio e exclusivo do cônjuge que a contraiu ou o interesse comum do casal, independentemente do resultado obtido.

A segunda corrente, que é maioritária e nitidamente defensora dos interesses do credor, não desonera o credor de alegar factos em relação aos quais se possa concluir que o cônjuge devedor atuou dentro dos limites dos seus poderes de administração e teve em vista o interesse comum do casal, não bastando aqui a alegação de que o bem passou a fazer parte do património comum do casal. É necessário ter em atenção que, como já referido, o proveito comum do casal não se presume, de acordo com o art. 1691º, nº 3, do CC. Com isto, se o autor não invocar factos que demonstrem que a dívida foi contraída em proveito comum, e ainda que os réus não contestem, o tribunal também não poderá decidir, baseando-se na falta de contestação, pela responsabilidade de ambos os cônjuges.

Por outro lado, o cônjuge do devedor pode alegar e provar que o cônjuge administrador visava, com a dívida, a satisfação de um interesse próprio e exclusivo dele, provando assim que não existe proveito comum.

Atendendo aos requisitos que esta alínea c) do nº 1 do art. 1691º exige, pode considerar-se que este regime protege de forma adequada o cônjuge do devedor, dado que o legislador afasta a presunção de proveito comum do casal e faz recair sobre o credor o ónus de provar a comunicabilidade da dívida. Ademais, e tendo em conta o contexto social e familiar que vivemos, em que é cada vez mais comum os cônjuges conservarem a sua autonomia financeira e patrimonial no âmbito do casamento, não seria compreensível que se onerasse o cônjuge do devedor com o ónus de demonstrar que não se verificava proveito comum.

---

<sup>63</sup> Cfr.: o acórdão do STJ de 22/06/1977, proc. nº 066626, in BMJ nº 268, 1997, p. 233; o acórdão do TRL de 12/7/2000, proc. nº 0666402, in <http://www.dgsi.pt/itrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/3ecdc81b986929ab8025699600523339?OpenDocument>; o acórdão do STJ de 7/1/2010, proc. nº 2318/07.2-TVLSB.L1.S1, in <http://www.dgsi.pt/jsti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/174c3220dd71a7e5802576a40056cd3f?OpenDocument>; o acórdão do TRC de 25/3/2010, proc. nº 252/06.2-TBCVL.C1, in <http://www.dgsi.pt/itrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5a3a1dfc5a2862b380257719002ec53e?OpenDocument>. Cfr, na doutrina, LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV, op. cit.*, p. 330 e 331.

Além disto, e tendo em conta a facilidade de concessão de crédito ao consumo, o cônjuge do devedor pode não ter conhecimento das dívidas contraídas pelo seu cônjuge nem beneficiar de forma direta ou indireta do resultado dessas dívidas. O credor deve, assim, aquando da celebração do contrato de financiamento, assegurar de forma correta a vinculação de ambos os cônjuges ao cumprimento do contrato e das obrigações dele decorrentes<sup>64</sup>.

Podemos ainda questionar a aplicação do art. 1691º, nº 1, als. c) e d) do CC, à união de facto. A referida alínea c) aplica-se aos casamentos celebrados no regime da separação de bens, em que cada um dos cônjuges administra os bens que lhe pertencem, sendo que é também isto o que acontece com a união de facto. Esta aplicação, contudo, levaria necessariamente a uma equiparação da união de facto com o casamento que teria de ser extremamente bem ponderada. Sobre a referida alínea d), dado que esta não se aplica quando vigora o regime da separação de bens, também não deve aplicar-se aos casos da união de facto, casos em que não há sequer um regime de bens<sup>65</sup>.

#### **3.1.4. Dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio**

Sobre este grupo de dívidas, previsto no art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, diga-se que serão da responsabilidade de ambos os cônjuges as dívidas contraídas no exercício do comércio de um deles, salvaguardando-se a possibilidade de provar que não houve intenção de proveito comum por parte do cônjuge que contraiu a dívida, assim como a situação em que o regime de bens é o da separação de bens, casos em que não haverá comunicabilidade da dívida. O art. 15º do CCom prevê, por seu turno, que as dívidas comerciais do cônjuge comerciante se presumem contraídas no exercício do seu comércio.

Desta forma, para que a dívida possa ser da responsabilidade de ambos os cônjuges, o credor apenas terá de alegar e provar que o cônjuge devedor é comerciante e que a dívida tem natureza comercial, dado que a lei estabelece a dupla presunção de que a dívida, sendo comercial, se considera contraída no exercício do comércio do cônjuge devedor e contraída em benefício de ambos os cônjuges, havendo, assim, proveito comum do casal. Com isto, pode dizer-se que o

---

<sup>64</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 160 e 161.

<sup>65</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 483 e 484.

cônjuge do comerciante poderá ser responsabilizado ainda que não tenha dado o seu consentimento.

Começando por aquela que será a finalidade da norma, podemos dizer que esta alínea tem em vista tutelar o comércio, pelo que alarga a garantia patrimonial concedida aos credores dos comerciantes. Consegue-se, assim, que estes tenham facilidade em obter crédito e beneficia-se o comércio em geral<sup>66</sup>. Há uma clara intenção de beneficiar os credores do cônjuge comerciante, pois se este for casado poderão responsabilizar ambos os cônjuges pelas dívidas de comércio<sup>67</sup>. Pode afirmar-se, assim, que aquela dupla presunção se justifica historicamente pela necessidade de incentivar o comércio e de, ao dar ao credor uma garantia pessoal sobre o cônjuge do devedor, permitir maior facilidade de acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento do comércio<sup>68</sup>.

Diga-se, porém, que ampliar a garantia patrimonial através da responsabilização de ambos os cônjuges implica, nitidamente, um sacrifício por parte do cônjuge do comerciante. Este cônjuge será responsabilizado, como veremos, quando quieria ou gostaria de ficar de fora dos riscos da atividade comercial do seu cônjuge comerciante.

O sentido desta norma, contudo, será o de que o sacrifício que se exige do cônjuge acabará por reverter em favor da família e dos cônjuges: como se aumenta a garantia e a confiança dos credores, e por isso se facilita a concessão de crédito, o exercício do comércio sairá beneficiado, e esse exercício representará uma parte importante das finanças e do sustento económico da família<sup>69</sup>. A responsabilização de ambos pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício do comércio tem por base a ideia de que “o sacrifício imposto ao cônjuge e família do comerciante não é arbitrário, por se entender que, em princípio, a dívida terá sido contraída no interesse do casal, com vista a granjear proveitos a aplicar em benefício da família ou em benefício comum.”<sup>70</sup>

O cônjuge, ao ser responsabilizado, pode ter a intenção de afastar a comunicabilidade da dívida. Uma das possibilidades será afastar a presunção do art. 15º do CCom e demonstrar que a dívida não foi contraída no exercício do comércio do cônjuge comerciante, e, portanto, afasta

---

<sup>66</sup> De acordo com XAVIER, Vasco da Gama Lobo, *Responsabilidade dos bens do casal pelas dívidas comerciais de um dos cônjuges*, in Separata da Revista de Direito e de Estudos Sociais, ano XXIV, Outubro-Dezembro, nº 4, 1980, p.8.

<sup>67</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 368.

<sup>68</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 162 e 163.

<sup>69</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 486.

<sup>70</sup> Cfr. os acórdãos do TRL de 17/11/2005, proc. 10271/2005-6, in

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/e3b282783d7cfa33802570f30054aba6>, e de 19/12/1990, proc.

0067144, in <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/ddf7e77dd01a470f802568030000ea17?OpenDocument>

a sua responsabilidade, mostrando que a dívida não foi contraída no exercício do comércio do seu cônjuge, ainda que seja uma dívida comercial<sup>71</sup>. Refira-se que esta presunção, embora até pudesse parecer pouco útil, tem utilidade: as dívidas comerciais são as que derivam de um ato de comércio, e qualquer pessoa pode praticar atos de comércio dos quais resultem dívidas comerciais sem que exerça uma atividade comercial ou, se a exerce, tendo praticado um ato completamente alheio a esse exercício. É aqui que se pode ver o interesse da presunção: ela vai, claramente, beneficiar o credor do comerciante, que apenas terá de provar que o credor é comerciante e a dívida comercial<sup>72</sup>.

Tendo isto em conta, diga-se que o cônjuge do devedor poderá ilidir a dupla presunção demonstrando que a dívida não foi contraída no exercício do comércio ou, mesmo que a dívida tenha natureza comercial, que não foi contraída em proveito comum do casal. Isto acontecerá, por exemplo, quando o cônjuge do devedor demonstre que o devedor tinha várias dívidas e não contribuía com qualquer rendimento para as finanças do casal, ou quando o casal já se encontrava separado de facto em data anterior à data em que a dívida surgiu, tendo o devedor deixado de entregar qualquer rendimento ao seu cônjuge<sup>73</sup>.

A lei exige que a dívida seja resultante do exercício do comércio, e pode dizer-se que subjacente a esse exercício do comércio está a aquisição da qualidade de comerciante, que pode ser adquirida pelas pessoas físicas que, tendo capacidade para praticar atos de comércio, fazem destes profissão. O art. 13º, nº 1, do CCom, diz que está subjacente a esta categoria a capacidade para praticar atos de comércio e, ainda, a profissionalidade dessa prática, ou seja, a prática habitual, regular, reiterada e sistemática de atos de comércio, no âmbito de uma das atividades que o legislador considera comerciais, sendo que a atividade deve ser exercida em nome próprio e não por conta de outrem<sup>74</sup>.

Poderemos ainda questionar se será suficiente um ato esporádico ou ocasional de comércio para que se possa aplicar esta alínea. A maior parte da doutrina, que seguimos, considera, contudo, que a aplicação deste regime apenas se justificará quando estejam em causa dívidas comerciais enquadradas no exercício habitual do comércio do cônjuge comerciante<sup>75</sup>. São

---

<sup>71</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 486.

<sup>72</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 369 e 370.

<sup>73</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 163 e 164 e notas (41), (42) e (43).

<sup>74</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 369.

<sup>75</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, DIAS, Cristina, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, op. cit., p. 63, nota 84.

vários os Autores que defendem este entendimento, como Cunha Gonçalves, Fernando Olavo, J. G. Sá Carneiro, Vasco Lobo Xavier, Pinto Furtado, Augusto Lopes Cardoso e Ferrer Correia, entre outros<sup>76</sup>. Assim, os casos de dívidas decorrentes de atos comerciais isolados, ou resultantes de atos de comércio estranhos ao exercício da atividade comercial normal do cônjuge comerciante, devem ser excluídos<sup>77</sup>.

A alínea d) deste artigo 1691º, nº 1, do CC, estabelece o que podemos designar por verdadeira presunção legal de proveito comum, sendo que essa presunção é estabelecida em favor do credor. Com esta presunção, o credor já não precisa de fazer prova do proveito comum (ao contrário da alínea c) do nº 1 do art. 1691º do CC, em que o credor tem de fazer a prova de que houve proveito comum, havendo aqui uma diferença notória entre as duas alíneas, dado que aqui o credor não tem o ónus de fazer essa prova)<sup>78</sup>. Pode afirmar-se que este requisito do proveito comum traduz o equilíbrio entre os interesses pessoais e profissionais, e a proteção do comércio cederá sempre quando se conclua não existir proveito para o outro cônjuge<sup>79</sup>. Esta presunção não é, contudo, uma presunção absoluta. É possível provar que não houve intenção de proveito comum por parte do cônjuge comerciante que contraiu a dívida, e aí a dívida já será da exclusiva responsabilidade desse cônjuge.

No Código Civil de 1966, porém, este regime era diferente: considerava-se que as dívidas contraídas por um dos cônjuges no exercício do comércio responsabilizariam ambos os cônjuges, independentemente de haver ou não proveito comum. O legislador alterou a sua posição em 1977, permitindo, como vimos, a prova de que não houve proveito comum. Consideramos que o legislador (e bem, a nosso ver) não quis ir tão longe na proteção dos credores dos comerciantes, sacrificando o cônjuge do comerciante e os interesses do casal, como no Código de 1966<sup>80</sup>.

Refira-se que esta norma do art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, é tradicional em direito português. A verdade é que numa parte importante das famílias portuguesas era o marido que exercia a atividade comercial, e o casal e a família viviam dessa atividade, sendo que a mulher não trabalhava fora de casa ou, no máximo, ajudaria o marido no exercício do seu comércio, pelo

---

<sup>76</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 255.

<sup>77</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 161 e 162.

<sup>78</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 487.

<sup>79</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 371.

<sup>80</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 487.

que, de certa forma, as dívidas contraídas no exercício do comércio eram objetivamente em proveito comum<sup>81</sup>

É de referir aqui que a separação de facto não é relevante para afastar a presunção de proveito comum. Não é suficiente para afastar a presunção de proveito comum, até porque a separação de facto não impedirá que haja intenção de proveito comum por parte do cônjuge comerciante na sua atividade. Tal acontecerá, por exemplo, quando o cônjuge paga com os rendimentos do seu comércio uma pensão de alimentos ao seu cônjuge.

Pode ainda considerar-se que o cônjuge separado de facto, até quando não recebe qualquer quantia ou auxílio financeiro do seu cônjuge comerciante, acaba na mesma por participar no comércio, uma vez que haverá lucros a entrar no património comum e este acabará por ter de ser partilhado. Assim, para este entendimento, o comércio é na mesma exercido no interesse comum do casal.

Esta ideia, porém, não tem colhido na doutrina (e bem, a nosso ver). Estaríamos a impor ao cônjuge do comerciante uma responsabilidade que apenas teria como compensação um aumento futuro e eventual dos bens comuns e, por consequência, da sua meação nos bens comuns. Tal não faz sentido, a nosso ver e em concordância com a doutrina maioritária, e é bem diferente do caso em que se exige do cônjuge uma participação na responsabilidade por dívidas, quando este tira vantagem de forma corrente dos proveitos do comércio do seu cônjuge comerciante.

Além disto, se a perspectiva de um aumento eventual e futuro da meação nos bens comuns fosse suficiente para provar o proveito comum do casal – ou que as dívidas foram contraídas em proveito comum – a última parte desta alínea d) perderia a utilidade, uma vez que nos regimes de comunhão deixaria de ser possível a prova de que não houve intenção proveito comum, pois os rendimentos do exercício do comércio são sempre integrados no património comum do casal<sup>82</sup>.

A responsabilidade de ambos, ou comunicabilidade da dívida, também será afastada se o regime de bens em vigor for o da separação de bens. Tal deriva da ideia de que os cônjuges, ao menos do ponto de vista do património, são estranhos um ao outro, pelo que os riscos e fracassos

---

<sup>81</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 430.

<sup>82</sup> De acordo com XAVIER, Vasco da Gama Lobo, *Responsabilidade dos bens do casal pelas dívidas comerciais de um dos cônjuges*, op. cit., p. 7, nota 3.

de um deles não afetará o outro<sup>83</sup>, e do intuito de garantir uma total independência patrimonial entre os cônjuges<sup>84</sup>.

Assim, nos regimes de comunhão, a falta de proveito comum exclui a responsabilidade do cônjuge do comerciante, ainda que os frutos se incluam no património comum do casal. Já no regime de separação de bens, o facto de haver proveito comum não basta para justificar a responsabilidade do cônjuge do comerciante, pois os frutos neste regime são bens próprios, e os patrimónios dos cônjuges são separados.

Esta diferença poderá parecer estranha, dado que no regime de separação não haverá proveito comum, ainda que os cônjuges tenham no estabelecimento comercial o seu sustento, sendo que há Autores que consideram tal como excessivo<sup>85</sup>. Esta constatação pode fazer-nos concluir que terão sido usados dois critérios diferentes: nos regimes de comunhão, o critério usado terá sido o facto de não existir proveito comum, enquanto no regime de separação o critério usado terá sido o da natureza dos frutos do comércio, que são bens próprios neste regime, e que se terá sobreposto aqui ao proveito comum.<sup>86</sup>

Há, de facto, Autores que discordam desta solução de se afastar a responsabilidade do cônjuge do comerciante, ainda que haja proveito comum, no regime de separação de bens. Seguindo Helena Salazar<sup>87</sup>, se se verifica proveito comum, é porque a dívida do cônjuge comerciante beneficiou o outro cônjuge, embora essa dívida não vá ser da sua responsabilidade “apenas e só porque é casado segundo o regime de separação”. Isto significa que são usados critérios diferentes conforme o regime de bens, o que gera, segundo aquela Autora, um tratamento desigual.

A Autora acrescenta que os regimes de bens não estão relacionados com a questão do proveito comum, dado que este se pode verificar em qualquer regime de bens. Afirma ainda que se é a proteção do credor que justifica a comunicabilidade da dívida, não se compreende a razão pela qual a dívida não se comunica no regime de separação, levantando aqui dúvidas sobre a justiça deste regime para com os casais que estejam casados nos regimes de comunhão.

---

<sup>83</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 488.

<sup>84</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., p. 373.

<sup>85</sup> Como afirma CARDOSO, Augusto Lopes, *Da responsabilidade dos cônjuges por dívidas comerciais*, in AAVV, “Temas de Direito da Família”, Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Coimbra, Almedina, 1986, p.191, e SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 372 e 373.

<sup>86</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 488.

<sup>87</sup> Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 373 a 375.

Em nossa opinião, e embora compreendendo esta corrente de opinião e os seus argumentos, não consideramos ser necessário ir tão longe e defender que o tratamento diferente entre regimes leva a um tratamento injusto. Consideramos que não se deve esquecer que, em última instância, são os cônjuges que, à partida, tem a liberdade e o poder de escolher o regime de bens, sendo uma escolha voluntária e livre da sua parte casar em comunhão ou em separação.

Helena Salazar defende, embora reconhecendo que há Autores que defendem o contrário, que para manter a ideia de justiça e equidade na aplicação das normas legais, e na impossibilidade de aplicar a alínea d) do n° 1 deste art. 1691° do CC ao regime de separação de bens, se poderá, nesse caso, responsabilizar o cônjuge do comerciante através da alínea c) do n° 1 do art. 1691° do CC. Assim, e no seu entender, valoriza-se definitivamente o proveito comum do casal como elemento determinante para a comunicabilidade. Esta posição acarretaria alterações, desde logo porque teria de ser o credor a alegar e provar o proveito comum, saindo prejudicado na aplicação desta alínea em relação à alínea d), pois na alínea d) o proveito comum presume-se e o credor não tem de fazer essa prova, e esta diferença até pode parecer pouco relevante mas influencia bastante a postura do credor no processo. Assim, a Autora defende que se poderá aplicar a alínea c) às dívidas de comércio<sup>88</sup>.

Ainda neste âmbito, Cristina Dias afirma que esta exclusão do regime de separação de bens não impede que o credor possa provar que a dívida contraída, mesmo no regime de separação de bens e no exercício do comércio, se destinou a satisfazer os encargos normais da vida familiar ou foi contraída pelo cônjuge administrador em proveito comum, para efeitos da responsabilização de ambos os cônjuges, nos termos do art. 1691°, n° 1, als. b) e/ou c). Para esta Autora, “a possibilidade de responsabilizar o outro cônjuge casado em regime de separação de bens, nos termos das als. b) e/ou c) do n° 1 do art. 1691°, mesmo pelas dívidas previstas e excluídas pela al. d) no regime de separação, dependerá sempre do caso concreto”<sup>89</sup>.

Pode pensar-se, naturalmente, que este regime da alínea d) acarreta um sacrifício excessivo e demasiado oneroso para o cônjuge do comerciante, que fica à mercê dos riscos da atividade comercial do outro cônjuge. Devemos enquadrar isto, ainda, no contexto da impossibilidade de modificação do regime de bens, pelo que os cônjuges que casaram num regime

---

<sup>88</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, pp. 372 a 375.

<sup>89</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, *op. cit.*, p. 251 a 253.



de comunhão não podem depois, se surgirem dívidas e para se desonerarem delas, modificar o regime de bens e escolher o regime de separação.

Há motivos sérios e ponderosos que levam a considerar que estas dívidas devem ser consideradas como dívidas próprias do comerciante, tal como afirma grande parte da doutrina com quem nós concordamos.

É necessário ter em conta que o Código Civil data de 1966, sendo que a última revisão de fundo ao regime da responsabilidade patrimonial por dívidas dos cônjuges é de 1977, e posteriormente apenas se verificaram pontuais alterações. É natural, e indiscutível, que a realidade socioeconómica das famílias se alterou bastante durante este espaço de tempo. Se nas décadas de 60, 70 e 80 era natural que fosse o marido a cuidar do sustento financeiro da família e a mulher a desempenhar o papel de cuidadora da casa e da família, em exclusivo, a verdade é que tal foi sofrendo profundas alterações, sendo agora cada vez mais comum que ambos os cônjuges tenham atividades profissionais remuneradas e contribuam para o sustento financeiro da família. A par disto, verificou-se também uma maior afirmação da igualdade entre os cônjuges, bem como uma maior liberdade no que toca à gestão do ativo e do passivo do orçamento familiar, estando cada vez mais esbatida a ideia de que é apenas o marido que sustenta a família e toma decisões quanto às finanças<sup>90</sup>.

O Código Civil não terá acompanhado, desta forma, toda a evolução social da família quanto ao regime da responsabilidade dos cônjuges por dívidas. Já na reforma de 1977, o próprio legislador lamentava que a revisão do regime da responsabilidade passiva dos cônjuges se limitasse apenas “a uma modificação da alínea d) do n.º 1 do artigo 1691.º em consonância com a nova redação adotada para o artigo 15.º do Código Comercial, e bem assim a outros pequenos ajustamentos dos artigos 1691.º e 1692.º”, por não ter tido a “possibilidade de estudar a fundo a necessária revisão do regime de dívidas do casal”<sup>91</sup>.

Posto isto, se na altura em que este regime foi desenhado poderia fazer sentido presumir que os rendimentos vindos do comércio de um dos cônjuges seriam sempre usados em proveito comum do casal e, por isso, deveriam responsabilizar ambos os cônjuges, hoje tal já não será tão comum, até devido à crescente independência financeira da mulher e maior igualdade. A realidade já não assentará tanto na ideia do marido que é o único a trabalhar e usa os rendimentos para sustentar a família, havendo proveito comum.

---

<sup>90</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 151 e 152.

<sup>91</sup> Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro.

Consideramos, assim, que o Código Civil não acompanhou devidamente a evolução da realidade das famílias neste aspeto.

Pegando agora num exemplo, se um dos cônjuges tiver uma dívida de IVA ou IRC relativa à sua atividade de comércio, que até pode ser de valor avultado, tal dívida será, à partida, comunicável, e terá de ser o outro cônjuge a provar que não houve proveito comum do casal para afastar essa responsabilidade. Tal acontece porque basta ao credor alegar e provar que o cônjuge devedor é comerciante e a dívida em causa reveste natureza comercial. Como se pode depreender, nem sempre será fácil a prova de que não houve proveito comum do casal. Esta situação poderá ser ainda mais grave nos casos em que, como acontecerá muitas vezes, o outro cônjuge não tem qualquer conhecimento ou participação na atividade comercial.

Esta questão adquire contornos ainda mais sérios no âmbito do Direito Tributário e das dívidas fiscais, como veremos, uma vez que estamos perante dívidas que podem ser coercivamente cobradas em Processo de Execução Fiscal, que goza de maior celeridade que o processo de execução comum. Acresce a isto o facto de os meios impugnatórios, no geral, não gozarem de efeito suspensivo em Direito Tributário, sendo necessário a prestação de uma garantia ou a obtenção da sua dispensa para que a execução não prossiga os seus termos.

Não pondo em causa a tutela que qualquer credor merecerá, sobretudo o Estado, nem considerando, de todo, que deve haver uma total desresponsabilização do cônjuge do comerciante, a verdade é que este regime (e os aspetos que acabamos de expôr) nos parece desatualizado e desadequado da atual realidade socioeconómica das famílias, sendo inegavelmente gravoso.

São vários os Autores que consideram, também eles, que o regime se encontra desatualizado e é desproporcional, sobretudo no que concerne às dívidas de comércio.

Deve entender-se que “há boas razões para propor que as dívidas contraídas no exercício do comércio sejam consideradas como dívidas próprias do comerciante”, como afirmam Francisco Pereira Coelho e Guilherme Oliveira, acrescentando que tal poderia ser completado com a proposta de que os frutos do exercício do comércio sejam tratados como bens próprios do comerciante e não como bens comuns, pois se assim não fosse o cônjuge do comerciante evitava os riscos e os prejuízos para guardar só a sua parte nos lucros da atividade<sup>92</sup>. Estes Autores, como

---

<sup>92</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 486 e 488 a 499.

muitos outros e como se verá, questionam ainda a razão pela qual o comércio tem um regime favorável quando tal não acontece com as empresas agrícolas ou profissões liberais.

Deve também defender-se que este regime, que responsabiliza ambos os cônjuges pelas dívidas contraídas por qualquer um deles no exercício do comércio, se mostra “totalmente desproporcionado e desajustado da realidade económica, social e familiar e atual”, defendendo que a presunção de responsabilidade comum da dívida assenta numa construção histórica e social que se encontra desatualizada, sobretudo ao considerar que o sustento do lar conjugal será provido pelo cônjuge comerciante em exclusivo, em proveito comum e benefício do outro cônjuge e do casal<sup>93</sup>.

Marco Gonçalves lembra que pode suceder que o cônjuge seja responsabilizado, ainda que na prática não beneficie de quaisquer frutos ou rendimentos resultantes da atividade comercial do cônjuge devedor, sendo que o cônjuge pode ser absolutamente alheio à atividade comercial do devedor. Pode também suceder, por exemplo, que o cônjuge do devedor não deduza qualquer contestação quanto à presunção de que a dívida é comercial e quanto ao proveito comum do casal que daí deriva, depois de citado na ação que o credor intenta contra ambos os cônjuges.

Deve, sobretudo, chamar-se a atenção para a possibilidade de o cônjuge do devedor poder ser completamente alheio à atividade comercial do devedor, lembrando que tal é agravado pelo facto de a nossa lei não estabelecer o dever de cada cônjuge informar o outro, periodicamente, quanto à situação e aos rendimentos das atividades que exerça, tal como este Autor afirma. Em Espanha, como veremos, tal não acontece, dado que nesse ordenamento se prevê esse dever de informação.

Além disso, os credores tem à disposição variados instrumentos jurídicos e financeiros que lhes garantirão, de forma adequada, o cumprimento integral das obrigações que os devedores tenham assumido, pelo que o referido Autor considera, e bem, que este regime da alínea d) do n.º 1 do art. 1691.º do CC “deve ser revogado, já que não se coaduna quer com a realidade comercial atual, quer com a conceção da família contemporânea, centrada, cada vez mais, na individualidade e na autonomia patrimonial de cada cônjuge”. Este Autor diz ainda, e bem, que “esse preceito onera, de forma desproporcionada, o cônjuge do devedor com a obrigação de ilidir a dupla presunção da comercialidade da dívida e da existência de um proveito comum do casal”<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 164, 165 e 173.

<sup>94</sup> Cfr. Idem, ibidem, pp. 164 e 165.

Há mais Autores que partilham da opinião de que o regime das dívidas decorrentes do exercício do comércio, em vigor desde o Código Comercial de 1888, é um regime excessivo, iníquo e historicamente situado.

Cristina Dias<sup>95</sup> refere que desde 1977 que a realidade se alterou e os cônjuges têm, ambos, poderes de administração dos seus bens próprios e de certos bens comuns, assim como ambos têm iguais poderes no que respeita à administração de bens comuns que não se encontrem submetidos à administração exclusiva de apenas um deles (art. 1678º do CC). Ambos passaram, além disso, a ter o poder de exercer livremente o comércio ou qualquer outra profissão ou atividade (1677º-D do CC). Desde 1977 que o legislador consagrou, também, o princípio da igualdade dos sexos, eliminando as discriminações de tratamento entre marido e mulher, pelo que estes são iguais em direitos e deveres, tanto a nível pessoal como patrimonial.

Esta Autora acrescenta, e bem, que a realização do plano de vida de cada um dos cônjuges, a nível pessoal e profissional, pressupõe independência em relação ao outro cônjuge, sendo que tal implica a não responsabilização pelas dívidas contraídas pelo outro cônjuge no exercício da sua profissão. Assim, ninguém se sentirá livre para iniciar uma atividade se tiver de ponderar as consequências dessa atividade em relação aos seus bens e, ainda, aos bens do outro cônjuge.

Diga-se que também não se compreende a razão pela qual, nos regimes de comunhão, as dívidas de comércio são tão protegidas, pois nenhuma outra profissão goza de tal privilégio. Neste aspeto, Cristina Dias<sup>96</sup> refere que o exercício da atividade agrícola ou industrial, ou de uma profissão liberal, também é um exercício no interesse da família, pelo que também poderia se poderia fundamentar aqui uma presunção de proveito comum, embora nestes casos os credores não beneficiem de qualquer regime especial.

Queremos agora salientar que, ainda neste aspeto, a Autora chama a atenção para uma questão que consideramos extremamente relevante dado o tema deste trabalho: o facto de isto ter repercussões a nível fiscal, pois uma dívida de IVA de um comerciante pode ser de responsabilidade comum, de acordo com o art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, mas uma dívida de IVA decorrente do exercício de uma profissão liberal já não será (sem prejuízo de poder haver

---

<sup>95</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões, *op. cit.*, p. 444 a 448.

<sup>96</sup> Tal como outros Autores, como por exemplo COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, *op. cit.*, pp. 486 e 488 a 499

responsabilidade comum de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art. 1691.º do CC)<sup>97</sup>. De facto, também não compreendemos nem encontramos razões para que o tratamento seja desigual.

Pode dizer-se, como já se referiu, que também não se entende a razão pela qual se mantém a exceção para o regime da separação de bens, pois a admitir que as dívidas comerciais desta alínea d) sejam comuns, não se compreenderá, atendendo à autonomia patrimonial entre os cônjuges em qualquer regime de bens, a consagração de uma regulamentação ou regime especial para o regime de separação, ainda mais porque neste regime, se a dívida fosse comum, poderia também provar-se que não existiu proveito comum, de forma a afastar a aplicação da norma.

Cristina Dias defende<sup>98</sup>, quanto a isto, que “A admitir-se, o que nos custa aceitar, a comunicabilidade da dívida, para protecção do credor, seria para qualquer regime de bens, sendo o factor de não comunicabilidade o proveito comum”, acrescentando que o motivo para se afastar a responsabilização de ambos os cônjuges no regime de separação, que lhe parece acertado em qualquer regime de bens, se relaciona com uma maior independência patrimonial entre os cônjuges.

A Autora diz ainda que (e bem, a nosso ver), mesmo que a dívida beneficie o outro cônjuge, havendo proveito comum, esta poderia sempre ser comum, nomeadamente através da alínea c) do n.º 1 do art. 1691.º do CC<sup>99 100</sup>, sendo que a comunicabilidade aqui ocorre porque a dívida foi contraída em proveito comum e não por ser uma dívida comercial.

Há, contudo, jurisprudência que discorda deste entendimento e defende que a alínea c) só poderá ser aplicada se não se tratar de dívidas contraídas no exercício do comércio, dado que, se forem contraídas no exercício do comércio, caberão na alínea d), e esta exclui o regime de separação de bens. A Autora refere que a ideia até poderá ter alguma razão face à atual regulamentação, mas perderia o seu fundamento se não existisse a alínea d), como defende.

Cristina Dias acrescenta que, se se eliminasse a alínea d), a proteção financeira da família e a maior facilidade na obtenção de crédito, que justificam este regime especial da alínea d), não seriam significativamente afetadas<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 445.

<sup>98</sup> Tal como outros Autores e como, por exemplo, Helena Salazar - Cfr. SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 372 a 375

<sup>99</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 446 e 447.

<sup>100</sup> Tal como defendem outros Autores, como HELENA SALAZAR, e como já referimos.

<sup>101</sup> Há mais Autores a partilhar, e bem, desta opinião, tal como Marco Gonçalves – Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 164, 165 e 173.

Os credores do comerciante poderiam continuar, provavelmente, a responsabilizar ambos os cônjuges através da alínea c), desde que cumprissem os seus requisitos, e embora na alínea c) estes se encontrem menos protegidos, porque tem de fazer prova do proveito comum, a verdade é que isso já acontece no regime de separação de bens e no caso de qualquer outra profissão. A Autora acrescenta que, além disto, será sempre possível recorrer a instrumentos de crédito tão diversificados e eficazes que permitem atingir o mesmo objetivo da tutela do crédito. Assim, entende não ver razão, tendo em conta a independência recíproca entre os cônjuges, para não vigorar o mesmo regime para os regimes de comunhão, ou para vigorar este regime específico para o exercício do comércio. Na hipótese de ter de se manter a alínea d), a Autora refere que se deveria alargar o seu âmbito a todas as profissões, terminando com o privilégio exclusivo dos credores comerciais, como, aliás, prevê o Código Civil espanhol<sup>102</sup>.

A Autora, referindo-se ao nível comercial e societário, diz que a realidade demonstra que a tendência é a de limitação das responsabilidades, através da escolha de sociedades anónimas ou por quotas, ou de sociedades por quotas unipessoais, em detrimento do comerciante individual ou do estabelecimento individual de responsabilidade limitada, quase não existindo sociedades em nome coletivo. Assim, e se se pretende a separação de patrimónios entre os cônjuges, e entre o património de cada um dos cônjuges e o “património profissional”, não se justifica que se mantenha uma solução “desfasada da realidade que é a da responsabilidade comum pelas dívidas comerciais”<sup>103</sup>.

Além disto, a Autora lembra que o legislador proibiu que os cônjuges participassem na mesma sociedade, em termos de ambos responderem pessoal e ilimitadamente pelas dívidas sociais (art. 1714º, nº 3, do CC e art. 8º do CSC)<sup>104</sup>, mas depois vem estabelecer que, nos regimes de comunhão, as dívidas comerciais de um dos cônjuges responsabilizam os bens comuns e, subsidiária e solidariamente, os bens próprios de qualquer um dos cônjuges (arts. 1691º, nº 1, al. d) do CC). A Autora defende, assim, que há, de facto, uma desarticulação entre este regime da responsabilidade por dívidas do art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, e a proibição de os cônjuges constituírem ou participarem em sociedades onde assumam responsabilidade ilimitada.

Neste aspeto, a Autora acrescenta ainda “Não que se negue esta limitação, mas sobretudo porque não se justifica a responsabilidade do Cód. Civil. Se a razão é a de evitar a fusão

---

<sup>102</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 447 e 448.

<sup>103</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 448.

<sup>104</sup> Como consta dos artigos citados e de vários acórdãos – veja-se, por exemplo, o acórdão do STJ de 21/5/1991, proc. nº 080328, in <http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ab92492e41dfc4a4802568fc003a5c4f?OpenDocument>

de patrimónios, societário e conjugal, alterando as regras de administração e disposição dos bens, essa fusão (agora entre os patrimónios próprio do cônjuge comerciante e comum) existe pela simples aplicação do regime das dívidas comerciais previsto no Cód. Civil.”<sup>105</sup>

A Autora entende, deste modo, que o “favor ao comércio” que o regime da responsabilidade por dívidas estabelece não se justifica atualmente, atendendo às novas realidades legais e sociais, e seria conveniente alterar esta matéria, eliminando a al. d) do n° 1 do art. 1691°.

Cristina Dias coloca ainda uma hipótese que consideramos interessante e com a qual concordamos inteiramente.

Esta Autora refere que, tendo em conta o art. 1691°, n° 1, al. d) do CC, e conjugando-o com o princípio da imutabilidade do art. 1714° do CC, pode suceder de os nubentes não pensarem de forma conveniente e racional no regime de bens do casamento - e casarem no regime supletivo de comunhão de adquiridos - ficando, assim, sujeitos às presunções que a lei estabelece e à comunicabilidade das dívidas comerciais contraídas por um deles, comerciante, sem que lhes seja possível alterar a situação, e restando-lhes a possibilidade de ilidir as presunções.

Esta Autora considera que a possibilidade de alterar o regime de bens nestas situações<sup>106</sup>, afastando o princípio da imutabilidade, e salvaguardando-se os direitos anteriormente adquiridos dos credores, parece não afetar o interesse do credor, que poderá sempre executar o património do seu devedor (art. 1691°, n° 1)<sup>107</sup>. Sujeitando-se a alteração do regime de bens a regras de publicidade, o terceiro credor saberá sempre, aquando da contração da dívida, qual o regime em vigor entre os cônjuges, e que se aplicará também nas relações que terá com o devedor.

Além disto, a Autora refere que a alteração beneficiará o cônjuge do comerciante, pois este poderá não ser conhecedor de questões de ordem patrimonial, e poderá nem concordar com o exercício da atividade de comércio do seu cônjuge (cfr. art. 1677°-D do CC).

Naturalmente que esta possibilidade de alterar o regime de bens<sup>108</sup>, que traz repercussões quanto ao regime da responsabilidade por dívidas, pode acarretar o risco de fraude

---

<sup>105</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 449 e 450.

<sup>106</sup> Há mais Autores a dissertar sobre os limites do princípio da imutabilidade, cfr. OLIVEIRA, Ricardo Monteiro, *O princípio da imutabilidade das convenções antenupciais e dos regimes de bens legalmente fixados - Algumas considerações sobre um princípio em declínio*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

<sup>107</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 442 e 443.

<sup>108</sup> Ainda sobre o princípio da imutabilidade e a possibilidade de alteração dos regimes de bens, pode ver-se, entre outros, RODRIGUES, Ana Isabel Martins, *Da imutabilidade das convenções antenupciais e do regime de bens legalmente fixado*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

aos credores, daí que seja importante e necessário acautelar os direitos adquiridos dos credores e salvaguardar os requisitos de publicidade da alteração do regime de bens. Deve ter-se em conta que o credor, se pretender beneficiar da presunção do art. 15º do CCom e da alínea d) do nº 1 do art. 1691º do CC, de forma a demonstrar a comunicabilidade da dívida, deve intentar previamente uma ação declarativa contra ambos os cônjuges, de forma a convencer o cônjuge que não contraiu a dívida da sua comunicabilidade<sup>109</sup>.

Tal como já foi dito, deve considerar-se que o regime em causa é excessivo, iníquo e historicamente situado. Quem o afirma é António Caeiro, com quem concordamos inteiramente, que escreveu o seguinte: “Excessivo, porque constitui uma protecção exagerada do comércio. Iníquo, porque faz responder o cônjuge do comerciante por dívidas exclusivamente contraídas por este, no exercício de uma actividade que comporta sempre riscos patrimoniais importantes (...). Historicamente situado, porque tal regime enquadra-se num contexto social e legal em que o marido é, como chefe de família, o administrador dos bens do casal e, nessa qualidade, praticamente só ele pode contrair dívidas comuns. As dívidas resultantes do comércio são apenas mais uma categoria de dívidas dessa espécie. A mulher não pode exercer o comércio sem o consentimento do marido (ou sem o suprimento judicial de tal consentimento) e, por conseguinte, as dívidas por ela contraídas no exercício dessa atividade são dívidas por ele já consentidas.”<sup>110</sup>

Há mais Autores a lembrar que, com a progressiva independência dos cônjuges no aspeto patrimonial, e com a menor ligação ou dependência do agregado familiar aos rendimentos de um dos cônjuges, mesmo que este seja comerciante, esta responsabilidade de ambos pelas dívidas do cônjuge comerciante parece demasiado pesada, ainda que a alínea d) do número 1 do artigo 1691º venha criar restrições e permita a prova em contrário do proveito comum. Diogo Leite Campos acrescenta que convinha, nesta matéria, alargar a independência entre os cônjuges, remetendo-se para o princípio geral, e rejeita ainda a possibilidade de este regime se aplicar, por analogia, às dívidas contraídas por cada um dos cônjuges no exercício da sua profissão, como por exemplo medicina ou advocacia<sup>111</sup>.

---

<sup>109</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 442 e 443.

<sup>110</sup> Cfr. CAEIRO, António, *Sobre a participação dos cônjuges em sociedades por quotas*, Coimbra, 1986, pp. 36 e 37, in Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – “Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António de Arruda Ferrer Correia”, 1984.

<sup>111</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., pp. 430 e 431.



Há também quem afirme que é de questionar se o regime das dívidas comerciais ainda realiza os propósitos para os quais foi concebido, nomeadamente a proteção do crédito, perguntando se, com tantos instrumentos de crédito, o credor não obterá a vinculação do cônjuge do comerciante, acabando dessa forma com dificuldades quanto à prova, tal como já foi dito. Helena Salazar pergunta, quanto a isto, porque não se procede à alteração da lei quanto ao tratamento dos frutos gerados pela atividade comercial, que são bens comuns em todos os regimes de bens, de acordo com o art. 1733º, nº 2, do CC, sugerindo que poderiam ser bens próprios, sendo assim afetados, pelo menos em primeira linha, ao pagamento das dívidas de comércio<sup>112</sup>.

Pode ainda questionar-se, como já vimos, o motivo pelo qual a lei estabeleceu e consagrou este regime especialmente favorável ao comércio, e não o aplicou também a outras atividades ou setores, como por exemplo à indústria ou às profissões liberais<sup>113</sup>. É que estas atividades também são, no geral, exercidas no interesse comum dos cônjuges e da família, pelo que também poderiam motivar a existência de uma presunção de proveito comum. Para estas atividades, contudo, os credores não beneficiam de qualquer presunção, e tem de recorrer à alínea c) do nº 1 do art. 1691º do CC.

### **3.1.5. Dívidas que onerem doações, heranças ou legados, quando os seus bens tenham ingressado no património comum**

É importante referir que estes bens apenas ingressarão no património comum se o regime em vigor for o regime da comunhão geral de bens, ou se os cônjuges tiverem estabelecido uma cláusula de comunicabilidade de determinados bens adquiridos a título gratuito. Isto sucede porque, à partida, os bens que integrem doações, heranças ou legados apenas serão comuns no regime da comunhão geral de bens.

Acrescente-se que não é necessário, para responsabilizar ambos os cônjuges, que o outro cônjuge tenha dado o seu consentimento para aceitar a liberalidade (até porque esse consentimento não é necessário - art. 1683º, nº 1, do CC). O que o outro cônjuge poderá fazer é invocar que o valor dos bens não é suficiente para realizar o pagamento das dívidas ou encargos, socorrendo-se do art. 1693º, nº 2, do CC.

---

<sup>112</sup> SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 378 e 379.

<sup>113</sup> Cfr. BELEZA, Maria Leonor Pizarro, *Os efeitos do casamento*, in "Reforma do Código Civil", Lisboa, Livraria Petrony, 1981, pp. 133 e 134.

Refira-se que as dívidas que oneram aquisições a título gratuito serão as dívidas ligadas aos bens adquiridos a título gratuito, como por exemplo as dívidas do *de cujus* que constituam encargos da herança, ou as dívidas que resultem de um encargo modal aposto a uma doação ou legado<sup>114</sup>.

### **3.1.6. Dívidas contraídas antes do casamento por qualquer dos cônjuges em proveito comum, quando vigore entre eles o regime da comunhão geral de bens**

Este regime apenas se aplica quando vigore a comunhão geral de bens, pelo que a dívida será da exclusiva responsabilidade de quem a contraiu, se o regime for outro, independentemente de existir proveito comum.

Esta norma, constante do art. 1691º, nº 2, do CC, é compreensível, dado que, no regime de comunhão geral, os bens que eram do devedor e garantiam a dívida, passam a ser bens comum e a integrar o património comum, após o casamento. Assim, o outro cônjuge passará a participar no valor dos bens que servem de garante da dívida, ou em metade desse valor, e por isso fará sentido que também possa ser responsabilizado. Já nos restantes regimes, esses bens, que servem de garante da dívida, continuam a ser bens próprios e a pertencer apenas ao cônjuge que contraiu a dívida, pelo que a responsabilidade será exclusivamente dele<sup>115</sup>.

Como no regime da comunhão geral de bens, em regra, se comunicam todos os bens, poderíamos pensar que deveriam comunicar-se todas as dívidas, e não só as que implicassem proveito comum do casal. Estar-se-ia a dar proteção aos credores do cônjuge devedor que ainda é solteiro, e que veem a garantia dos seus créditos ser posta em causa quando os bens do devedor, pelo casamento, se tornam bens comuns. Estes credores, porém, já teriam proteção, porque os bens que o devedor leva para o casamento, embora se tornem comuns, já respondiam pela dívida ao mesmo tempo que os bens próprios do cônjuge devedor. Além disso, estes credores podem proceder à execução da meação do devedor no património comum<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., p. 478.

<sup>115</sup> Cfr. CRUZ, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, in "Boletim do Ministério da Justiça", Lisboa, nº 69, Out. 1957, pp. 353 a 429.

<sup>116</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 490 e 491.

### **3.1.7. Dívidas que onerem bens comuns**

Parece algo natural, ou de senso comum, que as dívidas que onerem bens comuns responsabilizem ambos os cônjuges. Incluem-se aqui, por exemplo, as dívidas de IMI, que acompanham necessariamente os bens e representam um encargo deles<sup>117</sup>. Este preceito, embora possa parecer redundante, é necessário, uma vez que esta responsabilização não derivava das outras regras referentes às dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges<sup>118</sup>.

Esta regra é aplicável, inclusivamente, às dívidas já vencidas antes do casamento. O que se terá pretendido<sup>119</sup>, aqui, terá sido evitar que a comunicabilidade dos bens que resulta do casamento pudesse prejudicar o interesse dos credores que tem dívidas que oneram esses bens. Isto sucederia, por exemplo, quando um devedor casasse em comunhão geral de bens e transformasse os seus bens, garantia normal das suas obrigações, em bens comuns.

Pode ser questionável esta tutela especial destes credores em específico, até porque não serão estes os únicos credores a correr o risco de ficar nesta situação (todos os credores podem ficar nesta situação quando os devedores casam em regime de comunhão geral e transformam os seus bens próprios, que são garantia das dívidas já vencidas, em bens comuns). Contudo, tal não será um problema, pois o art. 1696º, nº 2, do CC, permite que certos bens comuns respondam ao mesmo tempo que os bens próprios. Qualquer credor poderá fazer valer esta norma e conseguir, por exemplo, que os bens levados por um dos cônjuges para o casamento respondam ao mesmo tempo que os bens próprios do cônjuge devedor. Salvaguarda-se, desta forma, o problema da possível inexistência de bens próprios. Para além disto, e como já referimos, o credor poderá executar a meação do devedor no património comum, ainda que de forma subsidiária (art. 1696º, nº 1, do CC).

### **3.1.8. Dívidas que, nos regimes de comunhão, onerem bens próprios, se a causa for a percepção dos rendimentos desses bens**

Devemos distinguir, neste ponto, dois tipos de dívidas que os bens próprios podem originar: as dívidas que dizem respeito aos bens em si (como impostos sobre sucessões e doações) e as dívidas que estão relacionadas com os rendimentos que derivam desses bens (impostos sobre o rendimento, por exemplo). Apenas essas dívidas relacionadas com a percepção dos rendimentos

---

<sup>117</sup> Ver, por exemplo, o acórdão do TRL de 26/3/2019, proc. nº 2225/18.3T8LRS.L1-7, in <http://www.dgsi.pt/itrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/710d36aa62c46804802583d1004edef0?OpenDocument>

<sup>118</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 491.

<sup>119</sup> Cfr. CRUZ, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, op. cit., p. 404.

dos bens próprios responsabilizarão ambos os cônjuges, até porque esses rendimentos são considerando bens comuns nos regimes de comunhão (de acordo com o art. 1733º, nº 2, do CC).

Esta ressalva terá especialmente em vista as dívidas decorrentes de impostos sobre o rendimento de bens<sup>120</sup>.

Como se pode ver, considerando tudo o que se analisou no âmbito das dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges, são ainda em número razoável os casos em que ambos os cônjuges podem ter de responder pelas dívidas, sendo aqui relevante, para parte deles, a ideia de proveito comum do casal, e salientando-se o caso das dívidas de comércio.

Outra questão a salientar é a menor possibilidade de responsabilizar o cônjuge de quem contraiu a dívida no caso do regime de separação de bens, como já referido.

Cabe ainda afirmar, aqui, que o art. 1691º do CC é de aplicação conjunta a todos os regimes de bens, mas as dívidas podem ter natureza jurídica diferente conforme o regime de bens. Nos regimes de comunhão, elas terão a natureza jurídica de dívidas comuns e constituem um encargo do património comum, sendo dívidas plurais solidárias quando, por insuficiência do património comum, passam a constituir um encargo dos bens próprios de qualquer um dos cônjuges. Já no regime de separação, elas têm a natureza de dívidas plurais conjuntas, sendo cada cônjuge responsável pela sua quota-parte da prestação<sup>121</sup>.

### **3.2. Os bens que respondem pelas dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges**

O art. 1695º, nº 1, do CC, começa por afirmar que, pelas dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges, são chamados a responder os bens comuns e, na falta ou insuficiência deles, os bens próprios de qualquer dos cônjuges. Por aqui se pode ver como é possível que um dos cônjuges possa responder solidariamente, com o seu próprio património, por dívidas comuns.

Este artigo diz ainda (nos seus números 1 e 2) que a responsabilidade dos cônjuges, no caso de ser necessário recorrer aos bens próprios de um deles para pagar a dívida<sup>122</sup>, será uma responsabilidade solidária nos regimes de comunhão, e uma responsabilidade parciária no regime

---

<sup>120</sup> Cfr. PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., p. 478.

<sup>121</sup> Seguindo LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV*, op. cit., p. 327.

<sup>122</sup> A solidariedade dos bens próprios de qualquer dos cônjuges constitui uma vantagem para o credor, sendo uma solidariedade de patrimónios e não de devedores, como se afirma em SALAZAR, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, op. cit., pp. 375 e 376 e nota (53).

de separação de bens, evidenciando aqui a diferença entre os regimes de bens no que toca à responsabilidade por dívidas. Assim, verifica-se que, à partida, a responsabilidade no regime de separação de bens não será solidária, e cada um responderá apenas pela parte da dívida que lhe compete. Naturalmente que não se exclui a possibilidade de se convencionar a solidariedade, como resulta do art. 512º, 513º e seguintes do CC.

Ressalvamos, também, que a responsabilidade de cada um dos cônjuges nas dívidas não é necessariamente de metade, ou não é obrigatoriamente de 50%. No caso das dívidas contraídas para ocorrer aos encargos normais da vida familiar, a responsabilidade de cada um dos cônjuges deverá equivaler ao seu dever de contribuir para esses encargos familiares, ou seja, deverá corresponder às possibilidades de cada um deles, pois eles devem contribuir na proporção das possibilidades que têm (art. 1676º, nº 1, do CC).

De acordo com o art. 34º do CPC, devem ser intentadas contra ambos os cônjuges as ações emergentes de facto praticado por ambos os cônjuges, como seria de esperar, bem como as ações de que possa resultar a perda ou oneração de bens que só por ambos possam ser alienados, ou direitos que só por ambos possam ser exercidos.

O art. 34º acrescenta que devem ser intentadas contra ambos os cônjuges as ações emergentes de facto praticado por um dos cônjuges, mas em que o credor pretenda uma decisão que seja suscetível de ser executada sobre bens próprios do outro. Será o caso, por exemplo, de uma dívida que responsabiliza ambos os cônjuges em que o credor sabe que não existem bens comuns e, por isso, irão responder os bens próprios de qualquer um dos cônjuges de forma solidária. Pode ainda suceder de existirem bens comuns mas, devido às normas que regulam a administração de bens e os poderes de disposição dos cônjuges, o cônjuge devedor não poder dispor por si só dos bens comuns.

O credor poderá optar por demandar o cônjuge que praticou o facto que originou a dívida, se considerar que os bens próprios dele ou os bens comuns que ele administra são suficientes para responder pela dívida, ou pode optar por demandar ambos os cônjuges, se pretender executar bens próprios do outro cônjuge. O credor também deverá demandar os dois quando a dívida responsabilizar ambos os cônjuges, estes forem casados em separação de bens, e o credor tiver a pretensão de executar bens próprios de ambos parciariamente.

Se a dívida for da responsabilidade de ambos e o credor, na ação condenatória, demandar apenas um dos cônjuges, o cônjuge que é réu poderá provocar a intervenção principal

do outro cônjuge (art. 316º do CPC), sendo que a condenação será, assim, estendida ao outro cônjuge. Refletir-se-á, assim, o regime substantivo que a lei civil estabelece.

A dívida, contudo, pode constar de um título diverso de sentença, como afirma o art. 741º, nº 1, do CPC. Pode suceder, assim, que o título esteja subscrito apenas por um dos cônjuges quando a dívida responsabiliza ambos, por exemplo, e haver discrepância entre o que consta do título e o regime substantivo de responsabilidade por dívidas da lei civil. A execução, porém, deve ser intentada apenas contra o cônjuge que subscreveu o título, de acordo com a regra geral do art. 53º do CPC, e apenas se poderá penhorar os seus bens próprios e a sua meação nos bens comuns. Acaba por se desatender ou desvalorizar, com esta norma, a possível responsabilidade que caberia ao património comum e ao património próprio do outro cônjuge do devedor.

Pode pensar-se que o cônjuge devedor, que subscreveu o título, é que teria o encargo de prover para que o outro cônjuge subscrevesse e assinasse o título, quando considerasse que deviam os dois ser responsabilizados (ou seria apenas ele o executado, e apenas poderia ter direito a uma compensação pelo que pagasse além da sua responsabilidade, na partilha). Temos de considerar aqui, contudo, que esta ideia iria contrariar aquilo que o Código Civil estabelece quando admite expressamente que a dívida seja assumida apenas por um dos cônjuges, ainda que responsabilize os dois. Posto isto, faz sentido que a lei processual permita debater a comunicabilidade da dívida e estabeleça um meio para tal<sup>123</sup>.

O Código de Processo Civil versa sobre a questão da comunicabilidade nos seus arts. 741º e 742º, e faz uma distinção conforme a comunicabilidade seja invocada pelo exequente ou pelo executado. Esta questão da comunicabilidade é apreciada como sendo um incidente<sup>124</sup>.

Quando é o exequente a invocar, fundamentadamente, no requerimento executivo ou até ao início das diligências para venda ou adjudicação, que a dívida é comum, o cônjuge do executado é citado para dizer se aceita a comunicabilidade suscitada e, se nada disser, a dívida será considerada comum (arts. 741º, nº 1 e nº 2, do CPC).

Se a dívida for considerada comum, a execução irá prosseguir contra o cônjuge não executado, podendo os seus bens ser subsidiariamente penhorados. Se os bens próprios do cônjuge subscritor do título já tiverem sido penhorados, este pode requerer a sua substituição por bens comuns (art. 741º, nº 5, do CPC). Se o cônjuge do executado vier impugnar a

---

<sup>123</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 494.

<sup>124</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre o incidente de comunicabilidade da dívida, AMARAL, Patrícia Isabel Duarte do, *Extensão do Título Executivo ao Cônjuge do Executado no Novo Código de Processo Civil*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, pp. 85 e ss.

comunicabilidade (art. 741º, nº 3, do CPC), é necessário um incidente com vista a determinar a natureza da dívida.

Se a dívida não for considerada comum e tiverem sido penhorados bens comuns do casal, o cônjuge do executado deve requerer a separação de bens ou juntar certidão que comprove que essa separação já foi requerida, para que a execução não prossiga sobre bens comuns (art. 741º, nº 6, do CPC).

Quando é o executado a invocar a comunicabilidade da dívida, de forma fundamentada, na oposição à penhora, o outro cônjuge também é citado para dizer se aceita essa comunicabilidade (art. 742º, nº 1, do CPC). Se aceitar, então a execução poderá prosseguir sobre os bens comuns. Se o exequente se opuser, ou se o outro cônjuge impugnar a comunicabilidade da dívida, a questão deverá ser resolvida pelo juiz, no âmbito do incidente de oposição à penhora (art. 742º, nº 2, do CPC).

No anterior Código de Processo Civil, contudo, estas regras eram diferentes: se o cônjuge do executado já tivesse pedido a separação de bens (e aí entendia-se que estaria a dar um sinal de que achava a dívida uma dívida própria do executado) ou se o exequente se opusesse a esse debate, a execução prosseguia apenas contra o cônjuge subscritor do título (art. 825º, nº 6, parte final, do antigo CPC). Pode afirmar-se, assim, que esta alteração ao Código de Processo Civil possibilitou uma maior coerência entre o regime substantivo da responsabilidade por dívidas e o regime adjetivo/processual das dívidas<sup>125</sup>.

### **3.3. As dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges**

Todas as dívidas que responsabilizam apenas um dos cônjuges constam do art. 1692º do CC. Estas dívidas são as seguintes:

#### **3.3.1. Dívidas contraídas por um dos cônjuges sem o consentimento do outro**

Se não se verificar alguma das exceções mencionadas na parte final da alínea a) do nº 2 do art. 1692º do CC, que dizem respeito às alíneas b) e c) do nº 1 do art. 1691º do CC, devemos recorrer às regras comuns do direito das obrigações.

Assim, cada cônjuge será responsabilizado pelas dívidas que ele próprio contraiu, e isto vale para dívidas contraídas antes ou depois do casamento. Ficam excluídos, porém, os casos das

---

<sup>125</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 494.

dívidas contraídas para ocorrer aos encargos normais da vida familiar, e das dívidas contraídas pelo cônjuge administrador, nos limites dos seus poderes de administração, em proveito comum do casal. Nestes casos, serão responsabilizados os dois cônjuges.

### **3.3.2. Dívidas que provenham de crimes ou outros factos imputáveis a um dos cônjuges**

Devem incluir-se aqui, atendendo ao art. 1692º, al. b), do CC, as dívidas originadas por crimes em si, como por exemplo penas de multa e custas relacionadas com o processo crime, bem como as indemnizações, restituições, custas judiciais ou multas devidas por factos imputáveis a cada um dos cônjuges. A lei terá querido abranger todos os factos constitutivos de responsabilidade civil, esteja ou não ligada com a responsabilidade penal, sejam factos lícitos ou ilícitos, culposos ou não culposos.

Salvaguarda-se, contudo, a situação em que esses casos, ao implicar responsabilidade civil, estejam incluídos nas normas constantes do art. 1691º, nº 1 e nº 2, do CC. Nestas situações, a responsabilidade será de ambos os cônjuges. Integram-se aqui, por exemplo, as indemnizações devidas por factos praticados pelo cônjuge administrador, dentro dos seus poderes de administração e em proveito comum do casal. Já se o facto implicar responsabilidade penal ou, ao implicar responsabilidade civil, não se incluir no art. 1691º, nº 1 e nº 2, do CC, a responsabilidade será exclusivamente do cônjuge que praticou o facto.

Em suma, a lei quer abranger nesta norma, responsabilizando apenas um dos cônjuges, todos os factos constitutivos da obrigação de indemnizar, relacionados com a responsabilidade civil, seja contratual ou não, ou com a responsabilidade criminal, quer se trate de factos lícitos ou ilícitos, culposos ou não culposos. Já a obrigação de indemnizar baseada em factos praticados em benefício comum será da responsabilidade de ambos os cônjuges<sup>126</sup>.

Em certos casos, a responsabilidade pelo pagamento de custas judiciais, nos processos-crime, deveria ser dos dois cônjuges. Falamos, por exemplo, das custas devidas pelo cônjuge assistente nos processos-crimes de furto dos bens casal, abuso de confiança, difamação ou injúria contra o casal<sup>127</sup>.

Outra questão que se pode suscitar é saber se o proveito comum que justifica a aplicação da exceção prevista no final da alínea b) terá de ser direto ou poderá ser indireto. O proveito será

---

<sup>126</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 432.

<sup>127</sup> Cfr. CARDOSO, Augusto Lopes, *Alguns aspetos das dívidas dos cônjuges no novo Código Civil*, in "Revista dos Tribunais", Porto, ano 86º, Mar. 1968, nº 1829, p. 108.



direto quando, por exemplo, um dos cônjuges conduz um veículo, propriedade de um dos membros do casal, no âmbito do exercício do seu comércio, ou quando o veículo circula por ordem de ambos os cônjuges. O proveito comum será indireto quando os resultados da atividade possam ser imputados, primeiro, a outra entidade, e só depois aos cônjuges, pois os cônjuges aqui apenas tiram benefício de forma reflexa.

O Supremo Tribunal de Justiça já analisou esta questão, num acórdão de 6/7/1993, e decidiu de forma diferente das instâncias. Neste acórdão estava em causa um acidente provocado pelo motorista de uma empresa - em que ele foi considerado culpado - e a empresa quis obter a sua condenação e da sua mulher a pagar os danos emergentes e os lucros cessantes.

As instâncias entenderam que o proveito comum, ou o interesse que justificaria o alargamento da responsabilidade ao outro cônjuge, podia ser um proveito meramente indireto, ao contrário do Supremo Tribunal de Justiça. Entenderam que a mulher também deveria ser responsabilizada porque o facto ocorreu no exercício da profissão, que proporcionava rendimentos ao casal, que sustentava o casal, e por isso a atividade era exercida no interesse comum de ambos. Houve assim, como dissemos, uma opção pelo proveito comum indireto.

Já o Supremo Tribunal de Justiça considerou que, para se poder responsabilizar o cônjuge, teria de haver um proveito comum direto, prosseguido por um dos cônjuges no âmbito de uma atividade exercida no interesse direto do casal. O Supremo Tribunal de Justiça considerou que o motorista exercia a sua atividade no interesse da empresa ao serviço da qual trabalhava e não no interesse comum do casal ou da família, optando pela ideia de proveito comum direto<sup>128</sup>.

De qualquer forma, e quando haja responsabilidade exclusiva de um dos cônjuges pela prática de qualquer facto, poderá considerar-se a possibilidade de intentar uma ação de enriquecimento sem causa quando a comunhão conjugal tenha tirado benefícios da atividade em causa<sup>129 130</sup>.

### **3.3.3. Dívidas que onerem bens próprios de qualquer dos cônjuges**

As dívidas que onerem bens próprios de qualquer dos cônjuges serão, naturalmente, da exclusiva responsabilidade do cônjuge que é proprietário do bem em causa, de acordo com o art. 1692º, al. c), e 1694º, nº 2, do CC. Contudo, é importante ressaltar que se rendimentos forem

---

<sup>128</sup> Cfr. acórdão do STJ de 6/7/1993, proc. nº 083963, in <http://www.dgsi.pt/jsti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/f76687c8cbaa0f3e802568fc003ac331?OpenDocument>

<sup>129</sup> Tal como a jurisprudência defende e como se refere em COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 497 e nota (116).

<sup>130</sup> Cfr. acórdãos do STJ de 4/5/1962 e de 6/11/1964, in BMJ, nº 117, p. 532, e nº 141, p. 344, respetivamente. Em sentido diferente, veja-se o acórdão do STJ de 8/10/1957, in BMJ nº 70, p. 327, e ainda o dois acórdãos do STJ de 11/4/1962, in BMJ nº 116, p. 308 e 316.

comuns, como acontece com os regimes de comunhão, as dívidas originadas pela percepção desses rendimentos responsabilizarão ambos os cônjuges.

#### **3.3.4. Dívidas que onerem doações, heranças ou legados, quando os seus bens sejam próprios**

As dívidas que onerem doações, heranças ou legados, quando os seus bens sejam próprios, também serão da exclusiva responsabilidade do cônjuge que é herdeiro ou legatário, de acordo com o art. 1693º, nº 1, do CC, como se compreenderá.

Ressalve-se que a dívida será própria mesmo que a doação, herança ou legado tenha sido aceite sem o consentimento do outro cônjuge, até porque esse consentimento é desnecessário (art. 1683º, nº 1, do CC).

#### **3.4 Os bens que respondem pelas dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges**

A regra geral que versa sobre este tema é a do art. 1696º, nº 1, do CC, e diz-nos que vão responder por estas dívidas os bens próprios do cônjuge devedor e, subsidiariamente, a sua meação nos bens comuns.

Fica aqui patente, mais uma vez, a possibilidade de responsabilizar mais do que os bens próprios do devedor no caso de dívidas da sua exclusiva responsabilidade, embora aqui seja a meação nos bens comuns, e apenas a meação nos bens comuns, a responder. Neste caso, o cumprimento só será exigível depois de dissolvido, declarado nulo ou anulado o casamento, ou depois de decretada a separação judicial de pessoas e bens ou só de bens<sup>131</sup>, como veremos.

Podemos começar por questionar se responderão, pelas dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, os bens do cônjuge devedor cuja administração pertença ao outro cônjuge.

Os anteprojetos do Código Civil de Pires de Lima e de Braga da Cruz tinham soluções no sentido de tais bens não poderem ser livremente onerados pelo cônjuge não administrador, e de a sua execução obedecer a requisitos semelhantes aos exigidos para a execução da meação dos bens comuns<sup>132</sup>. Acontece, porém, que tal solução não ficou consagrada no Código Civil e,

---

<sup>131</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 433.

<sup>132</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 498 e 499.

assim, parece que responderão todos os bens próprios do devedor incluindo os que sejam administrados pelo outro cônjuge<sup>133</sup>.

Esta solução, contudo, parece não ser a mais adequada, sobretudo quando se trate de bens em relação aos quais a lei tenha confiado a administração ao outro cônjuge, como por exemplo os bens usados pelo outro cônjuge como exclusivo instrumento de trabalho. Assim, parece que o art. 1696º, nº 1, do CC, deve ser objeto de uma interpretação restritiva<sup>134</sup>.

O art. 740º do CPC estabelece uma série de regras quanto à penhora de bens comuns no caso de execução movida apenas contra um dos cônjuges<sup>135</sup>. Diz este artigo que, na falta ou insuficiência de bens próprios do cônjuge devedor, podem ser logo penhorados bens comuns do casal desde que o exequente, quando os nomeie à penhora, solicite a citação do outro cônjuge para este, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa de que a separação já foi requerida noutra ação.

Se o cônjuge do executado, depois de citado, nada fizer, então a execução prosseguirá sobre os bens comuns. Se optar por agir, e depois de apensado o requerimento de separação de bens ou junta a mencionada certidão, a execução ficará suspensa até à partilha e terá de ver-se a qual dos cônjuges serão adjudicados os bens penhorados.

Se os bens penhorados forem adjudicados ao cônjuge devedor, a execução poderá prosseguir normalmente sobre esses bens. Se os bens penhorados forem adjudicados ao outro cônjuge, o exequente poderá penhorar outros bens que tenham cabido ao devedor, permanecendo a anterior penhora até nova apreensão.

Antes do regime estabelecido pelo DL nº 329-A/95, de 12 de dezembro, só se exigia o cumprimento pelos bens da meação depois de dissolvido, anulado ou declarado nulo o casamento, ou depois de decretada a separação judicial de pessoas e bens ou só de bens. Continuava a admitir-se a regra de que “na execução movida contra um só dos cônjuges a execução dos bens comuns fica suspensa, depois de penhorado o direito à meação do devedor” – como constava do art. 825º, nº 1, do CPC anterior, anterior a 1995.

A regra de que a meação do cônjuge devedor só respondia com a moratória que constava do art. 1696º, nº 1, do CC, tinha, contudo, algumas exceções: as exceções que constavam do nº 2 e nº 3 do referido art. 1696º do CC; a exceção do art. 10º do CCom, se se provasse que a dívida

---

<sup>133</sup> Cfr. LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV, op. cit.*, pp. 351 e 352.

<sup>134</sup> Como afirmam COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial, op. cit.*, p. 499.

<sup>135</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre o art. 740º do CPC, CARVALHO, Filipa Isabel Santos de, *Os Poderes Processuais do Cônjuge do Executado*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 24 e ss.

era comercial, e a exceção do art. 56º, nº 11, do Código da Estrada (Decreto-Lei nº 39 672, de 20 de maio de 1954), que estabelecia que “se o responsável pela indemnização for casado, poderá executar-se a sua meação nos bens comuns do casal, mesmo antes de dissolvido o matrimónio ou decretada a separação judicial de bens, embora o outro cônjuge não esteja conjuntamente obrigado”; os arts. 95º do Código de Processo do Trabalho, quanto à execução por dívidas provenientes de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, e 195º do Código de Processo das Contribuições e Impostos, para as multas fiscais, também se podem aqui incluir. O art. 1696º, nº 3, do CC, porém, permitia que a meação do devedor fosse executada sem moratória se a dívida proviesse de crime ou de outro facto imputável a cônjuge. Seria o entendimento que dava mais proteção aos interesses das vítimas desses factos ou ao Estado, consoante o caso<sup>136</sup>.

O art. 1696º, nº 2, do CC, estabelece que respondem ao mesmo tempo que os bens próprios do cônjuge devedor: os bens por ele levados para o casal ou posteriormente adquiridos a título gratuito, bem como os respetivos rendimentos (1696º, nº 2, al. a), do CC); o produto do trabalho e os direitos de autor do cônjuge devedor (1696º, nº 2, al. b), do CC); e os bens sub-rogados no lugar dos referidos na alínea a) (1696º, nº 2, al. c), do CC). Se a sub-rogação disser respeito a bens que se tenham tornado comuns devido ao regime de bens do casamento, essa sub-rogação pode provar-se por qualquer meio e não haverá necessidade de aplicar o regime especial do art. 1723º, al. c), do CC.

Apesar de os bens referidos poderem ser comuns devido ao regime de bens do casamento, e de os bens comuns apenas responderem por dívidas próprias de forma subsidiária, a lei quis proteger as expectativas do credor que confiou na solvabilidade do devedor atendendo aos bens que este levou para o casamento<sup>137</sup>, aos que adquiriu mais tarde por herança ou doação, ou aos rendimentos que auferia do seu trabalho ou de direitos de autor<sup>138</sup>. Há, porém, quem discorde daquele alargamento consagrado nas alíneas b) e c) do nº 2 do art. 1696º do CC<sup>139</sup>.

Há Autores que entendem que, dada a expressão usada pelo legislador e as razões da norma, se pode afirmar que o credor poderá penhorar, indistintamente, tanto bens próprios do

---

<sup>136</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 499 e 500.

<sup>137</sup> Cfr. o que se afirma em CRUZ, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, op. cit., p. 408, “ pois é perfeitamente justo que os credores não fiquem prejudicados com o facto de, pelo casamento, se comunicarem os bens levados pelos cônjuges para o casal, mantendo-se incommunicáveis as dívidas.”

<sup>138</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 433, e COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 500 e 501.

<sup>139</sup> Cfr. a discordância de Pires de Lima e Antunes Varela em LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV*, op. cit., p. 352.

devedor como estes bens a que nos referimos supra<sup>140</sup>. Entendem estes Autores que não haverá necessidade de respeitar aqui a subsidiariedade que o art. 1696º, nº 1, do CC, estabelece<sup>141</sup>.

Outros Autores, porém, entendem o contrário: Cristina Dias defende que a penhora deve recair primeiro sobre os bens próprios do cônjuge devedor, e só na falta ou insuficiência destes é que o credor poderá penhorar também os bens comuns que constam do art. 1696º, nº 2, do CC. Contudo, será possível requerer de forma imediata a penhora dos bens comuns conjuntamente com os bens próprios, e sem prejuízo de posterior compensação ao patrimônio comum se forem os bens próprios a responder<sup>142</sup>.

Não parece, também, que a lei quisesse restringir a responsabilidade ao valor de metade dos bens comuns penhorados, pelo que poderá haver compensação aquando da partilha, naturalmente.

Poderemos ainda questionar se o exequente deve citar o cônjuge do devedor, quando queira nomear à penhora os bens que constam do nº 2 do art. 1696º, para que este possa requerer a separação de bens.

Há Autores que entendem que a resposta deve ser no sentido de não ser necessário citar o cônjuge do executado<sup>143</sup>. Para estes, a partilha fará sentido quando se afigure necessário determinar quais os bens que vão compor a meação do devedor para que a execução possa prosseguir sobre esses bens, e o cônjuge do devedor pode querer que certos bens comuns sejam incluídos na sua própria meação. No entendimento desses Autores, o que acontece aqui é o contrário: os bens que constam do nº 2 do art. 1696º do CC estão delimitados, identificados e a lei permite que sejam penhorados sem reconhecer que o cônjuge poderá ter interesse em incluir esses bens na sua própria meação. Assim, e para estes Autores, não parece haver aqui motivo para a citação do cônjuge do executado.

---

<sup>140</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, op. cit., p. 480, que defende que “Certos bens comuns podem responder com os bens próprios do cônjuge devedor, a título principal, imediatamente, nos termos do art. 1696º, nº 2”.

<sup>141</sup> Como entendem Guilherme de Oliveira e Francisco Pereira Coelho em COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 501.

<sup>142</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 353 a 355, e DIAS, Cristina M. Araújo, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, op. cit., p. 99.

<sup>143</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 501.

#### **4. Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal – breves considerações**

Nesta matéria<sup>144 145</sup>, o art. 1697º, nº 1, do CC, vem pronunciar-se sobre o caso em que os bens de um dos cônjuges respondem por dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges para além daquilo que lhe competia.

Diga-se que o facto de esses bens terem respondido não será relevante porque, se o regime de bens era de comunhão, a responsabilidade era solidária, e se o regime de bens era de separação, um dos cônjuges terá pago de forma voluntária a dívida comum para além da parte que lhe caberia. De qualquer forma, nascerá um crédito de compensação em benefício do cônjuge que pagou mais que a parte que lhe caberia, exigível ao outro cônjuge, embora este crédito só possa ser exigido no momento da partilha<sup>146</sup>.

Assim, quando os bens de um só dos cônjuges responderem por dívidas da responsabilidade de ambos, o cônjuge cujos bens responderem pelas dívidas torna-se credor do outro pelo que haja satisfeito além do que lhe competia satisfazer (embora este crédito só seja exigível no momento da partilha dos bens do casal, a menos que vigore o regime da separação) – art. 1697º, nº 1, do CC.

A lei poderia estabelecer que o crédito a que o cônjuge (que pagou além do que lhe competia satisfazer) teria direito fosse sobre o património comum. Tal seria uma hipótese, mas haveria um problema, pois poderia acontecer de, estabelecendo-se um crédito apenas sobre o património comum, o credor não conseguir o pagamento da dívida se não existisse património comum, ou se este não fosse suficiente. No regime de separação de bens, por exemplo, não existe património comum. Ao consagrar que o crédito do cônjuge que pagou é sobre o outro cônjuge, salvaguarda-se esta questão e consegue-se que responda pela dívida a meação do devedor no património comum (art. 1689º, nº 3, do CC) e ainda os seus bens próprios<sup>147</sup>. O credor é aqui

---

<sup>144</sup> Como esta questão extravasa os limites deste trabalho, far-se-á apenas uma brevíssima referência. Para mais desenvolvimentos ver, entre outros, DIAS, Cristina M. Araújo, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, op. cit. e DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 769 a 945.

<sup>145</sup> Sobre o momento da exigibilidade das compensações, e porque este trabalho não se irá debruçar sobre essa questão porque tal também extravasa os seus limites, ver, entre outros: DIAS, Cristina M. Araújo, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, op. cit.; DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p.843 e ss. e COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 506 a 519.

<sup>146</sup> Cfr. CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, op. cit., p. 434, e COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 502.

<sup>147</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 502.

tratado como se fosse “credor do património comum e, a título subsidiário, credor do outro cônjuge”<sup>148</sup>.

O art. 1697º, nº 2, do CC, já trata de outro caso, e aplica-se quando bens comuns respondem por dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges. Os casos previstos no art. 1696º, nº 2, do CC, por exemplo, são exemplos de situações assim.

A lei admite que os bens comuns respondam pelas dívidas próprias, até no sentido de proteger as expectativas do credor, mas é necessário ter em conta que os bens não deixam de ser comuns, e que o outro cônjuge tem meação nesses bens (correspondente com a meação que dá nos bens que ele próprio levou ou fez incluir no património comum)<sup>149</sup>. Não se poderá simplesmente permitir que os bens sejam afastados da comunhão e tratados quase como bens próprios do seu titular anterior, até porque tal seria violar expectativas do outro cônjuge e prejudicá-lo de forma séria<sup>150</sup>. Nestas situações, como prevê o nº 2 do art. 1696º do CC, o património comum ganha um crédito de compensação sobre o património próprio do cônjuge devedor, no momento da partilha.

Poderíamos equacionar a hipótese de a compensação se operar, diretamente, através de um crédito do cônjuge do devedor ao valor de metade dos bens comuns usados para pagar a dívida. Com esta opção, o cônjuge credor receberia o valor da sua meação no património comum, e ficaria ressarcido e com esse seu interesse satisfeito. Contudo, estabeleceu-se um crédito a favor do património comum porque se pretendeu, antes ainda de proteger o interesse do cônjuge do devedor, assegurar que o valor retirado é restituído ao património comum. O património comum será, ainda antes de se fazer a partilha dele entre ambos os cônjuges, a garantia dos credores de ambos os cônjuges quanto às dívidas comuns, com prioridade sobre outras dívidas (art. 1689º, nº 2, do CC)<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> Cfr. CRUZ, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, op. cit., p. 419.

<sup>149</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 502 e 503.

<sup>150</sup> Cfr. CRUZ, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, op. cit., p. 416.

<sup>151</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 502 e 503.

## **5. A responsabilidade por dívidas dos cônjuges nos ordenamentos jurídicos de Espanha, França, Itália e Alemanha – breve abordagem<sup>152</sup>**

Consideramos interessante, nesta fase deste nosso trabalho, analisar brevemente a forma como é tratada a responsabilidade por dívidas noutros ordenamentos jurídicos. Poderemos, assim, conhecer melhor outros sistemas e comparar com o nosso, ou refletir sobre o que poderá ser melhorado no nosso sistema.

### **5.1. O regime espanhol**

Começando por Espanha, o Código Civil espanhol trata, no seu título III, do “régimen económico matrimonial”, que se pode definir como “o conjunto de normas, convencionais ou legais, que regulam os aspetos económicos de um casal que contraiu casamento”<sup>153</sup>. De referir que a regulamentação no âmbito destas matérias resultou de uma reforma realizada pela Lei nº 11/1981, de 13 de maio, e que com ela se consagrou uma série de regras de carácter geral que a doutrina apelidou de “regime matrimonial primário”<sup>154</sup>.

Refira-se que o regime da responsabilidade por dívidas é, assim, antecedido pelo já referido conjunto de regras de carácter geral, que consta dos arts. 1315º e ss. do CC espanhol. O regime de responsabilidade por dívidas é regulado, à exceção dos encargos normais com a vida familiar, de acordo com o regime de bens em vigor no casamento, tal como acontece, como se verá à mais frente, em França e em Itália<sup>155</sup>.

Quanto aos regimes de bens, estabeleceu-se um regime supletivo no art. 1316º do CC espanhol designado por “sociedad de gananciales”, embora exista um outro regime supletivo, correspondente ao regime de separação de bens português, que se aplicará quando os nubentes queiram afastar a aplicação de um regime de comunhão, sem optar por um regime de bens em concreto, regime esse que consta do art. 1435º, nº 2, do CC espanhol<sup>156</sup>.

O regime de bens supletivo prevê normas que regulam três tipos de questões de âmbitos distintos: as dívidas pelas quais o património comum responderá a título definitivo; as dívidas pelas quais o património comum poderá ser executado; qual o património que responderá a título definitivo por certa dívida.

---

<sup>152</sup> A escolha dos ordenamentos jurídicos destes países deve-se à proximidade geográfica - e até social, cultural e jurídica - que esses países apresentam em relação a Portugal.

<sup>153</sup> Cfr. ALONSO, Eduardo Serrano, et. al., *Manual de Derecho de Familia*, Edisofer, Madrid, 2000, p. 184.

<sup>154</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p. 12.

<sup>155</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 162.

<sup>156</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 13.



As dívidas constantes dos arts. 1362º, 1363º, 1366º e 1367º do CC espanhol serão as dívidas que a comunhão terá de suportar de forma definitiva, constituindo o seu passivo definitivo, e pelas quais responderá, a título definitivo, o património comum, e, de forma solidária, o património próprio do cônjuge que contraiu a dívida, conforme estabelece o art. 1369º do CC espanhol. Se houver bens próprios a responder por dívidas da responsabilidade de ambos, então deverá haver lugar a reembolsos<sup>157</sup>.

Quanto às dívidas próprias de um dos cônjuges, que são aquelas que não estão incluídas nos arts. 1362º e ss. do CC espanhol, estabeleceu-se que apenas responderão por elas os bens próprios do cônjuge devedor, conforme prevê o art. 1373º do CC espanhol<sup>158</sup>; se os bens comuns responderem por estas dívidas próprias de um dos cônjuges, deverá considerar-se, aquando da liquidação da comunhão ou no momento em que o cônjuge devedor proceda ao reembolso do património comum com bens próprios que tenha obtido posteriormente (art. 1373º, nº 2, do CC espanhol), que o cônjuge devedor terá recebido esse valor por conta da sua meação<sup>159</sup>.

Os arts. 1362º e 1363º do CC espanhol estabelecem qual será o património que deverá suportar a dívidas de forma definitiva, se o comum ou o próprio, e estabelecem, dessa forma, quais as dívidas que serão comuns. Já os arts. 1365º e ss. do CC espanhol determinam o património responsável por dívidas contraídas por um ou ambos os cônjuges mas perante o credor, isto é, dívidas pelas quais será o património comum a responder de forma direta e solidária, sem prejuízo das compensações a que deva haver lugar.

Agora numa abordagem mais específica: o Código Civil espanhol estabelece, no seu art. 1362º, que constituem dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges, entre outras, as dívidas respeitantes ao sustento da família e à alimentação e educação dos filhos em comum<sup>160</sup>. Neste ponto, pode dizer-se que o regime será semelhante ao nosso, sobretudo se pensarmos nos encargos normais da vida familiar, que será o que está em causa naquele artigo do Código civil espanhol, e que também no nosso ordenamento constituem dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges.

---

<sup>157</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 163.

<sup>158</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/spain/topics/2-Existe-algum-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla/>

<sup>159</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 163.

<sup>160</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 153, nota (7).

Quanto às dívidas de comércio, o art. 1362º do Código Civil espanhol<sup>161</sup> afirma que constituem dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges as dívidas respeitantes à exploração regular dos negócios ou ao desempenho da profissão ou ofício de cada cônjuge<sup>162</sup>.

Isto será justificado pelo facto de os proveitos resultantes destas atividades ingressarem no património comum, de acordo com o art. 1347º, nº 1, do CC espanhol. Tratar-se-á aqui das despesas necessárias à exploração da atividade profissional, desde que não comprometam seriamente a subsistência da sociedade conjugal, e a lei faz algumas exigências: a dívida deve ser contraída no exercício da administração ordinária, e deve ser adequada à natureza do negócio ou profissão, atendendo à diligência normal de um empresário ou profissional<sup>163</sup>.

Não parece ser de incluir nesta norma as novas aquisições ou ampliações do negócio, até porque os instrumentos necessários para o exercício da profissão são considerados bens próprios na lei espanhola, pelo que não faria sentido que as dívidas respeitantes à sua aquisição fossem consideradas comuns<sup>164</sup>.

Quanto à responsabilidade por dívidas decorrentes do exercício do comércio, o *Código de Comercio* estipulou, nos artigos 6º a 12º, o regime patrimonial do comerciante casado<sup>165</sup>, embora a regulação comercial deste Código esteja voltada para o regime de comunhão de adquiridos e não para os outros regimes. Apesar de os artigos 9º a 11º versarem sobre o consentimento expresso do cônjuge do comerciante para que os seus bens próprios sejam vinculados, as demais normas que formam esse núcleo dos artigos 6º a 12º baseiam-se no regime de comunhão.

O art. 1911º do Código Civil espanhol estabelece que, pelas obrigações contraídas pelo cônjuge comerciante no exercício do seu comércio, devem responder os bens próprios do cônjuge comerciante e os bens adquiridos com os proveitos da atividade comercial. Para se poder responsabilizar os bens comuns, exige-se o consentimento de ambos os cônjuges, e para se poder responsabilizar os bens próprios do cônjuge do comerciante exige-se, em cada caso, o consentimento expresso deste.

---

<sup>161</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/spain/topics/2-Existe-algum-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla/>

<sup>162</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 161, nota (32). e Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 257.

<sup>163</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 257.

<sup>164</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 258.

<sup>165</sup> Diga-se que tal surgiu como uma regulamentação especial relativa à capacidade da mulher casada, no âmbito do comércio, no *Código de Comercio* espanhol de 1829 e 1885, e transformou-se em normas comerciais que estabelecem um regime económico-patrimonial matrimonial excepcional para o comerciante – cfr. SANCINENA ASURMENDI, Camino, *Régimen económico matrimonial del comerciante*, Madrid, Dykinson, 1996, p. 7.

Para evitar que haja desigualdade de tratamento entre os comerciantes e os outros profissionais, a lei permite que os bens comuns sejam mais facilmente responsabilizados, ao presumir o consentimento do cônjuge do comerciante se este exercer o comércio com o conhecimento e sem oposição expressa do cônjuge, ou se este já exercia o comércio antes do casamento e continuou a exercê-lo depois, sem oposição do cônjuge, de acordo com os arts. 7º e 8º do *Código de Comercio* espanhol<sup>166</sup>.

Se a dívida for contraída com o consentimento de ambos os cônjuges, o *Código do Comercio* estabelece aquilo que já consta do Código Civil espanhol, que indica que serão os bens comuns a responder pelas dívidas contraídas com o consentimento de ambos os cônjuges (art. 1367º e 1369º do CC espanhol). Se não houver o consentimento de ambos os cônjuges, por oposição do cônjuge ou revogação do consentimento já prestado<sup>167</sup>, então os bens comuns apenas responderão na falta de bens próprios do cônjuge devedor e dos bens adquiridos com proveitos da atividade comercial, e nos termos do art. 1373º do CC espanhol. Assim, o regime do exercício da atividade comercial é mais benéfico para os cônjuges e não dá tanta proteção aos interesses dos credores, contrariamente ao que acontece em Portugal<sup>168</sup>.

Pode considerar-se, contudo, que é difícil compreender a razão pela qual a lei estabeleceu critérios distintos para regular as dívidas originadas pelo exercício normal das profissões em geral, que responsabilizarão todos os bens comuns, e as dívidas originadas pelo exercício da profissão de comerciante, que responsabilizarão apenas, à partida, os bens comuns decorrentes da atividade comercial. Ainda que se possa colocar a hipótese de se valorar o facto de a empresa ser um bem comum e, por isso, a exploração corrente dos seus negócios constituir uma dívida comum, ou a hipótese de se considerar que o exercício da atividade comercial acarreta um risco maior de perda que o exercício das outras profissões<sup>169</sup>, a verdade é que não parece existir, como salienta Cristina Dias, fundamento para manter “um regime distinto ou privilegiado para o comerciante e com prejuízo dos credores”<sup>170</sup>.

Quanto aos bens que devem responder pelas dívidas decorrentes do exercício do comércio, os arts. 1362º, 3º e 4º, e 1365º, 2º, do CC espanhol, estabelecem será o património

---

<sup>166</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 260 e 261.

<sup>167</sup> O cônjuge, em princípio, estará obrigado a dar consentimento, uma vez que não se poderá opor ao exercício de uma dada profissão por parte do seu cônjuge (o comércio), salvo casos excecionais de incapacidade ou prodigalidade – cfr. GIMÉNEZ DUART, Tomás, *Cargas y obligaciones del matrimonio*, in “Revista de Derecho Privado, Junho de 1982, p. 548.

<sup>168</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 261 e 262.

<sup>169</sup> Cfr. ABELLÓ MARGALEF, Ramón, *Notas sobre las cargas y obligaciones de la sociedad de gananciales*, in “Revista de Derecho Privado, 1982, p. 808.

<sup>170</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 262.

comum a responder diretamente e a título definitivo por estas dívidas, independentemente de haver consentimento do cônjuge do comerciante.

Aqui, contudo, há uma grande diferença: em Espanha prevê-se o dever de cada um dos cônjuges informar o outro, de modo recíproco e periódico, sobre a situação e os rendimentos das atividades económicas que exerça, sob pena de se terminar a sociedade entre os cônjuges (art. 1383º do CC espanhol)<sup>171</sup>. Consideramos que este dever de informação é uma excelente forma de assegurar que o cônjuge do devedor não é apanhado de surpresa, ou não é simplesmente responsabilizado, num contexto em que não tinha conhecimento da situação das atividades do seu cônjuge. Esta solução parece-nos bastante razoável e inteligente, e consideramos até que deveria ser adotada também em Portugal.

O art. 1365º vem estabelecer que os bens comuns respondem diretamente perante o credor por dívidas contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade doméstica, ou por gestão ou disposição de bens comuns<sup>172</sup>. Mais uma vez, é possível encontrar semelhanças com o regime português, dado que em Espanha os bens comuns responderão pelas dívidas que digam respeito a bens comuns ou ao exercício da atividade doméstica, ainda que a dívida seja apenas contraída por um dos cônjuges.

## **5.2. O regime francês**

Quanto ao regime francês, é importante começar por referir que a Lei nº 65-570, de 13 de julho de 1965, levou a uma reforma global dos regimes de bens do casamento<sup>173</sup>.

Neste sistema jurídico existem dois regimes. Pode dizer-se que existe um regime primário comum, e existem regras específicas para cada um dos regimes matrimoniais, verificando-se aqui duas tendências: uma de natureza convencional e outra de natureza legal<sup>174</sup>. O regime matrimonial pode aqui ser definido como o conjunto de regras que determinam os respetivos patrimónios, a sua composição e gestão, quer na vertente ativa, quer na vertente passiva<sup>175</sup>. Este conceito é, assim, diferente daquele que adotamos em Portugal, pois o regime primário, para nós, inclui os regimes de administração dos bens, disposição dos bens e responsabilidade por dívidas.

---

<sup>171</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 165.

<sup>172</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 153.

<sup>173</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 8.

<sup>174</sup> Cfr. TERRÉ, François, e SIMLER, Philippe, *Les régimes matrimoniaux*, 3ª edição, Paris, Dalloz, 2001, p. 117.

<sup>175</sup> Cfr. MALAURIE, Philippe, e AYNÉS, Laurent, *Les régimes matrimoniaux*, in HENRIQUES, Sofia, “Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens”, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 60.

Quanto à responsabilidade por dívidas, o Código Civil francês regula esta responsabilidade em função do regime de bens em vigor no casamento. Contudo, encontra-se *latu sensu* um conjunto de regras básicas, que constituem a subestrutura de todos os regimes de bens, que se pode designar por “estatuto imperativo de base” e consta dos arts. 214º a 226º do CC francês<sup>176</sup>.

É importante, agora, versar sobre o art. 220º do CC francês, que será aplicável a todos os regimes de bens.

O art. 220º estipula que um dos cônjuges pode contrair dívidas que tenham como objetivo garantir a manutenção do lar ou a educação dos filhos, sendo que a responsabilidade por essas dívidas será de ambos os cônjuges, de forma solidária (ver artigo 1409º do Código Civil francês), exceto se estiverem em causa gastos manifestamente excessivos, atendendo ao estilo de vida da família, à utilidade ou inutilidade da operação, e à boa ou má fé das partes contratantes<sup>177</sup>.

De acordo com os arts. 223º e 224º do CC francês, os cônjuges, depois de contribuírem para os encargos da vida familiar, podem dispor livremente dos rendimentos do seu trabalho. Os nubentes podem, inclusivamente, estabelecer a forma de contribuir para os encargos da vida familiar na convenção antenupcial, de acordo com o art. 214º do CC francês. Apesar disto, e tendo em conta o princípio da igualdade e o dever de contribuir para os encargos da vida familiar, não será possível estabelecer que um dos cônjuges terá uma dispensa total de contribuir para os encargos da vida familiar, ou que um dos cônjuges entregará todos os seus salários e rendimentos ao outro, a este título. Ambos os cônjuges devem participar de forma proporcional nos encargos da vida familiar, tendo em conta as suas possibilidades (art. 214º, al. 1, do CC francês)<sup>178</sup>.

O sistema jurídico francês consagrou uma ampla liberdade quanto à conformação do regime de bens, embora os nubentes continuem a adotar um dos três regimes de bens convencionais previstos no Código: a *communauté conventionnelle*, a *séparation de biens* e a *participation aux acquêts*. O regime de bens legal é, desde a Lei nº 65-570, de 13 de julho de 1965, a *communauté legal* (*communauté réduite aux acquêts* ou *communauté d'acquêts*)<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 157.

<sup>177</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 153, nota (7).

<sup>178</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 62 e 63.

<sup>179</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 9, e HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 67.

Quanto à responsabilidade dos cônjuges por dívidas, devemos distinguir as relações dos cônjuges com terceiros das relações dos cônjuges entre si.

Nas relações dos cônjuges com terceiros, vale o princípio que afirma que cada cônjuge responderá pelas dívidas que contrair com bens próprios e com bens comuns, estando salvaguardado o direito a compensação, conforme consta do art. 1412º do CC francês. Assim, os bens próprios do outro cônjuge não responderão por esse tipo de dívidas (art. 1418º do CC francês)<sup>180</sup>.

Devemos agora fazer a distinção entre dívidas pessoais (*dettes personnelles*) e dívidas da comunhão (*dettes de communauté*).

As dívidas pessoais serão aquelas que foram constituídas antes do casamento e as que incidem sobre doações, heranças ou legados (art. 1410º do CC francês). Devem responder, por elas, os bens próprios e os rendimentos do cônjuge que as contraiu<sup>181</sup>.

As dívidas da comunhão serão as dívidas contraídas depois da celebração do casamento, conforme o art. 1409º do CC francês estabelece, à exceção das que respeitem a doações, heranças ou legados. Devem responder por estas dívidas os bens próprios do cônjuge que as contraiu e os bens comuns do casal, sendo que se incluem, nestes últimos, e sem prejuízo de outros bens, os salários do cônjuge que tenha contraído a dívida.

Contudo, devem excluir-se do elenco de bens que responderão por esta dívida os salários do cônjuge que não contraiu a dívida (conforme consta dos arts. 1413º e 1411º do CC francês), exceto quando: a dívida respeitar a encargos normais da vida familiar ou encargos relacionados com a educação dos filhos; estejam em causa salários depositados em contas bancárias; haja mistura ou confusão entre o património próprio e o património comum; quando se trate de cauções ou empréstimos que um dos cônjuges tenha contraído sem o consentimento do outro<sup>182</sup>.

Devemos agora distinguir as dívidas que deverão ser definitivamente suportadas por um dos cônjuges (*dettes propres*) das dívidas que deverão ser definitivamente suportadas por ambos os cônjuges (*dettes communes*).

Devem ser definitivamente suportadas apenas por um dos cônjuges: as dívidas já existentes à data da celebração do casamento; as dívidas relacionadas com a sucessão ou liberdade recebida após o casamento; as dívidas extracontratuais próprias de cada cônjuge; as

---

<sup>180</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 73.

<sup>181</sup> Cfr. MARTIN, Dieder, *Les régimes matrimoniaux*, 2ª edição, Dalloz, Paris, 2005, pp. 43 e 44, e SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 10.

<sup>182</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 10.

dívidas contraídas por um dos cônjuges que impliquem violação de deveres conjugais; as dívidas contraídas por um dos cônjuges no seu interesse exclusivo. Quanto a estas dívidas, se os bens comuns responderem por elas deve haver lugar a compensações<sup>183</sup>.

Devem ser definitivamente suportadas por ambos os cônjuges as dívidas que respeitem a encargos da vida familiar e, à partida, as dívidas relativas a alimentos, tanto as de natureza judicial como as de natureza contratual<sup>184</sup>.

Focando-nos novamente nos regimes de bens, começamos por nos referir à comunhão geral de bens, ou *communauté universelle*, que os cônjuges poderão adotar de acordo com o art. 1526º do CC francês. Neste regime, os bens comuns devem suportar definitivamente todas as dívidas presentes ou futuras dos cônjuges, conforme estabelece o art. 1526º, al. 2), do CC francês. Assim, os bens comuns também devem aqui responder pelas dívidas anteriores ao casamento e pelas dívidas respeitantes a bens recebidos por sucessão, até porque todos ou quase todos os bens são comuns neste regime de bens.

Quanto ao regime de separação de bens, deve dizer-se que neste regime não existem bens comuns, havendo apenas bens próprios de cada um dos cônjuges. Desta forma, cada um dos cônjuges será responsável pelas suas dívidas, conforme consta do art. 1536º, al. 2), do CC francês, à exceção das dívidas relativas aos encargos da vida familiar, como estabelece o art. 220º do CC francês.

Sobre o regime da *participation aux acquêts*, pode afirmar-se que é um regime híbrido, de influência sueca e alemã, previsto nos arts. 1569º e ss. do CC francês, introduzido em França em 1965. Neste regime, as relações entre os cônjuges serão regidas pelas regras da separação de bens durante o casamento, tanto em relação ao ativo como em relação ao passivo, embora cada cônjuge participe em metade dos ganhos adquiridos pelo outro cônjuge, aquando da dissolução do casamento<sup>185</sup>.

Diga-se ainda, quanto às dívidas decorrentes do exercício do comércio, que o art. 22º-1 da Lei nº 91-650, de 9 de Julho de 1991, permite ao empresário em nome individual, que tenha uma dívida contratual decorrente da sua atividade profissional, a pretensão de que a execução

---

<sup>183</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 75.

<sup>184</sup> SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 10.

<sup>185</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 79 e SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 11.

recaia prioritariamente sobre os bens necessários à exploração da empresa (se estes apresentarem valor suficiente para garantir o pagamento do crédito).

Assim, se o empresário for casado em regime de comunhão, e como a lei não faz distinção entre regimes de bens, este pode exigir o pagamento dos seus créditos profissionais sobre os bens profissionais, independentemente de serem bens próprios ou comuns, desde que não haja fraude, e sem prejuízo de uma eventual compensação. Contudo, e mesmo no regime de separação de bens, o exercício por um dos cônjuges de uma atividade profissional, comercial ou agrícola com a colaboração do outro cônjuge, permite que terceiros de boa fé responsabilizem ambos os cônjuges pelas dívidas contraídas no exercício dessas atividades, devido à aparência de comercialidade<sup>186</sup>.

Há outro aspeto que também merece ser referido. O Código Civil francês estabelece, para o regime supletivo de comunhão de adquiridos, a impenhorabilidade dos rendimentos profissionais de cada um dos cônjuges, no seu art. 1414º, nº 1, do CC<sup>187</sup>. Esta norma assegura a liberdade profissional (que consta do art. 223º do CC francês), pelo que o cônjuge do comerciante nunca responderá com os seus rendimentos por uma dívida comercial contraída pelo outro cônjuge, a menos que ambos exerçam a mesma atividade comercial e agrícola, e aí entende-se que se obrigam de forma solidária. Além disso, estes valores são administrados por cada um dos cônjuges, pelo que a dívida contraída por um não deve onerar bens que são administrados pelo outro<sup>188</sup>. Assim, consideramos ser de entender, na senda de Cristina Dias, que esta solução também deveria ser aplicada no nosso ordenamento jurídico.

### 5.3. O regime italiano

Ao referir o sistema italiano, é importante começar por dizer que ele, no sentido de adaptar as suas normas ao princípio da igualdade dos cônjuges, sofreu uma reforma no que respeita às matérias de Direito da Família em 1975.

O regime de bens supletivo é, no direito italiano, o denominado regime da *comunione dei beni*, conforme estabelece o art. 159º do CC italiano. Os nubentes poderão, contudo, celebrar uma convenção designada por *convenzione matrimoniale*, onde lhes é permitido adotar um regime de bens diferente ou complementar<sup>189</sup>.

---

<sup>186</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 256.

<sup>187</sup> Cfr. FLOUR, Jacques e CHAMPENOIS, Gérard, *Les régimes matrimoniaux*, Paris, Armand Colin, 1995, p. 402.

<sup>188</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 451.

<sup>189</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 104.



Quanto à matéria da responsabilidade por dívidas, pode afirmar-se que ela está regulada nos arts. 186º a 190º do CC italiano.

Estes artigos vêm consagrar em que situações é que serão os bens comuns ou os bens próprios a responder pelas dívidas dos cônjuges, contraídas por ambos os cônjuges ou apenas por um deles, sejam elas contraídas no interesse exclusivo do cônjuge que a contrai, ou no interesse comum do casal e da família. O fator importante, aqui, será determinar a natureza da dívida, pois será em função dessa natureza que se irá estabelecer qual o património responsável por ela<sup>190</sup>.

Diga-se, a título de exemplo, que o art. 186º do CC italiano estabelece que os bens comuns devem responder pelas despesas que digam respeito à manutenção da família e à educação e instrução dos filhos, assim como devem responder pelas despesas realizadas no interesse da família, ainda que os cônjuges as contraíam separadamente<sup>191</sup>.

O sistema italiano distingue duas categorias de dívidas às quais corresponderão duas categorias diferentes de credores: os credores da comunhão e os credores pessoais. Pode afirmar-se, assim, que o sistema italiano não distingue a esfera interna da esfera externa, no que concerne à responsabilidade por dívidas, pelo que se aproxima, neste aspeto, do sistema português<sup>192</sup>.

Ainda quanto ao sistema italiano, é importante referir que as dívidas assumidas por um dos cônjuges no exercício da profissão são consideradas próprias, até porque os bens relacionados com a profissão não integram a comunhão (art. 179º, al. d), do CC italiano), e os rendimentos resultantes da profissão não integram a comunhão imediata (art. 177º, al. c), do CC)<sup>193</sup>.

Diga-se, ainda, que as dívidas contraídas no exercício da empresa individual de um dos cônjuges também são próprias, dado que o art. 178º do CC italiano exclui a “azienda individuale” dos bens da comunhão<sup>194</sup>.

Isto sucede, também, no âmbito do fundo patrimonial, que consta dos arts. 167º e ss. do CC italiano. Este é um património ao qual se impõe uma “vinculação quanto ao fim destinada a conferir alguma segurança jurídica à família”, isto é, visa satisfazer as despesas relativas à assistência material entre os cônjuges, ao sustento, instrução e educação dos filhos, à contribuição

---

<sup>190</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 160.

<sup>191</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 153, nota (7).

<sup>192</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 161.

<sup>193</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/italy/topics/2-Existe-algum-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla>

<sup>194</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 452.

para o sustento da família<sup>195</sup> e ao desenvolvimento da capacidade de trabalho dos cônjuges, dentro do padrão de vida da família em causa, de acordo com os arts. 143º, 147º e 314º do CC italiano<sup>196</sup>. Não se integram nele as dívidas relativas ao exercício do trabalho ou empresa do cônjuge, ainda que seja retirado proveito para a família.

Acrescente-se que é permitido, em Itália, dissolver o regime de comunhão, de acordo com o art. 191º, nº 2, do CC italiano, no caso de constituição de uma *azienda* depois do casamento, administrada por ambos os cônjuges (art. 177º, al. d), do CC italiano), sendo necessário observar os requisitos constantes do art. 162º do Código Civil italiano para as convenções matrimoniais<sup>197</sup>.

#### **5.4. O regime alemão**

Partindo para o sistema alemão, podemos afirmar que lá se consagrou como regime supletivo de bens o “regime de comunhão de ganhos ou de participação nos adquiridos”, designado por “*zugewinnngemeinschaft*”<sup>198</sup>. Este regime encontra-se consagrado nos § 1363º a 1390º do BGB<sup>199</sup> e refira-se que será este o regime aplicável na falta de convenção antenupcial.

Este regime caracteriza-se pelo facto de os bens adquiridos por cada um dos cônjuges, ainda que depois da celebração do casamento, não se integrarem no património comum, pelo que os patrimónios de cada um dos cônjuges serão patrimónios juridicamente separados (§ 1363, par, 2, BGB)<sup>200</sup>. Desta forma, os patrimónios próprios conservar-se-ão como próprios, e os bens adquiridos serão do cônjuge que os adquirir, ou de ambos em compropriedade, se for esse o caso.

Assim, pode afirmar-se que o regime de bens em vigor na pendência do casamento, na prática, será o regime de separação. Cada cônjuge conservará os seus bens próprios e administrará o seu património, assim como será responsabilizado pelas suas dívidas, e serão apenas os seus bens próprios a responder por elas. Isto sem prejuízo das dívidas que obrigam

---

<sup>195</sup> Cfr., para um melhor esclarecimento sobre o conceito de necessidades familiares para efeitos do fundo, FUSARO, Andrea, *Il regime patrimoniale della famiglia*, Padova, Cedan, 1990, pp. 127 a 131.

<sup>196</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 452 e 453.

<sup>197</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Alteração do Estatuto Patrimonial dos Cônjuges e a Responsabilidade por Dívidas*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 9.

<sup>198</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 83, nota (242) e Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 14.

<sup>199</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., pp. 164 a 168.

<sup>200</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 84 e Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 14.

solidariamente ambos os cônjuges em qualquer regime de bens (§ 1357 do BGB), e das dívidas que os cônjuges assumam em conjunto, nos termos gerais<sup>201</sup>.

Este regime, contudo, apresenta especificidades. No momento da liquidação, os ganhos patrimoniais obtidos por cada cônjuge, ou a diferença entre o património inicial e o património final, deverão ser divididos de forma igual pelos cônjuges (§ 1363, par, 2, BGB).

O BGB permite ainda que os nubentes possam escolher o regime de comunhão de bens ou o regime de separação de bens<sup>202</sup>.

O regime da separação de bens, consagrado no § 1414 do BGB, estabelece apenas a existência de duas massas patrimoniais distintas, que correspondem aos bens próprios de cada um dos cônjuges, pelo que, neste regime, não existirá qualquer massa patrimonial comum. O que poderá haver é bens em compropriedade, nos termos gerais, mas nunca bens comuns. Assim, os salários, bens e proveitos que os cônjuges adquiram na pendência do casamento serão pertença de cada um deles, que terá também a sua administração<sup>203</sup>.

Quanto à responsabilidade por dívidas, pode afirmar-se que o princípio norteador é o de que cada cônjuge será responsável pelas dívidas que contrair, à exceção dos encargos normais da vida familiar, sendo esta a regra aplicável, independentemente do regime de bens, conforme consagra o § 1360 do BGB<sup>204</sup>.

Diferentemente do que se passa no regime da *zugewinnngemeinschaft*, os ganhos que cada um dos cônjuges obteve durante o casamento, aqui, não originarão um crédito de um dos cônjuges sobre o outro<sup>205</sup>.

O BGB permite, também, escolher o regime de comunhão de bens. Este regime está previsto nos §§ 1415 a 1482 do BGB<sup>206</sup> e implica uma comunhão universal. Isto significa que todos os bens que os cônjuges adquirirem antes do casamento, e ainda os que adquiram a qualquer título depois do casamento, irão formar um património de mão comum, pertencente a

---

<sup>201</sup> Cfr. DIAS, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, op. cit., p. 165.

<sup>202</sup> Cfr. Idem, ibidem, pp. 165 e 166.

<sup>203</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 90.

<sup>204</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 15.

<sup>205</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 91.

<sup>206</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/germany/topics/2-Existe-algum-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla>

ambos os cônjuges, que terá a natureza de comunhão indivisa, conforme consta do § 1419 do BGB<sup>207</sup>.

Neste regime, contudo, também existem bens que serão excluídos da comunhão. Esses bens serão os que constam do § 1417 do BGB, ou seja, os que não se podem transmitir por negócio jurídico, e ainda os do § 1418, que são: os bens que na convenção antenupcial sejam classificados como bens próprios; os bens adquiridos através de sucessão por morte ou doados a um dos cônjuges com cláusula de incomunicabilidade; os bens que um dos cônjuges adquira na sequência de um direito reservado ou através de indemnização pela perda, dano ou subtração de um bem que pertença ao seu património reservado<sup>208 209</sup>.

Pode afirmar-se, agora, que o sistema jurídico alemão optou por tipificar três regimes de bens e, dentro de cada um deles, estabeleceu regras sobre poderes de administração, poderes de disposição e responsabilidade por dívidas. Verifica-se, assim, que esta opção é diferente da do legislador português, que optou por consagrar um regime patrimonial primário aplicável a todos os casamentos, independentemente do regime de bens<sup>210</sup>.

No sistema jurídico alemão, e diferentemente do que acontece com os outros sistemas jurídicos abordados, a regulação do regime da responsabilidade por dívidas será feita em função dos poderes de administração dos cônjuges. A administração dos bens caberá, à partida, a ambos os cônjuges, embora se possa atribuir essa administração dos bens comuns apenas a um dos cônjuges, na convenção antenupcial (§ 1421 do BGB). Desta forma, os credores de ambos os cônjuges poderão reclamar, à partida, o pagamento dos seus créditos pelo património comum, e o cônjuge administrador responderá de forma pessoal e solidária pelas dívidas do outro cônjuge que sejam dívidas do património comum (§ 1437 do BGB)<sup>211</sup>.

---

<sup>207</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., p. 91.

<sup>208</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 16.

<sup>209</sup> Cfr. BGB alemão traduzido para inglês pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, in <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Alemao-BGB-German-Civil-Code-BGB-english-version.pdf>.

<sup>210</sup> Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 16 e nota (45) da p. 16.

<sup>211</sup> Cfr. HENRIQUES, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, op. cit., pp. 92 e 93 e Cfr. SOUSA, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, op. cit., p. 16.

## **CAPÍTULO II – A RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS FISCAIS**

### **1. A relação jurídica tributária**

#### **1.1. O conceito de relação jurídica tributária**

Agora que fizemos, de forma muito breve, uma explicação dos regimes de bens do casamento e da responsabilidade por dívidas que o Código Civil prevê, importa versar sobre as dívidas fiscais. Falar de dívidas fiscais implica ter presente a noção de imposto, devendo este ser entendido como uma prestação patrimonial, unilateral, definitiva, estabelecida por lei (coativa), exigida a detentores de capacidade contributiva, a favor de entidade que exerça funções públicas, para a realização de fins públicos, conquanto não tenha carácter sancionatório<sup>212</sup>.

Desta forma, e tendo presente a noção de imposto, é mais fácil compreender que as dívidas fiscais serão as dívidas que incidirão sobre impostos, e que será a responsabilidade dos cônjuges por estas dívidas que merecerá a atenção da nossa investigação.

Para abordar esta temática, e porque, para falar de dívida (e de dívida tributária), é necessário que tenha havido e haja uma relação jurídica (no caso das dívidas fiscais, uma relação jurídica tributária), começaremos por procurar o conceito de conceito de relação jurídica tributária.

Antes ainda de abordar o conceito de relação jurídica tributária, é conveniente pensar no conceito de relação jurídica. Este conceito faz parte daquele grupo de conceitos que se aplica e é válido a toda a ciência jurídica em geral, pelo que não se poderá afirmar que seja um conceito pertencente apenas ao direito público ou ao direito privado. Ainda que tenha sido um conceito que se foi desenvolvendo predominantemente, a nível científico, no direito privado, a verdade é que é necessário ter em conta “a irradiação das suas possibilidades aplicativas em direção a muitíssimos outros segmentos de conhecimento jurídico”, pelo que se poderá afirmar que se trata de uma figura transversal, tanto a nível formal como material, que integrará o “património comum da juridicidade”<sup>213</sup>.

Diga-se, antes de falar do conceito de relação jurídica tributária em si, que, em sentido técnico, uma relação jurídica será a relação da vida social disciplinada pelo Direito, mediante a atribuição de direitos e deveres jurídicos ou sujeições às partes na mesma. Acrescente-se que a teoria geral da relação jurídica é especialmente relevante em Direito Tributário, e que este integra

---

<sup>212</sup> Cfr. RIBEIRO, João Sérgio, *Teoria Geral do Imposto e da Norma Tributária*, Braga, AEDUM, 2012, pp. 16 e ss.

<sup>213</sup> ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 17 e 18.

o direito das obrigações de direito público, cujo objeto consiste nas relações obrigacionais que se estabelecem entre o cidadão e o Estado<sup>214</sup>.

Pode acrescentar-se que este conceito de relação jurídica tributária “aproxima” o Direito Fiscal do Direito das Obrigações, na medida em que nos teremos de socorrer dos conceitos típicos do ramo do Direito das Obrigações para identificar os sujeitos ativos e os sujeitos passivos, bem como o objeto da obrigação de imposto<sup>215</sup>.

Pensando no conceito de relação jurídica tributária, é importante referir que este, quando começou a ser delineado, teve como ponto de partida a centralidade da posição jurídica da administração tributária e dos atos por si emanados, tendo-se dado relevância aos modos jurídicos de exercício do poder nas suas várias dimensões (orgânica, formal, procedimental e material), pelo que o DL 45 005, que aprovou o antigo Código de Processo das Contribuições e Impostos, já revogado, afirmava que “A aplicação da lei tributária aos factos previstos como objecto de incidência de impostos ou de determinação da matéria coletável é, naturalmente, uma função dos órgãos da administração fiscal com poder decisório, tendo, por isso, os actos de tributação, carácter definitivo e valor executório, necessariamente vinculativos em relação ao contribuinte”.

Seguindo esta ideia, que decorria de uma visão que entendia o Direito Tributário como uma parte do Direito Administrativo<sup>216</sup>, é visível que se dava destaque ao ato tributário, nomeadamente a liquidação, e ao credor tributário, sendo essa aproximação realizada através do procedimento, enquanto “conjunto de atos que visa exteriorizar a vontade da Administração e fixar os contornos da obrigação do sujeito passivo em face do fisco”, sendo que o sujeito passivo era entendido apenas como um ator passivo e destinatário da ação tributária<sup>217</sup>. Assim, e neste enquadramento, dava-se especial destaque ao princípio do inquisitório, que implica que sejam os órgãos administrativos a ter a iniciativa de efetuar as diligências necessárias à descoberta da verdade material, e à prossecução do interesse público, estando o sujeito passivo numa posição de sujeição. Esta conceção leva, em última instância, a reconhecer supremacia jurídica ao credor tributário.

Com a importância crescente e o desenvolvimento, a nível coletivo, da dignidade da pessoa humana, esta conceção que referimos tornou-se desadequada e, dentro dos quadros de

---

<sup>214</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, p. 137.

<sup>215</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, 2ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 113.

<sup>216</sup> Diga-se, seguindo Suzana Tavares da Silva, que a autonomia científica do direito fiscal em relação ao Direito Administrativo torna-se ainda mais evidente na atualidade quando atentamos à influência que as teorias da análise económica dos impostos exercem sobre este especial sistema normativo, bem como quando percebemos os constrangimentos que o modelo de “soberania dividida”, decorrente da internacionalização e europeização do direito público, representam para o legislador fiscal no momento em que este exerce o poder tributário. Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 113.

<sup>217</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 25.

um verdadeiro Estado de Direito, percebeu-se que a administração é um sujeito que também apresentará limitações e os particulares são, eles próprios, titulares de posições jurídicas subjetivas protegidas em relação à Administração.

Desta forma, a Administração deixa de ser entendida como estando numa posição de supremacia em relação ao contribuinte ou administrado, e a relação entre o fisco e o contribuinte adquire uma natureza “relacional e dialética”, passando o contribuinte a ser entendido como titular de uma esfera de interesses que tem de ser juridicamente tutelada e deixando de ser visto como mero objeto ou destinatário passivo das atuações da Administração<sup>218 219</sup>.

Além disto, a evolução e complexidade da vida jurídica, assim como o surgimento de novos “nexos relacionais” que não estavam previstos ou regulados, também vêm ajudar a desconstruir as concepções clássicas e a deixar de colocar a ênfase no procedimento e no ato. É evidente, até, que as ligações relevantes a nível tributário e fiscal deixaram de ser apenas bilaterais (entre o fisco e o contribuinte), como tradicionalmente se entendia, e passaram a ser trilaterais ou até multilaterais, pois passou a haver terceiros a desempenhar tarefas que tradicionalmente cabiam à Administração, como nos casos de substituição tributária, e mesmo no esquema bilateral poderá haver natureza contratual, como contratos fiscais, embora essa não seja a regra<sup>220</sup>.

Assim, e por tudo o que se referiu, pode dizer-se que a relação jurídica tributária tem uma estrutura semelhante à da relação obrigacional de direito privado, isto sem prejuízo de apresentar um regime marcadamente publicista, motivado pelos bens jurídicos e interesses em causa, e pelas prerrogativas de *ius imperii* que um dos sujeitos apresenta.

Pode dizer-se que a distinção metodológica entre utilizar o conceito de relação jurídica ou o conceito de ato tributário como elemento chave para o estudo dos problemas relativos à gestão dos impostos não tem, na atualidade, grande importância, na medida em que o Direito Administrativo já não se encontra exclusivamente construído sobre as formas de atividade da administração (em especial o ato administrativo), e o direito das obrigações já não assenta exclusivamente na autonomia privada, pelo que se pode concluir, como se vê, pela perda de relevância da discussão dos modelos. Além disso, os fenómenos de privatização do direito público

---

<sup>218</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 26.

<sup>219</sup> Veja-se, no mesmo sentido, e defendendo que a relação jurídica tributária inicialmente era entendida como uma relação de poder e depois como uma relação de natureza obrigacional, PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, p. 225.

<sup>220</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 26 e 27.

e de publicização de aspetos do direito privado retiraram interesse ao aprofundamento de eventuais divergências entre as construções metodológicas<sup>221 222</sup>.

Ademais, pode dizer-se que a emancipação doutrinária do Direito Fiscal e a sua afirmação como ramo das ciências jurídicas dão-se através da elaboração da relação jurídica tributária (ou relação jurídica de imposto), que permitiu ao Direito Fiscal conquistar um objeto de estudo próprio, e concentrar-se no estudo da relação jurídica tributária e das suas variadas vicissitudes, sendo que esta concentração neste estudo garantiu o conteúdo de arranque necessário à afirmação do Direito Fiscal<sup>223</sup>.

Quanto ao que o legislador refere sobre a relação jurídica tributária, pode dizer-se que no art. 1º, nº 2, da LGT, se estabeleceu que “consideram-se relações jurídico-tributárias as estabelecidas entre a administração tributária, agindo como tal, e as pessoas singulares e coletivas e outras entidades legalmente equiparadas a estas”.

É com base no conceito de relação jurídica que se compreendem os direitos e deveres da administração tributária e dos particulares. Diga-se que a relação jurídica tributária tem sujeitos e objeto, baseando-se na ocorrência de um facto jurídico relevante<sup>224</sup>.

Esta definição, contudo, apresenta diversas debilidades: além de não ser propriamente uma definição porque não define, em rigor, nada, e de incluir na definição a realidade a definir, o que também é desadequado, a verdade é que ela inclui nexos relacionais que, de forma rigorosa, não se poderiam considerar como sendo tributários<sup>225</sup>. Assim, não se poderá considerar que o legislador tenha contribuído de forma relevante para a definição de relação jurídica tributária.

Pode é partir-se da ideia de que a relação jurídica tributária será um vínculo de natureza jurídica estabelecido entre o credor tributário, geralmente o Estado, e o devedor, geralmente

---

<sup>221</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 113.

<sup>222</sup> Poderia ainda, e a nível de concepções, teorias ou fenómenos através das quais se pode estudar o direito fiscal, falar-se numa teoria procedimentalista. Esta adotaria definições restritas de direito subjetivo e de relação jurídica, pelo que, para esta teoria, o direito subjetivo, para existir, tem de ser acompanhado da ação imediata, não sendo suficiente a concessão do poder de dispor de tutela jurídica estatal sem que sem que se possa desde logo atuar. A relação jurídica seria apenas aquela em que se encontram contrapostos o direito e a obrigação, e não toda e qualquer relação social tutelada pelo direito. Para esta teoria, a relação jurídica não conseguiria compreender o fenómeno do imposto na sua globalidade, pelo que o conceito de procedimento seria mais adequado. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, op. cit., 2012, pp. 225 a 228.

<sup>223</sup> Pode acrescentar-se, a este propósito, que a relação jurídica tributária será o esquema conceitual que melhor poderá explicar a interação entre o Estado e os contribuintes, pois a relação que mantemos com o Estado enquanto contribuintes é uma relação em que o Estado nos exige o cumprimento de uma obrigação, de natureza pecuniária, à qual ficamos vinculados como sujeitos passivos, depois de verificados certos factos que a lei tipifica. Cfr. VASQUES, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 374.

<sup>224</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, op. cit., p. 137.

<sup>225</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 31 e 32. Veja-se, por exemplo, e como estes Autores referem, o nexo estabelecido nos casos em que se pede acesso a informações bancárias, no procedimento de derrogação do sigilo bancário, que obriga as instituições bancárias a permitir acesso a dados relevantes, e onde surgem dúvidas de qualificação, a menos que se considere que a administração tributária não estará “agindo como tal”, sendo que então se pode questionar a que título e com que fundamento esta intervém na relação.



designado por contribuinte, sendo que este terá um conjunto de deveres a cumprir em relação ao credor tributário, especialmente o dever de pagar tributos<sup>226</sup>.

Esta será apenas uma ideia, até porque contém limitações: o Estado, e não apenas o contribuinte, também terá deveres a cumprir, havendo, assim, direitos e deveres para ambas as partes; na posição do Estado, ou do credor tributário, poderá estar outro ente público que não o Estado, como por exemplo as autarquias locais no caso dos tributos municipais; esta relação também não pode ser sempre concebida apenas entre dois sujeitos, na lógica tradicional da bilateralidade, pois muitas vezes há terceiros que intervêm na categoria de sujeitos e devem ser incluídos<sup>227</sup>.

Agora consideramos estar em condições de avançar, na senda de Joaquim Freitas da Rocha, uma proposta de definição de relação jurídica tributária. Assim, esta poderá ser entendida como “vínculo intersubjetivo emergente de um facto tributário enformado por normas jurídico-tributárias”<sup>228</sup>.

Esta definição, ou proposta de definição, contem três elementos estruturantes.

Primeiramente, pode dizer-se que, do ponto de vista estrutural, uma relação jurídica consiste num vínculo intersubjetivo, ou seja, entre duas ou mais pessoas ou entidades, podendo existir relações jurídicas que envolvam realidades não reconduzíveis ao conceito de “pessoa”, sendo antes meras entidades fácticas. Assim, tratar-se-á de uma realidade que “une, liga ou associa, num concreto contexto de tempo e de espaço, certos entes jurídico-tributariamente relevantes”, até porque não se poderá conceber uma relação que não envolva, pelo menos, dois sujeitos.

Depois, e do ponto de vista da constituição, esta relação ou nexó relacional nasce ou surge de um facto tributário<sup>229</sup>, ou seja, de um facto social ou empírico que o ordenamento jurídico tem como sendo relevante a nível tributário, como por exemplo uma transmissão de bens ou prestação de serviços relevante para efeitos de IVA<sup>230</sup>.

Além disto, e do ponto de vista da conformação jurídica, a relação tem o seu regime normativo ou legal definido pelo Direito Tributário, sendo este visto como o “conjunto de normas jurídicas (princípios e regras) disciplinadoras da criação e aplicação de tributos (impostos, taxas e

---

<sup>226</sup> Para um desenvolvimento aprofundado do tema, ver NABAIS, José Casalta, *O Dever Fundamental de Pagar Impostos - Contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo*, Coimbra, Almedina, 2015.

<sup>227</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 33.

<sup>228</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 34.

<sup>229</sup> Para mais desenvolvimentos sobre o facto tributário, ver XAVIER, Alberto, *Conceito e natureza do acto tributário*, Almedina, Coimbra, 1972, pp. 324 e ss.

<sup>230</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 34 e 35.

contribuições de natureza similar)”. Assim, o nexo relacional será recebido e disciplinado pelo Direito, e dentro deste por um “subsegmento normativo” do direito público, não sendo apenas uma relação social, moral ou ética. Este regime legal materializa-se na existência de direitos e vinculações de cariz tributário e nas garantias especiais que a lei concede aos direitos do credor<sup>231</sup>, a quem são reconhecidas formas especiais de proteção e fortalecimento das suas protensões devido interesse público subjacente<sup>232</sup>.

Assim, o conceito de relação jurídica tributária pode ser usado com diferentes aceções, conforme o contexto e enquadramento. Em sentido restrito, poderá ser sinónimo de obrigação ou dever, significando isoladamente cada um dos vínculos que une os sujeitos, que podem ser diversificados e distintos; em sentido amplo, poderá significar o conjunto de todos esses nexos relacionais globalmente considerados.

## **1.2. Diferentes aceções de relação jurídica tributária**

Pode falar-se, ainda, em diferentes aceções de relação jurídica tributária. A doutrina tem evidenciado três sentidos ou aceções subjacentes à exigência de um imposto que se repercutem na caracterização da relação jurídica tributária.

Primeiramente, destaca-se o facto de esta obrigação corresponder, no plano constitucional, a um encargo que o Estado (aqui Estado-comunidade) impõe sobre os seus membros, com o objetivo de garantir recursos económicos para a realização e prossecução das tarefas de interesse geral. Isto significa que, neste contexto, cada contribuinte é chamado a dar o seu contributo pecuniário, em função da sua capacidade, para os encargos públicos, estabelecendo-se entre o Estado e o contribuinte uma relação jurídica<sup>233</sup>. Essa relação jurídica, para alguns Autores, caracteriza-se por um dever fundamental<sup>234</sup>.

Diga-se, a propósito desta conceção, que as escolhas do princípio da territorialidade como critério de tributação, e da residência como elemento de conexão, acabam, de certa forma, por passar para um papel secundário esta relação jurídica, sobretudo se a alicerçarmos num conceito de comunidade. Os critérios de tributação, em especial no caso do rendimento, não serão hoje desenhados para gerar vínculos de solidariedade comunitária mediados pela organização estadual. São, antes, para garantir uma igualdade entre os Estados na repartição do “rendimento

---

<sup>231</sup> Sobre as garantias especiais que a lei concede aos direitos do credor, ver MAIA, André Saragoça, *Os privilégios creditórios como garantia dos créditos tributários*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2016, pp. 34 e ss.

<sup>232</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 35 e 36.

<sup>233</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 114.

<sup>234</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, p. 227.

mundial”, tendo em conta os *inputs* que estes disponibilizam para o processo produtivo (critério da fonte), assim como o grau de atratividade que alcançam na concorrência global (critério da residência)<sup>235</sup>.

Assim, esta relação jurídica entre o Estado e o contribuinte, que se basearia numa legitimação do poder tributário a partir do princípio da legalidade fiscal, acaba frequentemente interrompida porque os critérios que presidem à titularidade dos direitos políticos e à aplicação da lei fiscal portuguesa não coincidem, sendo que o critério de titularidade dos direitos de participação política é primordialmente o critério da nacionalidade, não sendo estes extensíveis a todos os estrangeiros que residam em Portugal (art. 15º da CRP)<sup>236</sup>.

Isto significa que, na atualidade, é muito difícil afirmar que a relação jurídica tributária entre o Estado-comunidade e o contribuinte assenta na cidadania (aqui entendida como *status* de participação na “gestão dos negócios públicos” através dos direitos de participação política) e, ao mesmo tempo, que a prestação que o contribuinte tem de satisfazer se baseia no cumprimento de um dever fundamental, dado que o critério da residência apenas exigirá, em princípio, um vínculo de permanência mínima no território nacional, e não de solidariedade efetiva e de ligação com a comunidade nacional<sup>237</sup>.

Uma das consequências da globalização económica é a internacionalização da atividade económica empresarial, que se torna plurilocalizada, e é impulsionada pelas diretrizes das organizações internacionais, que não permitem aos Estados utilizar o Direito Fiscal para neutralizar este processo. Como consequência, o Estado, que perde soberania fiscal, passa a ter de “negociar” com os restantes Estados a repartição da receita fiscal (através de convenções para eliminação da dupla tributação internacional<sup>238</sup>) resultante da tributação destas atividades económicas plurilocalizadas. Assim, o princípio da legalidade fiscal, que é tradicionalmente o pilar do poder tributário, perde força enquanto instrumento de garantia da justiça e da equidade fiscal<sup>239</sup>.

Em segundo lugar, destaca-se, no plano do Direito Administrativo, a existência de uma relação jurídica entre uma entidade administrativa – a administração tributária –, que detém um poder público que a habilita a praticar atos de autoridade, cumprindo o que está disposto na lei,

---

<sup>235</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 114.

<sup>236</sup> Ver, para mais desenvolvimentos sobre este tema, COSTA, Paulo Manuel, *A atribuição de direitos de participação eleitoral aos estrangeiros: o princípio da reciprocidade*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2016, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5327>

<sup>237</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 115.

<sup>238</sup> Cfr., sobre o tema da dupla tributação e os seus problemas, XAVIER, Alberto, *Direito Tributário Internacional*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2018.

<sup>239</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., pp. 115 e 116.

nos quais fixa o conteúdo da obrigação de imposto que cada sujeito deverá cumprir. O destinatário daqueles atos sobre quem recai o dever jurídico de os cumprir de forma voluntária dentro do prazo legal (o pagamento do imposto) tem, também, a possibilidade de os impugnar quando entender que as decisões administrativas desrespeitam as regras e os princípios que a lei estabelece<sup>240</sup>.

Sublinhe-se que a progressiva privatização do procedimento tributário<sup>241</sup> parece não interferir nem afetar a dinâmica do procedimento tributário, que se baseia na emanção de atos de autoridade pela administração tributária, o que se deverá, possivelmente, à manutenção de um regime de impugnações administrativas prévias obrigatórias (reclamação graciosa obrigatória). Contribui para tal, também, o carácter indisponível da dívida tributária e os termos restritos e limitados em que a lei admite a contratualização em Direito Fiscal. A informatização dos procedimentos parece, também, ter-se adaptado bem ao carácter executivo e semi-executório dos referidos atos tributários, fruto, principalmente, do aditamento de um procedimento de correção de erros da administração tributária (art. 95º-A a 95º-C do CPPT)<sup>242</sup>.

Cumpra-se destacar, por último, e no plano do Direito das Obrigações, a relação jurídica de crédito que se estabelece entre a Fazenda Pública – a entidade à qual a lei reconhece o poder de exigir o crédito do imposto – e o contribuinte, que fica obrigado a satisfazer o crédito tributário, sendo que essa obrigação goza de garantias especiais.

### **1.3. As características da relação jurídica tributária**

Dadas as especificidades da relação jurídica tributária, que ainda são consideráveis em relação às relações jurídicas de outros ramos do Direito, considera-se importante versar agora sobre as características essenciais da relação jurídica tributária.

Comece-se por referir, quanto à estrutura, que a relação jurídica tributária é uma relação jurídica obrigacional. Uma relação jurídica obrigacional será um vínculo jurídico em razão do qual uma pessoa ou entidade fica obrigada para com outra a realizar determinado comportamento, encontrando-se o sujeito ativo ou credor de um lado, que será quem tem o poder de exigir aquele

---

<sup>240</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 116.

<sup>241</sup> Cfr., sobre a privatização do procedimento tributário, ROCHA, Joaquim Freitas da, *A desestadualização do direito tributário: em particular, a privatização do procedimento, e a arbitragem*, Associação Fiscal Portuguesa, 2011, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24542/1/A%20DESESTADUALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20DIREITO%20TRIBUT%C3%81RIO.%20%20EM%20PARTICULAR%20A%20PRIVATIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROCEDIMENTO%20E%20A%20ARBITRAGEM%20.pdf>

<sup>242</sup> Cfr. SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, op. cit., p. 116.

comportamento, e do outro lado o sujeito passivo ou devedor, que será quem tem o dever de cumprir com aquele comportamento.

Desta forma, pode dizer-se que, ao nível do Direito Tributário, e ainda que haja várias especificidades, o vínculo referido irá estabelecer-se aqui entre a administração tributária, por um lado, e o contribuinte, por outro lado. Trata-se de uma relação jurídica com eficácia *inter partes* dado que as posições jurídicas subjacentes apenas podem ser oponíveis entre os sujeitos da relação, pelo que o credor tributário, à partida, apenas poderá exigir àquele contribuinte em concreto (e só àquele contribuinte, e não a terceiros) o cumprimento dos comportamentos ou prestações que decorrem daquela relação jurídica<sup>243</sup>.

Ainda quanto à estrutura, pode dizer-se que a relação jurídica tributária é uma relação jurídica complexa. Essa complexidade é visível a partir de diversos ângulos e perspetivas, sobretudo tendo em conta os sujeitos (titulares dela), o conteúdo e as relações em que a mesma se desdobra<sup>244 245</sup>.

No que respeita aos titulares dos poderes tributários ou das diversas titularidades ativas, pode indicar-se os titulares do poder tributário *stricto sensu*, os titulares da capacidade tributária ativa e os titulares da competência tributária, podendo ainda acrescentar-se, a seu modo, os titulares da correspondente receita fiscal.

Quanto aos vários sujeitos (passivos) ou titularidades passivas, encontramos o contribuinte, os substitutos, os retentores, os responsáveis fiscais, os sucessores, os suportadores económicos do imposto, se houver repercussão, e os sujeitos passivos das múltiplas e diversificadas obrigações ou deveres acessórios. Entre estes últimos temos, para além dos particulares (maioritariamente empresas), também os oficiais públicos como os notários, conservadores e oficiais de justiça, assim como temos os profissionais liberais, cuja atividade de intermediação nas relações dos contribuintes, sobretudo das empresas, com a administração tributária, é hoje fundamental, pensando-se aqui nos despachantes oficiais, revisores oficiais de contas e técnicos oficiais de contas<sup>246</sup>.

---

<sup>243</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 37 e 38.

<sup>244</sup> Cfr., neste sentido, e defendendo que o facto gerador de imposto faz nascer uma relação entre dois sujeitos (o que tem direito à prestação de imposto e o que tem de cumprir com essa obrigação), mas reconhecendo que a relação jurídica tributária não se esgota nesta e inclui todo um complexo de outras relações, também de natureza obrigacional, que tem a obrigação fiscal como seu núcleo central e sua causa determinante, que podem recair sobre o contribuinte ou sobre terceiros e se designam por obrigações acessórias ou deveres acessórios, veja-se PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2013, p. 251.

<sup>245</sup> Defendendo também a complexidade da relação jurídica tributária, e afirmando que esta é uma relação complexa e vasta, na qual se integram, além da obrigação principal de pagar o tributo, todas as demais relações de diferente objeto e natureza a que aquela obrigação principal dá origem, veja-se SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, p. 203.

<sup>246</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 227 e 228.

Destaque-se aqui o dever de boa prática tributária, previsto no art. 32º da LGT, segundo o qual “Aos representantes de pessoas singulares e quaisquer pessoas que exerçam funções de administração em pessoas colectivas ou entes fiscalmente equiparados incumbe, nessa qualidade, o cumprimento dos deveres tributários das entidades por si representadas”. Este dever tem, ainda, específicas concretizações nos arts. 16º, nº 3, 22º e 23º da LGT.

É importante acrescentar aqui os intermediários fiscais, consultores fiscais e entidades financeiras, que, enquanto prestadores de serviços, dão suporte à atividade de planeamento fiscal. Diga-se que estes, de acordo com o DL nº 29/2008, de 25 de fevereiro, se encontram sujeitos a deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração fiscal relativos aos esquemas de planeamento fiscal abusivo.

No que respeita ao conteúdo<sup>247</sup>, existem, além da obrigação de imposto relativa à prestação material ou principal a satisfazer pelo contribuinte, substituto, responsável, sucessor ou outro, as mais diversificadas obrigações ou deveres acessórios. São diversificadas porque se traduzem tanto em prestações de natureza pecuniária (como são, por exemplo, as relativas a juros compensatórios, moratórios, ou ao agravamento da coleta em caso de reclamação ou pedido de revisão da matéria coletável infundados) como em prestações de carácter formal ou prestações de *facere* a satisfazer pelo contribuinte ou por terceiros.

Quanto às relações que se estabelecem ou relação tributária em sentido amplo, saliente-se que esta se desdobra na relação fiscal em sentido estrito ou relação de imposto, e em diversas relações jurídicas acessórias, sendo certo que estas nem sempre se concretizam, tal como na conceção clássica, em relações entre os particulares (contribuintes, substitutos, responsáveis, sucessores, etc.) e a administração tributária. Muitas delas são relações que decorrem e se desenvolvem entre os próprios particulares, como as que se materializam no dever de reter o imposto para entregar ao Estado, de repercutir o imposto, no direito de o sub-rogado nos direitos da Fazenda Pública satisfazer o seu crédito nos mesmo termos desta, no direito de regresso dos responsáveis tributários, entre outros.

Acrescente-se que, mesmo no que respeita à relação tributária em sentido estrito, a complexidade referida é notória. Pode até ser ilustrada com uma consideração relativa ao duplo papel que a estrutura orgânica constituída pela administração fiscal em sentido amplo assume no

---

<sup>247</sup> Diga-se, quanto ao conteúdo, que o art. 30º da LGT define que integram a relação jurídica tributária: “a) O crédito e a dívida tributários; b) O direito a prestações acessórias de qualquer natureza e o correspondente dever ou sujeição; c) O direito à dedução, reembolso ou restituição do imposto; d) O direito a juros compensatórios; e) O direito a juros indemnizatórios. “

domínio dos impostos. Um duplo papel que, apesar de traduzido nas categorias bem conhecidas da competência tributária e da capacidade tributária ativa, exige que se sublinhe a diversidade de poderes que essa estrutura orgânica tem em cada um desses papéis<sup>248</sup>.

Na primeira dessas relações, temos uma relação de Direito Administrativo entre a administração fiscal e o contribuinte ou sujeito passivo do imposto, uma relação de supremacia/subordinação, em que a administração se encontra investida do correspondente poder administrativo, um poder funcional ou poder/dever, para aplicar as leis fiscais, praticando os correspondentes atos autoridade ou atos administrativos, isto é, os atos tributários, nos quais se incluem os próprios atos da competência da administração fiscal no processo de execução fiscal.

Na segunda dessas relações, temos uma relação de natureza obrigacional entre a Fazenda Pública e o devedor do imposto, que é uma relação de natureza paritária, pois a Fazenda não dispõe de qualquer poder de autoridade, embora seja titular de um direito de crédito que tem de característico, face aos direitos de crédito comuns, apresentar-se rodeado de particulares garantias<sup>249</sup>.

Compreende-se, assim, a preferência pelas designações de poder de liquidação da administração fiscal em vez de direito à liquidação, como é corrente na escrita das nossas leis, assim como de direito da Fazenda Pública a ver satisfeito o seu crédito. Desta forma, também se compreende que, ao contrário do que acontece na segunda relação, naquela não temos, em rigor, apenas duas partes, constituídas pela administração fiscal e pelo contribuinte ou sujeito passivo, pois a essas junta-se uma terceira parte, constituída pela coletividade. Esta, na concretização da relação de Direito Constitucional entre o Estado, titular do poder tributário, e os contribuintes, destinatários do dever de todos contribuírem para as despesas públicas de acordo com a sua capacidade contributiva, não pode deixar de assumir, em sede da referida relação jurídica administrativa, a defesa da legalidade dos atos tributários e dos atos de fiscalização enquanto suporte do mencionado dever fundamental<sup>250 251</sup>.

Pode ainda fazer-se uma breve observação quanto às obrigações ou deveres acessórios. Diga-se que o art. 31º, nº 2, da LGT, estabelece que “são obrigações acessórias do sujeito passivo as que visam possibilitar o apuramento da obrigação de imposto, nomeadamente a apresentação

---

<sup>248</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 229.

<sup>249</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 229.

<sup>250</sup> Cfr., sobre a defesa desta separação de papéis, CASADO OLLERO, Gabriel, *Tutela judicial y garantías del contribuyente en el procedimiento tributario*, in “Estudios de Derecho Tributario em Memoria de Maria del Carmen Bollo Arocena”, Universidad del País Vasco, Bilbao, 1993, pp. 145 e ss.

<sup>251</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 229 e 230.

de declarações, a exibição de documentos fiscalmente relevantes, incluindo a contabilidade ou escrita, e a prestação de informações”.

Estas obrigações terão necessariamente de ter fundamento na lei e o seu incumprimento é classificado como infração tributária. Podem ser encaradas como deveres públicos de colaboração “no exercício de uma dada função estadual”.

Estes deveres ou obrigações acessórias podem distinguir-se entre: 1) as obrigações ou deveres secundários, que integram, por um lado, os deveres acessórios da prestação principal, que se destinam a preparar o cumprimento ou assegurar a perfeita execução da prestação, e, por outro lado, os deveres relativos a prestações substitutivas ou complementares da prestação principal; 2) os deveres de conduta, que têm como objetivo o regular desenvolvimento da relação de imposto e se baseiam no princípio da boa fé<sup>252 253</sup>.

Pode dizer-se, em suma, o seguinte: por um lado, e do ponto de vista subjetivo, a relação é complexa, porque a sua estrutura nem sempre obedece ao modelo clássico e bilateral constituído pelo sujeito ativo e sujeito passivo, havendo em muitos casos terceiros que intervêm e se assumem, de acordo com a norma tributária, como sujeitos. É o que acontece, por exemplo, quando o legislador obriga certas pessoas, que são terceiros em relação à administração tributária e ao contribuinte, a cumprir obrigações tributárias relacionadas com o contribuinte, como por exemplo as obrigações das entidades patronais de cobrar o IRS sobre os salários que pagam ou colocam à disposição dos trabalhadores. Assim, além do vínculo bilateral entre a administração tributária e o contribuinte, teremos também outros vínculos, igualmente de natureza tributária, entre a administração e a entidade obrigada a retenção (que deve entregar as quantias que cobrou à Administração), e entre estas entidades e os contribuintes, havendo desta forma relações jurídicas trilaterais ou multipolares<sup>254</sup>.

Por outro lado, e do ponto de vista objetivo, é uma relação obrigacional complexa por abranger vários vínculos que são recíprocos e interdependentes, enquanto as obrigações “simples” serão constituídas por um só vínculo.

Na relação jurídica tributária, podemos distinguir um vínculo principal, que será constituído pela obrigação de pagar o tributo e pelo direito de exigir esse pagamento, e um conjunto alargado de vínculos acessórios de natureza diversa<sup>255</sup>, nos diversos pólos da relação, como por

---

<sup>252</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre os deveres acessórios, SANCHES, Saldanha, *Manual de Direito Fiscal*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 108 e 237 e ss.

<sup>253</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 231.

<sup>254</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 38 e 39.

<sup>255</sup> Cfr., neste sentido, PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, op. cit., 2012, p. 226, que afirmam que o conceito de relação jurídica complexa se elaborou de modo a abranger a obrigação de imposto (ou obrigação principal) e as obrigações acessórias. Estes Autores afirmam



exemplo a obrigação de apresentar declarações ou de emitir fatura ou recibo. Diga-se que os vínculos referidos tem natureza heterogénea e se podem materializar em deveres positivos ou negativos, e deveres de *facere* e de *dare*, entre outros. Assim, a relação jurídica tributária acarreta direitos e deveres para todas ou ambas as partes, havendo uma rede de “feixes vinculativos que se entrecruzam e interpenetram continuamente”<sup>256</sup>.

Quanto aos fins, pode afirmar-se que a relação jurídica tributária terá natureza publicista, pois os fins que estão subjacentes a esta relação são fins de direito público. Visa-se a arrecadação de receita pública para financiar certos bens, públicos e semipúblicos, de forma a satisfazer necessidades coletivas diversas (como necessidades relacionadas com saúde, educação, defesa, entre outras). Assim, os entes públicos, ao cobrarem tributos, estão a exercer uma série de poderes que se enquadram naquela que é a grande e principal causa da sua atuação, que é a prossecução do interesse público<sup>257</sup>.

O interesse público é, desta forma, o principal (e único) fim da relação jurídica tributária, e leva a que esta se caracterize como uma relação de natureza publicista que está subordinada às regras e princípios de direito público, havendo um sujeito que atua no uso de poderes públicos. Esta natureza publicista estará patente em muitas das características principais de regime.

Uma das características da relação jurídica tributária que decorre da natureza publicista é a sua natureza legal ou carácter *ex lege*. Assim, pode dizer-se que esta relação é criada pelo Direito, pelo que se trata de uma relação jurídica de base normativa, que se constitui e desenvolve com base nas normas, ou seja, depende da norma jurídica (ou da lei) para ser relevante ao nível do Direito. Não é uma relação que nasça por si só ou de forma espontânea e depois seja reconhecida pelo Direito, pelo que as obrigações tributárias apenas poderão ser criadas através da lei, não se admitindo qualquer outra forma de criação de obrigações tributárias<sup>258</sup>. É importante referir que os conceitos de natureza legal e base normativa são usados em sentido amplo e integram todas as normas reconhecidas pelo ordenamento jurídico como tendo aptidão para criar imposições normativas tributárias<sup>259</sup>.

---

que esta foi a orientação acolhida pela LGT, nomeadamente no seu art. 1º e no seu título II, embora considerem que esta posição não deve ser acolhida sem mais, uma vez que, apesar de existir uma unidade teleológica entre as realidades envolvidas, as situações jurídicas que se incluem no fenómeno fiscal são autónomas entre si, apresentam naturezas diferentes e nascem em momentos distintos.

<sup>256</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 39 e 40.

<sup>257</sup> Cfr. Idem, ibidem, pp. 40 e 41.

<sup>258</sup> Não se permite, nomeadamente, a criação de obrigações tributárias por acordo.

<sup>259</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 42.

Acrescente-se que, do ponto de vista da definição e modelação do conteúdo da relação jurídica tributária, também se verifica esta natureza legal ou carácter *ex lege*. O conteúdo das obrigações desta relação é determinado exclusivamente pelas normas jurídicas, pelo que o valor, modo, prazo e lugar de pagamento da prestação ao credor são definidos pela lei, assim como o modo de efetivação das obrigações acessórias, pelo que não são permitidos acordos não previstos na lei com efeitos vinculativos para o credor, nem tributações baseadas na justiça ou na equidade<sup>260</sup>

<sup>261</sup>.

Outra característica que decorre da natureza publicista da relação jurídica tributária e do seu carácter legal é a indisponibilidade dos direitos ou posições jurídicas da relação. Há aqui um princípio, o princípio da indisponibilidade, que se aplica em particular ao sujeito ativo e leva a que os direitos que se constituem nesta relação não possam ser objeto de disposição ou combinação.

Esta questão originará diversas consequências: os direitos devem ser exercidos, muitas vezes, oficiosamente, ou seja, sem depender da vontade do seu titular, que está obrigado a agir e investido num poder-dever (cfr. art. 58º da LGT); os direitos não podem ser transmitidos inter-vivos, pelo que os sujeitos não podem fazer acordos entre si de forma a transmitir ou alienar os direitos a terceiros, especialmente o credor tributário (que, em princípio, não poderá ceder os seus créditos a outrem); os direitos são também irrenunciáveis, o que implica que o sujeito ativo não possa abdicar do cumprimento das diversas obrigações nem recusá-las, pelo que se proíbe a redução do valor da dívida e os perdões fiscais por via administrativa<sup>262</sup>; refira-se, ainda, que também não são de admitir as dilações de prazos ou moratórias que sejam concedidas por ato de vontade, quer se destinem a facilitar o cumprimento das obrigações pecuniárias ou o cumprimentos de obrigações declarativas ou documentais<sup>263</sup>.

A relação jurídica tributária, além do referido até agora, também se caracteriza pelo facto de o sujeito ativo ser titular de um conjunto de prerrogativas e poderes bastantes distintos dos que são titulados pelos sujeitos de relações de outra natureza. Este aspeto, que decorre da marca

---

<sup>260</sup> Diga-se que há jurisprudência que indica que não se proibem de forma absoluta os pactos ou acordos em matéria tributária, pois o que se proíbe é estes vinculem o credor tributário. Assim, dois sujeitos privados podem acordar entre eles a eventual modelação de obrigações tributárias, embora tal acordo não vá produzir efeitos em relação ao credor tributário, sendo que o que está em causa é a sua eficácia ou ineficácia relativamente à administração tributária e não a sua validade - cfr. acórdão do TCAS de 10/5/2005, proc. n.º 00585, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/82467e5d56f8883280256ffe00392897?OpenDocument>

<sup>261</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 42 a 44.

<sup>262</sup> Contudo, o acórdão do TCAS de 10/5/2005, proc. n.º 00585, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/82467e5d56f8883280256ffe00392897?OpenDocument>, veio dizer que nada impede o sujeito passivo de dispor livremente de eventuais créditos que detenha em relação à AT.

<sup>263</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 44 e 45.

publicista da relação jurídica tributária, leva a que a exteriorização da vontade do sujeito ativo seja realizada, por regra, através de atos unilaterais e autoritários, que são atos administrativos, e não através de atos bilaterais<sup>264</sup>.

Estes atos administrativos beneficiam de uma presunção de legalidade, que implica que se presumam conformes com o ordenamento jurídico, pelo que apenas os tribunais ou os superiores hierárquicos os poderão anular ou revogar. Acrescente-se que estes atos também podem produzir de imediato os seus efeitos e ser executados, uma vez que a Administração goza do privilégio de execução prévia, sendo que esse privilégio não é concedido aos demais credores. Este privilégio significa que o ato será sempre apto a produzir os seus efeitos desde que não seja afastado do ordenamento jurídico, independentemente de qualquer decisão judicial nesse sentido ou de o contribuinte concordar ou não com o ato.

Isto significa que as reclamações e recursos que o contribuinte possa apresentar não beneficiarão de efeito suspensivo, ou seja, ainda que o contribuinte reclame, recorra ou impugne o ato, este continuará a produzir os seus efeitos e os prazos de cumprimento que possam existir continuarão a correr. Deste modo, se estiver em causa um ato que obrigue ao pagamento de tributo, o contribuinte deverá primeiro pagar o tributo, e só depois desse pagamento poderá discutir a legalidade ou ilegalidade da dívida, pois, se não o fizer, poderá ser instaurado um processo de execução fiscal, que poderá implicar atos restritivos e ablativos bastante danosos, como a penhora e venda dos bens da pessoa que é executada<sup>265</sup>.

Para finalizar, consideramos importante salientar os especiais meios processuais e sancionatórios de que o credor tributário goza.

Comece-se por dizer, desde já, que a administração tributária não irá recorrer aos tribunais comuns nem aos processos comuns, como os demais credores, quando há incumprimento por parte do devedor. Ela tem à sua disposição uma forma específica e própria de cobrar coercivamente os seus créditos, que será o processo de execução fiscal. Trata-se, como veremos mais à frente neste trabalho, de um processo que corre trâmites nos tribunais tributários, salvo certas exceções, e no qual a Administração goza e dispõe de um conjunto de prerrogativas que não são acessíveis ao comum dos credores<sup>266</sup>. Acrescente-se que o seu crédito pode ser pago,

---

<sup>264</sup> Ressalve-se, contudo, que o art. 37º da LGT consagra a hipótese de contratos entre a Administração e os contribuintes, nomeadamente quanto a benefícios fiscais.

<sup>265</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 50 e 51.

<sup>266</sup> Refira-se, por exemplo, que as certidões emanadas pela Administração são títulos executivos que gozam da presunção de legalidade, como se pode ver através da al. a) do nº 1 do art. 162º e do art. 88º do CPPT.

frequentemente, com preferência em relação aos demais créditos que aquele contribuinte tem a pagar, pois beneficia de uma garantia especial designada de privilégio creditório<sup>267</sup>.

A juntar ao que já foi dito, refira-se que a violação de normas tributárias<sup>268</sup> vai despoletar um conjunto de reações por parte do ordenamento jurídico que, na sua globalidade, materializa um ramo autónomo de Direito, que será o Direito Infracional Tributário<sup>269</sup>. Trata-se de um conjunto de normas constantes de um diploma autónomo, o RGIT, que visam disciplinar as infrações às normas tributárias, podendo distinguir-se dois tipos de infrações: as infrações mais graves, em que o grau de ilicitude e desconformidade é considerado maior, que são designadas por crimes e punidas com pena de prisão ou pena de multa; a infrações menos graves, em que o grau de ilicitude e desconformidade é considerado menor, que são designadas por contraordenações e punidas com coimas.

#### **1.4. A obrigação fiscal**

Como se pode ver, a relação jurídica fiscal desdobra-se na relação de imposto, por um lado, e em diversas relações jurídicas acessórias, por outro lado. Desdobra-se na relação fiscal material e em múltiplas relações fiscais formais, com os mais diversos conteúdos e diferentes intervenientes, muitos deles sem qualquer ligação com a relação jurídica de imposto<sup>270</sup>.

Apesar de toda a complexidade, o núcleo central da relação jurídica fiscal é constituído pela obrigação fiscal ou obrigação de imposto, obrigação essa que, sendo estruturalmente uma obrigação ou direito de crédito como qualquer outra, tem várias características peculiares que cumpre sublinhar<sup>271</sup>.

Diga-se, assim, que a obrigação fiscal se caracteriza por ser uma obrigação legal, pública, exequível e executiva, semi-executória, indisponível e irrenunciável, autotitulada e especialmente garantida<sup>272 273</sup>.

A obrigação é legal porque está em causa uma obrigação *ex lege*, uma obrigação que tem por fonte a lei, e por isso nasce do enquadramento do facto gerador ou facto tributário com a

---

<sup>267</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 51.

<sup>268</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre a violação das normas, SOUSA, Susana Aires de, *A infracção fiscal (e a sua natureza) no direito português: breve percurso histórico*, in "Boletim de Ciências Económicas", Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>269</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 51.

<sup>270</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 238.

<sup>271</sup> Embora estas características decorram, em grande parte, das próprias características da relação jurídica tributária, já tratadas neste trabalho, considera-se, ainda assim, que é importante fazer-lhes uma breve referência.

<sup>272</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 238.

<sup>273</sup> Cfr., no mesmo sentido, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., pp. 252 e 253, e SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., pp. 204 e 205.

previsão legal, como estabelece a Lei Geral Tributária no seu art. 36º, nº 1, quando prevê que a relação jurídica fiscal se constitui com a verificação do facto tributário.

Pode dizer-se, também, que a obrigação é pública, dado que a sua disciplina jurídica integra o direito público, o que tem tradução, nomeadamente, na presunção de legalidade do ato de liquidação ou ato tributário que suporta a sua exigibilidade<sup>274 275</sup>.

A obrigação é também exequível e executiva, pois, por um lado, o ato tributário não é autoexequível, sendo necessário, por isso, haver execução, e, por outro lado, a sua execução não depende de qualquer outra pronúncia para além da constituída pelo próprio ato tributário.

A obrigação é ainda semi-executória, dado que a sua execução corre, na maior parte, dentro da administração tributária, e pode correr também nos tribunais tributários. Diga-se que cabe aos tribunais, segundo o art. 151º do CPPT, decidir os embargos, a oposição, incluindo quando incida sobre os pressupostos da responsabilidade subsidiária, a graduação e verificação de créditos e as reclamações dos atos materialmente administrativos praticados pelos órgãos da administração tributária em sede de execução fiscal. Assim, incumbe à administração tributária a prática de todos os outros atos, nomeadamente a instauração da execução, a citação dos executados, a reversão da execução contra terceiros, se for o caso, a penhora dos bens, a venda dos bens penhorados, a anulação da dívida, a extinção da execução, entre outros<sup>276</sup>.

A obrigação é indisponível e irrenunciável, uma vez que o credor não tem, à partida, quaisquer poderes para conceder moratórias, admitir o pagamento em prestações ou conceder o perdão da dívida. Um princípio com consagração expressa e clara na Lei Geral Tributária, na qual, além da expressão que este princípio tem nos arts. 29º, nº 1 e 3, 36º, nº 3, e 37º, nº 2, está estabelecido no art. 30º, nº 2, que “O crédito tributário é indisponível, só podendo fixar-se condições para a sua redução ou extinção com respeito pelo princípio da igualdade e da legalidade tributária”. O art. 85º, nº 3, do CPPT, vai no mesmo sentido, pois estabelece que “A concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária”.

Uma exceção a este princípio é o caso do pagamento de impostos em prestações, naqueles casos em que o contribuinte está legalmente autorizado a requerer esse pagamento (arts. 42º da LGT, 86º, nº 2 e 3, e 196º, do CPPT). O pagamento em prestações pode ser requerido

---

<sup>274</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 238.

<sup>275</sup> Cfr., no mesmo sentido, PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, op. cit., 2012, p. 232, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., p. 252, e SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., pp. 204 e 205.

<sup>276</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 238 e 239.

antes da instauração do processo de execução fiscal ou após a instauração desse processo, bem como pode ser solicitado no quadro do processo conducente à celebração de acordo de recuperação dos créditos do Estado<sup>277</sup>.

A obrigação fiscal é também autotitulada, isto é, uma obrigação relativamente à qual a administração fiscal cria os seus próprios títulos executivos, constituídos pelas certidões de dívida extraídas pelos serviços competentes das notas de cobrança ou de outros elementos que tiverem ao seu dispor, sendo que estas certidões servirão de base à instauração do processo de execução fiscal (art. 88º do CPPT).

Pode ainda dizer-se que a obrigação é especialmente garantida, tendo em conta as garantias especiais que envolvem o crédito tributário, garantias essas que colocam o credor tributário numa posição particularmente vantajosa face aos credores comuns<sup>278</sup>.

## **2. A responsabilidade tributária**

Consideramos importante, agora, versar sobre a responsabilidade tributária. Abordaremos o sujeito passivo da relação jurídica tributária em especial, pois será o mais relevante para este trabalho, e a responsabilidade tributária solidária e subsidiária.

### **2.1. A personalidade tributária**

Antes de falar do sujeito passivo em si, importa fazer uma breve referência à personalidade tributária. O legislador define-a, no art. 15º da LGT, como a “susceptibilidade de ser sujeito de relações jurídicas tributárias”, sendo inerente a esta a capacidade tributária (de gozo), ou seja, a qualidade de ser titular dos direitos e deveres tributários correspondentes.

Ser sujeito significará, assim, que se tem o direito de exigir o cumprimento o cumprimento de deveres tributários, no caso do sujeito ativo, ou que se está vinculado a cumprir esses deveres, no caso do sujeito passivo. Saliente-se aqui, também, o conceito de capacidade tributária de exercício, que será a medida dos direitos e deveres que cada sujeito pode exercer e cumprir por si.

Desta forma, pode dizer-se que, em princípio, e como se verá mais à frente com mais detalhe, serão sujeitos passivos das relações jurídicas tributárias os detentores de personalidade jurídica. Só não será assim quando a lei estipule o contrário, como acontece em certas situações

---

<sup>277</sup> Cfr. PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., p. 253.

<sup>278</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 240.

em que considera como sujeitos tributários entidades desprovidas de personalidade jurídica ou, pelo contrário, não se considera como sujeitos tributários entidades detentoras de personalidade jurídica.

A respeito da personalidade jurídica, e com relevância para este trabalho, importa fazer referência a mais uma ideia.

A família ou, melhor dizendo, o agregado familiar (que é o conceito que a lei utiliza, tanto no art. 104º da CRP como no art. 13º do CIRS), não constitui sujeito passivo de IRS, sendo apenas uma unidade fiscal para efeitos de tributação conjunta do agregado em sede de IRS. Tal não impede, porém, que qualquer dos cônjuges possa praticar todos os atos relativos à situação tributária do agregado familiar e ainda os relativos aos bens ou interesses do outro cônjuge, desde que este os conheça e não se lhe tenha oposto de forma expressa, presumindo-se esse conhecimento e essa ausência de oposição até prova em contrário (art. 16º, nº 5 e 6, da LGT).

Uma das questões que se poderá levantar é a de saber se a personalidade tributária depende da personalidade jurídica para efeitos de Direito Civil, ou se é necessário ser-se considerado pessoa para efeitos civilísticos para se ser considerado pessoa para efeitos de Direito Tributário. Pode adiantar-se já que não, não se faz essa exigência.

Se a personalidade tributária dependesse da verificação dos pressupostos da personalidade jurídica civil, estar-se-ia a permitir uma via de evasão ou fuga ao pagamento de tributos, pois bastaria não se preencher os requisitos desta para haver desoneração de pagamento de tributos. Pense-se, por exemplo, no caso de um grupo de pessoas que celebra, numa certa data, um contrato de sociedade, e inicia logo a exploração de uma determinada atividade económica, embora só proceda à celebração da escritura pública e efetue o registo vários meses depois. Neste espaço de tempo entre a data da celebração do contrato e a celebração da escritura e do registo, aquela entidade terá realizado lucros que não poderiam ser tributados se a personalidade tributária dependesse da aquisição da personalidade jurídica. Se se quiser ir ainda mais longe, pense-se que se aquelas formalidades nunca chegassem a ser cumpridas, então nunca haveria lugar a tributação dos lucros que fossem realizados. Assim, o legislador tributário adotou a tese da desconsideração da personalidade jurídica e veio prever um conjunto de

situações que, não preenchendo os pressupostos da personalidade jurídica, serão consideradas como tendo personalidade tributária<sup>279 280</sup>.

## **2.2. O sujeito ativo da relação jurídica tributária**

Importa ainda fazer uma breve referência ao sujeito ativo. Este será a entidade que é titular do direito de exigir o cumprimento das obrigações tributárias a que o sujeito passivo está vinculado, conforme consta do art. 18º da LGT. Desta forma, é possível distinguir duas dimensões constitutivas necessárias para que se possa falar de sujeito ativo: por um lado, é imperativo que esteja em causa uma entidade de direito público, nomeadamente o Estado, uma Autarquia Local, um Instituto Público, entre outros; por outro lado, é ainda essencial que essa entidade de direito público tenha o direito de exigir, consagrado por lei, a realização de prestações tributárias<sup>281</sup>.

Assim, não serão considerados como sujeitos ativos ou credores as pessoas ou entidades qualificadas como pessoas de direito privado, ainda que possam desempenhar tarefas relativas à exigência de determinadas prestações tributárias, como, por exemplo, as entidades patronais privadas quando procedem à cobrança de tributos através de retenção na fonte de rendimentos dos trabalhadores.

Percebe-se, desta forma, que a personalidade tributária ativa se deve distinguir de alguns conceitos afins que referiremos de seguida<sup>282</sup>.

Não se confunde personalidade tributária ativa com soberania tributária ou poder tributário porque estes se referem à suscetibilidade de criar tributos, que é sempre da titularidade do Estado, ainda que este se possa entender de diversas formas. Quando se fala em impostos, deve ter-se por referência o Estado-legislador, em particular a Assembleia da República ou o Governo quando autorizado (veja-se o art. 165º, nº 1, al. i), da CRP), aplicando-se o mesmo em relação às contribuições especiais, devido à equiparação destas com os impostos, estabelecida na Lei Geral Tributária (art. 4º, nº 3, da LGT). Quanto às taxas, a referência deverá ser o Estado-legislador ou o Estado-administração, desde que haja precedência de lei, uma vez que são estes que detêm a soberania tributária no que respeita às taxas. Independentemente disto, é fácil de

---

<sup>279</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 51, 64 e 65.

<sup>280</sup> Cfr. também SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., pp. 207 e 208.

<sup>281</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 67 e 68.

<sup>282</sup> Cfr., sobre este tema, NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 240 e ss.



concluir que, em qualquer caso, quem cria o tributo não irá cobrá-lo nem beneficiar do resultado da sua cobrança.

A personalidade tributária ativa também não se cofunde com o benefício do cumprimento. O sujeito ativo não será a entidade a favor de quem irá reverter o produto dos tributos, podendo até a entidade que beneficia do produto do tributo ser diferente da entidade que exige o cumprimento (tal pode acontecer, tanto a título originário – por exemplo, no caso do IMI, que é um imposto local – como a título derivado – por exemplo, no caso do IRS, onde uma percentagem do imposto pode reverter para os municípios a título de redistribuição ou perequação financeira, devendo dizer-se que, nestes casos, a exigência do tributo é efetuada pelos serviços centrais da administração tributária, embora o produto se destine às autarquias locais).

Diga-se, ainda, que a personalidade tributária ativa também se distingue do conceito de competência tributária, sendo esta a parcela de poder decisório que determinado órgão possui, podendo aferir-se essa competência em função de quatro critérios: matéria, território, hierarquia e valor. Trata-se de um conceito funcional e não tanto de uma posição jurídica que revele poder de exigência, uma vez que até poderá existir competência sem haver específicas relações jurídicas e sem exigência de concretas prestações (por exemplo, quando a administração tributária emana atos abstratos, como regulamentos ou orientações genéricas).

Pode deduzir-se, desta forma, que a administração tributária se assume como sujeito ativo da relação jurídica tributária com base na soberania tributária, que é titulada pela entidade que criou o tributo, e também na competência tributária que ela própria detém e que lhe é conferida por lei.

Agora importa analisar quem pode ser, efetivamente, sujeito ativo da relação jurídica tributária, tendo em conta o que o ordenamento jurídico-tributário português estabelece.

Diga-se que, segundo a Lei Geral Tributária, está sempre em causa uma “entidade de direito público” (art. 18º, nº 1, da LGT), embora esta expressão possa levantar problemas de interpretação. Consideramos, assim, que se poderá dividir o conceito de entidade de direito público em entidades de direito público por natureza (ou verdadeiras entidades de direito público), e em entidades de direito público por atribuição (ou entidades de direito privado que desempenham funções de prossecução do interesse público)<sup>283</sup>.

---

<sup>283</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 71.

Quanto às entidades de direito público por natureza, diga-se que o conceito de “entidade de direito público” deve ser entendido como sinónimo de administração pública, sendo que esta pode abranger diversas realidades.

Assim, inclui-se nas realidades abrangidas pela administração pública a administração direta do Estado, que é a noção adequada para referir os casos em que a prossecução do interesse público é assegurada de modo imediato pelos órgãos do Estado e através de serviços integrados no próprio Estado.

A administração direta é, portanto, composta por organismos subjetivamente integrados no Estado (pessoa coletiva de direito público), sob direção hierárquica do governo. São os serviços centrais e periféricos que, devido à natureza das competências e funções que desempenham, devem estar sujeitos ao poder de direção do membro do governo respetivo (art. 2º, nº 1, da Lei nº 4/2004, de 15 de janeiro – Lei da organização da administração direta do Estado). Inclui-se ainda, na administração pública, a administração indireta do Estado, que se refere aos casos em que não há prossecução direta do interesse público por parte do Estado, mas antes uma entrega dessa tarefa a outras pessoas coletivas de direito público, mediante devolução de poderes<sup>284</sup>.

Pode dizer-se que existem três formas de administração indireta: a de base institucional, que está na origem dos institutos públicos; a de base associativa, que está na origem das associações públicas (por exemplo, ordens profissionais); a de base empresarial, que está na origem das empresas públicas.

Diga-se, ainda, que também se deve incluir na administração pública a administração autónoma, referindo-se aqui as pessoas coletivas de direito público distintas do Estado mas que são titulares de poderes de autoadministração, ao contrário do que sucede com as pessoas que integram a administração indireta, sendo que o seu maior exemplo são as autarquias locais.

Importa referir que qualquer uma das entidades de direito público referidas pode ser titular de personalidade tributária ativa, pois qualquer uma delas pode ser titular do direito de crédito em que a prestação tributária se materializa, assim como pode ser titular de poderes de avaliação, concessão de benefícios, liquidação, inspeção, entre outros, desde que nos termos da lei reguladora da sua atividade.

É habitual distinguir-se, a este propósito, impostos estaduais de impostos não estaduais, sendo os impostos estaduais aqueles em que o sujeito ativo é o Estado, e os impostos não estaduais aqueles em que o sujeito ativo é qualquer um dos outros entes referidos.

---

<sup>284</sup> Cfr. MOREIRA, Vital, *Administração autónoma e associações públicas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 105.

Quanto às entidades de direito público por atribuição, é importante referir que estas surgem, essencialmente, por via dos contratos de concessão, que consistem em contratos através dos quais determinado ente privado se obriga a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade, uma atividade de serviço público, durante um determinado período (art. 407º, nº 2, do Código dos Contratos Públicos).

Trata-se de uma figura de natureza híbrida ou mista, público-privada, pois reúne nela a prossecução do interesse público e, ao mesmo tempo, o recurso a uma forma contratual privada ou com contornos privatísticos, como a forma de sociedade anónima. Diga-se que, atualmente, considera-se sem grandes reticências que a concessão de determinado serviço público a uma entidade privada não coloca em causa a manutenção da sua matriz administrativa, pelo que a eventual existência, nestas situações, de uma pessoa coletiva jus-privatística, não prejudica a consideração de que exercem prerrogativas e poderes de autoridade típicos do Estado<sup>285</sup>.

As entidades concessionárias podem, nestes casos, liquidar e cobrar tributos e tornar seu o produto que resulta da arrecadação deles, tornando-se, assim, sujeito ativo da relação jurídica tributária em causa.

Acrescente-se que a natureza tributária das quantias cobradas por estas entidades, e a natureza tributária da relação jurídica que se constitui entre estas entidades e os utentes que usem os seus serviços (por exemplo), leva a que a cobrança coerciva das quantias em causa tenha lugar através do processo de execução fiscal (art. 148º, nº 1, al. a), do CPPT), e que a resolução dos litígios que possam surgir seja da competência dos tribunais tributários (art. 49º, nº 1, do ETAF).

### **2.3. O sujeito passivo da relação jurídica tributária**

Feita esta breve referência, importa agora versar especificamente sobre o sujeito passivo da relação jurídica tributária. Este será a pessoa ou entidade a quem se exige o cumprimento das vinculações que decorrem da referida relação, tanto o dever ou obrigação principal como os deveres ou obrigações acessórias.

Poderão ser sujeitos passivos da relação jurídica tributária pessoas singulares e coletivas, patrimónios ou organizações de facto ou de direito legalmente vinculados ao cumprimento da prestação tributária, como contribuintes diretos, substitutos ou responsáveis

---

<sup>285</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, GONÇALVES, Pedro, *A Concessão de Serviços Públicos*, Coimbra, Almedina, 1999.

solidários e subsidiários, sendo que a relação jurídica tributária admite, ainda, a intervenção de representantes e de gestores de negócios<sup>286 287</sup>.

Diga-se, ainda, que não é suficiente a suscetibilidade de se ser sujeito da relação jurídica tributária para que exista responsabilidade tributária. É necessário, além disso, que se verifiquem os pressupostos das normas de incidência subjetiva e objetiva dos impostos, ou seja, que ocorram os factos tributários no período tributário relevante<sup>288</sup>.

O sujeito passivo também é vulgarmente designado ou conhecido como “devedor”, embora esta designação seja de evitar porque há concretas prestações da relação jurídica tributária que não são pecuniárias, como por exemplo a entrega de declarações<sup>289</sup>. Assim, pode dizer-se que o sujeito passivo da relação será toda e qualquer pessoa, singular ou coletiva, a quem a lei imponha o dever de efetuar uma prestação tributária, seja a prestação de imposto, sejam as prestações correspondentes às múltiplas e diversificadas obrigações acessórias<sup>290</sup>.

Refira-se que houve uma evolução em relação ao que anteriormente a lei considerava como sujeito passivo. No art. 10º do CPT de 1991, a lei definia sujeito passivo como “os contribuintes, incluindo os substitutos e responsáveis, bem como outras pessoas sobre as quais recaiam obrigações daquela natureza” (natureza tributária)<sup>291</sup>.

Importa agora mencionar, e tendo em conta a complexidade dos nexos relacionais da relação jurídica tributária a que já fizemos referência, que as pessoas vinculadas ao cumprimento de obrigações tributárias podem pertencer a categorias distintas e heterogéneas. Pode integrar-se aqui o próprio sujeito que auferir um rendimento ou efetua um ato consumo, como um terceiro que esteja obrigado a declarar rendimentos de outra pessoa ou a realizar um ato de retenção na fonte, sendo possível ver, assim, como os sujeitos passivos podem pertencer a categorias diversas. Naturalmente que, em qualquer das situações, se pode falar verdadeiramente de sujeitos passivos, pois pode referir-se com propriedade a existência de vinculações jurídicas tributárias que se integram num nexo mais amplo<sup>292</sup>.

---

<sup>286</sup> No caso dos representantes, a lei estabelece que os atos em matéria tributária praticados pelo representante em nome do representado produzem efeitos na esfera jurídica deste, dentro dos limites do respetivo poder de representação (art. 16º, nº 1, da LGT). Quanto aos gestores de negócios, admite-se a prática de atos em matéria tributária que não sejam estritamente pessoais (art. 17º da LGT).

<sup>287</sup> Veja-se, no mesmo sentido, DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 78, que define sujeito passivo como “(...) quem, nos termos da legislação tributária, está obrigado ao cumprimento de uma prestação tributária, de natureza material ou formal. Pode tratar-se de uma pessoa singular ou coletiva, de uma entidade constituída segundo os requisitos legais ou em desrespeito destes, de um património, de uma organização de facto ou de direito ou de qualquer outro agrupamento de pessoas, consoante a previsão legal”.

<sup>288</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, op. cit., pp. 139 e 140.

<sup>289</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 76.

<sup>290</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 244 e 245.

<sup>291</sup> Cfr. PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., p. 267.

<sup>292</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 76 e 77.

Pode fazer-se duas grandes distinções no que respeita aos sujeitos passivos da relação jurídica tributária: por um lado, pode distinguir-se o sujeito passivo direto, que será a pessoa ou entidade que tem “uma relação pessoal e direta com o facto tributário, na medida em que é em relação a ela que se verifica determinado facto ou é ela quem pratica determinado ato que constitui a base de um tributo”, como por exemplo auferir uma remuneração ou receber lucros; por outro lado, pode distinguir-se o sujeito passivo indireto, que será outra pessoa ou entidade que não tem a relação pessoal e direta já referida com o facto tributário mas, ainda assim e por diversos motivos, será chamada a cumprir obrigações tributárias, geralmente relacionadas com terceiros, sendo de acrescentar que há um conjunto de pessoas e entidades diversas que poderão ocupar esta posição<sup>293 294</sup>.

---

<sup>293</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 77.

<sup>294</sup> Pode ainda falar-se, aqui, no conceito de contribuinte, que será a pessoa relativamente à qual se verifica o facto tributário, o pressuposto de facto ou o facto gerador de imposto, ou seja, o titular da manifestação de capacidade contributiva que a lei visa atingir e que, por conseguinte, deve suportar a ablação ou desfalque patrimonial que o imposto acarreta, e que será um devedor qualificado se visto pela perspetiva do credor de imposto, dado que é um devedor a título direto (e não indireto como o substituto tributário), originário (e não derivado como o sucessor legal) e principal (e não acessório como o responsável fiscal). Dentro deste conceito, pode, ainda, dizer-se que tanto será contribuinte o contribuinte direto, em relação ao qual o referido desfalque patrimonial ocorre diretamente na sua esfera, seja ele ou não o devedor do imposto, como o contribuinte indireto, em relação ao qual o desfalque patrimonial ocorre na sua esfera através do fenómeno económico da repercussão do imposto. É possível falar também em devedor do imposto, que será o sujeito passivo qualificado ou o sujeito passivo que deve satisfazer perante o credor fiscal a obrigação de imposto, ou seja, a prestação ou prestações em que o imposto se concretiza. Em sentido estrito, o devedor do imposto seria o chamado devedor principal ou originário, aquele em relação ao qual o Fisco exige, em princípio ou em primeira linha, a satisfação do crédito de imposto. Num sentido mais amplo, abrangeria também os chamados devedores indiretos, derivados ou acessórios, a quem o Fisco exige, excecionalmente ou em segunda linha, o crédito de imposto. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal, op. cit.*, p. 243 a 246.

Numa perspetiva semelhante, Suzana Tavares da Silva dá uma definição de contribuinte parecida com a aqui avançada e acrescenta uma definição de sujeito passivo, dizendo que é a pessoa a quem a lei impõe o cumprimento de uma obrigação fiscal, principal ou acessória; de devedor do imposto, dizendo que é a pessoa sobre quem impende o dever de satisfazer uma determinada prestação tributária; e de suportador do encargo do imposto por repercussão legal, que será a pessoa que suporta financeiramente o imposto através do mecanismo da repercussão legal, que será a obrigação estipulada na lei de repercutir no adquirente do bem ou serviço o valor do imposto. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, SILVA, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral, op. cit.*, p. 118.

Também numa perspetiva semelhante, Sérgio Vasques diz que o conceito legal de sujeito passivo se desdobra em três categorias menores: a de contribuinte direto, que será aquele que se encontra vinculado ao pagamento de um tributo em virtude de preencher, ele próprio, as normas de incidência; a de substituto tributário, que será aquele que fica obrigado ao pagamento do tributo em vez do contribuinte, por se encontrar em posição que permita assegurar o pagamento com maior segurança e facilidade; e a de responsável tributário, que será aquele que fica obrigado ao pagamento do tributo além do contribuinte, quando este não seja capaz de o fazer. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, VASQUES, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal, op. cit.*, p. 381.

No mesmo sentido, Ana Paula Dourado diz que são categorias de sujeitos passivos, que remontam à criação da relação jurídica tributária, o contribuinte, o substituto, o substituído e o responsável tributário, pelo que todas as restantes categorias jurídicas, mencionadas por lei ou pela doutrina, se podem reconduzir a estas, definindo contribuinte como o sujeito passivo obrigado por lei a pagar tributos ou outros encargos legais a estes associados, e substituto tributário como o sujeito passivo que, por imposição da lei, está obrigado a cumprir prestações materiais e formais da obrigação tributária em lugar do contribuinte. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal, op. cit.*, pp. 80 e 81.

Manuel Henriques de Freitas Pereira define contribuinte como pessoa ou entidade em relação à qual se verifica o facto tributário, abrangendo também, quando não coincide com este, o titular da manifestação da capacidade contributiva que se visa atingir com o imposto. Defendendo que o conceito não se deve restringir apenas ao primeiro, uma vez que poderia ficar de fora quem é, na verdade, contribuinte, o Autor distingue contribuinte de direito (aquele em relação ao qual se verifica a incidência legal do imposto e que está definido na lei como sendo o sujeito passivo de imposto) de contribuinte de facto (aquele que efetivamente suporta o encargo do imposto e que, se não coincidir com o primeiro, faz apelo ao conceito de repercussão), sublinhando, porém, que apenas o contribuinte de direito se pode considerar sujeito passivo. O devedor do imposto é aqui definido como a pessoa ou entidade que deve satisfazer perante o credor fiscal a obrigação de imposto, sendo que esse devedor pode ser, desde o início da relação fiscal, o contribuinte de direito ou um terceiro – o substituto – a quem a lei impõe o dever de, em seu lugar, pagar o imposto, sendo ambos (contribuinte de direito e substituto) devedores originários. Como devedores não originários consideram-se, assim, o sucessor e o responsável, sendo este responsabilizado por lei pelo pagamento do imposto em dívida. Tantos o devedor originário como o não originário se consideram sujeitos passivos de imposto. Assim, este Autor define sujeito passivo de imposto como “toda a pessoa ou entidade a quem a lei impõe o cumprimento da prestação de imposto, confundindo-se, desse modo, com o devedor do imposto”, acrescentando-se que esta é uma noção em sentido restrito, uma vez que, no âmbito do direito fiscal, sujeito passivo em sentido amplo abrangeria “aquele a quem a lei impõe qualquer prestação tributária”, seja uma obrigação de imposto ou uma obrigação acessória. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade, op. cit.*, pp. 268 a 270.

É importante referir que não será sujeito passivo do tributo quem suporte o imposto por repercussão legal, incluindo-se aqui as situações de mero contribuinte de facto, que será a pessoa que vê o encargo financeiro do tributo repercutido no seu património, apesar de a incidência da norma tributária não a prever como estando obrigada ao pagamento<sup>295 296</sup>.

Não será sujeito passivo, ainda, quem deva prestar informações sobre assuntos tributários de terceiros, como por exemplo as instituições de crédito e sociedades financeiras, que estão sujeitas a prestar informações relativas a operações financeiras (art. 63º-A da LGT), ou os “promotores de esquemas de planeamento fiscal abusivo”, como advogados ou revisores oficiais de contas, que devem comunicar à administração tributária os esquemas ou atuações de planeamento fiscal propostos a clientes ou outros interessados (art. 7º, nº 1, do DL nº 29/2008, de 25 de fevereiro, e DL nº 61/2013, de 10 de maio), entre outros<sup>297</sup>.

Por último, acrescente-se que a noção de sujeito passivo não deverá ser associada à titularidade da capacidade contributiva, uma vez que o sujeito que não revele capacidade contributiva não deixa de ser, por isso, sujeito passivo em face da lei. O que poderá suceder é a sua oneração com o imposto revelar-se inconstitucional por violar o princípio da igualdade tributária<sup>298</sup>.

---

Domingos Pereira de Sousa define contribuinte como a pessoa que auferiu o rendimento tributável, realizou determinada transação económica ou prestou determinado serviço, ou seja, a pessoa em cuja esfera patrimonial se projeta o facto tributário e, por isso, a pessoa que surge como titular de determinada capacidade contributiva que a lei pretendeu afetar por via do imposto. Devedor do imposto será a pessoa sobre quem recai o dever de satisfazer a prestação, ou seja, a entidade sobre quem recai a obrigação de entregar uma determinada quantia ao credor tributário. Cfr. SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., p. 211.

Para uma distinção entre sujeito passivo originário (obrigado à realização do imposto desde o início) e sujeito passivo não originário ou superveniente (aquele que só posteriormente se vê obrigado à referida realização), veja-se Manuel Pires e Rita Calçada Pires, que afirmam que dentro do sujeito passivo originário se encontra o contribuinte, que definem como aquele relativamente ao qual se verificam os pressupostos do impostos, e o substituto, que definem como sendo aqueles em relação aos quais não se verificam esses pressupostos. Estes Autores também enquadram no grupo dos sujeitos passivos não originários os sucessores e os responsáveis, dizendo quanto aos responsáveis que estes, sendo garantes do cumprimento da obrigação fiscal, passam a estar obrigados em virtude do vínculo de responsabilidade estabelecido por lei. Defendem quanto aos responsáveis que, como o pressuposto da garantia não é o mesmo do pressuposto da sujeição, estes não são um verdadeiro sujeito passivo, mas antes um garante. Cfr. PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, op. cit., 2012, p. 243.

Pode ainda, em alternativa, dividir-se o conceito de sujeito passivo em dois sentidos: em sentido jurídico, como sendo o devedor do imposto, ou seja, a pessoa que tem a obrigação de realizar a prestação em que consiste o imposto; em sentido económico, como sendo a pessoa que suporta a carga fiscal e a diminuição patrimonial resultante do pagamento do imposto, através da transferência ou repercussão do imposto. Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PIRES, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, op. cit., 2012, p. 240.

<sup>295</sup> Será o caso, por exemplo, do consumidor final no âmbito de determinada cadeia produtiva, que será quem irá suportar o pagamento do imposto, incluído no preço final do produto, mesmo não sendo sujeito passivo de IVA por não constar da norma de incidência.

<sup>296</sup> Diga-se que o fenómeno da repercussão tributária introduz o conceito de contribuinte de facto, que não será um sujeito passivo de acordo com o art. 18º, nº 4, da LGT, embora tenha direito – porque suporta o encargo do imposto por repercussão legal – de reclamação, recursão, impugnação ou pedido de pronúncia arbitral nos termos da lei tributária (Lei nº 55º-A/2010, de 31 de dezembro). Diga-se que, no entendimento de Ana Paula Dourado, e porque se reconhece legitimidade processual ativa ao consumidor final ou adquirente de serviços (por exemplo, para efeitos de IVA) para reclamar ou impugnar o ato tributário, este será um sujeito passivo no nosso ordenamento jurídico, não sendo tratado apenas como contribuinte de facto mas antes como contribuinte, defendendo a Autora que, ao contrário do estipulado no art. 18º, nº 4, da LGT, a repercussão legal “implica que quem a suporta é sujeito passivo (...) e só a repercussão fática, não prevista na lei, é que não atribui legitimidade procedimental e processual a quem suporta o encargo do imposto”. Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 79.

<sup>297</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 78 e 79.

<sup>298</sup> Cfr. VASQUES, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal*, op. cit., p. 382. Em sentido contrário, e defendendo que o sujeito passivo será o titular da capacidade contributiva, do rendimento ou da riqueza sobre que incide o imposto, ver CAMPOS, Diogo Leite de, e CAMPOS, Mónica Horta Neves Leite, *Direito Tributário*, Coimbra, Almedina, 2000, p. 269.

### **2.3.1. O sujeito passivo direto, a pluralidade passiva tributária e solidariedade tributária**

O sujeito passivo direto, como referido, será a pessoa ou entidade que tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário. Será, por exemplo, e por referência ao IRS, o caso do trabalhador que auferir salários, do prestador de serviços, do profissional liberal que recebe honorários, do proprietário de imóveis que recebe rendas, ou do aposentado que recebe pensões. Será ainda o caso da sociedade que obtém lucros, que serão tributáveis em sede de IRC, do aluno que frequenta o ensino universitário público e paga taxas de propina por isso, e do munícipe que paga a taxa devida pelo serviço de recolha e tratamento de resíduos e lixo, por exemplo<sup>299</sup>.

Em todas as situações referidas, o sujeito passivo da relação jurídica tributária é quem tem “uma conexão incindível com o respetivo facto constitutivo, em termos de se poder dizer que foi o primeiro e principal beneficiário dos acréscimos ou vantagens que a tributação visa atingir ou gravar”, pelo que se pode afirmar que é em relação ao sujeito passivo direto que se verifica a presunção de benefício<sup>300</sup>.

Quanto à configuração concreta do sujeito passivo direto, é possível distinguir dois casos: pode tratar-se de um sujeito passivo singular, que será a situação mais frequente, quando o facto tributário ou pressuposto da tributação se verifique apenas em relação a uma pessoa<sup>301</sup>, ou pode tratar-se de um sujeito passivo plural, quando o facto tributário ou pressuposto da tributação se verifique, *ab initio*, e sublinhe-se que é logo desde o início, em relação a mais de uma pessoa ou entidade, pelo que a relação jurídica já nasce com mais do que um sujeito passivo<sup>302</sup>.

Como referido, pode acontecer de a relação jurídica, logo quando nasce, abranger uma pluralidade de sujeitos passivos ou obrigados, havendo ou podendo haver várias pessoas vinculadas ao cumprimento de deveres jurídicos perante o mesmo credor. Assim, poderá questionar-se qual ou quais obrigados se poderão considerar como sujeito passivo, e qual ou quais poderão ser interpelados pelo sujeito ativo para o cumprimento das obrigações.

Refira-se que se poderá conceber três hipóteses neste âmbito: pode seguir-se a regra da separação, em que cada sujeito apenas será considerado devedor da parte ou parcela da dívida que abstratamente lhe diga respeito; pode seguir-se a regra da comunhão, em que se irá

---

<sup>299</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 79 e 80.

<sup>300</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 80.

<sup>301</sup> Veja-se, por exemplo, o salário auferido por um trabalhador, no caso do IRS, ou o IVA devido por um comerciante.

<sup>302</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 80.

considerar como devedor o grupo global e coletivamente considerado, pelo que o credor apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação ao conjunto ou grupo por meio de um ato único, simultâneo e combinado de todos os devedores; a regra da solidariedade, em que o credor poderá exigir o pagamento integral da dívida a qualquer um dos devedores envolvidos, que não se poderá eximir de cumprir a obrigação, não havendo aqui benefício de ordem, e estando o credor desonerado de efetuar interpelações a todos os codevedores (acrescente-se que o pagamento por parte de um dos devedores libera todos os outros dessa obrigação, e o devedor que satisfaz o crédito para além daquilo que lhe competiria terá direito de regresso em relação aos restantes)<sup>303</sup>.

Considerando o que o legislador português consagrou e, especialmente, o que consta do art. 21º da LGT, que estabelece que “quando os pressupostos do facto tributário se verifiquem em relação a mais de uma pessoa, todas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária” poderá afirmar-se que a regra escolhida nos casos de pluralidade tributária passiva foi a da solidariedade, pelo que a comunhão ou separação apenas se verificam quando a lei o mencionar. Assim, atendendo ao art. 21º da LGT, pode dizer-se que o credor do imposto poderá exigir o cumprimento integral da dívida tributária a qualquer um dos devedores<sup>304</sup>.

Na verdade, só nestas situações, quando os pressupostos do facto tributário se verificam em simultâneo em relação a uma pluralidade de sujeitos, é que se pode falar, com rigor, em solidariedade, pois só aqui existe verdadeiramente solidariedade *ab initio* e contemporânea entre todos eles, tratando-se de uma obrigação que, quando nasce, abrange logo várias pessoas<sup>305</sup>.

É necessário ter em conta, porém, que o legislador nem sempre usa de rigor na utilização que faz dos conceitos jurídicos, e abrange na solidariedade a responsabilidade solidária<sup>306</sup>, abrangendo casos em que até poderá haver, ainda que tal seja discutível, pluralidade solidária desde o início, mas essa pluralidade só se efetiva após uma falha ou patologia posterior ao surgimento da relação jurídica tributária, como por exemplo a falta de pagamento. Será essa patologia ou falha que levará a que se alargue o campo dos sujeitos passivos, de acordo com a lei, de modo a reforçar as hipóteses de sucesso na perceção da receita tributária, sendo por isso que o responsável solidário não pode ser considerado sujeito passivo direto, dado que não se

---

<sup>303</sup> Cfr., com relevância para esta matéria (e porque se trata de uma matéria que é específica do Direito das Obrigações), os arts. 512º a 524º do CC.

<sup>304</sup> Nos termos do art. 22º, nº 1, da LGT, incluem-se na dívida os juros e demais encargos legais.

<sup>305</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 82.

<sup>306</sup> Cfr. AMATUCCI, Fabrizio, *Principi e nozioni di Diritto tributario*, Terza edizione, Giappichelli editore, Torino, 2016, p. 159.



verifica, em relação a ele, um nexo de pertinência pessoal e direta com o facto tributário, ao contrário do devedor solidário<sup>307</sup>.

Diga-se que a expressão “solidariedade tributária”, no sentido em que é usada aqui, tem por referência realidades que se verificam *ab initio* e em fase pré-executiva, ou seja, situações que existem desde o nascimento ou constituição da relação jurídica tributária, independentemente de qualquer patologia ou da existência de um processo de execução fiscal. Já a responsabilidade tributária solidária acontecerá num momento posterior (e posterior ao facto tributário considerado), podendo até verificar-se de forma subsidiária<sup>308</sup>, depois da excussão de outro ou outros patrimónios<sup>309</sup>.

Importa agora procurar na lei situações, ou pelo menos alguns exemplos, em que se verifique solidariedade no sentido em que ela tem sido referida.

Em termos gerais, pode-se identificar como exemplo (e este com particular importância no âmbito deste trabalho) a solidariedade entre o cônjuges ou unidos de facto que optem pelo regime de tributação conjunta dos seus rendimentos em sede IRS<sup>310</sup>; em sede de IRC, e quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, existe solidariedade entre todas as sociedades integrantes do grupo<sup>311</sup>; para os Impostos Especiais sobre o Consumo, a lei estipula que quando sejam vários os devedores a responder pela mesma dívida de imposto, estes ficam obrigados ao pagamento dessa dívida a título solidário<sup>312</sup>.

Em todas estas situações existe solidariedade desde o início entre os codevedores, sendo importante sublinhar que essa solidariedade existe desde o início, pelo que o credor poderá exigir o pagamento integral da dívida a qualquer um dos devedores, não havendo benefício de ordem, e nenhum dos devedores se poderá eximir a cumprir com o pagamento, podendo apenas ter um direito de regresso sobre os demais a exigir posteriormente. Com isto, dá-se uma maior garantia ao credor e facilita-se-lhe a tarefa de arrecadação do crédito, não estando ele onerado com a obrigação de efetuar interpelações a todos os codevedores.

---

<sup>307</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 82 e 83.

<sup>308</sup> Sendo que a responsabilidade solidária e a responsabilidade subsidiária são distintas e tem pressupostos diferentes – cfr., por exemplo, o acórdão do TCAS de 10/9/2013, proc. n.º 05552/12, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/d6a7d5e973a5dc6780257beb002eef93>.

<sup>309</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 83.

<sup>310</sup> Cfr. art. 102.º-C do CIRS.

<sup>311</sup> Cfr. art. 115.º do CIRC.

<sup>312</sup> Cfr. art. 4.º, n.º 3, do CIEC.

### **2.3.2. O sujeito passivo indireto e a responsabilidade tributária**

O sujeito passivo indireto será, como já referido, a pessoa que não tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário, mas, ainda assim, será chamada a cumprir obrigações tributárias.

Pode acrescentar-se que, regra geral, esse chamamento não se fundamenta na capacidade económica do chamado nem na obtenção de qualquer benefício que o tenha especificamente como destinatário, mas baseia-se num dever de colaboração e cooperação na tarefa de prossecução do interesse público, que se materializa na arrecadação de receita tributária<sup>313</sup>.

Pode distinguir-se aqui três categorias: a substituição tributária, a sucessão tributária e a responsabilidade tributária, podendo esta ser solidária ou subsidiária. Em traços muito gerais e simples, pode afirmar-se que: na substituição, um sujeito é chamado em lugar de outro; na sucessão, é chamado após o desaparecimento de outro; na responsabilidade, é chamado após o incumprimento de outro. Dado o tema deste trabalho, passar-se-á a versar sobre a responsabilidade pois será esta dimensão a que terá relevância para este trabalho<sup>314</sup>.

Sobre a responsabilidade tributária, esta existirá quando alguém, por imposição da lei, é chamado ao pagamento de dívidas tributárias de outra pessoa ou entidade depois de esta não ter cumprido.

Atendendo ao conceito referido, vê-se que esta figura se distingue das demais figuras de sujeito passivo indireto, que são a substituição e sucessão tributárias, porque em nenhuma destas figuras o sujeito indireto será chamado a pagar dívidas tributárias do sujeito direto, com o seu próprio património, como sucede na responsabilidade tributária.

Na responsabilidade, pode dizer-se que o responsável será chamado, por imposição da lei, a efetuar com o seu próprio património o cumprimento de obrigações alheias, após o incumprimento do primeiro e devido a esse incumprimento. Desta forma, apenas se verificará responsabilidade (ou responsabilidade em sentido restrito) quando estejam em causa dívidas de outrem, pelo que não será correto falar em responsabilidade quando se faz alusão a dívidas próprias. Assim, pode concluir-se que a responsabilidade será semelhante a uma fiança legal em

---

<sup>313</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 84.

<sup>314</sup> Não se fará uma análise detalhada da substituição nem da sucessão tributárias por extravasarem o tema e os limites deste trabalho.

matéria tributária, pois, na prática, junta-se mais um património (o do responsável) ao património de um devedor que não cumpriu, quando a lei o imponha<sup>315</sup>.

Assim, o responsável surge como obrigado ao cumprimento da prestação tributária na medida em que o sujeito passivo direto não se encontra capaz de a satisfazer e o responsável, em virtude das suas funções, se encontra em posição de influenciar o seu comportamento, ou na incumbência de o fiscalizar de algum modo. O responsável, mostrando-se estranho ao facto tributário e respondendo nesse sentido por dívida de outrem, garante, com o seu património, o cumprimento da prestação tributária. Isto porque depende da sua atuação a declaração desse facto ou a preservação do património do contribuinte direto<sup>316</sup>.

Diga-se que, pelo facto de a responsabilidade tributária ser uma responsabilidade pela dívida de outrem, ela não deve ser reconduzida à responsabilidade civil, sendo que também não se trata de uma responsabilidade criminal. Poderá, efetivamente, existir responsabilidade criminal relativa ao não pagamento de uma dívida de outrem, mas os pressupostos de ambas as responsabilidades são distintos e têm de ser averiguados na legislação competente<sup>317</sup>.

De forma geral, pode dizer-se que a responsabilidade pode ser dividida em dois tipos: a responsabilidade solidária, quando o património do responsável se junta ao património do incumpridor, sem que seja necessário esgotar o património deste; a responsabilidade subsidiária, quando o património do responsável se junta ao património do incumpridor, mas apenas depois de verificado o benefício da excussão prévia, ou seja, só após se demonstrar a insuficiência do património do incumpridor<sup>318</sup>.

Assim, solidariedade e subsidiariedade terão o significado do Direito Civil. Na solidariedade, a autoridade tributária poderá escolher o património de um dos sujeitos passivos responsáveis para saldar toda a dívida, enquanto na subsidiária terá de se executar primeiro o património do responsável primário ou obrigado tributário, e só depois, na sua ausência ou insuficiência, se poderá executar o património do sujeito referido na lei.

Apesar de o responsável tributário intervir num momento que já é posterior ao da constituição do vínculo tributário, e de essa intervenção se materializar com a exigência em concreto da quantia em dívida, o STA já veio considerar que “a responsabilidade – originária ou subsidiária – tem a mesma fonte e nasce no mesmo momento, o da prática do facto tributário,

---

<sup>315</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 94.

<sup>316</sup> Cfr. VASQUES, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal*, op. cit., p. 408.

<sup>317</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 81 e 82.

<sup>318</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 94 e 95.

embora possam ser distintas as alturas em que a dívida se vence em relação a cada tipo de devedores: em relação ao devedor originário, a dívida vence-se no termo do prazo de pagamento voluntário; em relação ao devedor subsidiário apenas mais tarde, já depois de citado para a execução, já que “A responsabilidade subsidiária se efetiva por reversão do processo de execução fiscal”, ou seja, depois de haver uma alteração subjectiva da instância executiva.”<sup>319</sup>

Subscrevemos o entendimento de Joaquim Freitas da Rocha<sup>320</sup> quando afirma que guarda sérias reservas quanto à conclusão de que a responsabilidade originária e a subsidiária emergem simultaneamente no momento da verificação do facto tributário.

Como refere o Autor, esse entendimento dificilmente se poderia harmonizar com as situações em que o responsável subsidiário é absolutamente estranho ao facto tributário à data em que este verifica – pense-se no caso do gerente que é responsabilizado nos termos do art. 24º, nº 1, al. b), da LGT, quando não exerceu essas funções no ano a que o imposto diz respeito; no caso do TOC ou do ROC que são responsabilizados, de acordo com o art. 24º, nº 2 e 3, da LGT, por dívidas de uma empresa, em virtude da violação dos seus deveres na elaboração ou fiscalização de documentos financeiros que dizem respeito a um período em que ainda não exerciam funções. Ademais, e no limite, tal poderia implicar até a assunção de que qualquer funcionário tributário estará integrado nas relações jurídicas tributárias com as quais contacte no exercício das suas funções, isto porque, em abstrato, poderia ser responsabilizado ao abrigo do art. 161º do CPPT.

A responsabilidade tributária, ou a figura do responsável tributário, diz respeito ao elemento garantia da relação jurídica tributária, e pode dizer-se que vai reforçar o cumprimento da obrigação de imposto.

A responsabilidade dependerá da verificação de determinados pressupostos que se relacionam com os motivos pelos quais o legislador estipulou cada um dos tipos de responsabilidade, como por exemplo, no caso dos gerentes e administradores, o facto de o não pagamento da dívida tributária ser imputável à sua gestão ou administração, ou, no caso dos TOC e dos ROC, o facto de estes não terem cumprido os seus deveres.

---

<sup>319</sup> Cfr. acórdão do STA de 17/06/2015, proc. 0535/14, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/278fb11a46aef05780257e70004c7e7e?OpenDocument&ExpandSection=1> e acórdão do TRG de 22/02/2007, proc. 181/07-1, in <http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/6a3ae8d0a814cddc802572bb004cbba2>

<sup>320</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 95.

O responsável tributário intervirá na relação apenas quando houver um desenvolvimento patológico desta: apesar de o facto tributário ser essencial e constituir pressuposto para que haja responsabilidade, pois se não houvesse obrigação de pagamento não haveria responsabilidade tributária, a verdade é que o nascimento da garantia que se materializa na responsabilidade depende de determinadas atuações que não têm relação direta com o facto a partir do qual o tributo nasceu, e geralmente apresentam natureza patológica.

Assim, tratar-se-á de um facto de formação sucessiva: inicia-se com o facto tributário, mas só se irá constituir quando se verificarem os pressupostos dos quais depende a responsabilidade. Depois de verificados esses pressupostos, constitui-se a obrigação do responsável, que poderá ainda depender de mais um requisito, que será a emanção de um ato de reversão do processo de execução fiscal. O responsável não será originariamente sujeito passivo, mas será sujeito passivo de forma sucessiva, surgindo na relação jurídica tributária como sujeito passivo indireto<sup>321</sup>.

Quanto à responsabilidade solidária em específico, pode-se começar por dizer que o conceito de solidariedade poderá significar um conjunto de situações nas quais determinadas pessoas, que são terceiras e estão alheias à constituição do vínculo tributário, serão chamadas a cumprir deveres que decorrem da relação jurídica tributária, sejam todos ou apenas alguns deles<sup>322</sup>. Não está aqui em causa uma solidariedade *ab initio*, contemporânea e genética ente os sujeitos, mas antes um chamamento que se deve a uma falha ou patologia que decorreu depois do nascimento do vínculo tributário, sendo que será essa falha a justificar aquele alargamento do campo dos sujeitos passivos (que permite reforçar a possibilidade de perceção de receita tributária com sucesso, de acordo com a lei)<sup>323</sup>.

Saliente-se, de novo, que o responsável solidário, diversamente do que sucede com o devedor solidário, não poderá ser considerado sujeito passivo direto porque não se verifica em relação a ele um nexó pessoal e direto com o facto tributário.

Quanto a exemplos práticos de responsabilidade solidária que se podem encontrar na lei, entre outros, pode-se mencionar os seguintes:

---

<sup>321</sup> Cfr. Idem, ibidem, pp. 96 e 97.

<sup>322</sup> Ver, para mais desenvolvimentos, NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 259 a 262 e SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., pp. 214 e 215;

<sup>323</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 97.

- Em sede de IRS, e com relevância especial para este trabalho, existirá responsabilidade solidária entre os cônjuges ou unidos de facto que optem pelo regime de tributação conjunta (art. 102º-A do CIRS), entre os substitutos tributários e os substituídos quando não se cumpra com as obrigações de retenção (art. 103º, nº 4 e 5, do CIRS), e entre as entidades que intervenham no pagamento de rendimentos de ações e outros valores mobiliários e os beneficiários, quando não se observem os deveres formais e acessórios legalmente previstos (art. 138º, nº 2, do CIRS);
- Em sede de IVA, haverá responsabilidade solidária entre os sujeitos passivos não estabelecidos em território nacional e os seus representantes nomeados (art. 30º, nº 5, do CIVA), entre os adquirentes de bens e serviços e os seus fornecedores, no caso de não existirem faturas obrigatórias ou de inexatidões dessas faturas (art. 79º, nº 1, do CIVA), e entre os intervenientes conscientes em operações evasivas de “carrossel” efetuadas com a intenção de não entregar o tributo devido (art. 80º do CIVA).
- Em sede de IMT, haverá responsabilidade solidária entre os notários (e outras pessoas que intervenham em escrituras públicas ou documentos particulares autenticados) e os sujeitos passivos, quando se verifique violação dos seus deveres de liquidação, arrecadação de imposto ou exigência de comprovativos (art. 49º, nº 6, do CIMT). Haverá também responsabilidade solidária entre os testamenteiros e cabeças-de-casal e os sujeitos passivos, quando aqueles efetuem a entrega de legados ou quinhões constituídos por bens imóveis e o IMT não tenha sido pago (art. 53º do CIMT).
- Quando haja liquidação de sociedades de responsabilidade ilimitada ou de outras entidades sujeitas a esse regime de responsabilidade, os sócios ou membros serão solidariamente responsáveis, com a sociedade e entre si, por todos os impostos que estejam em dívida (art. 21º da LGT)
- Os liquidatários das sociedades poderão ser também responsáveis tributários, a título pessoal e solidário, se, havendo liquidação de qualquer sociedade, não começarem por satisfazer as dívidas tributárias, embora essa responsabilidade fique excluída em caso de dívidas da sociedade que gozem de preferência sobre as dívidas

tributárias (art. 26º da LGT). Quando a liquidação ocorra em processo de insolvência, os liquidatários devem satisfazer a dívidas tributárias em conformidade com a ordem prescrita na sentença de verificação e graduação de créditos nele proferida<sup>324</sup>.

- Os gestores de bens ou direitos de não residentes sem estabelecimento estável em território português serão solidariamente responsáveis, em relação a estes e entre si, por todas as contribuições e impostos do não residente relativos ao exercício do seu cargo. Consideram-se gestores de bens ou direitos a pessoas singulares ou coletivas que tenham a direção de negócios de entidade não residente em território português, agindo no interesse e por conta dessa entidade (art. 27º da LGT). Este regime explica-se pela dificuldade em executar o património do não residente, em caso de dívida fiscal.

Nestas situações referidas, existe um sujeito incumpridor da obrigação de pagamento e um terceiro incumpridor de vários deveres jurídicos - que é chamado, por indicação da lei, a cumprir com o pagamento devido, sendo que tal chamamento é feito a título solidário mas não é necessariamente subsidiário -, pelo que não há absoluta necessidade de excussão do património do primeiro sujeito que não cumpriu<sup>325</sup>.

Refira-se que a responsabilidade solidária por dívidas tributárias remete para o conceito de obrigação solidária estabelecido no art. 512º do CC. Este preceito indica que a solidariedade ocorre quando cada um deles responde pela prestação integral e esta a todos libera. Assim, os responsáveis solidários responderão igual e integralmente pelo cumprimento da dívida tributária, o que significa que a administração tributária poderá demandar apenas um dos devedores solidários, deixando para esse demandado o exercício de direito de regresso junto dos demais<sup>326</sup>.

Cabe agora falar da responsabilidade subsidiária. Diga-se que esta responsabilidade subsidiária por dívidas de outrem está submetida a um regime bastante estreito e exigente, sendo que se deve ter em conta, no seu recorte, o cuidado de minimizar as restrições que esta responsabilidade provocará na esfera patrimonial dos contribuintes chamados.

Diga-se que a responsabilidade tributária por dívidas de outrem, em princípio, é subsidiária, salvo quando haja disposição em contrário (art. 22º, nº 4, da LGT)

---

<sup>324</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 83.

<sup>325</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 99.

<sup>326</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, op. cit., pp. 142 e 143.

É necessário ter presente que já se está, aqui, numa fase patológica ou desconforme do desenvolvimento da relação jurídica tributária, pelo que o devedor direto não cumpriu com o seu dever principal e o prazo de pagamento voluntário já decorreu. Desta forma, o credor tributário vê-se na necessidade de recorrer a meios coercivos para fazer valer a sua pretensão, o que significa, como se verá, que deve instaurar um processo de execução fiscal de maneira a conseguir que o devedor pague (art. 148º e ss. do CPPT).

Já no âmbito do processo de execução fiscal, se o património do devedor direto se revelar insuficiente para o pagamento da dívida tributária e de eventuais acréscimos, como juros moratórios ou coimas, por exemplo, a lei considera necessário recorrer ao património de outras pessoas, que serão chamadas através da reversão do processo de execução fiscal, ou seja, serão chamadas ao mesmo processo que havia sido instaurado originariamente contra o primeiro sujeito.

A reversão constitui um verdadeiro ato administrativo através do qual se procede a uma alteração subjetiva das partes no processo executivo, sendo que esse ato é absolutamente indispensável. Sem ele, o credor tributário seria obrigado a obter um título executivo contra os responsáveis subsidiários de forma a obriga-los ao pagamento do valor em falta (art. 23º, nº 1, da LGT)<sup>327</sup>.

De qualquer forma, e convém sublinhar isto, este recurso ao património de terceiros apenas deverá ser feito de modo absolutamente subsidiário, pelo que só se deverá realizar se houver fundada insuficiência patrimonial do devedor direto e originário, e apenas nesse caso (art. 23º, nº 2, da LGT). Enquanto for possível encontrar bens penhoráveis no património do devedor direto não se deve proceder à reversão, dado que os devedores subsidiários gozam de um privilégio de excussão prévia do património do primeiro. Desta forma, é lícito ao devedor subsidiário recusar o cumprimento da dívida tributária enquanto a administração tributária não tiver executado todos os bens dos devedores sem obter a satisfação do seu crédito, ou, apesar de se ter realizado a excussão de todos os bens dos mesmos, se o devedor subsidiário provar que o crédito não foi satisfeito por culpa da administração tributária<sup>328</sup>.

Assim, pode dizer-se que as grandes características deste regime de responsabilidade tributária serão a natureza executiva e a subsidiariedade. Acrescente-se ainda que o chamamento de devedores subsidiários ao pagamento de dívidas tributárias de outrem terá de respeitar os

---

<sup>327</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 100.

<sup>328</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, op. cit., p. 143.



princípios da segurança jurídica e proteção da confiança, pelo que a reversão terá sempre de ser precedida da audição dos responsáveis subsidiários<sup>329</sup>.

Além do direito de audição prévia, diga-se que a reversão deve ser devidamente fundamentada nos seus pressupostos e extensão, aspetos que devem ser incluídos na citação do responsável subsidiário. São garantias de *due process*, destinadas a assegurar a audiência e a defesa do responsável subsidiário. Diga-se que a lei impõe, também, a aplicação das normas que regem a responsabilidade subsidiária em vigor no momento do nascimento da dívida, isto para cumprir o princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança dos cidadãos<sup>330</sup>.

É ainda importante referir que esta responsabilidade subsidiária poderá abranger várias pessoas em simultâneo, como por exemplo os vários gerentes da mesma sociedade (e nestes casos a responsabilidade também poderá ser solidária entre eles), se a lei o determinar. Estas realidades, contudo, são distintas: a responsabilidade subsidiária verifica-se ente o sujeito direto e o(s) sujeito(s) indireto(s), num plano vertical, enquanto a responsabilidade solidária se verifica entre os diferentes sujeitos indiretos, num plano horizontal<sup>331</sup>.

Quanto aos casos em que a lei determina que se recorra subsidiariamente ao património de terceiros para pagar dívidas tributárias, é possível apontar, entre outros, os seguintes exemplos:

- No que respeita às pessoas coletivas ou entes equiparados, podem ser chamadas: as pessoas que exerçam funções de administração e de gerência, de direito ou de facto (art. 24º, nº 1, als. a) e b), da LGT); as pessoas que são membros dos órgãos de fiscalização e os revisores oficiais de contas, desde que a administração tributária prove que violação dos deveres tributários da pessoa coletiva ou entidade se deveu ao incumprimento das funções de fiscalização destes (art. 24º, nº 2, da LGT); os técnicos oficiais de contas, quando haja violação dolosa dos seus deveres, que deverá ser provada pela administração tributária (art. 24º, nº 3, da LGT).
- No que respeita aos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, poderão ser chamados os próprios titulares (ver DL nº 248/86, de 25 de agosto). O mais importante, neste caso, é observar o princípio essencial da separação de

---

<sup>329</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 101.

<sup>330</sup> Cfr. MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, op. cit., p. 144.

<sup>331</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 101.

patrimónios, de acordo com o qual deve existir uma clara distinção, tanto de facto como jurídica, entre a esfera patrimonial pessoal e a esfera patrimonial mercantil do titular do estabelecimento.

Assim, pelas dívidas tributárias do EIRL deverão responder, regra geral, apenas os bens afetos a este<sup>332</sup> (art. 25º, nº 1, da LGT). Contudo, há situações em que todos os bens irão responder por essas dívidas, sendo que o património pessoal funcionará como garante subsidiário. Isso acontecerá quando o EIRL se encontrar em situação de insolvabilidade, essa situação estiver relacionada com a atividade do seu titular e o princípio da separação patrimonial não tiver sido observado (art. 25º, nº 2, da LGT), cabendo o ónus da prova, aqui, ao contribuinte<sup>333</sup>.

Não se tratará aqui de uma avaliação de mérito da conduta do titular do estabelecimento como bom gestor, mas antes da avaliação da culpa funcional: se o titular do estabelecimento dissipou património do mesmo sem atender às dívidas tributárias<sup>334</sup>.

- Haverá outros exemplos, e até se pode referir um caso que levanta dúvidas quanto à natureza subsidiária da responsabilidade por não haver uma menção expressa do legislador nesse sentido. Pense-se no caso do art. 26º da LGT: este artigo estabelece que, na liquidação de sociedades (que não sejam de responsabilidade ilimitada, pois estas já integram o art. 21º, nº 2, da LGT), os liquidatários que não começarem por satisfazer as dívidas fiscais poderão ser chamados ao pagamento das mesmas. Ainda que a lei não o estipule de forma expressa, parece razoável supor que se aplica a exigência de subsidiariedade<sup>335</sup>.

---

<sup>332</sup> O inverso também deverá suceder, tal como se afirma no acórdão do TCAS de 17/5/2018, proc. nº 2243/17.9BELRS, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/-/D24B6208D6F42D7B8025829C004ECA24>, onde se escreveu que “Por dívidas que não foram contraídas no desenvolvimento da actividade do EIRL, respondem os demais bens da titular do EIRL e, apenas, quando estes foram insuficientes, o património do EIRL”.

<sup>333</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., p. 102.

<sup>334</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 83.

<sup>335</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, op. cit., pp. 103 e 104.

## **2.4. A responsabilidade nos casos de substituição tributária e a responsabilidade dos gerentes e administradores – breve abordagem**

Por último, cumpre fazer uma referência mais detalhada a dois casos de responsabilidade tributária previstos na lei (e já referidos neste trabalho de forma muito breve), que são os casos de responsabilidade em caso de substituição tributária e responsabilidade dos membros de corpos sociais e responsáveis técnicos (administradores, diretores, gerentes e outros).

No que respeita à responsabilidade em caso de substituição tributária, diga-se que ela se verifica quando, por imposição da lei, a prestação tributária é exigida a pessoa diferente do contribuinte, ou seja, a pessoa diferente daquela em relação à qual se verificou o facto tributário<sup>336</sup>.

Diga-se que o substituto tributário, de forma geral, será a pessoa que é responsável pela liquidação, cobrança e entrega ao Estado da obrigação a que originariamente estava adstrito o contribuinte. Nos termos do art. 20º da LGT, a substituição opera através do mecanismo de retenção na fonte. A lei determina que as entidades devedoras de rendimentos (por exemplo, as entidades patronais ou instituições bancárias), no momento do pagamento dos salários aos funcionários ou dos juros aos depositantes, devem descontar uma certa parte ou quantia, conforme as taxas fixadas por lei, para proceder depois à entrega ao Estado dos valores retidos.

Pode dizer-se que ela está regulada no art. 28º da LGT<sup>337</sup> e que o substituto tributário poderá ser responsável pelo pagamento da dívida tributária do substituído<sup>338</sup>, sendo que tal acontecerá se o substituto violar os seus deveres. Diga-se que este tem dois deveres - o dever de retenção e o dever de entrega do imposto - pelo que poderá ser violado apenas um deles ou os dois ao mesmo tempo.

Torna-se necessário distinguir aqui três situações, conforme se trate de retenção por conta ou de retenção a título definitivo: não retenção na fonte do imposto por conta e não entrega

---

<sup>336</sup> Cfr. SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., p. 213.

<sup>337</sup> Artigo 28.º da LGT:

“Responsabilidade em caso de substituição tributária

1 - Em caso de substituição tributária, a entidade obrigada à retenção é responsável pelas importâncias retidas e não entregues nos cofres do Estado, ficando o substituído desonerado de qualquer responsabilidade no seu pagamento, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Quando a retenção tiver a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final, cabe ao substituído a responsabilidade originária pelo imposto não retido e ao substituto a responsabilidade subsidiária, ficando este ainda sujeito aos juros compensatórios devidos desde o termo do prazo de entrega até ao termo do prazo para apresentação da declaração pelo responsável originário ou até à data da entrega do imposto retido, se anterior.

3 - Nos restantes casos, o substituído é apenas subsidiariamente responsável pelo pagamento da diferença entre as importâncias que deveriam ter sido deduzidas e as que efectivamente o foram”.

<sup>338</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., p. 273.

do imposto; retenção na fonte por conta, mas não entrega do imposto; não retenção a título definitivo e consequente não entrega do imposto.

Quando o dever de retenção tiver carácter de retenção por conta do imposto devido a final e o imposto não tiver sido retido, será o substituído que terá a obrigação de pagar o imposto não retido, e ao substituto caberá responsabilidade subsidiária por esse pagamento. Isto sucede porque o substituído é o contribuinte e, neste caso, ele recebeu o seu rendimento bruto, dado que este não foi objeto de retenção na fonte. Assim, cabe ao contribuinte satisfazer a obrigação de imposto, embora, caso a administração tributária verifique que o património do substituído é inexistente ou insuficiente para pagar toda a dívida, o substituto seja responsável subsidiário pelo pagamento dessa dívida, uma vez que violou o seu dever de retenção (art. 23º, nº 2, da LGT, e art. 153º, nº 2, do CPPT).

Quando se verifique uma situação de responsabilidade, o substituto será também responsável pelo pagamento de juros compensatórios, desde o termo do prazo de entrega dos montantes que deveriam ter sido retidos até à data em que se efetivar o pagamento ou ao termo do prazo para o pagamento do tributo pelo substituído.

Se o dever de retenção tiver sido cumprido, mas o montante não tiver sido entregue, o substituído fica desobrigado de qualquer obrigação. Funciona aqui a presunção de que o substituído não sabe nem tem a possibilidade de saber se o montante retido foi entregue. O substituído apenas sabe que o montante devido ficou retido, e por isso fica livre de quaisquer obrigações relacionadas com a retenção, o que significa que o substituto tributário será o único responsável pelo imposto retido e não entregue, sendo que lhe cabia a ele entregar.

No plano da relação entre substituto e substituído, tratar-se-á de uma responsabilidade objetiva, sendo que não é possível demonstrar que houve alguma razão para a não entrega do imposto. Assume-se que o substituto reteve montantes que não são propriedade sua, mas antes do sujeito ativo, pelo que não há justificação para a aplicação dos montantes a outras finalidades<sup>339</sup>

<sup>340</sup>.

Se o dever de retenção tiver carácter definitivo, e se o tributo não tiver sido retido, então caberá ao substituto a responsabilidade solidária pelo pagamento do tributo não retido e pelos juros compensatórios. A responsabilidade é solidária porque, em caso de retenção definitiva, é

---

<sup>339</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 85 e 86.

<sup>340</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., pp. 274 a 276.

mais difícil a autoridade tributária recuperar o montante devido perante o substituído. Isto sucede por duas razões:

- se o substituído for residente, ele não terá de englobar os rendimentos retidos na fonte a título definitivo, pelo que não terá de inclui-los na declaração anual de imposto, e pode ser mais difícil obter a receita devida através da execução do património do substituído (existe risco de dissipação do património pelo substituído);
- se a retenção definitiva incidir sobre o rendimento de não residente, será bastante difícil recuperar o montante devido junto do substituído que não seja residente (há poucos tratados para o auxílio à cobrança entre Estados, embora exista uma diretiva europeia a prever tal auxílio, a aplicar entre estados-membros da União Europeia), e será mais fácil, na maioria dos casos, executar o património do substituto residente em território português<sup>341</sup>.

No que respeita à responsabilidade dos membros de corpos sociais e responsáveis técnicos (administradores, diretores, gerentes e outros), prevista no art. 24.º da LGT<sup>342</sup>, pode dizer-se que os gestores de direito ou de facto de pessoas coletivas e entes fiscalmente equiparados são subsidiariamente responsáveis em relação a estas, e solidariamente responsáveis entre si, pelas dívidas tributárias cujo facto constitutivo se tenha verificado no período em que exerceram o cargo, ou pelas dívidas cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado no período de exercício do cargo, consoante a situação, se tomaram a decisão de não pagamento da dívida ou participaram em tal decisão.

Se o facto constitutivo da dívida tributária se tiver verificado no período em que exerceram o cargo e o prazo legal de pagamento ou entrega tiver terminado depois deste, então tem de se provar que o património da pessoa coletiva ou ente fiscalmente equiparado se tornou

---

<sup>341</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., pp. 85 e 86.

<sup>342</sup> Artigo 24.º da LGT:

“Responsabilidade dos membros de corpos sociais e responsáveis técnicos

1 - Os administradores, directores e gerentes e outras pessoas que exerçam, ainda que somente de facto, funções de administração ou gestão em pessoas colectivas e entes fiscalmente equiparados são subsidiariamente responsáveis em relação a estas e solidariamente entre si:

a) Pelas dívidas tributárias cujo facto constitutivo se tenha verificado no período de exercício do seu cargo ou cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado depois deste, quando, em qualquer dos casos, tiver sido por culpa sua que o património da pessoa colectiva ou ente fiscalmente equiparado se tornou insuficiente para a sua satisfação;

b) Pelas dívidas tributárias cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado no período do exercício do seu cargo, quando não provem que não lhes foi imputável a falta de pagamento.

2 - A responsabilidade prevista neste artigo aplica-se aos membros dos órgãos de fiscalização e revisores oficiais de contas nas pessoas colectivas em que os houver, desde que se demonstre que a violação dos deveres tributários destas resultou do incumprimento das suas funções de fiscalização.

3 - A responsabilidade prevista neste artigo aplica-se aos técnicos oficiais de contas desde que se demonstre a violação dos deveres de assunção de responsabilidade pela regularização técnica nas áreas contabilística e fiscal ou de assinatura de declarações fiscais, demonstrações financeiras e seus anexos”.

insuficiente para a satisfação da dívida por culpa sua. Se o prazo legal de pagamento ou entrega tiver terminado depois do exercício do cargo não há uma presunção de culpa, pelo que, na dúvida, o ónus da prova caberá à administração tributária.

Assim, e neste sentido, haverá uma presunção de culpa dos gestores pelas dívidas tributárias relativamente às quais o prazo legal de pagamento ou entrega tiver terminado no período do exercício do seu cargo. Para que tal não aconteça, é necessário que estes provejam que não lhes foi imputável a falta de pagamento, sendo que, em caso de dúvida, o ónus de prova funcionará contra o gestor<sup>343</sup>.

Esta responsabilidade também se aplica aos membros dos órgãos de fiscalização e revisores oficiais de contas, se os houver, assim como aos técnicos oficiais de contas, desde que se demonstre que o não cumprimento dos deveres tributários se deveu ao incumprimento das funções de fiscalização a que eles estavam obrigados.

Diga-se que a culpa que está aqui em causa não se relaciona com um juízo de mérito do gestor, mas antes com uma culpa funcional, com o facto de saber se cumpriu ou não com os deveres tributários e se tinha ou não competência legal ou factual para tal<sup>344</sup>.

O que está em causa aqui é uma responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias de uma pessoa coletiva cujas decisões são tomadas por pessoas singulares - que podem ser responsabilizadas, por esta via, em caso de incumprimento por parte da pessoa coletiva.

A lei responsabiliza, para além dos titulares dos órgãos de decisão, os titulares dos órgãos da sociedade ou pessoa coletiva encarregados de garantir que esta cumpra as exigências legais, nomeadamente os membros do órgão de fiscalização e os revisores oficiais de contas, quando não cumpram devidamente as suas funções de fiscalização. Não se tratará aqui de uma responsabilidade pela não entrega do imposto, mas antes da omissão de um dever de revelar, de levar ao conhecimento da administração tributária, factos que devem ser conhecidos aquando da certificação das contas da sociedade ou pessoa coletiva que estão a auditar<sup>345</sup>.

Acrescente-se que a responsabilidade será sempre, em todos os casos, pessoal, subsidiária e solidária. Será pessoal, uma vez que tem carácter sancionatório e visa dissuadir o comportamento do titular do órgão social responsável. Se o património da pessoa coletiva for insuficiente para cumprir com as dívidas fiscais, e essa insuficiência for imputada a um

---

<sup>343</sup> Cfr., sobre o ónus da prova, PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, op. cit., p. 278.

<sup>344</sup> Cfr. DOURADO, Ana Paula, *Direito Fiscal*, op. cit., p. 87.

<sup>345</sup> Cfr. SOUSA, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, op. cit., p. 216.

comportamento culposo do responsável, este terá de responder com o seu património pessoal pelas dívidas da pessoa coletiva. A responsabilidade será ainda subsidiária, pois a dívida é da empresa e os administradores e gerentes só responderão por ela se se apurar que a empresa não tem bens (ou estes não são suficientes) para cumprir com a obrigação tributária. A responsabilidade também é solidária porque, se houver mais do que um gerente ou administrador, todos respondem pela dívida, havendo solidariedade entre eles<sup>346</sup>.

### **3. As dívidas que podem responsabilizar ambos os cônjuges**

#### **3.1. Em sede de IRS**

No que respeita ao IRS, e antes de falar sobre a responsabilidade por dívidas, é importante tecer algumas considerações sobre o imposto.

No que respeita às características, e de forma muito breve, cumpre aqui realçar que o IRS é um imposto pessoal, uma vez que atende, na sua configuração e no seu recorte jurídico, à situação económica, familiar e pessoal dos sujeitos passivos. Concede-se, por isso, um tratamento diferenciado conforme o sujeito tenha mais ou menos rendimentos, tenha ou não filhos, seja ou não portador de deficiência, seja ou não casado. Acrescente-se que esta característica do IRS vem concretizar e dar seguimento a várias imposições constitucionais (imposições no que respeita à proteção da família e à proteção de pessoas com deficiência – arts. 67º, nº 2, al. f) e 71º da CRP)<sup>347</sup>.

Como o IRS é um imposto pessoal<sup>348</sup>, é necessário analisar quais são os fatores de pessoalização, ou seja, os fatores que permitem afirmar que se tem em conta, efetivamente, a particular situação do sujeito passivo.

De entre esses fatores, é possível destacar: a isenção do mínimo de existência (art. 70º do CIRS); a possibilidade de dedução de encargos familiares (art. 78º e ss. do CIRS); a existência de taxas progressivas (art. 68º do CIRS); a consideração do tipo de profissão exercida pelo sujeito passivo, nomeadamente se a mesma é considerada de desgaste rápido (praticantes desportivos e pescadores, por exemplo - art. 27º do CIRS); a consideração do estatuto de deficiente (art. 56º-

---

<sup>346</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 217.

<sup>347</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Apostamentos de Direito Tributário – Impostos sobre o rendimento*, 2ª edição, Braga, AEDUM, 2014, p. 17.

<sup>348</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *Sobre o IRS*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 20.

A do CIRS) e, o fator mais importante para este trabalho, a existência de mecanismos de fracionamento dos rendimentos (como o quociente conjugal do art. 69º do CIRS)<sup>349</sup>.

A obrigação fiscal, para os sujeitos passivos residentes, pode ser fixada de um modo singular, caso em que se têm por referência apenas e só aquela pessoa (é a situação, por exemplo, de um sujeito não casado e sem filhos ou dependentes a seu cargo).

Já nas situações em que os sujeitos são casados e existe um agregado familiar, a tributação pode ser realizada de duas formas diferentes: pode ser realizada em separado, pelo que cada elemento do casal será considerado isoladamente, sendo esta a regra de acordo com o art. 13º, nº 2, do CIRS - “Quando exista agregado familiar, o imposto é apurado individualmente em relação a cada cônjuge ou unido de facto, sem prejuízo do disposto relativamente aos dependentes, a não ser que seja exercida a opção pela tributação conjunta.”.

Nestas situações, os sujeitos também podem, em alternativa, optar pela tributação conjunta: neste caso ter-se-á por referência todos os elementos que integram esse agregado e todos os rendimentos que eles auferem, como decorre do art. 13º, nº 3, do CIRS - “No caso de opção por tributação conjunta, o imposto é devido pela soma dos rendimentos das pessoas que constituem o agregado familiar, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direção”.

Verifica-se, desta forma, que o IRS é apurado individualmente em relação a cada cônjuge, a menos que seja exercida opção pela tributação conjunta, pelo que o regime regra é o da tributação separada (art. 13º, nº 2, do CIRS)<sup>350</sup>.

Havendo tributação conjunta, antes e depois da aplicação das taxas gerais progressivas de IRS, procede-se às operações inerentes ao mecanismo do quociente conjugal (art. 69º do CIRS)<sup>351</sup>. Tal significa que, neste contexto do quociente conjugal, são aplicáveis as taxas do art. 68º do CIRS, correspondentes ao rendimento coletável dividido por dois. Estas taxas aplicam-se ao quociente do rendimento coletável. Após a aplicação as taxas, o resultado obtido multiplica-se por dois, para se apurar a coleta do IRS (art. 69º, nº 1 e 3, do CIRS).

Na prática, o funcionamento do mecanismo do quociente conjugal assegura um resultado similar à tributação de metade do rendimento coletável global do agregado familiar na

---

<sup>349</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Apostamentos de Direito Tributário – Impostos sobre o rendimento*, op. cit., p. 18.

<sup>350</sup> Acrescente-se que, até ao final de 2014, o regime da tributação conjunta era imperativo para todos os sujeitos passivos que fossem casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

<sup>351</sup> Refira-se que a Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro - Lei da Reforma do IRS - substituiu, na altura, o quociente conjugal por um mecanismo de quociente familiar, com efeitos e objetivos mais amplos do que os do primeiro. Contudo, o quociente familiar apenas vigorou para o ano de 2015, tendo o quociente conjugal sido reposto logo em 2016.



esfera de cada um dos cônjuges ou unidos de facto. Diga-se, ainda, que este regime é aplicável mesmo que apenas um dos sujeitos passivos aufera rendimentos<sup>352</sup>.

Ainda neste ponto, refira-se que o CIRS define também, no art. 13º nº 4<sup>353</sup>, quais as constituições de agregado familiar que admite, assim como define, no art. 13º, nº 5<sup>354</sup>, o conceito de dependente para efeitos de IRS. Acrescente-se ainda que, no caso de existir tributação conjunta dos rendimentos do agregado familiar, os sujeitos passivos são as pessoas a quem incumbe a respetiva direção.

Agora, e centrando-nos na responsabilidade por dívidas, será simples chegar à conclusão de que a opção pela tributação conjunta terá implicações nessa responsabilidade.

Quando haja tributação conjunta, ou seja, quando o agregado é constituído com base num vínculo matrimonial (ou equivalente, como a união de fato), haverá responsabilidade solidária de ambos os cônjuges pela dívida, isto é, a dívida de IRS estará sujeita ao regime da solidariedade fiscal, pelo que o credor tributário poderá exigir a qualquer um dos cônjuges o respetivo pagamento integral, não podendo o cônjuge demandado eximir-se com base no argumento de que apenas deve pagar metade. Além disso, o cônjuge que cumprir a obrigação fiscal para além daquilo que abstratamente lhe compete poderá, posteriormente, exercer direito de regresso nos termos da lei civil<sup>355</sup>.

Saliente-se aqui ainda a redação do art. 21º, nº 1, da LGT, que afirma que “Salvo disposição da lei em contrário, quando os pressupostos do facto tributário se verificarem em relação a mais de uma pessoa, todas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária”.

---

<sup>352</sup> Cfr. e ver, para mais desenvolvimentos, PEREIRA, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 297 a 299.

<sup>353</sup> Art. 13º, nº 4, do CIRS:

“O agregado familiar é constituído por:

- a) Os cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, ou os unidos de facto, e os respetivos dependentes;
- b) Cada um dos cônjuges ou ex-cônjuges, respetivamente, nos casos de separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade, anulação ou dissolução do casamento, e os dependentes a seu cargo;
- c) O pai ou a mãe solteiros e os dependentes a seu cargo;
- d) O adotante solteiro e os dependentes a seu cargo.”

<sup>354</sup> Art. 13º, nº 5, do CIRS:

“Para efeitos do disposto no número anterior, e desde que devidamente identificados pelo número fiscal de contribuinte na declaração de rendimentos, consideram-se dependentes:

- a) Os filhos, adotados e enteados, menores não emancipados, bem como os menores sob tutela;
- b) Os filhos, adotados e enteados, maiores, bem como aqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela de qualquer dos sujeitos a quem incumbe a direção do agregado familiar, que não tenham mais de 25 anos nem auferam anualmente rendimentos superiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida;
- c) Os filhos, adotados, enteados e os sujeitos a tutela, maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência;
- d) Os afilhados civis.”

<sup>355</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Apostamentos de Direito Tributário – Impostos sobre o rendimento*, op. cit., p. 32.

No que respeita à jurisprudência, e como veremos agora, o entendimento vai também no sentido de considerar que há responsabilidade solidária, havendo vários acórdãos de vários tribunais a reiterar esse entendimento.

Acrescente-se agora, e antes de passar a analisar jurisprudência, que as opções do legislador que referimos foram condicionadas pelo facto de, à época da elaboração do Código, haver doutrina que entendia que a Constituição da República Portuguesa (referindo-se ao atual art. 104º da CRP) impunha a tributação conjunta do rendimento, baseando-se no argumento de que só assim se poderiam ter em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar. Sucede que este entendimento de que a nossa Constituição impõe uma determinada técnica de tributação é posto em causa pela doutrina mais recente<sup>356</sup>, que vem defender - e bem, a nosso ver - que a consideração dos rendimentos e necessidades da família pode ser igualmente alcançada em sistemas de tributação separada (ou até em sistemas mistos), como se pode ver pela experiência de muitos países<sup>357 358</sup>.

O acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 15 de março de 2011<sup>359</sup> refere-se a uma situação em que se verificou haver uma dívida de IRS respeitante a mais-valias decorrentes da venda de um prédio que era bem próprio de um dos cônjuges. Diga-se que os cônjuges estavam casados em regime de separação de bens mas apresentaram uma declaração de rendimentos conjunta, sendo que o tribunal veio estabelecer que “Neste regime de responsabilidade fiscal, mesmo em caso de regime de separação de bens, como é o caso dos autos, qualquer dos cônjuges é solidariamente responsável pelo pagamento do IRS sobre os rendimentos do outro, sendo ambos os cônjuges sujeitos passivos do imposto, ainda que o rendimento tributável em mais valias (...) provenha da alienação de um bem que não era seu, mas próprio do outro cônjuge”.

---

<sup>356</sup> Cfr. NABAIS, José Casalta, *O Dever Fundamental de Pagar Impostos*, op. cit., p. 531, e CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, op. cit., pp. 463 e ss.

<sup>357</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *Sobre o IRS*, op. cit., pp. 24 e 25.

<sup>358</sup> Já chegou até a ser posta em causa a constitucionalidade do regime, nomeadamente por Rui Duarte Morais, que escreveu que “Em resumo, o sistema da tributação conjunta do agregado familiar, com a correspondente co-responsabilização dos dois cônjuges por uma dívida de imposto referida à totalidade do rendimento desse agregado, cujo montante é decisivamente influenciado por elementos personalizantes relativos ao conjunto das pessoas que o constituem, é manifestamente incompatível com um regime de separação de bens. Tal faz-nos pensar, mesmo, na inconstitucionalidade do sistema, na medida em que, se, por um lado, é tida em conta a existência do agregado familiar, por outro, redundando, em termos práticos, na tributação de pessoas (cada um dos cônjuges) por rendimentos que não possuem ou dos quais não têm a disponibilidade, ou seja, numa tributação a que não corresponde uma qualquer capacidade contributiva ou na obrigação de pagamento de dívidas alheias sem possibilidade do exercício de um efectivo direito de regresso”, como se pode ver em MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2010, p. 108. Sublinhe-se que as dúvidas sobre a constitucionalidade do regime foram removidas pelo Tribunal Constitucional, que foi chamado a pronunciar-se sobre a questão, como se pode ver no acórdão do TC nº 57/95, de 12/4/1995, in <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19950057.html>

<sup>359</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 15/3/2011, proc. nº 04559/11, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/170589492546a7fb802575c3isboade1004c6d7d/fd32e2a12d6a40e78025786c0052366c?OpenDocument>

O mesmo acórdão afirma que, apresentando declaração conjunta, ambos são sujeitos passivos do IRS, “que incide sobre o conjunto dos seus rendimentos, independentemente da titularidade dos mesmos e, inclusive, de algum deles os não auferir (...)

É ainda dito que, assim, no caso de cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, “os pressupostos do facto tributário devem ter-se por verificados em relação a ambos, sem que se torne necessário estabelecer a titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação, do que deriva serem ambos, solidariamente, responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária, nos termos do disposto no art. 21º, nº 1, da Lei Geral Tributária, abrangendo tal responsabilidade para além da totalidade da dívida, os juros e demais encargos legais - cfr. art. 22º, nº I, da referida LGT”.

A reclamante alega que os rendimentos que deram origem à liquidação que está na base da dívida exequenda – mais valias por alienação onerosa de bem imóvel próprio de seu marido e de seu cunhado – foram auferidos exclusivamente pelo seu marido e que nada auferiu com a alienação do imóvel. Alega que o mesmo era bem próprio de seu marido e que os proventos auferidos não reverteram em benefício do casal. O tribunal veio dizer que tal alegação é de todo irrelevante “para efeitos de permitir à reclamante eximir-se da responsabilidade pelo pagamento da dívida exequenda, não cuidando sequer de apurar se está ou não provada a factualidade alegada com vista à elisão da presunção de comunicabilidade da dívida, ao abrigo do art. 1691.º, nº 1, alínea d), do Código Civil (CC)”<sup>360</sup>.

Assim, ficou decidido neste acórdão que, sendo a reclamante responsável solidária face à relação jurídica tributária em causa, “em caso de incumprimento do devido, por parte da reclamante ou do seu cônjuge, perante a AT, é a mesma responsável pela totalidade da dívida exequenda, respondendo os seus bens próprios pelo pagamento da dívida, sendo irrelevante para efeitos de cobrança coerciva da dívida de IRS do casal, que o regime de bens do casal seja o da separação de bens, operando em sede de responsabilidade tributária, em caso de dívida de IRS efectuado em declaração conjunta pelos cônjuges, um regime de responsabilidade diversa da responsabilidade civil, prevista no CC para o cônjuges casados em regime de separação de bens”.

---

<sup>360</sup> Neste mesmo processo, a reclamante invoca ainda o disposto no art. 278º, nº 3, al. c), do CPPT, ou seja, prejuízo irreparável causado pelo ato da penhora com “incidência sobre bens que, não respondendo, nos termos de direito substantivo, pela dívida exequenda, não deviam ter sido abrangidos pela diligência.” Como se afirma no acórdão, o fundamento da reclamação substanciado na penhora de bens que não respondendo, nos termos de direito substantivo, pela dívida exequenda, não deviam ter sido abrangidos pela diligência, “está ligado à violação das regras de direito substantivo que impõem a penhora prioritária de determinados bens”. Diz o acórdão que é o que acontece na hipótese prevista no art. 1695º, nº 2, do CC, em que, quanto aos bens que respondem pelas dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges, se diz que “no regime de separação de bens, a responsabilidade dos cônjuges não é solidária.”, ou seja, “estamos aqui perante uma responsabilidade subsidiária”. Porém, o TCA entendeu neste acórdão que “o regime de responsabilidade subsidiária aqui prevista, e imposta pelo regime legal de separação de bens na sociedade conjugal, mostra-se arredado pelas disposições legais especiais do regime de responsabilidade solidária por dívidas de IRS contemplado nos artºs 21º, nº 1, da LGT e 13º, nº 2 e nº 3, a) do CIRIS”.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 17 de setembro de 2015<sup>361</sup>, tratou-se de um problema semelhante. A impugnante, casada segundo o regime de separação de bens, vem alegar, a propósito de uma dívida de IRS, que o imóvel cuja alienação gerou o ganho tributável é propriedade exclusiva do seu cônjuge, por se tratar de bem próprio que levou para o casamento. Ela defende, assim, que “Naturalmente é também da sua propriedade o produto da transmissão desse imóvel, pelo que, com meridiana clareza, há-de resultar que é apenas sobre ele que pode recair o respectivo encargo tributário, se a ele houver lugar”.

O tribunal considerou, porém, que não é assim.

Sublinha o tribunal que se deve notar, antes de tudo, que o regime matrimonial de bens previsto no Código Civil não contém normas de incidência ou exclusão tributária. Para avaliar as implicações fiscais das relações de carácter patrimonial dos cônjuges (individualmente) com terceiros devemos lançar mão das normas tributárias que regulam a matéria.

Seguindo o raciocínio do tribunal, diz-se na decisão que, nos termos do art. 14º, nº 2, do CIRS, na redação vigente ao tempo dos factos que “Existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direcção”. Acrescenta a decisão que a lei fornece depois um conjunto de definições que aproveitam à decisão daquele caso. O acórdão vai buscar a norma que dá a noção/composição de agregado familiar, a norma que versa sobre a impossibilidade de integrar um agregado familiar e ser sujeito passivo autónomo, e a norma que diz qual a data relevante para efeitos tributários da situação familiar.

Socorrendo-se dessas normas, diz o tribunal que “Por conseguinte, sabendo-se que a impugnante e seu marido integravam em 2000 o mesmo agregado familiar, que não estavam separados judicialmente de pessoas e bens, o imposto incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem (art. 14º/2 CIRS/2000). Assim, não nos parece procedente a tese desenvolvida pela Impugnante de que a tributação é indevida por estarem casados segundo o regime da separação de bens e por não ter sido na esfera jurídica da impugnante que a alienação produziu efeitos”.

Segundo a decisão do tribunal, estes factos não permitem excluir a tributação do agregado familiar e acarretam até a impossibilidade expressa de o cônjuge (marido, neste caso), fazendo parte de um agregado familiar, ser tributado autonomamente (de acordo com a legislação

---

<sup>361</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 17/09/2015, proc. nº 00585/05.5BEPRT, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/eea0722a07bd4aa080257edd0034f9b1?OpenDocument>

em vigor àquela data). Este acórdão faz aqui referência ao acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 15 de março de 2011, proc. n.º 04559/11, acórdão que também referimos neste trabalho.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 5 de março de 2015<sup>362</sup>, a questão a resolver é semelhante e prende-se com saber se é exigível ao Recorrente a dívida proveniente da liquidação de IRS do ano de 2003.

O Recorrente e o cônjuge eram casados em regime de separação de bens e entregaram, nesse ano, declaração conjunta dos rendimentos. Diga-se, também, que o ato tributário que deu origem à dívida em causa resultou de mais-valias apuradas devido à alienação de um imóvel que era propriedade do cônjuge do Recorrente.

Diz o acórdão, além de referir o art. 1.º, n.º 1, do CIRS, que não merece dúvida que o Recorrente e sua esposa formam um agregado familiar, relevando para o efeito as disposições do artigo 13.º, n.º 2, 3 e 7, do CIRS, tal como transcritas pelo tribunal. Alega o tribunal que, quanto à entrega de uma declaração conjunta, mais não fizeram o Recorrente e o cônjuge do que cumprir o disposto no art. 59.º, n.º 1, do CIRS.

Assim, o acórdão vem dizer que, dos normativos legais que cita e da apresentação conjunta da declaração de rendimentos, “resulta inequivocamente que, à data, não podia ser dado um tratamento fiscal unitário ao Recorrente ou ao seu cônjuge, posto que, repete-se, constituíam um agregado familiar, sendo o imposto devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por outro lado, uma vez que os pressupostos do facto tributário se verificavam relativamente aos dois, eram ambos solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto que incidisse sobre os rendimentos do respectivo agregado familiar, que abrange a totalidade da dívida tributária, os juros e demais encargos legais, cf. artigos 21.º, n.º 1, e 22.º, n.º 1, da Lei Geral Tributária (LGT)”.

Em sua defesa, alega o Recorrente que o rendimento que deu origem à dívida respeita apenas ao seu cônjuge, dado que o imóvel alienado é da exclusiva propriedade desta.

Diz o tribunal que, em relação às dívidas tributárias provenientes de IRS, “entendeu o legislador criar um regime específico, que se afasta do da lei civil, como resulta do confronto com os normativos fiscais anteriormente citados”. Assim, e em face do referenciado regime de

---

<sup>362</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 5/3/2015, proc. n.º 08427/15, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/576a83d9fcecc5280257e05004ff3d3?OpenDocument>

responsabilidade fiscal em sede de IRS, entende o acórdão ser necessariamente irrelevante a prova de qualquer factualidade suscetível de ilidir a presunção de comunicabilidade da dívida, constante da citada al. d), do art. 1691º, nº 1, do CC.

Diz-se que, estando em causa dívidas provenientes de IRS, a responsabilização do Recorrente pelo seu pagamento assenta na circunstância de, no ano em questão, se manter casado e com ela constituindo um agregado familiar, gerador de rendimentos tributáveis em sede daquele imposto, os quais foram declarados em conjunto à administração tributária.

Assim, acrescenta a decisão que os pressupostos do facto tributário devem ter-se por verificados em relação ao então casal, sem que se torne necessário estabelecer a titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação, do que deriva serem ambos solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária. Assim, e sendo solidariamente responsáveis face à relação jurídica tributária em causa, são ambos responsáveis pela totalidade da dívida, pois opera em sede de responsabilidade tributária, em caso de dívida de IRS efetuado em declaração conjunta pelos cônjuges, um regime de responsabilidade diversa da responsabilidade civil.

Diga-se que também este acórdão faz referência ao acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 15/3/2011, proc. nº 04559/11, transcrevendo inclusivamente partes desse acórdão, que já foi abordado neste trabalho.

Veja-se agora o acórdão<sup>363</sup> do Supremo Tribunal Administrativo de 13 de novembro de 2013.

Este acórdão sublinha as normas constantes dos arts. 13º, nº 2 e 3, do CIRS, e 21º, nº 1, da LGT, e subscreve a fundamentação da sentença recorrida.

A fundamentação da sentença recorrida afirmava que “ (...) não merece dúvida que, à data do facto tributário, a impugnante e o seu então cônjuge formavam então um agregado familiar, relevando para o efeito as disposições do artigo 13º, nºs 2, 3 e 7, do CIRS (...) Dos normativos legais citados, bem como da apresentação conjunta da declaração de rendimentos, resulta inequivocamente que, à data, não podia ser dado um tratamento fiscal unitário à impugnante ou ao seu ex-marido, posto que, repete-se, constituíam um agregado familiar, sendo o imposto devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por outro lado, uma vez que os pressupostos do facto tributário se verificavam relativamente aos dois, eram

---

<sup>363</sup> Cfr. acórdão do STA de 13/11/2013, proc. nº 0215/12, in <https://www.direitoemdia.pt/s/2ac18>

ambos solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto que incidisse sobre os rendimentos do respectivo agregado familiar, que abrange a totalidade da dívida tributária, os juros e demais encargos legais, cf. artigos 21.º, n.º 1, e 22º, n.º 1, da Lei Geral Tributária (LGT)”.

Sublinhe-se, ainda, que essa fundamentação estabeleceu o seguinte: “Sucedo que, em relação às dívidas tributárias provenientes de IRS, entendeu o legislador criar um regime específico, que se afasta do da lei civil, como resulta do confronto com os normativos fiscais anteriormente citados. Com efeito, em face do referenciado regime de responsabilidade fiscal em sede de IRS, afigura-se necessariamente irrelevante a prova de qualquer facticidade susceptível de elidir a presunção de comunicabilidade da dívida, constante da citada alínea d), do artigo 1691º, n.º 1, do CCiv”.

O tribunal acrescentou que “(...) estando em causa dívidas provenientes de IRS, a responsabilização da impugnante pelo seu pagamento assenta na circunstância de, no ano em questão, se manter casada (...) e com ele constituindo um agregado familiar, gerador de rendimentos tributáveis em sede daquele imposto, os quais foram declarados em conjunto à administração tributária”.

O acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 13 de novembro de 2008<sup>364</sup> começa por sublinhar, com base na lei, que “Existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aqueles a quem incumbe a sua direcção”, sendo que o agregado familiar é constituído, desde logo, pelos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens e os seus dependentes.

Desta forma, no campo deste imposto sobre o rendimento, a disciplina substantiva do tributo estabelece um regime privativo, próprio, para a incidência pessoal do tributo, procedendo a uma identificação clara e precisa de quem reúne as condições para ser sujeito passivo (e ficar sujeito a IRS). Consequentemente, no caso de cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, “os pressupostos do facto tributário devem ter-se por preenchidos em relação a ambos, sem que se torne necessário estabelecer a titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação, do que deriva serem ambos, solidariamente, responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária, nos termos e para os efeitos do art. 21.º n.º 1 LGT”.

---

<sup>364</sup> Cfr. acórdão do TCAN, de 13/11/2008, proc. n.º 00470/05.0BEBRG, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/0/95285973d5dbfdaa802575050052fae5?OpenDocument>

O acórdão acrescenta que “no que tange às dívidas de IRS (...) relativas aos rendimentos obtidos pelo casal (...) nenhum reparo merece a sentença em crise, na afirmação de que tais dívidas são da responsabilidade de ambos os cônjuges. Efectivamente, essa responsabilização conjunta decorre, em primeira linha, do estatuído no acima referenciado art. 14.º CIRS e foi concretizada, pelos competentes serviços da administração tributária/AT, na instauração de processo de execução fiscal contra os dois consortes, não relevando, só por si, a circunstância de estarem separados de facto desde Maio de 1995, quando não se alegou e comprovou, complementarmente, a apresentação em separado, individual, das competentes declarações anuais de rendimentos Cfr. art. 59.º n.º 2 CIRS, na redacção em vigor os anos de 1997 a 1999”.

Acrescentou-se ainda que, por outro lado, “mostra-se totalmente irrelevante, inconsequente, o apelo, feito pela Rte, para a ausência de proveito comum do casal. E, por maioria de razão, a invocada alteração no funcionamento das “regras gerais do ónus da prova” (...) porquanto o aspecto determinante, decisivo, da responsabilização da oponente pelas dívidas de IRS, reside no facto de, nos anos de 1997 a 1999, se encontrar casada, integrando o agregado familiar, com o apontado sujeito passivo, gerador de rendimentos tributáveis, declarados, à AT, em conjunto”.

No mesmo sentido vai o acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 15 de outubro de 2015<sup>365</sup>.

Este acórdão sublinha o que já tinha sido afirmado na decisão recorrida, que dizia que “Assim e em face do exposto, a Oponente é parte legítima na execução (...) relativamente à dívida de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares: (...) ela respeita-lhe diretamente, enquanto sujeito passivo deste tributo, porque determinado no âmbito do rendimento do agregado familiar em que se insere a sua sociedade conjugal, que dirige com o marido, arts.13ºn.ºs 2 e 3 corpo e alínea a), e 59º n.ºs 1 e 2, ambos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. (...)”.

Para além de ir buscar o que já tinha sido referido na sentença recorrida, este acórdão suporta-se no estabelecido no art 21º, nº 1, da LGT, e nas regras do CIRS respeitantes ao agregado familiar para estabelecer que “(...) à data dos factos a Recorrente fazia parte do agregado familiar

---

<sup>365</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 15/10/2015, proc. nº 00615/04.8BECBR, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/a5359f9bfc36413980257f0600397b13?OpenDocument>



e era responsável solidária pelas dívidas tributárias contraídas pelo casal na constância do casamento".

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 10 de dezembro de 2015<sup>366</sup>, encontra-se também reiterada a mesma posição dos acórdãos anteriores:

Este acórdão, suportando-se no art. 21º, nº 1, da LGT, e no art. 13º, nº 2 e 3, do CIRS, referente ao agregado familiar, vem estabelecer que, como a Recorrente, à data do facto tributário, era casada com o executado, tendo-se divorciado posteriormente, ela continua a ser responsável solidária pela dívida de IRS.

Diz o tribunal que "Assim atendendo à relação jurídica-tributária, da Recorrente e do executado, enquanto sujeito passivo de IRS, porque determinado no âmbito do rendimento do agregado familiar em que se insere a sua sociedade conjugal, que dirigia com o ex- cônjuge, por força do arts.13º e n.ºs 2 e 3 corpo e alínea a), e 59º n.ºs 1, ambos, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, era responsável solidária".

Conclui o tribunal que, à data dos factos, "a Recorrente fazia parte do agregado familiar e era responsável solidária pelas dívidas contraídas pelo casal na constância do casamento".

O acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 31 de março de 2016<sup>367</sup> vem também sublinhar que "As dívidas de I.R.S. são da responsabilidade de ambos os cônjuges desde que o agregado familiar seja integrado por consortes não separados de pessoas e bens, sendo que os pressupostos do facto tributário se verificam em relação a ambos e cumprindo-se a responsabilidade solidária dos cônjuges independentemente da titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação. Temos, assim, que o agregado familiar é a unidade económica relativamente à qual se afere a tributação, neste caso conjunta e não separada (cfr. artº.104, nº.1, da Constituição da República; artº.21, nº.1, da L.G.Tributária; artº.13, nº.2, do C.I.R.S.)".

O mesmo acórdão sublinha que "Existindo agregado familiar, o cumprimento dos deveres fiscais deste e relativos à tributação do seu rendimento cabe às pessoas que exerçam a

---

<sup>366</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 10/12/2015, proc. nº 01586/08.7BEVIS, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/a0ac064eae811780257f2300572e11?OpenDocument>

<sup>367</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 31/3/2016, proc. nº 07966/13, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/-/A7F8F76E22DDC74780257F8D0035C633>

sua direcção, em regra os cônjuges, assim existindo uma titularidade plural das obrigações fiscais e uma responsabilidade solidária de ambos os cônjuges pela dívida de imposto”<sup>368</sup>.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 17 de maio de 2018<sup>369</sup>, em que se colocava um problema de analisar se a sentença tinha incorrido em erro de julgamento ao concluir pelo excesso de penhora, o Recorrente alegou que havia insuficiente matéria fáctica levada ao probatório, pois do mesmo não se fez constar que um determinado imóvel tinha como única proprietária a Recorrida e outro determinado imóvel tinha como único proprietário o Recorrido, e essa insuficiência fáctica foi determinante do juízo formulado quanto ao excesso da penhora.

O acórdão começa por referir a lei, salientando o disposto no art. 13º, nº 2 e 3, do CIRS, e diz que se mostra assente nos autos que a dívida exequenda provém de IRS dos anos de 2013 e 2014, cujas liquidações se basearam na declaração conjunta de rendimentos para aqueles anos, apresentada nos termos do disposto no nº 1 do art. 59º do CIRS.

Acrescenta o acórdão que “Apresentando, como apresentaram, declaração conjunta e rendimentos, ambos os cônjuges, aqui Recorridos, são sujeitos passivos de IRS, que incide sobre o conjunto dos seus rendimentos independentemente da titularidade dos mesmos e, inclusive, de algum deles nem sequer auferir rendimentos tributáveis, respondendo ambos pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes da declaração apresentada, como se retira do disposto no n.º3 do art.º14.º, do CIRS”. Refere-se, ainda, que é por isso que ambos constam como devedores nas notas de cobrança e nas certidões de dívida, extraídas pela AT por falta de pagamento voluntário, que estão na base das execuções instauradas.

Prosseguindo, o acórdão socorre-se do nº 1 do art. 21º da LGT e do estabelecido no acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 15/03/2011, proc. nº 04559/11, já por nós abordado, transcrevendo desse acórdão o seguinte “os pressupostos do facto tributário devem ter-se por verificados em relação a ambos, sem que se torne necessário estabelecer a titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação, do que deriva serem ambos solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária, nos termos do disposto no artº21º, nº1, da Lei Geral Tributária, abrangendo tal responsabilidade para além da totalidade da dívida, os juros e demais encargos legais - cfr. artº22º, nº I, da referida LGT”.

---

<sup>368</sup> O acórdão referido diz ainda que “Levando em consideração os conceitos de agregado familiar e de domicílio fiscal para efeitos de I.R.S. expostos supra, deve concluir-se que, no caso da notificação de liquidação se ter efectivamente concretizado na morada fiscal e residência de um dos cônjuges, tem de considerar-se notificado, do mesmo acto, e nos mesmos termos, o outro cônjuge, por maioria de razão tal se devendo verificar quando existe um domicílio fiscal comum a ambos os cônjuges”.

<sup>369</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 17/5/2018, proc. nº 2078/17.9BELRS, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/-/9D2E5B72B4DCCC53802582A30039BDF4>

A decisão afirma que, no regime de responsabilidade solidária, o credor pode cobrar a dívida integralmente de qualquer dos devedores e isso, em si mesmo, constitui um benefício para o credor, que pode demandar qualquer um dos devedores solidários, não podendo o demandado eximir-se ao pagamento da totalidade da dívida, de acordo com o art. 22º, nº 1, da LGT.

Como os Reclamantes e ora Recorridos são responsáveis solidários pela dívida exequenda de IRS e co executados no processo, estabelece o acórdão que “ambos respondem pela totalidade da dívida; e respondem pela totalidade da dívida os bens próprios de cada um, pelo que, logo salta à evidência que é irrelevante indagar da titularidade dos bens penhorados, ou seja, se se tratam de bens comuns ou próprios de cada cônjuge.

Esclarece o acórdão que, como a administração tributária pode cobrar executivamente de qualquer dos cônjuges devedores a totalidade da dívida de IRS, “a proporcionalidade da penhora, independentemente de recair sobre bens próprios ou comuns, tem de ser aferida unicamente face ao montante da dívida exequenda”. E, conclui-se, “se um dos imóveis penhorados, independentemente de se tratar de bem próprio ou comum, é previsivelmente suficiente para satisfazer integralmente o crédito do exequente (art.º217.º, do CPPT), resulta excessiva a penhora de bens adicionais, como bem entendeu na sentença recorrida”.

No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 21 de setembro de 2017<sup>370</sup>, estava em causa uma dívida de IRS e as respetivas despesas efetuadas para a saldar, bem como a responsabilidade individual ou comum do casal pelo pagamento da mesma.

Diz o tribunal que o IRS incide sobre o conjunto de rendimentos das pessoas que compõem um determinado agregado familiar (art. 1º do CIRS), acrescentando que, à data do facto tributário, autor e ré eram casados e formavam um agregado familiar. Prossegue o acórdão dizendo que, nos termos do art. 13º, nº 2, do CIRS, “existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direcção”.

Diz o tribunal, assim, que “constituindo autor e ré um agregado familiar, o imposto seria devido pelo conjunto das pessoas que o constituem. Por outro lado, os pressupostos do facto tributário verificam-se relativamente aos dois, o que os torna solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto que incidisse, na altura enquanto casados, sobre os rendimentos do

---

<sup>370</sup> Cfr. acórdão do TRL de 21/9/2017, proc. nº 402/14.5T8LSB-2, in <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/-/9CF290EDF989845B802581B100363AA2>

respectivo agregado familiar, o qual abrange a totalidade da dívida tributária, juros e demais encargos legais, cfr. arts. 21/1 e 22/1 da Lei Geral Tributária”.

Diz o acórdão que, por outro lado, quer os rendimentos que provieram dos factos que originaram as dívidas tributárias, quer quaisquer outros auferidos pelo autor “seriam para proveito comum do casal e para sustento de todo o agregado familiar, daí não ser de afastar a responsabilidade também da ré, cfr. art. 1691/1-c-d do CC”.

No caso, e seguindo o acórdão, estão em causa obrigações do autor e da ré que têm na sua fonte rendimentos auferidos pelo autor, “sendo de todo irrelevante, para o caso, que esses rendimentos provenham ou não da prática de actos ilícitos”. Acrescenta o tribunal que “o certo é que em relação às dívidas tributárias provenientes de IRS, o legislador criou um regime específico, que se afasta da lei civil. Em face do referido regime de responsabilidade fiscal em sede de IRS, é de todo irrelevante a prova de qualquer factualidade susceptível de elidir a presunção da comunicabilidade da dívida, constante das alíneas c) e d) do art. 1691 do CC”.

Ainda neste acórdão, o tribunal estabelece que, não tendo ficado provado que o IRS pago a mais pelo autor, e de que pretende receber metade da ré, fosse uma dívida proveniente de crime, “fica de todo afastada a hipótese de subsumir os factos à previsão do art. 1692-b do CC”.

Assim, o tribunal diz que o que resta é uma dívida de IRS por força do recebimento de rendimentos para o agregado familiar do autor e da ré, sendo que esses rendimentos eram apenas levados para o agregado familiar por força da atividade do autor.

Desta forma, está-se perante uma dívida de IRS “que onera os rendimentos obtidos pelo autor (é um imposto que nasce por força do recebimento deles), rendimentos que são bem comum do casal, por não se ter demonstrado nada que os enquadre em bens exceptuados da comunhão (art. 1724-b do CC). Logo é uma dívida comum (art. 1694/1 do CC)”. Acrescenta o acórdão que isto também resulta da parte final do n.º 2 do art. 1694.º do CC: se a dívida tiver como causa a percepção dos rendimentos dos bens e os rendimentos forem comuns, a dívida é comum. Assim, considera o tribunal que os rendimentos da actividade do autor são bens comuns e o IRS tem como causa a percepção desses rendimentos.

De qualquer modo, acrescenta o acórdão que, se não se considerar que se trata de uma dívida que “onera bem comum”, então sempre poderia ser uma dívida contraída na constância do matrimónio por um dos cônjuges para ocorrer aos encargos normais da vida familiar ou pelo

cônjuge administrador em proveito comum do casal e nos limites dos seus poderes de administração (art. 1692º, nº 1, al. b) e c) do CC), logo, seria igualmente uma dívida comum.

O acórdão acrescenta, por fim, que é esta última a construção que costuma ser feita, e passa a citar Cristina Araújo Dias “Pode ainda questionar-se se as dívidas relativas ao pagamento de um imposto ou de quotas inerentes ao exercício de uma profissão, de onde advêm os proveitos para a família, são da responsabilidade de ambos os cônjuges ou apenas do que exerce a profissão. Tal questão foi analisada por Augusto Lopes Cardoso a propósito do antigo imposto profissional [A administração dos bens..., págs. 228 e 229]. O pagamento de tal imposto, pressuposto necessário do exercício da profissão, anda a ele intimamente ligado. Por isso, a dívida não deve ter tratamento diferenciado daquelas que se contraem voluntariamente no exercício da profissão. Tal exercício cabe não só dentro dos limites dos poderes de administração de cada um dos cônjuges, e as respectivas dívidas podem considerar-se contraídas em proveito comum [art. 1691/1-c], como também se destina a ocorrer aos encargos normais da vida familiar [art. 1691/1-b], para os quais ambos os cônjuges devem concorrer (art. 1677). Logo, as dívidas contraídas em virtude de tal exercício devem ser comuns em todos os regimes de bens (Cristina M. Araújo Dias, Do regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges, Coimbra Editora, 2009, pág. 281, com vários desenvolvimentos)”.

No acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 15 de junho de 2016<sup>371</sup>, estava em causa uma situação em que a impugnante apresentou, conjuntamente com seu marido, a declaração de IRS do ano de 2002. Tendo em conta os elementos declarados, a administração tributária procedeu à liquidação, que deu depois direito ao reembolso no valor de €4.457,50. O marido estava a ser executado por dívidas de IVA, e o valor do crédito de IRS do ano 2002 foi aplicado/compensado oficiosamente pela administração tributária no processo de execução fiscal do marido, para regularização da dívida exequenda.

A impugnante deduziu impugnação, sendo que o tribunal lhe deu razão e determinou a anulação total do ato impugnado e a devolução da totalidade do reembolso no montante de €4.614,92 (que seria o valor do reembolso no caso de a impugnante ter optado por entregar a sua declaração de IRS autonomamente e como não casada). A administração tributária recorreu,

---

<sup>371</sup> Cfr. acórdão do STA de 15/6/2016, proc. nº 01538/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/8f21427c0676785180257fd5004bf639?OpenDocument&ExpandSection=1>

divergindo da sentença recorrida, na medida em que entende que a sentença padece de excesso de quantificação do valor a devolver à impugnante.

A impugnante alega também que, caso declarasse autonomamente os seus rendimentos, teria a receber o valor de 4.614,92 €, ao contrário do valor a reembolsar de 4.457,50€, constante da liquidação efectuada pela AT (emitida em função da declaração de IRS apresentada em conjunto pela impugnante e pelo seu marido).

Na sentença recorrida concluiu-se que, sendo o valor do reembolso um direito comum do casal, não poderia ser aplicado, por compensação, na totalidade, ao pagamento de dívidas fiscais da responsabilidade de apenas um dos cônjuges. Assim, determinou-se a anulação total do ato impugnado e a devolução da totalidade do reembolso no montante de 4.614,92 €.

Diz o Supremo Tribunal Administrativo que “(...) a única questão que vinha impugnada nestes autos cingia-se a saber se assistia à AT o direito a efectuar a compensação do crédito do reembolso de imposto sobre o rendimento com as dívidas em execução respeitantes exclusivamente ao declarante marido”.

Acrescenta o acórdão que “(...) não faz qualquer sentido, como bem alega a recorrente, que na sentença recorrida se ordene a devolução da quantia de 4.614,92 €, quer porque a sua devolução sempre exigiria a pré-existência de uma liquidação efectuada pela AT, de onde fosse possível concluir que tal montante era efectivamente devido ao contribuinte, quer porque não vem nunca posta em causa a obrigatoriedade de apresentação conjunta da declaração de rendimentos pelo casal e que é determinante para o apuramento do valor de reembolso efectivamente objecto de compensação”.

O STJ decidiu, assim, que o valor que deve ser objeto de devolução é apenas o de 4.457,50 €, “que é o único constante da matéria de facto levada ao probatório e, aliás, foi o valor atribuído pela impugnante a esta sua impugnação, pelo que, também se impõe concluir que o recurso deve proceder”.

Assim, e em suma, pode dizer-se que, se a impugnação da liquidação de IRS, deduzida por um dos cônjuges, for restrita à retenção do reembolso para compensação de dívida tributária da exclusiva responsabilidade do outro cônjuge, “o valor a devolver a título de reembolso é o constante da liquidação efectuada, em função da declaração conjunta apresentada, e não o montante superior a que a impugnante poderia ter direito se tivesse optado pela declaração autónoma dos seus rendimentos”.

No acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 26 de março de 2014<sup>372</sup>, estava em causa uma reclamação deduzida pelo cônjuge do devedor/executado com fundamento na ilegalidade do ato de compensação de créditos praticado pelo órgão de execução fiscal. Tal traduzia-se na amortização da dívida exequenda através de crédito de reembolso de IRS do ano 2012 devido ao casal.

A reclamante consubstanciou a ilegalidade desse ato no facto de não ser responsável pelo pagamento da dívida exequenda e de esse reembolso de IRS também lhe pertencer, por via da comunhão conjugal. Pediu, a final, que a administração tributária lhe devolvesse o seu quinhão, que é metade, no aludido crédito de reembolso.

O tribunal recorrido deu razão à reclamante e argumentou que o aludido crédito “não é do executado, antes pertencendo à realidade tributária que lhe está subjacente em sede de IRS e cuja titularidade é mista e a proporção é incerta, pelo que tal crédito não é suscetível de compensação”, acrescentado que “(...) tal crédito pertence aos sujeitos passivos, sem que, no entanto, se possa apurar a quota-parte de cada um por ser indivisível a realidade tributária subjacente que resulta dos diferentes componentes necessários para o cômputo do IRS”.

Este acórdão estabelece que é inquestionável que a dívida em causa no processo de execução fiscal é da exclusiva responsabilidade do cônjuge da Reclamante e que, face à entrega conjunta da declaração de IRS, nos termos do art. 13º do CIRS, o reembolso que por via dela foi apurado constitui um bem comum do casal.

No caso em apreço, entendeu o acórdão que a administração tributária não procedeu a qualquer penhora do reembolso, mas antes utilizou integralmente esse crédito, que resultou do apuramento do IRS do casal, em compensação da dívida exequenda. Diz o acórdão que a penhora e a compensação de créditos consubstanciam realidades com efeitos e regimes jurídicos totalmente diversos, explicando a diferença entre elas, acrescentando que “é neste enquadramento, da reciprocidade de créditos, que o art. 89º, nº 1, do CPPT impõe que a administração tributária proceda à compensação entre os seus créditos e aqueles de que, em relação a ela, o executado seja credor”.

Diz o tribunal que nada obstará a que, no caso vertente, a administração tributária compensasse a dívida em cobrança com um reembolso que fosse devido ao executado, mas que

---

<sup>372</sup> Cfr. acórdão do STA de 26/3/2014, proc. nº 0112/14, in <http://www.gde.mj.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/e414f3a65fcb9ef80257cb000557e4a?OpenDocument&ExpandSection=1>

somente a ele fosse devido, face à necessária reciprocidade dos créditos. Todavia, sublinha o tribunal que não é esse o caso.

Entende o acórdão que, como já analisado, o reembolso em causa integra o património comum do casal, “sendo que o outro cônjuge, a ora Recorrida, não é executada nem devedora, razão por que nem esta podia ser compelida a saldar a dívida exequenda, nem o crédito de que comunga podia ser objecto compensação, pois, como refere Jorge Lopes de Sousa (Código de Procedimento e do Processo Tributário, Anotado e Comentado, Áreas Editora, 5ª ed., vol. I, anot. ao artigo 89º, pág. 634.), «(...) não se pode admitir que ocorra privação coerciva de um direito de crédito, como sucede nos casos de compensação forçada previstos no art. 89º, sem que sejam concedidas ao afectado por ela todas as possibilidades de defesa que são concedidas à generalidade dos executados fiscais»”.

Entende o acórdão que, embora sendo um facto que o executado participa dessa comunhão patrimonial conjugal em que se integra o crédito, mas por isso mesmo é que é titular, tal como o seu cônjuge, de um direito único e uno sobre esse património, que não é divisível sequer em termos de quotas, ainda que ideais. Por isso, e seguindo o acórdão, quando no art. 1730º do CC se prescreve que os cônjuges participam por metade no activo e no passivo da comunhão, tem-se especialmente em vista fixar a quota parte a que cada um deles terá direito no momento da dissolução e partilha do património comum.

Explica o tribunal que, enquanto a penhora não produz um efeito ablativo da propriedade e terá de ser levantada no caso de ter recaído em bens que na sequência da separação fiquem a pertencer ao cônjuge não devedor, já a compensação determina, pela sua própria natureza, a extinção do crédito. Assim, conclui o tribunal que, “na impossibilidade quer de fraccionar o crédito quer de o radicar na exclusiva esfera jurídica do executado, impõe-se concluir pela inadmissibilidade legal da compensação, e, por conseguinte, pela ilegalidade do acto de compensação reclamado”.

O acórdão salvaguarda, porém, que isto não significa que a administração tributária não possa assegurar o pagamento da dívida exequenda através da meação do executado no património comum do casal. Acrescenta o tribunal que até o poderá fazer por meio daquele crédito “(...) visto que, estando embora impedida de compensar os créditos nos termos expostos, pode, contudo, proceder à penhora do crédito em causa e dar cumprimento ao que dispõe o art. 220º do CPPT, facultando, assim, ao cônjuge não devedor a salvaguarda da parte que lhe possa pertencer no



património comum, e que, com a compensação efectuada, ficou totalmente indefeso, ao arrepio do que manda a lei”.

O acórdão conclui que não há dúvida de que, não detendo a administração tributária qualquer crédito sobre a Recorrida, “não podia, ad libitum, extinguir uma dívida da exclusiva responsabilidade do executado através de um crédito integrante do acervo patrimonial comum do casal”. Assim, a ilegalidade deste acto determinaria a anulação total de ato e a devolução da totalidade do reembolso (contudo, sucede que a Reclamante se limitou a pedir a anulação parcial da compensação, isto é, a anulação circunscrita a metade do valor envolvido).

Após isto pode concluir-se que, nos termos do art. 13º, nº 2, do CIRS, existindo agregado familiar o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aqueles a quem incumbe a respetiva direção.

Assim, caso integrem o agregado cônjuges não separados de pessoas e bens e seja apresentada declaração conjunta, os pressupostos do facto tributário verificam-se em relação a ambos, o que os torna solidariamente responsáveis pela dívida de imposto, de acordo com o art. 21º, nº 1, da LGT. Essa responsabilidade solidária acontece independentemente da titularidade de cada parcela do rendimento englobado para efeitos de tributação<sup>373</sup>.

### **3.2. Em sede de IVA e IRC – dívidas provenientes do exercício do comércio de um dos cônjuges**

Já foi abordada neste trabalho a forma como a lei civil trata a responsabilidade dos cônjuges no que respeita a dívidas provenientes do exercício do comércio, assim como também já se abordou as críticas que podem ser feitas.

Cabe lembrar, aqui, que o Código Civil estabelece, no seu art. 1691º, nº 1, al. d), que são da responsabilidade de ambos os cônjuges “As dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio, salvo se se provar que não foram contraídas em proveito comum do casal ou se vigorar entre os cônjuges o regime de separação de bens”. Se quisermos aplicar este preceito às dívidas de impostos, temos necessariamente de referir o IVA e o IRC, que serão os impostos mais significativos no que às atividades de comércio diz respeito.

Diga-se que se tem entendido, assim, que as dívidas tributárias são da responsabilidade de ambos os cônjuges nos casos em que estão em causa atividades lucrativas, tendo em conta o

---

<sup>373</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 110.

exercício do comércio que essas atividades pressupõem e a presunção de proveito comum das dívidas contraídas nesse exercício, concluindo-se que será esse o caso, por exemplo, das dívidas relativas ao IVA e IRC<sup>374</sup>.

Pode concluir-se, então, que há suporte legal para afirmar que as dívidas de impostos que sejam contraídas em proveito comum do casal são, como todas as dívidas que sejam contraídas com essa finalidade, da responsabilidade de ambos os cônjuges, como decorre das als. b), c) e d) do n.º 1 do art. 1691.º do CC. Por força da al. d) é de presumir, também, que as dívidas de impostos derivados do exercício de actividade comercial são contraídas em proveito comum<sup>375</sup>.

Parece, assim, que para além da abordagem e das críticas que já realizamos neste trabalho, é adequado, agora, versar sobre a forma como a jurisprudência tem entendido este preceito do art. 1691.º, n.º 1, al. d), no que respeita às dívidas fiscais.

No acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 25 de maio de 2004<sup>376</sup>, o tribunal, depois de referir e citar o art. 1695.º, n.º 1, do CC, e o art. 1691.º, n.º 1, al. d), do CC, diz que, “como sustenta Augusto Lopes Cardoso (A Administração dos Bens do Casal, pag. 227 e seguintes) as dívidas de impostos, quer estes incidam sobre custos e determinados bens, quer sobre actividades lucrativas, são da responsabilidade de ambos os cônjuges”.

Prosseguindo, o acórdão refere ainda que, como o STA vem afirmando, “as dívidas de impostos emergentes de actividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na actividade comercial”, mencionando aqui os acórdãos do STA de 25/5/2004, proc. n.º 17923; de 12/11/1997, proc. n.º 21507; e de 15/10/2003, proc. n.º 1845/02.

Assim, conclui o acórdão que “quanto à dívida do IVA, vigorando entre os cônjuges o regime da comunhão de adquiridos e não tendo sido provado que não foi contraída em proveito comum do casal, é da responsabilidade de ambos, respondendo os bens do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer cônjuge”.

---

<sup>374</sup> Cfr. SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume II, Anotado e Comentado*, 6.ª edição, Lisboa, Áreas Editora, 2011, p. 206.

<sup>375</sup> Cfr. SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume III, Anotado e Comentado*, 6.ª edição, Lisboa, Áreas Editora, 2011, p. 606.

<sup>376</sup> Cfr. acórdão do STA de 25/5/2004, proc. n.º 0476/04, in <http://www.dgsi.pt/ista.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/98e6746168ea7b9a80256eb60034849f?OpenDocument&ExpandSection=1>

Deve sublinhar-se, do sumário deste acórdão, que “As dívidas de impostos, quer estes incidam sobre certos e determinados bens, quer sobre actividades lucrativas, são da responsabilidade de ambos os cônjuges”.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 15 de outubro de 2015<sup>377</sup>, diz-se que, como o processo de execução fiscal em causa, por dívidas de IVA do ano de 2003, foi autuado apenas contra o executado, só se pode imputar à embargante (que era seu cônjuge) responsabilidade pelo pagamento coercivo das mesmas “no pressuposto de que se mostre possível, seja viável, concluir pela existência de uma dívida susceptível, capaz, de responsabilizar ambos os cônjuges, a coberto do estatuído no artigo 1691.º, n.º 1 alínea d) do Código Civil”

Diz o tribunal que, além desta norma e dos casos que com ela se podem relacionar, “não haverá suporte legal para afirmar, em geral, a responsabilidade de ambos os cônjuges pelas dívidas tributárias da responsabilidade de um deles – cfr. Conselheiro Jorge Lopes de Sousa, in Código de Procedimento e de Processo Tributário Anotado, 4.ª Edição, Visilis Editores, página 956”.

O acórdão estabelece que, desta forma, e estando em causa dívidas tributárias contraídas em função e por motivo do exercício de comércio, por parte do então marido da embargante, “a responsabilidade do respectivo pagamento é de imputar a ambos, porque à data casados sob o regime de comunhão de adquiridos, salvo se a embargante provar que os visados débitos não foram assumidos em proveito conjunto do casal”.

Diz o tribunal que se deve tomar em conta que, nos termos do n.º 2 do artigo 1690º do CC, as dívidas contraídas pelos cônjuges têm a data do facto que lhes deu origem. No caso, porque foram entre 1988 e 2004, constata-se que a embargante estava casada com o executado, sob o regime de comunhão de adquiridos.

O acórdão prossegue e diz que as dívidas em causa, provenientes de impostos devidos pelo exercício de uma actividade comercial por parte do executado, na constância do matrimónio, “não podem deixar de se incluir no âmbito do disposto no artigo 1691.º, n.º 1, alínea d) do Código Civil”.

A decisão sublinha ainda o decidido no acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 12/1/2012, processo n.º 00647/11.0BEAVR: “A dívida de IVA é da responsabilidade de ambos

---

<sup>377</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 15/10/2015, proc. n.º 02600/09.4BEPRT, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/53b820a46f84ac8e80257f060051c684?OpenDocument>

os cônjuges, respondendo por tais dívidas, nos termos do artigo 1695.º, n.º 1 do Código Civil, os bens comuns do casal, e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges. A responsabilidade que a lei atribui a ambos os cônjuges só será de afastar, repete-se, se se provar que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal (ou se vigorasse entre os cônjuges o regime de separação de bens)”.

Diz o tribunal que, compulsada a petição inicial, se pode constatar que a embargante alegou factos tendentes a demonstrar que as dívidas de IVA em causa não foram contraídas em proveito comum do casal, nomeadamente que “(...) a embargante desconhece e nunca fez parte da actividade profissional ou comercial do executado; (...) nunca praticou qualquer acto de comércio próprio de comerciante (...)”<sup>378</sup>.

Das conclusões deste acórdão cumpre sublinhar o seguinte: “Estando-se em presença de dívidas tributárias contraídas em função e por motivo do exercício do comércio, por parte do, então, marido da recorrida, a responsabilidade do respectivo pagamento é de imputar a ambos, salvo se a recorrida provar que os visados débitos não foram assumidos em proveito conjunto do casal” e ainda “O apuramento do proveito comum traduz-se numa questão mista ou complexa, envolvendo uma questão de facto e outra de direito, sendo a primeira a de averiguar o destino dado ao dinheiro representado pela dívida e a segunda a de ajuizar sobre se, tendo em conta esse destino apurado, a dívida foi contraída em proveito comum, preenchendo o conceito legal”.

No acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 5 de novembro de 2014<sup>379</sup>, a recorrente considera que, pelo facto de a execução ter sido primitivamente instaurada contra o seu marido, e ser apenas ele quem figura como executado nos títulos executivos, e pelo facto de o imposto em cobrança ser relativo a IVA decorrente de operações onerosas realizadas apenas pelo executado, é patente a sua ilegitimidade, isto além de outros argumentos.

O tribunal, contudo, vem sublinhar que o STA tem referido em vários acórdãos que “as dívidas de impostos emergentes de actividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na actividade comercial”.

---

<sup>378</sup> Quanto a isto, o acórdão diz que, no tribunal recorrido, se entendeu não produzir a prova testemunhal requerida no articulado inicial, dizendo-se neste acórdão que se mostra imperioso descobrir se as dívidas referentes a IVA e juros compensatórios (do ano de 2003) foram ou não contraídas em proveito comum da embargante e do seu, à data, marido, havendo, agora, “um défice de natureza instrutória, que se repercute na decisão da matéria de facto”.

<sup>379</sup> Cfr. acórdão do STA de 5/11/2014, proc. n.º 0477/13, in <http://www.dgsi.pt/ista.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/fdf4bc68c0711a3780257d940052e391?OpenDocument&ExpandSection=1>

O acórdão prossegue e diz que está provado que, entre o executado e a recorrente (seu cônjuge), vigorava o regime de comunhão de adquiridos, e competia à recorrente ilidir a presunção legal de comunicabilidade das dívidas derivada do artigo 1691º, nº 1, al. d), do CC. Assim, o tribunal afirma que pouco importa para a sua responsabilização e chamamento à execução o facto de não figurar nos títulos executivos.

O acórdão explica, assim, que não havia necessidade de recorrer ao processo de reversão para efetivar a sua responsabilidade “pelo simples facto de não ser sucessora nem responsável subsidiário mas antes devedora originária solidária”, dizendo que bastava, assim, para o seu chamamento, a citação para a execução, pois a citação confere-lhe a qualidade de co executado com todos os direitos e deveres que tal posição processual comporta.

Cumprе sublinhar, do sumário deste acórdão, que “Tendo a dívida de IVA sido contraída no exercício do comércio pelo seu pagamento é também responsável o cônjuge do sujeito passivo”, e ainda que “As dívidas de impostos emergentes de actividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na actividade comercial”.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 29 de outubro de 2015<sup>380</sup>, a Recorrente alega que a sentença recorrida incorreu em erro de julgamento e que não é devedora do IVA exigido, existindo assim, no seu caso, uma ilegitimidade em relação à pessoa citada, o que determina a procedência da oposição à execução intentada, de acordo com a al. b) do nº 1 do art. 204º do CPPT.

O acórdão vem dizer que foi dado como provado (no que respeita a matéria de facto) que a execução fiscal corre por dívidas de IVA dos anos de 1995 a 1998, e que a execução deriva da atividade comercial do marido da Recorrente à data dos factos tributários. Afirma-se também que a Recorrente era casada com o executado em comunhão de bens adquiridos, tendo-se separado de pessoas e bens em 2000.

O acórdão prossegue e faz referência ao disposto no art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, que diz que são da responsabilidade de ambos os cônjuges as dívidas contraídas por qualquer um deles no exercício do comércio, e acrescenta ainda que o art. 21º, nº 1, da LGT, estabelece que quando os pressupostos do facto tributário se verificarem em relação a mais de uma pessoa, todas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida tributária.

---

<sup>380</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 29/10/2015, proc. nº 01269/04-Aveiro, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/4fd43dda56e8ff8b80257f140053c05f?OpenDocument>

Diz o tribunal que é jurisprudência uniforme do STA que as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio são da responsabilidade de ambos os cônjuges, estando isso espelhado no acórdão de 25 de maio de 2004, proc. n.º 0476/04, que tinha subjacente uma questão idêntica à dos autos e onde se referia que “Por outro lado, nos termos do art. 1691.º al. d) (...) as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio (...) são da responsabilidade de ambos os cônjuges”.

Refere ainda o acórdão que, “como sustenta Augusto Lopes Cardoso (A Administração dos Bens do Casal, pag. 227 e seguintes) as dívidas de impostos, quer estes incidam sobre custos e determinados bens, quer sobre actividades lucrativas, são da responsabilidade de ambos os cônjuges”.

O acórdão reafirma que o STA tem afirmado que as dívidas de impostos emergentes de actividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na actividade comercial, referindo alguns acórdãos nesse sentido.

Assim, e decidindo, diz o acórdão que “desde logo resulta que, quanto à dívida do IVA, vigorando entre os cônjuges o regime da comunhão de adquiridos e não tendo sido provado que não foi contraída em proveito comum do casal, é da responsabilidade de ambos, respondendo os bens do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer cônjuge”, pelo que “Não tendo a Recorrente alegado nem provado que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal, é parte legítima na execução fiscal”<sup>381</sup>.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 16 de novembro de 2017<sup>382</sup>, coloca-se a questão de saber se a sentença recorrida incorreu em erro de julgamento ao ter decidido que se considera ilidida a presunção legal de comunicabilidade das dívidas prevista no art. 1691.º, n.º 1, al. d), do CC.

O Recorrente invoca que a Oponente foi casada com o executado no regime de comunhão de adquiridos até à dissolução por divórcio, em 2003. Assim, diz que no período a que respeitam as dívidas, 2000 e 2001, a oponente encontrava-se casada com o executado, referindo

---

<sup>381</sup> No que respeita à questão de saber se a citação para a execução é nula, uma vez que a Recorrente não figura no título executivo nem foi notificada da liquidação subjacente, diz o acórdão, e fazendo menção a outros acórdãos do STA, que tendo a Recorrente sido chamada à execução fiscal na qualidade de co executada, “estamos perante uma dívida da responsabilidade de ambos os cônjuges, apesar de o título ser extraído apenas em nome do marido”, pois “a dívida contraída no exercício do comércio é da responsabilidade de ambos os cônjuges, a menos que se prove que não foi contraída no proveito comum do casal ou se vigorar entre os cônjuges o regime da separação de bens”. Acrescenta o tribunal que “também não tinha que ser notificada da liquidação subjacente, sendo certo que quem era sujeito passivo de IVA era ao ex-marido e que este foi notificado da liquidação como consta da matéria dada como assente”.

<sup>382</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 16/11/2017, proc. n.º 997/09.5BESNT, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/CE06CDC3C073FA00802581DF00389C77>

que a al. d) do n.º 1 do art. 1691.º do CC afirma que as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio são da responsabilidade de ambos os cônjuges.

Assim, diz que “Perante a presunção legal do proveito comum, não basta a extinção do casamento por divórcio, para afastar desde logo a responsabilidade da Oponente, seria necessário que resultasse provado, pela oponente, ora recorrida, que a actividade exercida pelo executado donde emergem as dívidas de IVA, não foram exercidas em proveito comum do casal, o que não aconteceu, no caso em apreço. Ora não resultando esse facto da factualidade dada, cremos, com a ressalva do devido respeito que a sentença recorrida errou ao dar procedência à oposição, com fundamento na ilegitimidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 204.º do CPPT”.

Explica o acórdão, citando o art. 1691.º, n.º 1, al. d), do CC, que “dúvidas não restam que as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio, são da responsabilidade de ambos os cônjuges (...)” prosseguindo a afirmar que “Assim, a responsabilidade que a lei atribui a ambos os cônjuges só é de afastar, repete-se, se se provar que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal (ou se vigora entre os cônjuges o regime de separação de bens)”, pois existe uma presunção legal do proveito comum que pode ser ilidida, caso se prove que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal.

Diz ainda o acórdão, afirmando logo que não assiste razão à recorrente, que, ao contrário do que esta alega, não foi pela extinção do casamento por divórcio que se afastou a responsabilidade da oponente mas “Foi precisamente porque da factualidade provada nos autos (...) o Tribunal a quo entendeu que a Oponente logrou elidir tal presunção (...)”

Assim, pode concluir-se que não foi pela extinção do casamento por divórcio que se afastou a responsabilidade da oponente. Foi precisamente porque, da factualidade provada nos autos, se entendeu que a Oponente logrou ilidir tal presunção, ou seja, convenceu o tribunal que a dívida contraída pelo seu ex-cônjuge no exercício do comércio não foi contraída em proveito comum do casal.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 15 de outubro de 2015<sup>383</sup>, já referido neste trabalho a propósito das dívidas de IRS, a Recorrente alega que não consta do título executivo e nunca exerceu atividade sujeita a IVA, pelo que, por esse motivo, não poderá ser

---

<sup>383</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 15/10/2015, proc. n.º 00615/04.8BECBR, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/a5359f9bfc36413980257f0600397b13?OpenDocument>

responsabilizada pela dívida exequenda. Tal fundamento é motivo de oposição à execução fiscal, subsumível à previsão da al. b) do n.º 1 do art. 204.º do CPPT.

Contudo, o acórdão diz que, citando Jorge Lopes de Sousa, “(...)a ilegitimidade da pessoa citada por não figurar o título e não ser responsável pelo pagamento da dívida, tem em vista os casos em que há reversão contra responsáveis subsidiários ou em que a execução é dirigida contra responsáveis solidários”.

Assim, o tribunal vem dizer que, tendo a Recorrente sido chamada à execução fiscal na qualidade de co executada, por estarmos perante uma dívida da responsabilidade de ambos os cônjuges, apesar de o título ser extraído apenas em nome do marido, e sendo a dívida contraída no âmbito do comércio, “é da responsabilidade de ambos os cônjuges, a menos que se prove que não foi contraída no proveito comum do casal ou se vigorar entre os cônjuges o regime da separação de bens”.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 10 de julho de 2015<sup>384</sup>, diz-se que a distinção fundamental em matéria de dívidas dos cônjuges separa as dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges daquelas que apenas responsabilizam um dos cônjuges, referindo-se as normas do Código Civil aplicáveis.

Diz-se também que “a determinação da eventual responsabilidade dos cônjuges deve aferir-se pela data do facto que deu origem às dívidas pelos mesmos contraídas (cfr.art.º.1690, n.º.2, do C.Civil; Antunes Varela, Direito da Família, Livraria Petrony, 1987, pág.383; ac.T.T.2.ª.Instância, 18/6/86, C.T.F.334-336, pág.469 e seg.)”.

O acórdão diz que a recorrente e o executado, seu marido, se encontravam casados segundo o regime de comunhão de adquiridos na data em que se constituiu a dívida exequenda.

Depois de versar sobre os bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges, o tribunal diz que “Nos termos do disposto no art.º.1691, n.º.1, al.d), do C.Civil, são da responsabilidade de ambos os cônjuges as dívidas contraídas por qualquer um deles no exercício do comércio, a menos que se prove que não foram contraídas em proveito comum do casal, ou se vigorar entre ambos o regime de separação de bens. Com estes pressupostos, não pode proceder a oposição deduzida pelo cônjuge daquele que consta do título executivo como devedor e que foi citado como co-

---

<sup>384</sup> Cfr. acórdão do TCAS de 10/7/2015, proc. n.º 08736/15, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/4349e49df6a8319380257e88002b6874?OpenDocument>



executado se o fundamento na sua invocada ilegitimidade consiste em não constar do título executivo”.

O tribunal concluiu que o recorrente não produziu prova no sentido de demonstrar que a dívida exequenda não foi contraída em proveito comum do casal, “sendo que a sua eventual ilegitimidade somente se poderia basear nesse vector, atento o regime de bens existente no casamento, que não no facto de não figurar no título executivo”.

No acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 12 de janeiro de 2012<sup>385</sup>, foi invocado erro de julgamento da sentença recorrida ao ter decidido que era aplicável ao caso o disposto no art. 1691º, nº 1, al. d), do CC.

A Recorrente vem defender que, ao contrário do decidido pelo tribunal recorrido, no caso em concreto não tem aplicação o disposto no art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, uma vez que na génese de toda a dívida da execução está a liquidação adicional de IVA referente aos anos de 2002 a 2004, ao seu ex-marido, “em resultado de uma actividade ilícita - fraude fiscal”.

A Recorrente alega ainda que “foi a suposta utilização destas “facturas falsas” por parte do executado (...) na sua contabilidade, que deram lugar ao apuramento do imposto liquidado, e não existe outra causa ou qualquer outro motivo”. Assim, defende que a dívida exequenda não lhe é comunicável, pelo que não podiam os seus bens próprios ser penhorados para responder por uma dívida de terceiro.

O tribunal acrescenta que decorre da matéria de facto assente que as dívidas em cobrança coerciva respeitam a liquidações adicionais de IVA resultantes do exercício da actividade comercial do executado, sendo que as dívidas foram contraídas na constância do matrimónio com a Recorrente e o matrimónio só foi dissolvido posteriormente.

Vem o acórdão, depois, citar o art. 1691º, nº 1, al. d), do CC, e referir também o art. 1695º, nº 1, do CC, que afirma que pelas dívidas que são da responsabilidade de ambos os cônjuges respondem os bens comuns do casal, e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges.

Assim, sublinha o tribunal que tal significa que “as dívidas de impostos emergentes de actividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na actividade comercial”, dizendo que tal resulta já de diversos acórdãos.

---

<sup>385</sup> Cfr. acórdão do TCAN de 12/1/2012, proc. nº 00647/11.0BEAVR, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/fb8533957ce95a1b80257989003501fb?OpenDocument>

Acrescenta este acórdão que o acórdão do STA de 15/10/03, proferido no processo nº 1845/02, se pronunciou no mesmo sentido, afirmando que “As dívidas tributárias são da responsabilidade de ambos os cônjuges, nos casos em que estão em causa actividades lucrativas, atento o exercício do comércio que essas actividades pressupõem e pela presunção de proveito comum das dívidas contraídas nesse exercício”.

O tribunal prossegue e diz que “De resto, no que respeita aos impostos incidentes sobre actividades lucrativas, diversos autores têm defendido a responsabilidade de ambos os cônjuges (R. Carvalho e F. Pardal, Código de Processo das Contribuições e Impostos, Anotado e Comentado, p. 204, Baptista Lopes, A Penhora, p. 117, L. Araújo, Processo de Execução Fiscal, p. 293 e Lopes Cardoso, em Administração dos Bens do casal, pp. 227 e segs.), justificada pelo exercício do comércio que as referidas actividades pressupõem e pela presunção de proveito comum das dívidas contraídas no seu curso”.

O acórdão diz que, no caso em apreço, as dívidas exequendas respeitam a IVA devido em resultado da actividade comercial do sujeito passivo (ex-marido da Recorrente) e que tais dívidas são relativas a período de imposto anterior à dissolução do matrimónio, sendo que vigorava entre os cônjuges o regime da comunhão de adquiridos.

Assim, estabelece o tribunal que “(...)há que concluir, nos termos das disposições legais citadas, que as dívidas em causa são da responsabilidade de ambos os cônjuges, respondendo por elas os bens do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer um deles. Só assim não seria se se tivesse provado que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal”.

O acórdão socorre-se do decidido numa situação idêntica, e no mesmo sentido, pelo TCAN, no seu acórdão de 13/11/08, proc. nº 00470/05.0BEBRG, por nós tratado neste trabalho, e nos termos do qual se decidiu que “tendo-se apurado que os processos de execução fiscal (...), por dívidas de IVA e juros compensatórios dos anos de 1997, 1998 e 1999, foram autuados, apenas, contra o executado, em sintonia com o supra expendido, só podemos, legal e legitimamente, imputar à executada responsabilidade pelo pagamento coercivo das mesmas no pressuposto de que se mostre possível, seja viável, concluir pela existência de uma dívida susceptível, capaz, de responsabilizar ambos os cônjuges, a coberto do estatuído no art. 1691.º n.º 1 al. d) Cód. Civil (...) Noutros termos, estando-se em presença de dívidas tributárias contraídas em função e por motivo do exercício, por parte do, então, marido da Rte, da indústria/comércio de construção civil, a responsabilidade do respectivo pagamento é de imputar a ambos, salvo se

a executada provar que os visados débitos não foram assumidos em proveito conjunto do casal. Descartada a hipótese, nunca aventada, de entre os cônjuges ter vigorado o regime matrimonial da separação de bens”.

O acórdão acrescenta que a Recorrente não está correta ao alegar que se trata de uma dívida proveniente de um crime e, assim, nos termos previstos no art. 1692º, al. b), do CC, é uma dívida da exclusiva responsabilidade do cônjuge a que respeita.

Diz o tribunal que a dívida exequenda, contrário do que defende a Recorrente, não é proveniente de um crime de fraude fiscal: a dívida exequenda foi liquidada pela administração tributária, no uso das suas competências legais de liquidação de impostos.

Assim, diz o acórdão que “(...) afastada que está, em definitivo, a possibilidade de a dívida em causa ser considerada como proveniente de crime, cai por terra a argumentação da Recorrente no sentido de que tais dívidas não admitem a prova de que contribuíram ou puderam ter contribuído para o proveito comum do casal”.

O acórdão, sublinhando que a Recorrente não tem razão, diz que as dívidas em causa, provenientes de impostos devidos pelo exercício de uma actividade comercial exercida pelo executado, na constância do matrimónio, “não podem deixar de se incluir no âmbito do disposto no artigo 1691º, nº 1, al. d) do CC. Como tal, a responsabilidade que a lei atribui a ambos os cônjuges só seria de afastar, repete-se, se se provasse que as dívidas não foram contraídas em proveito comum do casal (ou se vigorasse entre os cônjuges o regime de separação de bens)”.

O tribunal diz que a Recorrente, entendendo que as dívidas são provenientes de crime e não se podem considerar contraídas em proveito comum do casal, “acabou por não alegar (e provar) factos que permitissem retirar a conclusão de que, no caso, as dívidas exequendas não foram contraídas em proveito de ambos os cônjuges”. Assim, “a Recorrente não ilidiu, como lhe competia, a presunção de proveito comum a que se refere o artigo 1691º, alínea d) do CC”.

Conclui o acórdão que “(...) no caso, a dívida de IVA é da responsabilidade de ambos os cônjuges, respondendo por tais dívidas, nos termos do artigo 1695º, nº 1 do CC, os bens comuns do casal, e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges.

Diz ainda o tribunal que a Recorrente “é também responsável pela dívida exequenda, sendo irrelevante que os bens em causa tenham sido adquiridos e registados após a dissolução do casamento, porquanto os seus bens próprios respondem também pela mencionada dívida”, referindo-se ao acórdão do TCAN, de 24/09/09, referido neste acórdão.

No acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de dezembro de 1999<sup>386</sup>, o tribunal começa por sublinhar que os réus casaram no regime de separação de bens e que a dívida em causa, respeitante ao pagamento de IVA, foi contraída pelo réu marido no exercício do comércio a que então se dedicava. Ficou ainda provado que o casal retirou proveitos dessa atividade para fazer face aos encargos normais da vida familiar.

O acórdão reafirma que, tratando-se de dívida contraída pelo cônjuge marido no exercício do comércio, “resulta da al. d) do n. 1 do art. 1691 Cód. Civil que ela seria da responsabilidade de ambos os cônjuges, salvo se se provasse que não tinha sido contraída em proveito comum do casal ou se vigorasse entre os cônjuges o regime da separação de bens”.

Diz o acórdão que, no caso em análise, vigorava entre os cônjuges o regime da separação de bens, pelo que tal regime excluía, em princípio, a comunicabilidade da dívida e, dessa forma, afastava a responsabilidade da ré mulher pelo seu pagamento.

Assim, e ainda que se tivesse demonstrado, como sucedeu, que da actividade comercial do réu marido o casal havia retirado proveito para fazer face aos encargos normais da vida familiar, “nem por isso essa circunstância poderia afectar, excluindo-a, a natureza incomunicável da dívida”.

O acórdão salienta que é esse “o entendimento perfilhado por Augusto Lopes Cardoso (in “Temas de Direito da Família”, pág. 191) quando refere, ao analisar a situação de os cônjuges estarem casados no regime da separação de bens, e de um deles, no exercício do comércio, haver contraído uma dívida, “que a lei não admite que se possa discutir se o outro cônjuge é ou não responsável por uma dívida que diz respeito a um património separado e autonomizado, o estabelecimento comercial do cônjuge comerciante”. E conclui que, verificado o circunstancialismo aludido, “não há hipótese de proveito comum do casal, nem que o casal viva desse estabelecimento, o que não deixa de ser excessivo”.

Acrescenta o tribunal que a mesma orientação “parece ser assumida também pelos Profs. P. Lima e A. Varela (in “Cód. Civil Anot.”, vol. 4, pág. 331, 2 ed. revista e actualizada) quando escrevem que a actividade comercial exercida por qualquer dos cônjuges, casado no regime de separação, não aproveita forçosamente ao outro, nem legalmente (ex vi legis) responsabiliza os seus bens”.

---

<sup>386</sup> Cfr. acórdão do STJ de 16/12/1999, proc. n.º 99B737, in <http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/d7a74fb94b7d371c80256be40054f7bf?OpenDocument>

Assim, o acórdão conclui que a prova produzida a respeito do proveito comum do casal “é inteiramente indiferente para o fim tido em vista, isto é, para podermos responsabilizar a ré mulher pelo pagamento da dívida em questão. Tal dívida é necessariamente comunicável e a ré mulher não pode ser responsabilizada pelo seu pagamento”.

No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 7 de fevereiro de 2008<sup>387</sup>, diz o tribunal, depois de referir e citar o art 1691º, nº 1, al. d), do CC, que esta norma consagra a presunção de que a dívida contraída por um dos cônjuges no exercício do comércio aproveita a ambos os cônjuges, concluindo que “Caberá ao outro cônjuge ilidir a referida presunção (artigos 344º nº 1 e 350º do Código Civil)”.

Acrescenta o tribunal que, nos termos do nº 1 do art. 1789º do CC, os efeitos do divórcio retrotraem-se à data da propositura da ação quanto às relações patrimoniais entre os cônjuges.

Assim, vem o acórdão dizer que “(...) provando-se que as dívidas fiscais em causa (IVA) se referiam a actividade comercial realizada pela Requerida antes da propositura da acção de divórcio, cabia ao Requerente provar que as referidas dívidas fiscais não haviam sido contraídas em proveito comum do casal, mais precisamente, em proveito dele, Requerente”.

Diz o tribunal que o Requerente não ofereceu qualquer prova nesse sentido, o que deveria ter feito aquando da impugnação do crédito, pelo que o tribunal a quo se limitou a constatar que o Requerente não havia logrado demonstrar a não ocorrência do proveito comum presumido pelo legislador, decidindo em conformidade, ou seja, “a inclusão da referida despesa, suportada integralmente pela Requerida já após o divórcio, como crédito desta, na parte que excede a respectiva responsabilidade, que incide sobre o património comum, ou melhor, sobre a meação do Requerente no património comum (artigos 1689º e 1697º nº 1 do Código Civil)”.

Retira-se do sumário deste acórdão que se deve considerar-se como comum “dívida fiscal (IVA) emergente de actividade comercial exercida por um dos cônjuges antes da data da propositura da acção de divórcio litigioso que conduziu à dissolução do matrimónio, na medida em que não tenha sido ilidida a presunção de que tal dívida foi contraída em proveito comum do casal”, e ainda que, se a referida dívida for integralmente paga por um dos ex-cônjuges após o decretamento do divórcio, “no subsequente inventário para separação das meações deve ser

---

<sup>387</sup> Cfr. acórdão do TRL de 7/2/2008, proc. nº 10627/2007-2, in <http://www.dgsi.pt/itrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/88575d45c114569a8025740500631a9a?OpenDocument>

admitida a inclusão dessa despesa como crédito daquele, que incidirá, na parte que exceda a sua responsabilidade, sobre a meação do outro ex-cônjuge”.

Cabe agora, para além das críticas e da análise da jurisprudência que já realizamos neste trabalho, fazer mais uma reflexão centrada nas dívidas de IVA.

Cabe lembrar que a dívida de IVA será, em princípio, uma dívida do próprio comerciante. Este é o sujeito passivo da obrigação de imposto, pois é ele quem tem de proceder à entrega do imposto nos cofres do Estado, e é também o contribuinte, pois é o seu património que é legalmente onerado com este pagamento<sup>388</sup>.

Pode existir a ideia de que o contribuinte é o consumidor final, uma vez que é ele quem suporta a carga fiscal do imposto pela inclusão do valor correspondente ao IVA no preço dos bens ou serviços que adquire. O comerciante seria, assim, um “cobrador” do imposto, cujo montante teria de entregar ao Estado. É verdade que a lei pretende que assim aconteça – que o IVA seja um imposto sobre o consumo – onerando apenas aqueles que, com essa finalidade de consumo, adquiram bens ou serviços. É verdade, ademais, que a lei visa estimular a repercussão do imposto, por exemplo quando impõe a discriminação do IVA na fatura ou em documento equivalente. Contudo, é importante salientar que este fenómeno de repercussão é económico e não jurídico<sup>389</sup>. Esta repercussão para o consumidor final só acontecerá na medida em que o sujeito passivo consiga um preço de venda que permita a transmissão para o adquirente do imposto pago nas suas aquisições e do correspondente ao valor por si acrescentado<sup>390</sup>.

Assim, e é isto que mais importa salientar, aquele que tem uma dívida de IVA terá uma dívida “própria” e não estará a cumprir, ainda que em nome próprio, uma obrigação alheia, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a substituição tributária (em que o comerciante deve ao Estado as retenções na fonte alegadamente feitas aos salários dos seus trabalhadores)<sup>391</sup>.

Sendo a dívida de IVA contraída no exercício do comércio, como decorrência normal do exercício dessa atividade, por um dos cônjuges, essa será, segundo a lei civil, uma dívida da responsabilidade de ambos os cônjuges se casados num regime de comunhão, como já se viu, embora, e saliente-se isto, a lei fiscal nada preveja a este respeito.

---

<sup>388</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 111.

<sup>389</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre o fenómeno da repercussão no IVA, ANTUNES, Bruno Botelho, *Da Repercussão Fiscal no IVA*, Coimbra, Almedina, 2008.

<sup>390</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 111.

<sup>391</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 111.

### **3.3. Em sede de IVA e IRC – a reversão de dívidas da sociedade contra o(s) seu(s) gerentes e administradores e a comunicabilidade**

É importante começar por referir que, quando se verifica uma dívida de uma sociedade e termina o prazo de pagamento voluntário dessa dívida, é instaurado um processo de execução fiscal contra a sociedade que visa a cobrança coerciva da dívida.

Cumprе salientar, contudo, o seguinte: se no âmbito desse processo de execução fiscal se concluir que a sociedade não tem bens suficientes para a satisfação integral da prestação tributária, então esse processo de execução fiscal irá reverter, em princípio, contra o responsável tributário subsidiário, de acordo com o art. 23º, nº 1, da LGT (“a responsabilidade subsidiária efectiva-se por reversão do processo de execução fiscal”)<sup>392</sup>.

Já se falou neste trabalho, a propósito da relação jurídica tributária, de responsabilidade subsidiária, sendo que um dos casos em que a lei prevê responsabilidade subsidiária é o dos administradores, diretores, gerentes e outras pessoas que exerçam, ainda que apenas de facto, funções de administração ou gestão, incluindo membros dos órgãos de fiscalização, revisores oficiais de contas e técnicos oficiais de contas, que são subsidiariamente responsáveis, em relação à sociedade, se o seu património for insuficiente, de acordo com o art. 24º da LGT.

Desta forma, o gerente, diretor ou administrador, enquanto responsável subsidiário, será chamado a responder pela dívida tributária da sociedade já na fase de execução fiscal e apenas nesta. Como consequência disso, o seu cônjuge também poderá, eventualmente, ser chamado nessa fase.

A questão que se pode discutir é a de saber se a execução poderá prosseguir contra o gerente ou administrador e o seu cônjuge, se se entender que a dívida é da responsabilidade de ambos, ou se a execução apenas poderá prosseguir contra o gerente ou administrador, entendendo-se que se trata de uma dívida tributária da sua exclusiva responsabilidade.

Assim, importa saber se a dívida tributária da sociedade pela qual o gerente ou administrador é responsabilizado (em sede de reversão do processo de execução fiscal), com fundamento na especial função que exerce na sociedade e pela prática de um facto próprio, pode ser comunicável ao seu cônjuge de acordo com o regime do Código Civil.

---

<sup>392</sup> Acrescente-se que o nº 2 do art. 23º da LGT e o nº 2 do art. 153º do CPPT estabelecem a exigência de fundada insuficiência dos bens do devedor principal para que a reversão contra o devedor subsidiário se possa efetivar.

É importante tornar claro, desde já, que estas dívidas aqui referidas não resultam do exercício do comércio pelo gerente ou administrador, uma vez que, neste caso, estes apenas praticam atos por conta e em representação da sociedade, que é quem exerce o comércio. Assim, não se poderá presumir que essas dívidas foram contraídas em proveito comum do casal, não se podendo enquadrar na previsão do art. 1691º, nº 1, al. d), do CC.

Pode dizer-se, a este respeito, que a doutrina e a jurisprudência, na sua maioria, têm considerado que as dívidas tributárias pelas quais o gerente ou administrador é responsabilizado em sede de reversão do processo de execução fiscal (inicialmente instaurado contra a sociedade) têm a sua origem em responsabilidade civil extracontratual<sup>393</sup>, e, assim, essas dívidas serão da exclusiva responsabilidade do cônjuge que é gerente ou administrador porque respeitam a indemnizações por facto imputável a cada um dos cônjuges<sup>394</sup>. Deve entender-se, por isso, que tais dívidas se enquadrarão na al. b) do art. 1692º do CC.

Não se deve, porém, deixar de ter em atenção que a al. b) do art. 1692º do CC remete para os nº 1 ou 2 do artigo 1691º do CC se o facto, ainda que praticado apenas pelo cônjuge gerente ou administrador, implicar responsabilidade meramente civil e se enquadrar numa das situações previstas no último preceito.

Assim, um dos motivos que poderá levar à comunicabilidade da dívida tributária ao cônjuge do gerente ou administrador está relacionado com o facto de este exercer profissionalmente essa atividade de forma remunerada. Tendo isto em conta, a remuneração que resulta da sua atividade profissional poderá beneficiar o património comum do casal e, por isso, a dívida pode ter sido contraída em proveito comum do casal, nos termos do art. 1691º, nº 1, al. c), do CC. Assim, e mesmo que o facto tenha sido praticado apenas pelo cônjuge gerente ou administrador, se este implicar responsabilidade meramente civil e for abrangido pela al. c) do nº 1 do art. 1691º do CC, então responsabilizará ambos os cônjuges. Estando em causa uma dívida

---

<sup>393</sup> Cfr. MORGADO, Abílio, *Responsabilidade Tributária: Ensaio sobre o regime do Artigo 24.º da Lei Geral Tributária*, in “Ciência e Técnica Fiscal”, nº 415, 2005, p. 79. Cfr. também o acórdão do TCA Sul de 1/3/2011, proc. nº 03337/09, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/afdc50927ef0e1c88025784900591909?OpenDocument>, no qual se defendeu que “a responsabilidade do gerente pela violação das normas que impõem o cumprimento da obrigação fiscal radica no instituto da responsabilidade por facto ilícito assente em culpa funcional, isto é, em responsabilidade extracontratual”.

<sup>394</sup> Cfr. os acórdãos do STA de 16/11/2011, proc. nº 0518/11, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/70096ea80dfb13c4802579510042ba85?OpenDocument&ExpandSection=1>, e de 09/5/2012, proc. nº 0224/12, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c064bfe1a3c64eb080257a00003e73ac?OpenDocument&Highlight=0,responsabilidade.do.cônjuge>. Quanto à doutrina, veja-se SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e de Processo Tributário – Anotado e Comentado*, Vol. III, op. cit., pp. 605 e 606, e FERREIRA, Vânia Guedes, *A incomunicabilidade da dívida do responsável tributário subsidiário ao seu cônjuge*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2012, p. 44.



comum, devem responder em primeiro lugar os bens comuns e, na falta ou insuficiência destes, responderão solidariamente os bens próprios de qualquer um dos cônjuges<sup>395 396</sup>.

Saliente-se aqui, porém, que o proveito comum não se presume, pelo que caberia sempre à administração tributária provar que a dívida foi contraída em proveito comum do casal.

Existe outra parte da doutrina que entende que a responsabilidade tributária subsidiária do gerente ou administrador se aproxima do instituto da fiança legal<sup>397</sup>.

Desta perspetiva, já não se poderá considerar que a dívida estará abrangida pela previsão da al. b) do art. 1692º do CC, dado que o gerente ou administrador não está obrigado ao pagamento de uma indemnização, mas antes ao pagamento de uma dívida de outrem como verdadeiro garante pessoal, devido às funções que exerce na sociedade e que lhe permitem influenciar o comportamento da sociedade<sup>398</sup>.

Contudo, e mesmo que a natureza jurídica da dívida tributária seja semelhante à da fiança legal, a dívida tributária, em princípio, seria da responsabilidade exclusiva do gerente ou administrador e, por isso, não comunicável ao seu cônjuge. Estar-se-ia perante uma garantia pessoal e, como tal, apenas ele estaria obrigado ao pagamento da dívida.

Existe ainda uma terceira possibilidade quanto à natureza jurídica da responsabilidade subsidiária, que consiste em considerar a responsabilidade tributária subsidiária dos gerentes ou administradores enquanto figura própria e autónoma do Direito Fiscal<sup>399</sup>.

Considerando que se trata de uma figura *sui generis*, diga-se que, ainda assim, as dívidas tributárias pelas quais é responsabilizado o gerente ou administrador da sociedade serão da sua exclusiva responsabilidade.

Saliente-se que, apesar de responder por uma dívida que não é sua, o gerente ou administrador é responsabilizado porque relativamente a ele se verificaram os pressupostos de responsabilidade, nomeadamente a prática de um facto próprio, ilícito e culposos. A culpa apenas

---

<sup>395</sup> Cfr. FERREIRA, Vânia Guedes, *A incomunicabilidade da dívida do responsável tributário subsidiário ao seu cônjuge*, op. cit., pp. 44 e 45.

<sup>396</sup> A propósito da al. b) do art. 1692º do CC, Pereira Coelho e Guilherme Oliveira alertam para o facto de nos casos de responsabilidade exclusiva de um dos cônjuges ficar em aberto "a possibilidade de uma acção de enriquecimento sem causa no caso de a comunhão ter beneficiado da respectiva actividade" – cfr. COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 421 e 422.

<sup>397</sup> Cfr. CASIMIRO, Sofia de Vasconcelos, *A Responsabilidade dos Gerentes, Administradores e Directores pelas Dívidas Tributárias das Sociedades Comerciais*, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 160 e 161, e CAMPOS, Diogo Leite de, e CAMPOS, Mónica Horta Neves Leite, *Direito Tributário*, op. cit., pp. 348 e 349;

<sup>398</sup> Cfr. FERREIRA, Vânia Guedes, *A incomunicabilidade da dívida do responsável tributário subsidiário ao seu cônjuge*, op. cit., p. 45.

<sup>399</sup> Cfr. CUNHA, Tânia Meireles da, *Da Responsabilidade dos Gestores da Sociedade perante Credores Sociais: a culpa nas responsabilidades civil e tributária*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 176 ss; PANZINA, Pedro, *A Responsabilidade Subsidiária Tributária*, in "Revista Fiscal", Maio 2007, pp. 17 e 18; MARTINS, António Carvalho, *Responsabilidade dos Administradores ou Gerentes por Dívidas de Impostos*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p. 83.

é suscetível de um juízo individual e apenas implica responsabilidade para aquele que agiu de forma censurável e violou normas legais destinadas a proteger o interesse de terceiros. Desta forma, só ele poderá ser responsabilizado pelo seu comportamento ilícito, e, em princípio, este seu comportamento não poderá implicar consequências para o seu cônjuge<sup>400</sup>.

Se se considerar que esta responsabilidade, do art. 24º, nº 1, da LGT, cria uma obrigação de pagamento de uma dívida de outrem, embora por facto próprio, e não uma obrigação de indemnizar, então não se devem enquadrar estas dívidas no âmbito da al. b) do art. 1692º do CC. Assim, e se se considerar isso, deve enquadrar-se a dívida na regra geral que afirma que as dívidas contraídas por um dos cônjuges sem o consentimento do outro são da sua exclusiva responsabilidade (art. 1692º, al. a), do CC)<sup>401</sup>.

O mais importante a retirar daqui é que, independentemente da tese que se defenda relativamente à natureza jurídica do instituto da responsabilidade tributária subsidiária dos gerentes e administradores, por regra, as dívidas tributárias pelas quais são responsáveis os gerentes e administradores, em virtude da reversão do processo de execução fiscal, não são comunicáveis ao seu cônjuge, uma vez que são dívidas alheias ao agregado familiar, enquanto unidade fiscal. O que será diferente é o fundamento para não haver comunicabilidade.

Assim, sendo a dívida tributária da exclusiva responsabilidade do gerente ou administrador, a execução deverá reverter apenas contra si, e apenas poderão responder pela dívida os seus bens próprios (e só subsidiariamente a sua meação nos bens comuns).

Acrescente-se ainda que, de acordo com o art. 220º do CPPT, mesmo sendo a dívida da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, a penhora pode incidir imediatamente sobre os bens comuns, pelo que o outro cônjuge deve ser citado para, querendo, requerer a separação judicial de bens.

Se a penhora incidir sobre bens imóveis ou bens móveis sujeitos a registo, o outro cônjuge deve ser citado ao abrigo do art. 239º do CC, adquirindo, dessa forma, o estatuto processual de co executado para defesa dos seus direitos.

---

<sup>400</sup> Cfr. FERREIRA, Vânia Guedes, *A incomunicabilidade da dívida do responsável tributário subsidiário ao seu cônjuge*, op. cit., p. 46.

<sup>401</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 46.

No que respeita à jurisprudência, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 16 de novembro de 2011<sup>402</sup> diz que, respeitando as dívidas exequendas a dívidas de IVA e IRC da sociedade originária devedora, que foram objeto de reversão contra o cônjuge da ali requerente, “tais dívidas não são da responsabilidade de ambos os cônjuges, antes dívidas da responsabilidade exclusiva do cônjuge marido, porque respeitantes a indemnizações por facto imputável a cada um dos cônjuges (cfr. a alínea b) do artigo 1692.º do Código Civil e JORGE LOPES DE SOUSA, Código de Procedimento e de Processo Tributário Anotado e Comentado, II volume, 5.ª ed., Lisboa, Áreas Editora, 2007, pp. 450/451 – nota 3 ao artigo 220.º do CPPT”.

Assim, pode concluir-se deste acórdão, na parte que é para aqui relevante, que as dívidas que reverteram para um dos cônjuges, como responsável subsidiário por dívidas da sociedade originariamente devedora, não serão da responsabilidade de ambos, porque respeitantes a indemnizações por facto imputável a cada um dos cônjuges, de acordo com o art. 1692º, al. b), do CC.

No acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 9 de maio de 2012<sup>403</sup>, em que estavam em causa dívidas de uma sociedade (respeitantes, entre outros, a IRC e a IVA) que depois reverteram contra o sócio, veio o tribunal dizer que “tal como é reconhecido, de forma pacífica, pela doutrina e pela jurisprudência, as dívidas que um dos cônjuges seja chamado a pagar por força de responsabilidade tributária subsidiária é da sua exclusiva responsabilidade e não da responsabilidade de ambos os cônjuges, porque respeitantes a indemnizações por facto imputável a cada um dos cônjuges, recaindo unicamente sobre o gerente e não também sobre o seu cônjuge (alínea b) do artigo 1692.º do Código Civil)”.

O acórdão vem estabelecer que, estando em causa dívidas tributárias contraídas pela sociedade em função e por motivo da sua própria actividade comercial, e não contraídas pelo cônjuge no exercício de actividade comercial própria, “nunca a dívida poderia ser considerada como comunicável à luz da alínea d) do artigo 1691.º do C.Civil”. Acrescenta o acórdão que a executada não detém, pelo facto de ser gerente, a qualidade de comerciante, “e só se estivessemos em presença de dívidas contraídas no exercício de actividade comercial desenvolvida pela própria durante o período de tempo em que se encontrava casada com o oponente (caso em que se

---

<sup>402</sup> Cfr. acórdão do STA de 16/11/2011, proc. n.º 0518/11, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/70096ea80dfb13c4802579510042ba85?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>403</sup> Cfr. acórdão do STA de 9/5/2012, proc. n.º 0224/12, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c064bfe1a3c64eb080257a00003e73ac?OpenDocument&ExpandSection=1&Highlight=0,responsabilidade.do.c%C3%B4njuge>

presumia que as dívidas haviam sido contraídas em proveito comum do casal) é que se podia imputar a responsabilidade pelo pagamento dessas dívidas a ambos os cônjuges”.

Diz-se, ainda, que mesmo que se pudesse tentar justificar essa comunicabilidade à luz da alínea c) do art. 1691º do CC, seria necessário que estivesse demonstrado que a dívida foi contraída no exercício de função ou actividade administradora dos bens do casal, em proveito comum e nos limites dos seus poderes de administração – sendo que o exercício dessa actividade se encontra legalmente reportado à administração dos bens ou património comum que o cônjuge esteja incumbido de desenvolver, e não ao exercício do cargo de administrador/gerente de uma pessoa coletiva (como é uma sociedade comercial), da qual o gerente (ou o casal) pode nem deter qualquer participação social.

Assim, tendo em conta a origem e natureza da dívida exequenda, diz o tribunal que “é patente que não está em causa uma dívida emergente de actividade administradora dos bens do casal. Para além disso, e sabido que, em princípio, o proveito comum do casal não se presume (cfr. nº 3 do art.º 1691.º), sempre teria o credor, para responsabilizar ambos os cônjuges pelo pagamento da dívida ao abrigo da alínea c) do artigo 1691.º, de articular factos demonstrativos da existência do proveito comum, o que não aconteceu”.

### **3.4 Em sede de IMI**

É importante começar por referir que, sendo o IMI um imposto que incide sobre o património, sempre se dirá que a responsabilidade pelo seu pagamento estará intrinsecamente associada ao(s) proprietário(s) do património, neste caso do imóvel (ou, se for o caso, ao(s) usufrutuário(s), superficiário(s) ou cabeça-de-casal da herança).

A este respeito, diz o art. 8º do CIMI, que versa sobre o sujeito passivo deste imposto, que o imposto é devido pelo proprietário do prédio em 31 de Dezembro do ano a que o mesmo respeitar (no seu nº 1), acrescentando que, nos casos de usufruto ou de direito de superfície, o imposto é devido pelo usufrutuário ou pelo superficiário após o início da construção da obra ou do termo da plantação (no nº 2).

No caso de propriedade resolúvel, diz o nº 3 que o imposto é devido por quem tenha o uso e fruição do prédio. Diga-se, com importância para aqui, que o nº 4 do art. 8º esclarece que “(...) se presume proprietário, usufrutuário ou superficiário, para efeitos fiscais, quem como tal figure ou deva figurar na matriz, na data referida no nº 1 ou, na falta de inscrição, quem em tal data tenha a posse do prédio”.

Parece que se pode afirmar, assim, que a responsabilidade pelo pagamento do IMI caberá ao proprietário. Desta forma, se o imóvel for bem próprio de um dos cônjuges, a responsabilidade pelo pagamento do imposto caberá ao proprietário. Isto porque, tendo em conta que a dívida de IMI onera e está associada a um bem certo e determinado, e olhando para o art. 1694º, nº 2, do CC, vê-se que o legislador estatuiu que as dívidas que onerem bens próprios de um dos cônjuges são da sua exclusiva responsabilidade, salvo se tiverem como causa a percepção dos seus rendimentos e estes, por força do regime aplicável, forem considerados comuns. Tendo em conta que a dívida de IMI não tem como causa a percepção de rendimentos do bem imóvel, pode dizer-se que, em princípio, a responsabilidade pelo pagamento será do cônjuge que é proprietário do bem.

Já se o imóvel em causa for um bem comum, então a regra será diferente. Tratando-se de um bem comum, e atendendo ao art. 1694º, nº 1, do CC, verifica-se que se estabeleceu que as dívidas que onerem bens comuns são sempre da responsabilidade comum dos cônjuges, quer se tenham vencido antes, quer depois da comunicação dos bens. Assim, se se tratar de um bem comum, a dívida responsabilizará sempre os dois cônjuges, ainda que se tenha vencido antes da comunicação do bem.

Se estiver em causa um bem imóvel objeto de uma doação, herança ou legado, já é necessário ter em conta o estatuído no art. 1693º do CC. Em princípio, e tendo em conta o nº 1 do referido artigo, que afirma que as dívidas que onerem doações, heranças ou legados serão da exclusiva responsabilidade do cônjuge aceiteante, ainda que a aceitação tenha sido efetuada com o consentimento do outro, pode dizer-se que a dívida de IMI será da responsabilidade do cônjuge que aceitou a doação, herança ou legado do bem. Assim, e ainda que tenha havido consentimento do outro cônjuge, a responsabilidade será sempre do cônjuge que aceitou.

Contudo, se o bem doado, herdado ou legado ingressar no património comum, por força do regime de bens, a responsabilidade pela dívida de IMI já será comum, sem prejuízo do direito que o cônjuge do aceiteante tem de impugnar o seu cumprimento, com o fundamento de que o valor do bem não é suficiente para a satisfação da dívida, isto tendo em conta o art. 1693º, nº 2, do CC. Assim, se o bem imóvel se tornar bem comum, a responsabilidade já será de ambos os cônjuges, o que faz sentido (com a salvaguarda de se poder alegar que o valor do bem não é suficiente para cumprir com o encargo).

É importante dar nota, também, do que o CIMI estabeleceu quanto a esta matéria no que respeita ao AIMI.

O art. 135º-D do CIMI estabelece, no nº 1, que os sujeitos passivos que se encontrem casados ou a viver em união de facto para efeitos do art. 14º do CIRS, podem optar pela tributação conjunta deste adicional, somando-se os valores patrimoniais tributários dos prédios na sua titularidade e multiplicando -se por dois o valor da dedução prevista na al. a) do nº 2 do art. 135º-C do CIMI. Nota-se aqui que o legislador pretendeu uma solução um pouco semelhante à solução prevista para o IRS, em que é possível que os cônjuges ou unidos de facto apresentem uma declaração conjunta.

Acrescente-se que os sujeitos passivos que estejam casados sob os regimes de comunhão de bens, e que não exerçam a opção pela tributação conjunta do adicional, podem identificar, através de declaração conjunta, a titularidade dos prédios, indicando aqueles que são bens próprios de cada um deles e os que são bens comuns do casal, isto de acordo com o nº 2 do art. 135º-D do CIMI. Se a declaração não for efetuada no prazo estabelecido, o adicional ao IMI irá incidir, relativamente a cada um dos cônjuges, sobre a soma dos valores dos prédios que já constavam da matriz na respetiva titularidade.

Com interesse para aqui, veja-se o que se estipulou no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 26 de março de 2019<sup>404</sup>, em que se pretendia saber se, estando o réu a utilizar, em exclusivo, desde 1 de maio de 2010 e até àquela data, aquela que até então foi a casa de morada de família do casal, é ele o único responsável pelo pagamento das despesas referentes ao IMI, entre outras.

O tribunal concluiu que ambos os membros do ex-casal eram responsáveis pelo pagamento das dívidas, nomeadamente de IMI, sendo que apenas as despesas relacionadas com a utilização da fração seriam da responsabilidade do ex-cônjuge, que continua a residir na fração e a usá-la em exclusivo.

Conclui-se deste acórdão que, não obstante ser o ex-cônjuge marido quem, desde a separação do casal, ocorrida em 2010, e até àquela data, está a ocupar, em exclusivo, a fração que foi a casa de morada de família do casal que constituiu com a autora, a quem esteve ligado por matrimónio celebrado segundo o regime da comunhão de adquiridos, dissolvido por divórcio

---

<sup>404</sup> Cfr. acórdão do TRL de 26/3/2019, proc. nº 2225/18.3T8LRS.L1-7, in <http://www.dgsi.pt/trl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/710d36aa62c46804802583d1004edef0?OpenDocument>

em 2012, “esta não deixa de ser responsável pelo pagamento de metade das dívidas respeitantes ao imóvel (...) e com o pagamento do IMI”.

#### **4. O processo de execução fiscal**

##### **4.1. Aspetos essenciais do processo de execução fiscal e reversão do processo de execução fiscal**

É importante começar por referir que o processo de execução fiscal é um meio processual que visa realizar coercivamente um determinado direito de crédito, geralmente um tributo.

É uma verdadeira ação (art. 103º, nº 1, da LGT), ainda que tenha uma vertente não jurisdicional considerável, dado que há vários atos praticados por órgãos administrativos, e a ação é instaurada necessariamente com base num título formal – título executivo – que é dotado de coatividade e definitividade e que declara de forma fundamentada o valor da dívida em causa.

Pode dizer-se, de forma geral, que o processo executivo se rege pela ideia de preferência do direito do credor, uma vez que o devedor não cumpriu a sua obrigação, e este processo envolve um ato, a penhora, de acordo com o qual se irá desapossar do património do devedor alguns bens, que serão depois entregues ao órgão de execução fiscal e posteriormente vendidos, sendo que o produto da venda reverterá, naturalmente, para o credor<sup>405</sup>.

Há algumas exigências, também, quanto às dívidas que podem ser cobradas em processo de execução fiscal. As dívidas devem ser certas: não devem existir dúvidas quanto aos sujeitos devedores nem quanto à natureza e conteúdo das prestações em que elas se materializam; devem ser líquidas: não devem existir dúvidas quanto ao montante ou valor da dívida; devem ser exigíveis: não devem existir dúvidas quanto ao momento em que devem ser reivindicadas, o que se irá determinar de acordo com o título executivo em causa.

Assim, não servirá o processo executivo para discutir questões relacionadas com a validade ou legalidade da dívida, pois estas já devem estar resolvidas, dado que ou são pacíficas ou o sujeito em causa não as levantou no tempo adequado, ou se levantou não teve sucesso.

---

<sup>405</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 6ª edição, Coimbra, Almedina, 2018, p. 339.

Pode-se apontar, desde já, algumas diferenças do processo de execução fiscal em relação ao processo de execução comum, sendo que essas diferenças são consideráveis: tanto da perspectiva do objeto e dos fins, devido à natureza das dívidas em causa, como da tramitação formal.

Diga-se que os fundamentos de defesa que o executado pode utilizar são bastantes mais restritos em sede de processo de execução fiscal do que em sede de processo de execução comum.

Veja-se, por exemplo, a diferença entre o art. 204º do CPPT e o art. 728º do CPC (embora tal dependa da natureza do título executivo). Acrescente-se que, na execução fiscal, está estipulado um prazo máximo de um ano para a duração máxima do processo, ainda que seja um prazo meramente ordenador ou disciplinador, enquanto tal não acontece na execução comum (art. 177º do CPPT). Diga-se ainda que, enquanto no processo de execução fiscal se poderão penhorar, à partida, bens apreendidos por qualquer outro tribunal (art. 218º, nº 3, do CPPT), no processo de execução comum tal já não acontecerá exatamente assim: até poderão ser penhorados os mesmo bens em várias execuções, contudo, e de forma a permitir uma única venda, suspende-se o processo executivo onde ocorreu a segunda penhora, pois o Código de Processo Civil estabelece que, se houver mais do que uma execução a pender sobre os mesmos bens, a execução em que a penhora tiver sido posterior deverá ser sustada/suspensa<sup>406</sup> (art. 794º, nº 1, do CPC)<sup>407</sup>.

Os principais intervenientes neste processo serão, naturalmente, o órgão de execução fiscal e o executado. Refira-se que, no papel de órgão de execução fiscal, tanto poderão estar os serviços da administração tributária como, noutros casos, poderão ser os serviços próprios de cobrança das diferentes entidades credoras, como Autarquias, Institutos Públicos, Universidades públicas e outros. Podem ainda intervir no processo de execução fiscal, dependendo da forma como este se desenvolver, o juiz, outros credores, o representante da Fazenda Pública, ou o Ministério Público, entre outros.

Diga-se, ainda, que o tribunal tem um papel relativamente limitado no desenvolvimento deste processo, podendo falar-se até em desjurisdicionalização – o juiz apenas será chamado a

---

<sup>406</sup> Cfr., sobre a conformidade constitucional do art. 218º, nº 3, do CPPT, o acórdão do STA de 16/12/2010, proc. nº 0806/10, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c27d0001b02a2b418025784800392fa5?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>407</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 340.



intervir, à partida, quando se levante um litígio ou um conflito de pretensões<sup>408</sup>, como por exemplo no caso da oposição à execução, de reclamações, de embargos ou outros. Se não houver essa vertente de conflito ou litígio, toda a tramitação se poderá realizar, desde o impulso à extinção, nos quadros da administração tributária<sup>409</sup>.

Quanto ao objeto do processo de execução fiscal, embora se possa pensar que este servirá para cobrar coercivamente dívidas do Estado, tal não é totalmente correto. É importante ter em conta que nem todas as dívidas do Estado serão cobradas mediante um processo de execução fiscal, havendo coimas e outras sanções pecuniárias específicas fixadas em sentenças que não o são, nem o processo de execução fiscal diz apenas respeito a dívidas do Estado, pois este pode ter por objeto dívidas a outras pessoas coletivas de direito público ou pessoas cuja qualificação jurídica é incerta<sup>410</sup>.

Assim, as dívidas que poderão ser cobradas em processo de execução fiscal, de acordo com o art. 148º do CPPT, serão as relativas a: tributos, incluindo impostos aduaneiros, especiais e extrafiscais e taxas, demais contribuições financeiras a favor do Estado, adicionais cumulativamente cobrados, juros e outros encargos legais; coimas e outras sanções pecuniárias fixadas em decisões, sentenças ou acórdãos relativos a contraordenações tributárias, exceto quando aplicadas por tribunais comuns; coimas e outras sanções pecuniárias decorrentes da responsabilidade civil determinada nos termos do RGIT; outras dívidas ao Estado e a outras pessoas coletivas de direito público que devam ser pagas por força de ato administrativo; reembolsos e reposições<sup>411</sup>.

Cabe agora fazer uma referência aos pressupostos formais e, dentro destes, ao título executivo em especial<sup>412</sup>.

Há uma condição de natureza formal que terá obrigatoriamente de se verificar para que se possa instaurar um processo de execução, que é a existência de um título executivo. Assim, é necessário, logo desde o início, um comprovativo de que a dívida em causa existe, e existe em

---

<sup>408</sup> Como afirmam, entre outros, MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 43, que diz que “o processo de execução fiscal é um processo que, apenas em último termo, é judicial (...)”

<sup>409</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., pp. 340 e 341.

<sup>410</sup> Pense-se que, em último caso e em certas situações, até se poderá equacionar a existência de uma utilização abusiva do processo de execução fiscal – cfr. PEREIRA, Eugénia Margarida Afonso, *Da utilização abusiva do processo de execução fiscal: em especial, a cobrança coerciva de dívidas não tributárias*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2017.

<sup>411</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, e porque não cabe aqui desenvolver certas questões que se levantam em relação a dúvidas que este elenco possa causar, ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., pp. 341 a 345.

<sup>412</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 507 a 514.

termos legais, pois não se discutirão, à partida, aspetos relacionados com a legalidade da dívida exequenda neste processo.

Acrescente-se que, de acordo com o art. 162º do CPPT, só estes títulos poderão ser base de uma execução fiscal: a certidão de dívida (extraída do título de cobrança); a certidão de decisão exequível proferida em processo de aplicação das coimas; a certidão do ato administrativo que determina a dívida a ser paga; qualquer outro título a que seja atribuída força executiva por força de lei especial.

Refira-se que, nos casos mais comuns, que serão os casos de cobrança de tributos e, especialmente, de impostos, o processo de execução será intentado com base numa certidão de dívida, sendo que o art. 88º, nº 1, do CPPT, estabelece que “findo o prazo de pagamento voluntário estabelecido nas leis tributárias, será extraída pelos serviços competentes certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor”.

O art. 88º, nº 2, do CPPT, estabelece que as certidões de dívida serão assinadas e autenticadas e conterão uma lista de elementos identificados nesse mesmo artigo, como, por exemplo, a identificação do devedor, a proveniência da dívida e o seu montante, os nomes e moradas das entidades garantidas da dívida e tipo e montante da garantia prestada, os nomes e moradas de outras pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis, entre outras.

De qualquer forma, os títulos executivos terão de conter, necessariamente, sob pena de ineficácia do título e nulidade do processo, os requisitos que constam do art. 165º, nº 1, al. b), do CPPT, que são: a menção da entidade emissora ou promotora da execução e sua assinatura; a data em que foi emitido; o nome e domicílio do(s) devedor(es); a natureza e proveniência da dívida e indicação do seu montante; e ainda a data a partir da qual são devidos juros de mora e a importância sobre que incidem.

Os títulos executivos devem ser emitidos, por regra, por via eletrónica, e quando sejam provenientes de entidades externas devem ser entregues à administração tributária por transmissão eletrónica de dados, valendo nesse caso como assinatura a certificação de acesso (art. 163º, nº 3, do CPPT).

O título executivo permite, acima de tudo, reafirmar o carácter certo, líquido e exigível da dívida subjacente, sendo que não se permitirá nesta fase questionar a legalidade, em concreto, do ato tributário<sup>413</sup>.

---

<sup>413</sup> Acrescente-se que, de acordo com MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., pp. 36 e 37, “O título executivo (melhor, a certidão de dívida que lhe subjaz) tem que conter todos os elementos necessários e suficientes para que um contribuinte médio compreenda a razão de ser da execução”.

Cabe agora fazer uma breve referência ao princípio constitucional da reserva do juiz.

Sem se pretender entrar em grandes considerações teóricas sobre este assunto, que não caberão nos limites deste trabalho, diga-se desde já que a reserva do juiz se materializa na exigência de que apenas os tribunais – e só os tribunais, sublinhe-se – podem dirimir, de forma definitiva, litígios ou oposições de pretensões, sendo constitucionalmente inadmissível a atribuição da prática de atos jurisdicionais a outros órgãos, por exemplo administrativos. Assim, é constitucionalmente inadmissível a prática de atos de natureza jurisdicional por parte órgãos administrativos, de tal forma que vigora a regra de que qualquer resolução de um conflito de pretensões deve ser efetuada, em última palavra, por um tribunal<sup>414</sup>.

Considerando isto, fica claro que a atribuição de competência para a resolução definitiva de litígios ao órgão de execução fiscal seria indubitavelmente inconstitucional, sobretudo quando o próprio é uma das entidades envolvidas no mesmo. Assim, a apreciação das oposições (art. 203º e ss. do CPPT), das reclamações (art. 276º e ss. do CPPT), dos incidentes e dos embargos terá de ser necessariamente efetuada por um juiz do tribunal tributário (art. 151º do CPPT).

Os órgãos administrativos poderão praticar atos (como a penhora ou a reversão do processo de execução contra um gerente ou administrador de empresas, entre outros) pois, embora sejam atos lesivos e intrusivos da esfera jurídica dos visados, não são, ou pelo menos na altura da sua prática ainda não são, atos conflituais – embora o possam ser no futuro, caso os destinatários se insurjam contra eles, pelo que aí se poderá recorrer a tribunal<sup>415 416</sup>.

O juiz desempenhará sempre, desta forma, um papel recursivo, e pode dizer-se que o contencioso jurisdicional em sede de execução fiscal é um contencioso anulatório ou cassatório, dado que se visa anular um ato lesivo anteriormente praticado pela administração, entendendo-se aqui o conceito de “anulação” num sentido amplo e como significado de anulação e não apenas anulabilidade (pois, em muitas situações, pode tratar-se de um tipo de controlo que pode resultar na extinção do próprio processo executivo)<sup>417 418</sup>.

---

<sup>414</sup> Para mais desenvolvimentos sobre este assunto, e sobre a dupla natureza dos atos de execução que não referimos aqui, veja-se, entre outros, ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, *op. cit.*, pp. 347 a 352.

<sup>415</sup> Cfr. *Idem*, *ibidem*, p. 349.

<sup>416</sup> Em concordância com tal posição, cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, *op. cit.*, p. 43.

<sup>417</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, *op. cit.*, p. 350.

<sup>418</sup> Veja-se, defendendo também a natureza judicial do processo de execução fiscal, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, *op. cit.*, pp. 497 e 498, e o acórdão do STA de 8/8/2012, proc. nº 0803/12, in <http://www.dgsi.pt/ista.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/0925293c10efb21d80257a5500531a0e?OpenDocument&ExpandSection=1>

Deve-se agora fazer referência à legitimidade para intervir no processo de execução fiscal.

No que respeita à legitimidade para intervir como exequente<sup>419</sup>, poderá dizer-se, em termos amplos, que será exequente a entidade de direito público que promove a execução, seja impulsionando-a, conduzindo-a ou praticando os atos essenciais à realização do direito do credor. Assim, será o exequente quem instaura o processo, cita o executado e convoca os credores, ou seja, quem materializa em atos a vontade executiva.

Pode ver-se, desta forma, que credor tributário e exequente não se confundem: há o credor da quantia em causa, que poderá ser o Estado central ou qualquer outra pessoa coletiva de direito público, ainda que por atribuição (Autarquias, Institutos, entre outros), sendo sempre a pessoa a favor de quem reverte o produto da cobrança a efetuar; e há o órgão de execução fiscal, exequente em sentido próprio, que é o órgão administrativo, integrante da administração tributária, de uma Autarquia ou de um Instituto, que vai conduzir o processo de execução<sup>420</sup>.

Em termos orgânicos e mais específicos, pode dizer-se que a instauração e os atos de execução, em regra, são praticados no órgão da administração tributária designado, mediante despacho, pelo dirigente máximo do serviço respetivo (art. 150º, nº 2, do CPPT)<sup>421</sup>.

No que respeita à legitimidade para intervir como executado<sup>422 423</sup>, pode dizer-se que há um conjunto alargado de pessoas ou entidades que podem ocupar esta posição, até porque, como já foi referido, o próprio conceito de sujeito passivo tributário também é um conceito bastante alargado e abrangente.

Assim, podem ser executados tributários, além de outros, o próprio sujeito passivo direto ou originário, ou seja, o sujeito que tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário, e os sujeitos não originários contra os quais reverte a execução, como os responsáveis tributários por dívidas de outrem (por exemplo, os gerentes e administradores de sociedades, os substitutos tributários, os gestores de bens e direitos de não residentes, entre outros), os funcionários com

---

<sup>419</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II, op. cit.*, pp. 521 a 528.

<sup>420</sup> A distinção é muito importante, pois há casos em que o credor não dispõe de meios próprios de cobrança e socorre-se dos serviços da administração tributária para cobrar as quantias que lhe devem, como por exemplo no caso da cobrança de quantias devidas a concessionárias de autoestrada

<sup>421</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário, op. cit.*, p. 353.

<sup>422</sup> O art. 153º do CPPT afirma que podem ser executados no processo de execução fiscal “os devedores originários e seus sucessores dos tributos e demais dívidas referidas no artigo 148º, bem como os garantes que se tenham obrigado como principais pagadores, até ao limite da garantia prestada”, e que “O chamamento à execução dos responsáveis subsidiários depende da verificação de qualquer das seguintes circunstâncias: a) Inexistência de bens penhoráveis do devedor e seus sucessores; b) Fundada insuficiência, de acordo com os elementos constantes do auto de penhora e outros de que o órgão da execução fiscal disponha, do património do devedor para a satisfação da dívida exequenda e acrescido.

<sup>423</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II, op. cit.*, pp. 529 a 533.

intervenção no processo de execução fiscal, alguns terceiros adquirentes de bens e antigos possuidores, fruidores ou proprietários de bens<sup>424</sup>.

Cabe agora fazer referência, novamente, à reversão do processo de execução fiscal. A reversão é um ato administrativo através do qual se opera uma alteração subjetiva da instância, na medida em que uma execução fiscal que foi instaurada contra uma pessoa passará a correr, por motivos diversos, contra outra(s) pessoa(s)<sup>425 426</sup>.

A situação normal, no que respeita à legitimidade para intervir como executado, será aquela em que se chama o próprio sujeito passivo originário do tributo, ou seja, a situação em que, por exemplo, o sujeito passivo de IMI, não tendo procedido ao pagamento do imposto dentro do prazo de pagamento voluntário, vê ser instaurado contra si um processo de execução fiscal.

As dívidas tributárias, como já se viu, poderão ser exigidas ao sujeito passivo direto ou originário, que tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário, ou poderão ser exigidas ao sujeito passivo indireto ou não originário, sendo que um dos casos de sujeito passivo não originário é o dos responsáveis tributários.

Existirá responsabilidade tributária quando o património do sujeito passivo originário seja insuficiente para satisfazer o crédito tributário e haja necessidade de lhe juntar um ou mais patrimónios de outras pessoas. A responsabilidade tributária configura-se, desta forma, como uma garantia pessoal sob a forma de fiança legal<sup>427</sup>: fiança porque se acrescenta ao património do sujeito originário, que é insuficiente, o património de um terceiro “fiador”, pelo que a responsabilidade tributária irá acontecer quando seja um terceiro a responder por dívidas de outrem, sendo que tal apenas poderá acontecer quando a lei o estipular<sup>428</sup>.

Cabe agora referir algumas regras para que a responsabilidade tributária se possa efetivar: tal responsabilidade, em princípio, será apenas subsidiária, pelo que só quando a lei o estipular esta poderá ser também solidária (art. 22º, nº 4, da LGT); para haver responsabilidade terá de existir um ato administrativo, a reversão do processo de execução fiscal (art. 23º, nº 1, da

---

<sup>424</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 354.

<sup>425</sup> Tal justifica-se “em atenção à natureza da dívida e aos interesses colectivos em jogo (o legislador concebeu a execução fiscal como um meio mais expedito e célere do que a execução comum, visando a cobrança coerciva das dívidas fiscais), e à certeza e liquidez destas dívidas, atributos que não adornam, necessariamente, as dívidas não tributárias” – cfr. acórdão do TCAS de 12/7/2017, proc. nº 1305/14.9BELRA, in <http://www.dgsi.pt/itca.nsf/-/CB219F2560B2949D8025816100393D7F>.

<sup>426</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., p. 434, e ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 354.

<sup>427</sup> Em concordância com CAMPOS, Diogo Leite de, e CAMPOS, Mónica Horta Neves Leite, *Direito Tributário*, op. cit., p. 425.

<sup>428</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 356.

LGT); a reversão só poderá ser efetuada quando o património do devedor originário não existir ou for manifestamente insuficiente para satisfazer o crédito tributário, pelo que o responsável subsidiário goza de um privilégio de excussão prévia (art. 23º, nº 2, da LGT); a reversão efetiva-se através de citação e depende de audição do responsável subsidiário (art. 23º, nº 4, da LGT).

Diga-se ainda, com bastante relevância para este trabalho, que o legislador estabelece no art. 22º, nº 3, da LGT, que a responsabilidade do cônjuge do sujeito passivo é a que decorre da lei civil, sem prejuízo do disposto em lei especial. Fica aqui estipulado que será a lei civil a regular os termos de tal responsabilização.

Apontam-se agora alguns dos casos em que a lei prevê responsabilidade subsidiária (com o objetivo de lembrar, uma vez que já foram tratados neste trabalho): os administradores, diretores, gerentes e outras pessoas que exerçam, ainda que apenas de facto, funções de administração ou gestão, incluindo membros dos órgãos de fiscalização, revisores oficiais de contas e técnicos oficiais de contas, responsáveis em relação à sociedade cujo património é insuficiente (art. 24º da LGT); o titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada em relação ao estabelecimento (art. 25º da LGT); os liquidatários das sociedades em relação às sociedades (art. 26º da LGT e art. 156º do CPPT); os gestores de bens ou direitos de não residentes em relação a estes (art. 27º da LGT); o substituto em relação ao substituído (art. 28º, nº 2, da LGT e art. 159º do CPPT); os funcionários que intervierem no processo de execução fiscal, em relação ao sujeito originário (art. 161º do CPPT).

Nestes casos, ou seja, quando a execução acaba por reverter contra responsáveis subsidiários, o órgão de execução fiscal deve mandar citá-los a todos, depois de ter informação no processo sobre as quantias por que respondem (art. 160º, nº 1, do CPPT), sendo que a falta de citação de qualquer dos responsáveis não prejudica o andamento da execução contra os restantes (art. 160º, nº 2, do CPPT)<sup>429</sup>.

A lei consagra ainda que, se o pagamento não for efetuado dentro do prazo ou se os responsáveis subsidiários decaírem na oposição deduzida, estes suportarão, além das custas que tenham causado, as custas devidas pelos devedores originários (160º, nº 3, do CPPT), embora

---

<sup>429</sup> Segundo o acórdão do STA de 19/7/2016, proc. nº 0808/16, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/0/2638da1669823d5080257ffe00376afc?OpenDocument&ExpandSection=1>, “Face ao disposto nos nºs. 1 e 2 do art. 160º do CPPT se eventualmente, não for ordenada a citação de todos os responsáveis subsidiários, estar-se-á perante uma omissão de um acto que a lei prescreve que pode ter repercussões no desenvolvimento do processo, susceptível de configurar «nulidade» e não perante falta de citação ou nulidade insanável do processo de execução”.

aqui se possa afirmar, e seguindo Joaquim Freitas da Rocha, que esta solução é de constitucionalidade duvidosa atendendo ao princípio da proibição do excesso<sup>430</sup>.

Há ainda outras situações em que poderá haver reversão e que abordaremos brevemente.

Uma das situações diz respeito aos casos de sequela. Nesta situação, não existe uma garantia especial pessoal (como existia nos casos que já referimos), não havendo aqui um património que se acrescenta ao património insuficiente do contribuinte. Existe apenas uma garantia especial real que respeita a um determinado bem ou conjunto de bens. Assim, não se pode falar, com rigor, em responsabilidade tributária por dívidas de outrem.

Este caso relativo à sequela está previsto no art. 157º do CPPT, que no seu nº 1 diz que na falta ou insuficiência de bens do devedor originário, e se estiver em causa uma dívida com direito de sequela sobre bens que tenham sido transmitidos a terceiros, então a execução irá reverter contra esses terceiros, a menos que a transmissão tenha sido realizada através de venda num processo em que a Fazenda Pública devesse ser chamada a deduzir os seus direitos<sup>431</sup>.

Assim, estes são casos em que o credor tributário tem direito de sequela em relação a determinados bens que constituem a base de um tributo, isto é, pode perseguir o bem onde quer que ele se encontre. Se houver esse direito, e se o devedor do tributo e primeiro titular do bem o transmitir a terceiro e o seu património for insuficiente, a execução irá reverter contra o terceiro que adquiriu o bem. Acrescente-se que, de acordo com o art. 157º, nº 2, do CPPT, os terceiros só responderão pelo imposto relativo aos bens transmitidos, e só esses bens poderão ser penhorados na execução, a menos que eles queiram nomear outros bens em substituição daqueles transmitidos e o órgão de execução fiscal considere que não há prejuízo. Assim, os bens transmitidos a terceiro serão, na esfera jurídica deste, considerados como um património autónomo que responde pela dívida tributária<sup>432</sup>.

Outro caso em que a lei prevê reversão do processo de execução fiscal sem existência de responsabilidade tributária é a que consta do art. 158º do CPPT. Este preceito diz, no seu nº 1, que “se, nos impostos sobre a propriedade mobiliária ou imobiliária, se verificar que a dívida liquidada em nome do atual possuidor, fruidor ou proprietário dos bens respeita a um período

---

<sup>430</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 358.

<sup>431</sup> Cfr., sobre esta situação de reversão, o acórdão do STA de 23/2/2012, proc. nº 0916/11, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/571596fa647ee359802579bc0052d01a?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>432</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., pp. 358 e 359.

anterior ao início dessa posse, fruição ou propriedade, a execução reverterá, nos termos da lei, contra o antigo possuidor, fruidor ou proprietário”.

Vimos alguns casos em que o processo execução fiscal instaurado contra uma pessoa reverteu depois contra outras, pelo que a reversão consiste num ato levado a efeito pela administração tributária, mediante despacho, através do qual se verifica, nos termos da lei, uma alteração subjetiva da instância.

A questão que poderá surgir agora é a de saber como é que a pessoa contra a qual a execução reverte poderá reagir a esse despacho, especialmente nos casos em que considere que a reversão não poderá ter lugar (por exemplo, nos casos em que considere que ainda não está totalmente executado o património do devedor originário).

Podemos conceber duas formas de reação: a oposição à execução fiscal, em que a pessoa argumenta que é parte ilegítima na execução (art. 204º, nº 1, al. b), do CPPT), ou a reclamação para o tribunal tributário (art. 276º do CPPT).

Concordamos com Joaquim Freitas da Rocha quando este Autor diz que, embora a letra da lei não o indique (como, por exemplo, o art. 151º do CPPT) e haja decisões jurisprudenciais em sentido contrário<sup>433</sup>, o mais adequado será considerar a reclamação como o meio acertado de reação a este despacho.

No entendimento deste Autor, trata-se aqui - antes de um processo de execução mal revertido, que também existe - de um despacho ilegal que deve ser autonomamente atacado de forma a erradicar os seus efeitos e afastá-lo do ordenamento jurídico. Pode ainda acontecer de o pedido de sindicância do ato de reversão ter por fundamento uma situação que não se encontra no elenco das causas de oposição à execução, o que iria limitar o direito de acesso à justiça se se entendesse que este era o único meio à disposição para reagir ao despacho. Acrescente-se, ainda, que o princípio da aproveitabilidade dos atos também deve aqui ser tido em conta: enquanto a oposição à execução visa, à partida, extinguir o processo em relação ao oponente, a reclamação exige a anulação do despacho recorrido, proferindo-se novo despacho, se for caso disso, pelo que o processo prossegue e aproveitam-se todos os atos<sup>434</sup>.

---

<sup>433</sup> Como, por exemplo, os acórdãos do STA de 27/10/2010, proc. nº 0328/10, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c5344d5e29e176fe802577d10038917a?OpenDocument&ExpandSection=1> e de 11/5/2016, proc. nº 034/14, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/0/1245595a48d674d180257fb200391ec2?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>434</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 360.



## **4.2. A tramitação do processo de execução fiscal**

### **4.2.1. A instauração da execução**

O processo de execução fiscal inicia-se com a sua instauração, que é um ato de natureza administrativa que vai iniciar ou despoletar toda a tramitação subsequente em que o processo se vai materializar, e que se concretiza na remessa do título executivo ao órgão de execução. O art. 10º, al. f), do CPPT, estipula que “aos serviços da administração tributária cabe (...) instaurar os processos de execução fiscal”.

De acordo com o Tribunal Constitucional<sup>435</sup>, o ato de instauração do processo da execução fiscal corresponde à apresentação do título executivo na repartição de finanças por parte do credor tributário, sendo lavrado despacho, no(s) próprio(s) título(s) ou numa relação deles, e procedendo-se ao registo (art. 188, nº 1, do CPPT).

Tanto a instauração como os atos da execução são praticados no órgão da administração, designado pelo dirigente máximo do serviço mediante despacho, sendo que, se não houver designação, a instauração e os atos da execução são praticados no órgão periférico regional da área do domicílio ou sede do devedor (art. 150º do CPPT).

Refira-se que, no contexto do nosso sistema tributário atual, o ato de instauração assume muitas vezes a natureza de ato informático, dado que o mesmo se realiza automaticamente, desde que tenha decorrido o prazo de pagamento voluntário sem que tenha havido cumprimento da obrigação pelo sujeito adstrito ao seu cumprimento. Assim, é o próprio sistema informático que, decorrido o prazo de pagamento voluntário, e “sem a intervenção de uma vontade humana direta, pode assumir uma ordem previamente incorporada nesse sentido e pode instaurar o processo”<sup>436</sup>.

Outra questão que cumpre referir aqui, e que é mais problemática, é a de essa instauração se poder verificar quando ainda estão a decorrer os prazos legais de defesa do contribuinte incumpridor.

É frequente acontecer de a execução ser instaurada ainda dentro do prazo de impugnação judicial, que em regra é de três meses, pelo que surge uma situação estranha, uma vez que o contribuinte (que abstratamente poderá ter razão, ainda que haja a presunção de legalidade dos atos da administração tributária e o privilégio de execução prévia com ela

---

<sup>435</sup> Cfr. acórdão do TC nº 80/2013, de 31/1/2013, in <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20130080.html>

<sup>436</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 363.

relacionado) vê o seu património ser objeto de um processo bastante intrusivo e agressivo quando não teve, ou ainda não teve, oportunidade de se defender<sup>437 438</sup>.

Esta situação pode ser estranha, mas não viola dimensões essenciais do ordenamento nem é inconstitucional. O Tribunal Constitucional já assumiu, de forma clara, a conformidade constitucional dessa possibilidade, e referiu que ela não impede o contribuinte de exercer, no próprio processo executivo, os meios de defesa que considere convenientes, obtendo eventualmente o efeito suspensivo do mesmo através da prestação de garantia idónea ou requerendo a respetiva isenção<sup>439</sup>.

#### **4.2.2. A citação do executado**

Depois de instaurada a execução, passa-se para uma das fases mais importantes do processo, que é a da citação do executado (art. 188º do CPPT)<sup>440</sup>.

A citação é o ato que visa dar conhecimento ao executado de que foi proposta contra ele uma execução, ou que pretende chamar a esta, pela primeira vez, uma pessoa interessada (como os responsáveis subsidiários, por exemplo), de acordo com o art. 35º, nº 2, do CPPT.

Diga-se que a citação constitui um momento muito importante do processo de execução fiscal, pois é a partir dela que o executado poderá reagir, tendo a possibilidade de se opor à execução, requerer o pagamento em prestações ou requerer a dação em pagamento (art. 189º, nº 1, 2 e 3 do CPPT). Quanto ao responsável subsidiário, a citação faz começar a correr o prazo para o pagamento da dívida, a dedução de oposição, a apresentação de reclamação graciosa, o pedido de revisão da matéria tributável ou a impugnação judicial (art. 23º, nº 5, e 22º, nº 5, da LGT).

Para se comprovar a importância da citação, diga-se que ela interrompe o prazo de prescrição dos tributos (art. 49º, nº 1, da LGT) e, além disso, a ausência de citação configura uma nulidade insanável no processo (art. 165º, nº 1, al. a), do CPPT), podendo essa nulidade ser conhecida oficiosamente ou arguida mediante um meio autónomo que será o “requerimento de

---

<sup>437</sup> O STA já veio dizer que “a AT deve extrair a certidão de dívida e instaurar a execução fiscal, não tendo de aguardar o decurso do prazo da impugnação judicial” – cfr. acórdão do STA de 14/9/2016, proc. nº 0191/16, in <http://www.dgsi.pt/ista.nsf/-/7064fc7f1927594c802580300034cd8c?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>438</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 363.

<sup>439</sup> Cfr. acórdão do TC nº 332/01, de 10/7/2001, in <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20010332.html>

<sup>440</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos sobre a citação, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., pp. 561 a 581, e ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 364 A 368.

arguição de nulidade da citação”<sup>441</sup>, mas não em sede de oposição à execução, uma vez que a sua verificação não leva à extinção desta<sup>442</sup>.

Para que a citação produza os efeitos pretendidos, é necessário que ela seja feita nos termos legalmente previstos e cumpra os requisitos de forma e de substância exigidos.

No que respeita às exigências formais, a citação, no processo de execução fiscal, poderá assumir a forma de citação pessoal, postal ou edital, sendo que ela não terá necessariamente de ser feita na pessoa do executado, dado que pode ser feita na pessoa do seu legal representante (art. 190º, nº 5, do CPPT).

Atendendo às disposições do Código de Procedimento e Processo Tributário que regem esta matéria, e especialmente os artigos 190º, 191º e 192º do CPPT, parece que a regra será a citação pessoal, ficando as citações postal e edital reservadas para as situações em que o processo tem valor diminuto ou não se encontra a pessoa a citar, funcionando estas como exceções. Acrescente-se que, de acordo com o art. 190º, nº 6, do CPPT, só ocorrerá falta de citação quando o destinatário “alegue e demonstre que não chegou a ter conhecimento do ato por motivo que não lhe foi imputável”.

No que respeita às exigências substanciais, a citação, para além de dever ser sempre acompanhada de cópia do título executivo, deve conter a indicação do prazo para a oposição à execução ou para a dação em pagamento, e a indicação de que a suspensão da execução e a regularização da situação tributária dependem da efetiva existência de garantia idónea ou da obtenção de autorização da sua dispensa (art. 190º do CPPT).

#### **4.2.3. A reação do executado**

Cabe agora versar sobre a reação do executado. Como já foi referido, este poderá deduzir oposição à execução, requerer o pagamento em prestações ou requerer a dação em pagamento (art. 189º, nº 1, do CPPT).

Estas duas últimas opções, à partida, serão alternativas, embora se possa deduzir cumulativa e simultaneamente aqueles dois pedidos, ficando, nesse caso, o pedido de pagamento em prestações suspenso até decisão do pedido de dação<sup>443</sup>. Se os bens oferecidos em dação não

---

<sup>441</sup> Cfr. acórdão do STA de 6/3/1996, proc. nº 019775, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/dabbfe1925d8a664802568fc0039cb43?OpenDocument> e acórdão do TCAS de 3/11/2009, proc. nº 03417/09, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/d56e3d66bb5fb3ac802576660040900c?OpenDocument>

<sup>442</sup> Cfr. acórdão do STA de 28/2/2007, proc. nº 0803/04, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/29187a21aba2ec588025729d00551d75?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>443</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 368.

forem suficientes para o pagamento da dívida exequenda, o excedente pode beneficiar do pagamento em prestações (art. 189º, nº 4 e 5, do CPPT).

#### **4.2.3.1. Dedução de oposição**

Quanto à dedução da oposição, é importante começar por referir os seus pressupostos genéricos, que são a prestação de garantia e o direito a indemnização.

A oposição será o ato processual através do qual o executado vai colocar em crise a pretensão do credor tributário, sendo que apenas o poderá fazer mediante certos fundamentos<sup>444</sup>. Assim, o executado poderá optar por deduzir oposição à execução fiscal quando considere a dívida inexigível ou, em certos casos específicos, ilegal<sup>445</sup>.

Acrescente-se que, ao contrário do que possa parecer quando se lê o art. 212º do CPPT, que indica que “a oposição suspende a execução, nos termos do presente Código”, a oposição não tem, por si, efeitos suspensivos da execução. A oposição apenas poderá ter esse efeito suspensivo se for prestada garantia idónea ou adequada, ou se a penhora garantir a totalidade da dívida e do acrescido, pelo que é este o sentido do art. 212º do CPPT, que tem necessariamente de ser conjugado com as outras disposições do Código. Se essas condições se verificarem, então o processo não irá prosseguir para as fases seguintes<sup>446</sup>.

As garantias têm como objetivo acautelar (e, por isso, garantir) o crédito tributário na pendência do processo, sendo que devem, por essa razão, ser “idóneas”, e nem sempre são fáceis nem acessíveis de conseguir.

De acordo com o legislador, essa idoneidade pode verificar-se quando o executado consiga uma garantia bancária, caução, seguro-caução, penhor ou hipoteca, dizendo o legislador que será admissível “qualquer meio suscetível de assegurar os créditos do exequente” (art. 199º, nº 1 e 2, do CPPT).

Desta forma, o executado, quando se opõe à execução – ou ainda antes, pois poderá prestar garantia antecipada (art. 169º, nº 2, do CPPT) – deve diligenciar no sentido de conseguir um ou mais dos meios referidos para evitar que o seu património seja afetado ou onerado, sendo notificado para tal e dispondo de um prazo de 15 dias para o fazer (art. 169º, nº 7, do CPPT). O

---

<sup>444</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 344.

<sup>445</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 65 e ss.

<sup>446</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., p. 598.

<sup>447</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 368.

executado fica, assim, com a segurança de que o processo para naquele momento e até que a sua oposição seja decidida<sup>448</sup>.

O executado poderá ainda invocar, na petição em que formula a oposição, (se for o caso e se assim o entender) a dispensa de prestação de garantia (art. 199º, nº 3, do CPPT).

A garantia poderá ser dispensada em duas situações: quando a sua prestação causar prejuízo irreparável ou quando seja manifesta a falta de meios económicos revelada pela insuficiência de bens penhoráveis, desde que não existam fortes indícios de que a insuficiência ou inexistência de bens se deveu a atuação dolosa do interessado (art. 52º, nº 4, da LGT)<sup>449</sup>. Acrescente-se que, se o executado tiver provimento na sua oposição e a garantia se tiver mantido por um período superior a três anos, este poderá ser indemnizado pelos prejuízos que tenha sofrido (art. 53º, nº 1, da LGT).

É importante ter em conta que a oposição deve obedecer a diversos requisitos de diferente natureza, como requisitos materiais, formais ou temporais, pois a oposição, sendo um meio processual adequado para a concretização do direito de resistência que consta da CRP (art. 103º, nº 3, da CRP), tem de observar necessariamente determinadas exigências.

Quanto aos requisitos materiais<sup>450</sup>, pode afirmar-se que a lei estabeleceu, no art. 204º<sup>451</sup> do CCPT, um elenco taxativo dos fundamentos que podem justificar uma oposição à execução, sendo que ela apenas poderá ter por base aqueles fundamentos.

---

<sup>448</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 73.

<sup>449</sup> Diga-se que o entendimento da jurisprudência dominante tem defendido que, quando existam dois executados responsáveis solidários que deduzam oposições contra a mesma execução e em que apenas um deles presta garantia, os efeitos suspensivos da garantia prestada sobre a execução devem estender-se ao outro executado oponente, de acordo com o acórdão do STA de 8 de maio de 2013, proc. nº 0593/13, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbfbf22e1bb1e680256f8e003ea931/4f33c8fd67e8485480257b7c0031ea25?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>450</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., pp. 602 a 608.

<sup>451</sup> “Art. 204º do CPPT

Fundamentos da oposição à execução

1 - A oposição só poderá ter algum dos seguintes fundamentos:

- a) Inexistência do imposto, taxa ou contribuição nas leis em vigor à data dos factos a que respeita a obrigação ou, se for o caso, não estar autorizada a sua cobrança à data em que tiver ocorrido a respectiva liquidação;
- b) Ilegitimidade da pessoa citada por esta não ser o próprio devedor que figura no título ou seu sucessor ou, sendo o que nele figura, não ter sido, durante o período a que respeita a dívida exequenda, o possuidor dos bens que a originaram, ou por não figurar no título e não ser responsável pelo pagamento da dívida;
- c) Falsidade do título executivo, quando possa influir nos termos da execução;
- d) Prescrição da dívida exequenda;
- e) Falta da notificação da liquidação do tributo no prazo de caducidade;
- f) Pagamento ou anulação da dívida exequenda;
- g) Duplicação de colecta;
- h) Ilegalidade da liquidação da dívida exequenda, sempre que a lei não assegure meio judicial de impugnação ou recurso contra o acto de liquidação;
- i) Quaisquer fundamentos não referidos nas alíneas anteriores, a provar apenas por documento, desde que não envolvam apreciação da legalidade da liquidação da dívida exequenda, nem representem interferência em matéria de exclusiva competência da entidade que houver extraído o título.

2 - A oposição nos termos da alínea h), que não seja baseada em mera questão de direito, rege-se pelas disposições relativas ao processo de impugnação.”

Esse elenco inclui, entre outros, fundamentos como: a ilegitimidade da pessoa citada por esta não ser o próprio devedor que figura no título ou seu sucessor, ou, sendo o que nele figura, não ter sido, durante o período a que respeita a dívida exequenda, o possuidor dos bens que a originaram, ou por não figurar no título e não ser responsável pelo pagamento da dívida (art. 204º, nº 1, al. b), do CPPT); a falsidade do título executivo, quando possa influir nos termos da execução (art. 204º, nº 1, al. c), do CPPT); a prescrição da dívida exequenda (art. 204º, nº 1, al. d), do CPPT) ou o pagamento ou anulação da dívida exequenda (art. 204º, nº 1, al. f), do CPPT).

Como se poderá concluir, e sem prejuízo de situações muito excecionais, não será possível questionar a legalidade da dívida exequenda em sede de oposição à execução, uma vez que esta já é considerada como líquida, certa e exigível, e já terão decorrido os prazos de reclamação, revisão e impugnação<sup>452</sup>.

Quanto à cláusula aberta que consta da última alínea do art. 204º do CPPT, e que prevê “quaisquer fundamentos (...) desde que não envolvam a apreciação da legalidade da liquidação da dívida exequenda...”, a jurisprudência tem entendido que se poderão enquadrar aqui, entre outras situações, os casos em que o executado se opõe invocando a instauração indevida da execução (porque o obrigado tributário já tinha apresentado garantia idónea ou tinha-lhe sido deferido o pedido de isenção), assim como também se deve admitir a invocação de vício na comunicação de atos (notificações, citações) numa língua diferente da língua que o destinatário compreende (e que não seja a língua oficial do país em causa)<sup>453 454</sup>.

Quanto aos requisitos formais<sup>455</sup>, pode afirmar-se que a oposição deve ser feita em forma de petição e deve ser apresentada no órgão de execução fiscal onde pender a execução (art. 207º, nº 1, do CPPT). A petição deve ser elaborada em triplicado e o executado deve, com ela, oferecer

---

<sup>452</sup> Deve salientar-se, porém, que esta regra de não questionar a legalidade da dívida em sede executiva deve ser interpretada em termos flexíveis, uma vez que o ordenamento jurídico prevê situações que se poderão considerar como desvios a essa regra. Pode suceder de ser invocada “ilegalidade em abstrato” (art. 204º, nº 1, al. a), do CPPT), baseada no facto de não existir a lei em vigor à data dos factos ou a autorização para a cobrança, devendo ter-se em atenção que as realidades não se confundem, pois aqui a ilegalidade “não fulmina diretamente no ato de liquidação, mas sim a própria lei que lhe subjaz que, porventura, violará normas de hierarquia superior (CRP, normas de Direito europeu ou internacional ou mesmo normas legais)”. Pode ainda ser invocada a ilegalidade da dívida exequenda quando não seja assegurado meio de impugnação ou recurso contra o ato de liquidação, como por exemplo quando o executado não foi previamente notificado desse ato. Cfr ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., pp. 370 e 371.

<sup>453</sup> Cfr. acórdão do STA de 8/2/2017, proc. nº 0177/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/007ac67098b92bd5802580c30043a751?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>454</sup> Cfr. NETO, Dulce, *A competência internacional dos tribunais tributários ao abrigo do mecanismo de assistência mútua entre os Estados-membros da UE em matéria de cobrança de créditos fiscais*, in “Contraordenações tributárias e temas de direito processual tributário”, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2016, p. 54, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook\\_administrativo\\_fiscal.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_administrativo_fiscal.php).

<sup>455</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., pp. 600 a 602.

todos os documentos, arrolar testemunhas e requerer as demais provas (art. 206º do CPPT). Deve ainda indicar-se o valor da causa ou do processo, que deve ser certo e expresso em moeda legal, e representa a utilidade económica do pedido, sendo a partir deste valor que se determina se há ou não necessidade de representação por advogado, assim como se determina se é possível ou não recorrer da decisão a proferir pelo tribunal tributário.

A indicação do valor deve ser feita através de uma declaração explícita, embora se deva considerar que, quando haja afirmações das quais se possa deduzir, com toda a probabilidade, o valor que o oponente quer atribuir à oposição, não haverá obstáculo a que esse valor seja considerado (pense-se, por exemplo, no caso em que o oponente atribui ao processo “o valor da quantia exequenda”). A jurisprudência, neste caso, também entende que não deve ser exigido que, no final da petição, esteja expresso um número ou valor certo em euros, pois tal seria redundante<sup>456</sup>.

Quanto aos requisitos temporais<sup>457</sup>, pode dizer-se que a petição de oposição à execução deve ser interposta no prazo de 30 dias (art. 203º, nº 1, do CPPT) contados: da citação pessoal ou, não tendo existido citação, da data da primeira penhora; da data em que tiver ocorrido facto superveniente; do conhecimento deste pelo executado. Acrescente-se que este é um prazo processual.

Cabe agora fazer algumas referências breves à tramitação do processo de oposição.

A petição, depois de recebida pelo órgão competente, deve ser autuada e remetida, no prazo de 20 dias, para o tribunal (art. 208º do CPPT), demonstrando-se desta forma que o processo apenas deve prosseguir para uma fase judicial quando haja oposição.

Quando o processo é recebido em tribunal, o juiz do tribunal tributário poderá proferir despacho de indeferimento liminar (nos casos em que a oposição tenha sido deduzida fora do prazo, não tenha sido alegado algum dos fundamentos legalmente admissíveis, seja manifesta a improcedência ou não tenham sido juntos à petição os documentos necessários – art. 209º e 204º, nº 1, do CPPT) ou notificar o representante da Fazenda Pública para contestar no prazo de 30 dias (art. 210º do CPPT).

---

<sup>456</sup> Cfr. os acórdãos do STA de 10/11/2010, proc. nº 0557/10, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/6d0e8ac8b7b0dd90802577dc00566e35?OpenDocument&ExpandSection=1>, e de 27/1/2016, proc. nº 0789/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/fb8f29f4d749cb8080257f4c004f9511?OpenDocument&ExpandSection=1>

<sup>457</sup> Cfr., para mais desenvolvimentos, NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II, op. cit.*, pp. 599 e 600.

Depois, e de acordo com o art. 211º, nº 1, do CPPT, seguem-se os termos estabelecidos para o processo de impugnação judicial, que serão: instrução, alegações, vista ao Ministério Público e sentença.

Quando a sentença transitar em julgado há duas possibilidades: se a pretensão do executado não colher, o processo será devolvido aos órgãos da administração tributária e a execução prossegue (art. 213º do CPPT); se a pretensão do executado for deferida, a execução, à partida, extingue-se.

#### **4.2.3.2. Requerimento da dação em pagamento**

O instituto da dação consiste numa forma de extinguir as obrigações tributárias através da qual o devedor entrega uma coisa diferente da inicialmente estabelecida, pelo que se procurará, aqui, assegurar o pagamento mediante a entrega de outros bens (que podem ser móveis ou imóveis). A dação deve ser requerida e será autorizada através de despacho.

Para que a dação seja autorizada, o art. 201º, nº 1, do CPPT, estabelece dois pressupostos: exige-se que o executado ofereça uma descrição pormenorizada dos bens dados em pagamento; exige-se que os bens dados em pagamento não sejam de valor superior à dívida exequenda e acrescido, “salvo os casos de se demonstrar a possibilidade de imediata utilização dos referidos bens para fins de interesse público ou social, ou de a dação se efetuar no âmbito do processo conducente à celebração de acordo de recuperação e créditos do Estado”.

O pedido da dação deverá ser realizado mediante requerimento a apresentar no órgão periférico local, dirigido ao ministro ou órgão executivo de quem dependa a administração tributária legalmente competente para liquidação e cobrança de dívida (art. 201º, nº 1, do CPPT). Acrescente-se que o requerimento deverá ser apresentado no prazo de oposição à execução.

Depois de apresentado o requerimento, o dirigente máximo do serviço tem três possibilidades (art. 201º, nº 3, 5 e 6 do CPPT): remete o processo para o órgão decisor, sem mais; remete o processo para o órgão decisor, com a menção de que não há interesse em autorizar a dação; solicita uma avaliação dos bens em causa, devendo a avaliação ser efetuada pelo valor de mercado dos bens, tendo em conta a maior ou menor possibilidade da sua realização.

A decisão sobre o pedido da dação em pagamento deve ser qualificada como ato administrativo em matéria tributária, inserido no âmbito de um procedimento tributário autónomo,



sendo-lhe, desta forma, aplicáveis os princípios gerais que regulam a atividade administrativa e as normas da Lei Geral Tributária que versam sobre os procedimentos tributários<sup>458</sup>.

#### **4.2.3.3. Solicitação do pagamento em prestações**

Para que a dívida tributária possa ser paga em prestações é necessário que o interessado o solicite. O pagamento em prestações poderá ser autorizado desde que se verifique que o interessado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez (art. 196º, nº 4, do CPPT).

O direito ao pagamento em prestações consta também do art. 42º da LGT, que estipula que o contribuinte pode requerer o pagamento em prestações quando não tem possibilidade de pagar integralmente e de uma só vez a dívida tributária, cabendo-lhe o ónus de provar essa impossibilidade<sup>459</sup>.

O legislador estabeleceu uma limitação no art. 196º, nº 2, do CPPT, consagrando que esta faculdade não se poderá aplicar às dívidas de recursos próprios comunitários e às dívidas respeitantes à falta de entrega, dentro dos respetivos prazos, de imposto retido na fonte ou legalmente repercutido a terceiros, salvo em caso de falecimento do executado<sup>460</sup>.

No que respeita às prestações, elas serão autorizadas, à partida, num máximo de 36, e o valor de qualquer uma delas não deve ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização (art. 196º, nº 4, do CPPT). O número de prestações mensais pode ser alargado até 5 anos, em situações de “notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas para os devedores”, se a dívida exequenda exceder 500 unidades de conta no momento da autorização, não podendo nenhuma das prestações ser inferior a 10 unidades de conta (art. 196º, nº 5, do CPPT)<sup>461</sup>.

---

<sup>458</sup> Cfr., sobre a dação em pagamento: MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., pp. 51 a 56; ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., pp. 375 e 376 e NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., pp. 593 a 621.

<sup>459</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., p. 583.

<sup>460</sup> De acordo com o art. 196º, nº 3, do CPPT, pode admitir-se o pagamento em prestação de tais dívidas, de forma excecional e sem prejuízo da responsabilidade criminal ou contraordenacional que ao caso couber, quando: a) o pagamento em prestações se inclua em plano de recuperação no âmbito de processo de insolvência ou de processo especial de revitalização, ou em acordo sujeito ao regime extrajudicial de recuperação de empresas em execução ou em negociação, e decorra do plano ou do acordo, consoante o caso, a imprescindibilidade da medida, podendo neste caso haver lugar a dispensa da obrigação de substituição dos administradores ou gerentes, se tal for tido como adequado pela entidade competente para autorizar o plano; ou b) se demonstre a dificuldade financeira excecional e previsíveis consequências económicas gravosas, não podendo o número das prestações mensais exceder 24 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

<sup>461</sup> A administração tributária pode, ainda, estabelecer que o regime prestacional seja alargado até ao limite máximo de 150 prestações quando, para efeitos de plano de recuperação a aprovar no âmbito de processo de insolvência ou de processo especial de revitalização, ou de acordo a sujeitar ao regime extrajudicial de recuperação de empresas do qual a administração tributária seja parte, se demonstre a indispensabilidade da medida, e ainda quando os riscos inerentes à recuperação dos créditos o tornem recomendável (art. 194º, nº 6, do CPPT).

É importante referir, também, que a falta de pagamento sucessivo de três prestações, ou de seis interpoladas, importa o vencimento das seguintes se, no prazo de 30 dias a contar da notificação para o efeito, o executado não proceder ao pagamento das prestações incumpridas, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos (art. 200º, nº 1, do CPPT). Acrescente-se que a entidade que tiver prestado a garantia será citada para, no prazo de 30 dias, efetuar o pagamento da dívida ainda existente e acrescido, até ao montante da garantia prestada, sob pena de ser executada no processo (art. 200º, nº 2, do CPPT).

Quanto aos requisitos formais, pode dizer-se que o pagamento em prestações depende da interposição, por parte do executado, de um requerimento a dirigir ao órgão de execução fiscal, até à marcação da venda, onde o executado indicará a forma como se propõe efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta (arts. 197º e 198º do CPPT).

O executado deve, juntamente com o requerimento referido, formular duas uma de duas pretensões alternativas. Uma das alternativas consiste em oferecer “garantia idónea” (art. 199º, nº 1, do CPPT)<sup>462</sup>, e a outra alternativa consiste em requerer a isenção de prestação de garantia (199º, nº 3, do CPPT).

Depois de recebidos e instruídos os pedidos com todas as informações de que se disponha, estes são imediatamente apreciados pelo órgão da execução fiscal ou, sendo caso disso, imediatamente remetidos, após receção, para sancionamento superior, devendo o pagamento da primeira prestação ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho (art. 198º, nº 2, do CPPT).

#### **4.2.4. A penhora**

##### **4.2.4.1. O ato de penhora: enquadramento**

A penhora era entendida, tradicionalmente, como um ato de apropriação de bens do património do executado por parte do tribunal, aqui se incluindo bens imóveis, títulos, veículos, dinheiro, entre outros. Na atualidade e no processo de execução fiscal, porém, esse ato de apropriação é realizado pelo órgão de execução fiscal<sup>463</sup>.

---

<sup>462</sup> Tal garantia: deve ser prestada pelo valor da dívida exequenda, juros de mora contados até ao termo do prazo de pagamento voluntário ou à data do pedido, quando posterior, com o limite de cinco anos, e custas na totalidade, acrescida de 25 por cento da soma daqueles valores (art. 199º, nº 6, do CPPT); será constituída para cobrir todo o período de tempo que foi concedido para efetuar o pagamento, acrescido de três meses, e será/deverá ser apresentada no prazo de 15 dias a contar da notificação que autorizar as prestações, salvo no caso de garantia que pela sua natureza justifique a ampliação do prazo até 30 dias, prorrogáveis por mais 30, em caso de circunstâncias excecionais (art. 199º, nº 7, do CPPT).

<sup>463</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, *op. cit.*, p. 610.

Esta é uma fase imprescindível do processo de execução<sup>464</sup>, pois, sem ela, os bens que integram o património do executado continuariam na esfera jurídica deste, e o órgão de execução não poderia proceder à sua venda de modo a consignar o produto ao exequente. Depois da penhora, os bens encontram-se onerados e o executado não poderá dispor deles livremente. Pode dizer-se que a penhora acaba por ser o ato essencial da cobrança coerciva, dado que sem ela a ameaça da coercividade “seria perdida ou fortemente secundarizada”<sup>465</sup>.

A regra no processo de execução fiscal - de acordo com o art. 215º, nº 1, do CPPT - será a de que a penhora deve ser realizada após a citação do executado quando, mesmo depois da citação, a quantia em dívida não tenha sido paga.

Há casos, contudo, em que a penhora pode ser efetuada sem que tenha havido citação efetiva, ou seja, casos em que a citação até pode ter sido enviada, mas não foi concretizada ou materializada na real pessoa do seu destinatário. Isto pode acontecer quando a citação for efetuada por via postal ou por transmissão eletrónica de dados, conforme previsto no artigo 191.º do CPPT, e o postal não vier devolvido ou, sendo devolvido, não indicar a nova morada do executado, e ainda em caso de não acesso à caixa postal eletrónica (art. 193º, nº 1, do CPPT).

Nestas situações, o contribuinte poderá mesmo ver o seu património penhorado sem ter tido contacto efetivo, real, concreto, com o processo de execução fiscal, devendo ter-se em atenção que se trata apenas da possibilidade de penhora e nada mais, sendo que nestes casos a lei adverte que a realização da venda depende de prévia citação pessoal (art. 193º, nº 2, do CPPT).

Cumpra agora referir que há certos casos em que se dispensa a fase da venda por esta ser desnecessária, o que leva a que a penhora represente um significativo avanço em relação ao fim do processo executivo. Tal pode suceder, por exemplo, quando se penhora o saldo de uma conta bancária. Nestas situações, até pode acontecer de o processo, na prática, terminar logo na fase da penhora, desde que não haja reclamações ou outros credores a convocar<sup>466</sup>.

No caso de não serem encontrados bens penhoráveis no património do executado, o funcionário lavrará auto de diligência (art. 236º, nº 1, do CPPT).

---

<sup>464</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 379.

<sup>465</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., p. 611.

<sup>466</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 380.

#### **4.2.4.2 Bens suscetíveis de penhora e impenhorabilidades**

O ato de penhora não deverá ser configurado como um ato abstrato que recai sobre todo o património do executado de forma indiferenciada, até por motivos de segurança jurídica e salvaguarda da propriedade privada<sup>467</sup>. Assim, a penhora terá de incidir sobre bens determinados, até porque essa determinação será depois decisiva na fase da venda, pelo que será necessário que sejam nomeados bens à penhora<sup>468</sup>.

O direito de nomear bens à penhora considera-se sempre devolvido ao exequente, mas o órgão da execução fiscal poderá admitir a penhora nos bens indicados pelo executado, desde que daí não resulte prejuízo (art. 215º, nº 4, do CPPT).

A penhora deve ser feita, do ponto de vista quantitativo, nos bens previsivelmente suficientes para o pagamento da dívida exequenda e do acrescido, mas, quando o produto dos bens penhorados for insuficiente para pagamento da execução, esta prossegue em outros bens (art. 217º do CPPT).

No que respeita ao tipo de bens, podem ser penhorados bens móveis, bens imóveis ou bens móveis e imóveis. Acrescente-se que podem ser penhorados pelo órgão da execução fiscal os bens apreendidos por qualquer tribunal, não sendo a execução, por esse motivo, sustada nem apensada (art. 218º, nº 3, do CPPT).

A penhora deve começar pelos bens cujo valor pecuniário seja de mais fácil realização e se mostre adequado ao montante do crédito do exequente e, na falta, tratando-se de dívida com privilégio, a penhora começa pelos bens a que este respeitar, se ainda pertencerem ao executado (art. 219º, nº 1 e 2, do CPPT). Isto apenas não se verificará no caso de a dívida ter garantia real que onere bens do devedor, sendo por estes que começará a penhora, e só prosseguirá noutros bens quando se reconheça a insuficiência dos primeiros para conseguir os fins da execução (art. 219º, nº 4, do CPPT).

Quanto às formalidades, e porque o Código de Procedimento e Processo Tributário regula de forma bastante abrangente esses aspetos, deixamos apenas a nota de que essas formalidades se encontram previstas nos arts. 221º a 229º e 231º do CPPT.

É importante salientar que, independentemente das formalidades ou especificidades, existem bens ou partes de bens que não são suscetíveis de penhora pelos mais variados motivos: ou porque se quer assegurar a dignidade da pessoa humana, ou porque se quer garantir a cada

---

<sup>467</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 92.

<sup>468</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 380.

um independência económica e adequada subsistência individual e social. Trata-se, sempre, de dar efetividade e garantia a certas dimensões constitucionais que poderiam ser postas em causa se a oneração desses bens fosse possível.

É no Código de Processo Civil que o legislador estabelece a lista de impenhorabilidades, mais especificamente nos arts. 735º e ss., sendo que essas normas são subsidiariamente aplicáveis ao processo de execução fiscal (arts. 735º e ss. do CPC, *ex vi*, art. 2º do CPPT).

Dessa lista de bens consta, no art. 736º do CPC, que são absolutamente impenhoráveis, além dos bens isentos de penhora por disposição especial: 1) As coisas ou direitos inalienáveis; 2) Os bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas; 3) Os objetos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal; 4) Os objetos especialmente destinados ao exercício de culto público; 5) Os túmulos; 6) Os instrumentos e os objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes; 7) Os animais de companhia.

Estão também isentos de penhora: 1) os instrumentos de trabalhos e os objetos indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado (737º, nº 1, do CPC); 2) Os bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica que se encontrem na casa de habitação efetiva do executado, salvo quando se trate de execução destinada ao pagamento do preço da respetiva aquisição ou do custo da sua reparação (art. 737º, nº 3, do CPC).

São também impenhoráveis dois terços da parte líquida dos vencimentos, salários, prestações periódicas pagas a título de aposentação ou de qualquer outra regalia social, seguro, indemnização por acidente, renda vitalícia, ou prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado (art. 738º, nº 1, do CPC). Na penhora de dinheiro ou de saldo bancário, é impenhorável o valor global correspondente ao salário mínimo nacional ou, tratando-se de obrigação de alimentos, o previsto no número anterior (art. 738º, nº 5, do CPC).

Refira-se ainda que, sendo a penhora um ato intrusivo e restritivo, ela não poderá deixar de se limitar ao necessário, ao adequado, à medida certa para assegurar o crédito tributário em questão, não devendo ir além do que se revele como a medida certa. Assim, o âmbito será sempre delimitado pelo fim do processo, que é a satisfação do crédito exequendo<sup>469</sup>.

---

<sup>469</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, *op. cit.*, p. 93.

#### **4.2.4.3 Convocação de credores**

Depois da penhora, vem a fase da convocação dos credores, que é o momento em que se chamam ao processo os vários credores do executado para que possam reclamar o seu crédito.

O Código de Procedimento e Processo Tributário não adotou a ideia de chamar todos os credores ao processo de execução fiscal, em posição paritária, para reclamar os seus créditos. Constata-se que o exequente, por ter já uma penhora efetuada, beneficia de preferência em relação aos demais credores, além de que apenas serão chamados à execução determinados credores e não os credores comuns.

O art. 239º, nº 1, do CPPT, estabelece, desta forma, que feita a penhora e junta a certidão de ónus, serão citados:

- Os credores com garantia real, relativamente aos bens penhorados, podendo reclamar os seus créditos no prazo de 15 dias após a citação (art. 240º, nº 1, do CPPT)
- O cônjuge do executado nas situações em que:
  - 1) em que este pode requerer a separação patrimonial, ou seja, na execução para cobrança de coima fiscal ou com fundamento em responsabilidade tributária exclusiva de um dos cônjuges, pois podem ser imediatamente penhorados bens comuns, e deve citar-se o outro cônjuge para requerer a separação judicial de bens, prosseguindo a execução sobre os bens penhorados se a separação não for requerida no prazo de 30 dias ou se se suspender a instância por inércia ou negligência do requerente em promover os seus termos processuais (art. 220º do CPPT); ou
  - 2) quando a penhora incida sobre bens imóveis ou bens móveis sujeitos.

Os credores desconhecidos e os sucessores dos credores preferentes serão citados por éditos de 10 dias (art. 239º, nº 2, e 242º do CPPT).

#### **4.2.4.4. Verificação e graduação de créditos**

Nas situações em que haja litígio entre os vários credores, o órgão de execução fiscal deve proceder à verificação e graduação de créditos, notificando esta graduação a todos os credores que reclamaram créditos (art. 245º, nº 2, do CPPT). Este processo tem efeito suspensivo e apenas admite prova documental, seguindo-se as demais disposições do Código (art. 245º, nº 1, e 246º do CPPT).

A decisão relativa à verificação e à graduação dos créditos em conflito admite reclamação dirigida ao tribunal tributário, de acordo com o art. 276º e ss. do CPPT, sendo que essa reclamação tem efeito suspensivo e subida imediata (art. 245º, nº 4, do CPPT). Os processos subidos a tribunal serão depois devolvidos ao órgão de execução fiscal, após o trânsito em julgado da decisão (art. 247º, nº 1, do CPPT).

#### **4.2.4.5. Venda dos bens penhorados**

A venda dos bens penhorados constitui a última fase do processo de execução e será realizada para que o seu produto seja aplicado na execução, exceto nos casos de penhora de dinheiro ou de rendimentos, onde tal não é necessário<sup>470</sup>.

O conceito de venda pode adquirir, a nível jurídico, dois sentidos distintos: num sentido restrito, podemos referir a venda como o ato em concreto de transferência coativa dos bens penhorados (ato de venda); num sentido amplo, podemos referir a venda como sinónimo de tramitação conducente a tal ato, englobando o despacho da sua marcação, a publicitação, a apresentação de propostas, a adjudicação, e a entrega do bem vendido, assim como as notificações aos interessados, quando for caso disso<sup>471</sup>.

A venda, ou o ato de venda, realiza-se após o termo do prazo de reclamação de créditos (art. 244º, nº 1, do CPPT) e deve ser feita preferencialmente por meio de leilão eletrónico ou, na sua impossibilidade, de propostas em carta fechada, salvo quando a lei disponha de forma contrária (art. 248º, nº 1, do CPPT). A venda deve ser publicitada através da internet sem prejuízo de, por iniciativa do órgão da execução fiscal ou por sugestão dos interessados na venda, serem utilizados outros meios de divulgação (art. 249º, nº 1 e 2, do CPPT), salvaguardando-se que, independentemente do meio, as indicações do art. 249º, nº 5, do CPPT, devem sempre ser incluídas na publicidade.

Depois, as propostas devem ser entregues no local do órgão da execução fiscal onde vai ser efetuada a venda (art. 251º do CPPT), e terá lugar o ato de venda, determinando-se o valor-base de acordo com as regras do art. 250º do CPPT. Os titulares do direito de preferência na alienação dos bens devem ser notificados do dia e hora da entrega dos bens ao proponente, para poderem exercer o seu direito no ato da adjudicação (art. 249º, nº 7, do CPPT).

---

<sup>470</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, *op. cit.*, p. 645.

<sup>471</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, *op. cit.*, p. 389.

Cumpra agora dar nota de uma situação especial. A venda constitui um ato coativo e definitivo de transferência e perda de propriedade, e, atendendo a isto e à especial importância de determinados bens para o seu titular e para a manutenção da sua dignidade, a lei veio estabelecer um regime especialmente protetor e garantístico em certos casos, de modo a evitar danos irreparáveis.

Assim, estabelece-se que não haverá lugar à realização da venda de imóvel quando este seja destinado exclusivamente a habitação própria e permanente do devedor ou do seu agregado familiar e esteja efetivamente afeto a esse fim (art. 244º, n.º 2, do CPPT). É importante ter em conta que o imóvel pode ser penhorado, e poderá até já se encontrar penhorado, contudo, e mesmo onerado com a penhora, o imóvel não pode ser vendido<sup>472</sup>.

Esta restrição visa evitar ofensas aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade, assim como evitar situações em que o executado e o seu agregado familiar se vejam privados da sua habitação, com a agravante de tal poder acontecer de forma desproporcional, dado que a dívida tributária até poderá ser de valor bastante inferior ao valor do imóvel penhorado<sup>473</sup>.

Este impedimento poderá cessar a qualquer momento, a requerimento do executado (art. 244º, n.º 6, do CPPT). Enquanto durar o período de impedimento, e porque durante esse período o credor tributário não pode exercer o seu direito de cobrança efetiva, o prazo de prescrição da obrigação tributária suspende-se (art. 49º, n.º 4, al. d), da LGT)<sup>474</sup>.

A venda apenas poderá ser anulada com base nos fundamentos que a lei prevê, podendo destacar-se: a existência de algum ónus real que não tenha sido tomado em consideração e não haja caducado; o erro sobre o objeto transmitido ou sobre as qualidades, por falta de conformidade com o que foi anunciado; algum dos fundamentos de oposição à execução, quando o executado não o pode apresentar no prazo normal (art. 257º do CPPT).

---

<sup>472</sup> Diga-se, contudo, que a jurisprudência já afirmou que o art.º 244º, n.º 2, do CPPT, deve ser interpretado “no sentido de que a Administração Fiscal não pode promover, nessa situação (...) a venda desse bem, mas não impede que um credor que nesse processo tenha reclamado o seu crédito promova essa venda dado que se encontra em situação similar à prevista no art.º 850º, n.º 2, do C. P. Civil, normativo que deve ser aplicado com as adaptações necessárias”, e que “à partida não se afigura razoável que se impeça um credor comum com uma penhora sobre aquele bem que foi reclamar o seu crédito numa execução fiscal de promover a sua venda para ver satisfeito o seu crédito” – cfr. acórdão do TRC de 24/10/2017, proc. n.º 249/13.6TBS-PS-A.C1, in <http://www.dgsi.pt/itrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/3c2b0380ea621a9b802581c400343d2d?OpenDocument>

<sup>473</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 391

<sup>474</sup> Para mais desenvolvimentos sobre a penhora e a proteção da casa de morada de família, cfr. BARBOSA, Andreia, *A proteção da casa de morada da família e da casa de habitação efetiva no processo de execução fiscal*, in Cadernos de Justiça Tributária, 14, CEJUR, Braga, 2016, pp. 3 e ss.



A anulação terá de ser invocada nos prazos de 90, 30 ou 15 dias, dependendo do fundamento em causa, e se o motivo da anulação da venda couber nos fundamentos da oposição à execução, a anulação depende do reconhecimento do respetivo direito pelo tribunal (art. 257º, nº 1 e 3, do CPPT).

O pedido de anulação da venda deve ser dirigido ao órgão periférico regional da administração tributária que, no prazo máximo de 45 dias, pode deferir ou indeferir o pedido, ouvidos todos os interessados na venda, no prazo previsto no artigo 60.º da lei geral tributária (art. 257º, nº 4, do CPPT). Decorrido o prazo sem qualquer decisão expressa, o pedido de anulação da venda é considerado indeferido (art. 257º, nº 5, do CPPT).

Como foi possível verificar, o regime da venda no processo de execução fiscal foi especificamente delineado pelo legislador, afastando, desta forma, a aplicação supletiva de normas do processo civil, justificando-se tal especificidade pelos fins inerentes à própria execução fiscal, que são fins de natureza pública (e muitas vezes só possíveis de atingir através da cobrança coerciva de dívidas de natureza tributária)<sup>475</sup>.

#### **4.3. A execução fiscal e o cônjuge do executado**

É importante começar por relembrar, aqui, que uma execução só poderá ser promovida contra quem tenha legitimidade processual passiva. Assim, não é suficiente qualificar-se uma dívida como sendo da responsabilidade de ambos os cônjuges para o credor poder penhorar bens comuns e, subsidiariamente, bens próprios de cada um dos cônjuges. É necessário ter em atenção que tudo dependerá de quem figura no título executivo como devedor: se figurarem os dois cônjuges, então a execução será movida contra ambos; se apenas figurar um deles, a execução apenas poderá ser movida contra esse cônjuge.

É necessário voltar aqui a falar da formação do título executivo, que será, para o que aqui interessa, uma certidão extraída (do documento certificativo) de uma liquidação relativa a tributos. Diga-se que devem figurar como devedores do imposto, no título executivo, apenas aqueles em nome de quem o imposto foi liquidado, que serão, naturalmente, aqueles que a lei fiscal configura como sendo sujeitos passivos do tributo, e não os seus cônjuges<sup>476</sup>.

Diga-se que, mesmo quanto ao IRS, e como já se viu, resulta do art. 13º, nº 2, do CIRS, que esta qualidade de sujeitos passivos de ambos os cônjuges apenas acontecerá quando o

---

<sup>475</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 392.

<sup>476</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 113.

imposto seja devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, o que só acontecerá quando for apresentada uma declaração conjunta. Se os cônjuges apresentarem declarações separadas, então a liquidação apenas será feita em nome do declarante, até porque a apresentação de declarações separadas se traduz numa tributação separada. Assim, o declarante será o único a constar no título executivo e o único contra quem poderá ser movida a execução para cobrança do imposto relativo a esses rendimentos.

Para que haja uma dívida de imposto, é necessário que exista uma liquidação processada em nome do sujeito passivo a quem o pagamento em causa é exigido, sendo essa liquidação a dar origem à formação do título executivo.

Acrescente-se, porém, que isto não impede a administração tributária de, posteriormente, liquidar o imposto em nome do outro cônjuge (ou de outro responsável solidário) quando este seja, também, sujeito passivo originário dessa obrigação fiscal. Contudo, deve salientar-se que tal liquidação terá que ser notificada a esse sujeito passivo dentro do prazo que a lei estabelece para a caducidade do direito à liquidação, com indicação do prazo para proceder ao pagamento voluntário<sup>477</sup>.

É importante fazer agora uma comparação com o processo civil. Existia um debate, dentro da doutrina processual civil, sobre a questão de saber se, nos regimes de comunhão, quando a dívida fosse comum, era possível ao exequente, em execução fundada em título não judicial contra um dos cônjuges apenas, provocar a intervenção principal do cônjuge do executado, de forma a compatibilizar a responsabilidade patrimonial com a legitimidade processual passiva.

Resolvendo a questão, a lei veio permitir, em 2003, a alegação da comunicabilidade da dívida, tanto pelo exequente como pelo executado. Assim, o cônjuge que não consta do título executivo é citado para declarar se aceita ou não a invocada comunicabilidade<sup>478</sup>. Se a aceitar, e tendo em conta que o silêncio vale como aceitação, a dívida passa a ser tida como comum e, por isso, a execução prossegue contra ambos os cônjuges, como se verá mais à frente.

Posto isto, cumpre-nos questionar se seria possível transpor esta solução para o processo de execução fiscal.

Comece-se por dizer, desde já, que tal não parece viável. Esta possibilidade de se invocar a comunicabilidade da dívida no processo civil baseia-se no facto de não ter havido, antes, a

---

<sup>477</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 113.

<sup>478</sup> Cfr. art. 741º, nº 2, do CPC: "(...) é o cônjuge do executado citado para, no prazo de 20 dias, declarar se aceita a comunicabilidade da dívida (...) com a cominação de que, se nada disser, a dívida é considerada comum, sem prejuízo da oposição que contra ela deduza".

possibilidade processual de o fazer. O título executivo em que esta execução assenta é extrajudicial, sendo normalmente um documento assinado por um dos cônjuges<sup>479</sup>. Como já se analisou neste trabalho, o facto de apenas um dos cônjuges subscrever obrigações que vinculam o casal é prática comum e tem suporte no art. 1690º, nº 1, do CC, que atribui a qualquer dos cônjuges legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro. É tarefa da lei determinar se tais dívidas responsabilizam ambos os cônjuges ou apenas um deles.

Diga-se que, quando a execução foi precedida de uma ação declarativa, existiu aí possibilidade de alegar e julgar a questão da responsabilidade pela dívida. Por isso é que a invocação da comunicabilidade da dívida não é possível nos processos executivos fundados em sentença judicial.

Saliente-se, agora, que o título executivo em processo tributário é uma declaração do credor quanto à existência do seu crédito relativamente àquele executado<sup>480</sup>. Essa declaração tem por base um procedimento de liquidação do imposto para o qual a administração tributária é a única competente. Assim, no quadro de uma execução fiscal, não há necessidade de um processo visando a formação de um título executivo relativamente ao cônjuge do executado, uma vez que a administração tributária o pode fazer unilateralmente, liquidando o imposto em nome do outro cônjuge, se este for também sujeito passivo<sup>481</sup>.

Acrescente-se que é preciso ter em conta o princípio constitucional da separação de poderes, que implica que a lei não pode atribuir ao poder judicial competências que, em regra, são do poder executivo, sendo que ao tribunal não compete liquidar impostos ou determinar quem é o respetivo sujeito passivo.

Com isto, circunscreve-se a possibilidade de aplicação do art. 220º do CPPT: a penhora, mesmo sendo executado só um dos cônjuges, poderá, de imediato, incidir sobre bens comuns (se não vigorar o regime de separação de bens, onde estes não existem). O cônjuge será citado para, querendo, requerer a separação judicial de bens em 30 dias. Sendo pedida a separação, a execução fiscal suspender-se-á, ainda que apenas relativamente aos bens em causa no processo, até à conclusão do processo de inventário.

---

<sup>479</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 114.

<sup>480</sup> Pode afirmar-se que “o título executivo constitui o documento comprovativo da obrigação cujo cumprimento se pretende e é, simultaneamente, constitutivo do direito da entidade exequente” – cfr. MARTINS, Jesuino Alcântara, *O Processo de Execução Fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social*, Lisboa, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2016, p. 19.

<sup>481</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 115.

#### **4.3.1. A situação especial do cônjuge do executado**

Como já referido, o cônjuge do executado deve ser chamado à execução fiscal para, quando for caso disso – ou seja, quando se trate de coimas ou dívidas tributárias da responsabilidade tributária exclusiva de um dos cônjuges, ou quando a penhora incida sobre bens móveis ou imóveis sujeitos a registo – requerer a separação patrimonial.

Cumprе relembrar que é o art. 239º do CPPT que determina que, depois de efetuada a penhora, seja citado o cônjuge do executado quando se verifique o caso do art. 220º do CPPT, ou seja, quando tenham sido penhorados bens comuns do casal numa execução por dívidas da exclusiva responsabilidade de um deles.

Diga-se, contudo, que a citação do cônjuge acontecerá também noutros casos. Podem ter sido penhorados bens que, mesmo sendo bens próprios, não estejam na integral disponibilidade do executado, como acontece com os bens imóveis e com o estabelecimento comercial, se o regime de bens do casamento for de comunhão, ou com a casa de morada de família, seja qual for o regime de bens, uma vez que em nenhum dos regimes de bens a casa de morada de família poderá ser alienada, onerada ou arrendada sem o consentimento de ambos os cônjuges, ainda que seja bem próprio de um deles (art. 1682º-A do CC). Acrescente-se que o mesmo se pode verificar, ainda que de forma excecional, quanto a determinados bens móveis, devido ao art. 1682º, nº 3, do CC.

Poderá fazer-se uma crítica ao facto de esta citação ser feita em simultâneo com a dos credores, pois estes são chamados, como se verá, para reclamar os seus créditos providos de garantia real sobre determinados bens. Tendo isto em conta, deve pensar-se que, se for requerida a separação, os bens penhorados ou alguns dos bens penhorados podem deixar de pertencer ao executado, pelo que as reclamações de crédito relativas a esses bens perderão interesse. Assim, pode defender-se que a citação dos credores deve aguardar, relativamente aos bens comuns penhorados, a decisão do processo de inventário, quando este seja requerido<sup>482</sup>.

Diga-se ainda, e tendo por referência o art. 220º do CPPT, que se retira deste artigo que o pagamento de uma coima será, naturalmente, uma responsabilidade individual do cônjuge que é alvo da coima, dado que, como se está perante uma sanção, apenas o infrator poderá ser responsabilizado por ela, a menos que a lei configure uma responsabilidade civil subsidiária de outrem. Mesmo quando haja responsabilidade de ambos os cônjuges, como no caso da dívida de IRS quando tenha havido declaração conjunta de rendimentos, pode defender-se que não se deve

---

<sup>482</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 125.

excluir a averiguação da responsabilidade individual de cada um deles pelo não cumprimento, até porque, sendo a culpa um elemento que integra sempre o tipo legal de ilícito, mesmo que contraordenacional, apenas é suscetível de um juízo individual<sup>483</sup>.

É importante, agora, acrescentar algumas considerações. Como o art. 239º do CPPT determina a citação do cônjuge do executado nos casos já referidos, é conveniente ter em atenção que a qualidade de “cônjuge do executado” que este artigo prevê apenas ocorrerá quando ambos os cônjuges não sejam - ou não devam ser, executados desde o início, ou seja, nos casos em que a execução fiscal não é dirigida desde o início contra ambos os cônjuges<sup>484</sup>.

É necessário, assim, distinguir os casos de citação do cônjuge do executado quando esteja em causa a cobrança de uma coima fiscal ou o fundamento da execução seja a responsabilidade tributária de um dos cônjuges, daqueles casos em que a responsabilidade é de ambos e a penhora incide sobre bens imóveis ou móveis sujeitos a registo.

Nos casos de execução para cobrança de uma coima fiscal, como a responsabilidade tributária será exclusiva de um dos cônjuges e a dívida intransmissível, a citação do cônjuge do executado deverá ser efetuada no prazo de 20 dias (nos termos do art. 220º do CPPT, tal como decorre dos arts. 740º e 741º do CPC, aplicáveis *ex vi* art. 2º, al. e), do CPPT), para que este possa requerer a separação judicial de bens, no prazo de 30 dias, sob pena da execução fiscal prosseguir sobre os bens penhorados.

Nos casos em que a responsabilidade tributária pela dívida é exclusiva de um dos cônjuges, a citação deverá igualmente ser efetuada no prazo de 20 dias, de acordo com o art. 220º do CPPT, o que ocorrerá nos casos de efetivação da responsabilidade subsidiária, nomeadamente quando um dos cônjuges tenha exercido o cargo de administrador, diretor ou gerente de uma pessoa coletiva, nos termos do art. 24º da LGT. Assim, o cônjuge será citado também nestes casos em que a dívida não é comunicável, de forma a poder requerer a separação judicial de bens<sup>485</sup>.

Desta forma, quer esteja em causa a cobrança de uma dívida da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges ou de uma coima fiscal, quer quando esteja em causa a

---

<sup>483</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, p. 110.

<sup>484</sup> Cfr. SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e de Processo Tributário - Volume IV- Anotado e Comentado*, Lisboa, Áreas Editora, 2011, p. 28.

<sup>485</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário - Volume II, op. cit.*, p. 629.

efetivação da responsabilidade subsidiária, o cônjuge do executado deverá ser citado, de acordo com o art. 220º do CPPT, para requerer a separação judicial de bens.

Diferentemente, nos casos em que a dívida responsabiliza ambos os cônjuges mas a penhora incide sobre bens imóveis ou móveis sujeitos a registo, o cônjuge do executado deverá ser citado nos termos do art. 190º do CPPT, beneficiando dos mesmos direitos processuais que o executado, o que significa que poderá apresentar a oposição à execução fiscal, requerer o pagamento da dívida em prestações ou a dação de bens em pagamento, nos mesmos termos que o executado.

Pode entender-se que, nestes casos, o cônjuge do executado será citado nos termos do art. 239º do CPPT para pagar a dívida exequenda (o que se poderá compreender, pois a responsabilidade pela dívida é de ambos os cônjuges), requerer o pagamento em prestações, oferecer bens em pagamento ou deduzir oposição judicial<sup>486</sup>.

Houve, no processo de execução fiscal, uma intenção clara de alargamento dos casos de obrigatoriedade de citação do cônjuge em relação aos que estão previstos no processo civil. Previu-se a obrigatoriedade de citação do cônjuge qualquer que seja o regime de bens do casamento e sempre que sejam penhorados bens imóveis ou bens móveis sujeitos a registo, independentemente de, à luz da lei civil, o cônjuge executado ter ou não poder para os alienar livremente. É esta a conclusão que se pode tirar quando se constata que o CPPT não incluiu a restrição à obrigatoriedade de citação que o CPC estabeleceu no seu art. 864º, nº 3, al. a), quanto aos imóveis que o cônjuge executado pode alienar livremente.

Este alargamento que o CPPT faz em relação ao CPC parece mostrar que a razão de ser da obrigatoriedade de citação do cônjuge, na execução fiscal, não será, pelo menos primacialmente, a defesa dos interesses patrimoniais do cônjuges, uma vez que, se fosse, bastaria obrigar à citação nos casos em que estivessem em causa bens de que o executado não pudesse dispor livremente, como acontece no processo civil.

Tendo isto em conta, parece ser de concluir que o motivo para a obrigatoriedade de citação do cônjuge do executado – quando a penhora incida sobre bens imóveis ou móveis sujeitos a registo – se relaciona com a obrigação de registo, pretendendo-se proteger a segurança e estabilidade das vendas no processo de execução fiscal, e invocando que esta sai reforçada com

---

<sup>486</sup> Cfr. MARTINS, Jesuino Alcântara, e ALVES, José Costa, *Procedimento e Processo Tributário: uma perspectiva prática*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 337.

a convocação do cônjuge para o processo de execução, pois este é titular de variados direitos patrimoniais conexados com os do executado, que poderão ser lesados no processo<sup>487</sup>.

Há ainda que equacionar a possibilidade de a citação do cônjuge do executado ser efetuada de forma errada nos termos do art. 220º do CPPT, com o objetivo de permitir que o cônjuge requeira a separação judicial de bens, quando, pela posição que este assume no processo, e que é paralela à do executado, ele deveria ser citado nos termos do art. 190º do CPPT, tendo assim direitos processuais idênticos aos do executado.

Neste caso, há quem defenda que está em causa a falta de citação, significando isso que se verificará uma nulidade insanável do processo de execução fiscal, de acordo com o art. 165º, nº 1, al. a), do CPPT, uma vez que se prejudica a possibilidade de defesa do interessado<sup>488</sup>.

#### **4.3.2 Falta de citação do cônjuge e dos credores**

Quando se verifique falta de citação do cônjuge do executado, porque esta foi erradamente feita nos termos do art. 220º do CCPT (ou falta de citação dos credores em geral, quando esta seja omitida), a consequência será a nulidade insanável do processo de execução fiscal, de acordo com o art. 165º, nº 1, do CPPT.

A nulidade é de conhecimento oficioso, podendo ser arguida no processo de execução fiscal até ao trânsito em julgado da decisão final. Assim, a arguição desta nulidade deverá ocorrer na própria execução, como sucede com as nulidades referentes à falta de citação do executado, sob a forma de requerimento, devendo ser apreciada pelo órgão de execução competente<sup>489</sup>.

Se a decisão que o órgão de execução proferir for desfavorável, e como se trata de um ato praticado pelo órgão de execução fiscal, poder-se-á reclamar para o tribunal tributário de 1ª instância nos termos dos arts. 267º e ss. do CPPT<sup>490</sup>. Tem sido este, também, o entendimento da jurisprudência dos tribunais superiores, como se pode ver no acórdão do STA de 14 de maio de 2015<sup>491</sup>, onde se entendeu que “A falta de citação do cônjuge do executado, quando possa prejudicar a defesa do interessado, configura nulidade insanável de conhecimento oficioso, que pode ser arguida até ao trânsito em julgado da decisão final (artigo 165.º, n.ºs 1 e 4 do CPPT)”, e ainda que “Essa nulidade insanável deverá ser arguida no processo de execução fiscal por forma

<sup>487</sup> Cfr. SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e de Processo Tributário - Volume IV- Anotado e Comentado*, op. cit., pp. 28 e 29.

<sup>488</sup> Cfr. Idem, ibidem, pp. 29 a 30.

<sup>489</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário - Volume II*, op. cit., p. 631.

<sup>490</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 361.

<sup>491</sup> Cfr. acórdão do STA de 14/5/2015, proc. nº 0380/15, in <http://www.dgsi.pt/ista.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/faec2b6dcc1b906380257e4900390056?OpenDocument>

a provocar uma decisão do órgão de execução fiscal e só depois, sendo desfavorável, dela deverá reclamar-se”.

Ainda nesta questão de saber o que poderá ser feito quando o cônjuge vê penhorados bens seus e a citação não ocorreu, pode ainda levantar-se a possibilidade de, para além da arguição da nulidade com base falta de citação, se poder deduzir o incidente de embargos contra a penhora que ofenda um bem do património do cônjuge (art. 237º, nº 1, do CPPT)<sup>492</sup>.

O STA tem entendido, porém, que deve ser arguida a nulidade com fundamento em falta de citação. Pode retirar-se isto de um excerto de um acórdão seu<sup>493</sup> onde se refere que “nestes casos, não podendo o processo prosseguir sem a citação do cônjuge (art. 239º, nº 1, deste Código), seria incompreensível que se admitisse o cônjuge a deduzir embargos de terceiro, por ter a qualidade de terceiro (por não ter sido ainda citado), para, depois de constatada a falta da sua obrigatória citação, ter de a efetuar, retirando-lhe ao embargante a qualidade de terceiro, sem a consequente ilegitimidade superveniente”.

No mesmo acórdão, o STA afirma ainda que “sendo a falta de citação, nestas situações, suscetível de prejudicar a defesa do citando, ela constituirá uma nulidade insanável de conhecimento oficioso a todo o tempo, pelo que o meio processual mais adequado para o cônjuge indevidamente não citado defender os seus direitos processuais será a arguição da correspondente nulidade, para, na sequência da citação obrigatória, exercer todos os poderes que a lei lhe confere”.

Quanto aos efeitos da falta de citação do cônjuge (ou do credor) com garantia real, pode defender-se o “indevido prosseguimento” do processo de execução fiscal, com os efeitos previstos no art. 786º, nº 6, do CPC, pelo que a falta de citação do credor terá os mesmos efeitos que a falta de citação do executado, embora esta não tenha como consequência a anulação das vendas, adjudicações, remições ou pagamentos já efetuados, das quais o exequente não tenha sido o exclusivo beneficiário. Nestes casos, porém, deve reconhecer-se à pessoa que devia ter sido citada o direito a uma indemnização, por parte do exequente ou de outro credor pago em vez dela, segundo as regras do enriquecimento sem causa, e ressalvando a eventual responsabilidade civil que poderá recair sobre a pessoa a quem seja imputável a falta de citação<sup>494</sup>.

---

<sup>492</sup> Cfr. ROCHA, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, op. cit., p. 388.

<sup>493</sup> Cfr. acórdão do STA de 29/11/2006, proc. 0174/06, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/451bb3768c5bec7e80257243004246eb?OpenDocument>

<sup>494</sup> Cfr. NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., p. 631, e SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume IV, Anotado e Comentado*, op. cit., pp. 32 e 34.



Assim, considera-se que se a arguição da nulidade por falta de citação tiver lugar antes da venda, adjudicação de bens, remições ou pagamentos, e se esta falta puder prejudicar a defesa do interessado, terá sempre como consequência a anulação dos termos subsequentes do processo de execução fiscal, aproveitando-se as peças úteis ao apuramento dos factos, nos termos do art. 165º, nº 2, do CPPT. Já se a arguição por falta de citação for realizada após a venda, adjudicação de bens, remições ou pagamentos, a anulação só poderá ter lugar se o exequente tiver sido o exclusivo beneficiário dele, reconhecendo-se o direito de indemnização do sujeito indevidamente citado, nos termos do art. 786º, nº 6, do CPC<sup>495</sup>.

Importa agora analisar a diferença que existe entre a norma fiscal do art. 239º do CPPT e a correspondente norma do Código de Processo Civil, que é o art. 786º, nº 1, al. a), do CPC<sup>496</sup>. Esta norma do Código de Processo Civil afirma, no essencial e na parte que aqui interessa, que a citação do cônjuge deve acontecer quando “a penhora tenha recaído sobre bens imóveis ou estabelecimento comercial que o executado não possa alienar livremente”, ou seja, quando se verifique uma das situações previstas no art. 1682º-A do CC. Já o art. 239º do CPPT, por seu turno, determina que a citação do cônjuge do executado aconteça sempre que a penhora incida sobre bens imóveis ou móveis sujeitos a registo.

Há, como se poderá ver, uma grande diferença, e essa diferença não poderá deixar de ser considerada intencional, até porque a parte final do art. 239º do CPPT, relativa a bens móveis sujeitos a registo, surgiu de um acrescento em relação ao que dispunha a norma anterior (o art. 231º do CPT).

Na verdade, pode criticar-se, como já houve Autores a criticar<sup>497</sup>, esta restrição da lei processual civil, assim como se pode defender que deveria haver coincidência entre os pressupostos desta citação e o que o Código de Processo Civil dispõe acerca das ações que devem ser propostas contra ambos os cônjuges (art. 34º do CPC). Pode entender-se que, na adaptação que se fez do princípio (coincidência entre a legitimação substancial e a legitimação processual)

---

<sup>495</sup> Cfr. SOUSA, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume IV, Anotado e Comentado*, op. cit., pp. 32 e 34, e NETO, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, op. cit., pp. 631 e 632

<sup>496</sup> Art. 786º, nº 1, al. a) do CPC:

“1 - Concluída a fase da penhora e apurada, pelo agente de execução, a situação registral dos bens, são citados para a execução:

a) O cônjuge do executado, quando a penhora tenha recaído sobre bens imóveis ou estabelecimento comercial que o executado não possa alienar livremente, ou quando se verifique o caso previsto no n.º 1 do artigo 740.º;

Art. 740º, nº 1, do CPC:

“1 - Quando, em execução movida contra um só dos cônjuges, forem penhorados bens comuns do casal, por não se conhecerem bens suficientes próprios do executado, é o cônjuge do executado citado para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida, sob pena de a execução prosseguir sobre os bens comuns”.

<sup>497</sup> Cfr. CASTRO, Artur Anselmo de, *A Acção Executiva Singular, comum e especial*, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1973, p.170 e ss.

para a execução, ficaram de fora os bens móveis e os créditos, tal como os próprios direitos relativos a bens imóveis, quando a finalidade de tal princípio exigiria que todos fossem tidos em conta, como foram para a fase declaratória.

Saliente-se agora, contudo, que mesmo a aceitar este entendimento, que não é pacífico, a verdade é que, em processo fiscal, o cônjuge será citado quando a penhora tenha incidido sobre alguns bens móveis na disponibilidade do executado – os sujeitos a registo – e não o será quando a penhora tenha incidido sobre bens móveis que este não poderia alienar sem a sua intervenção. Assim, a citação acontecerá em casos em que, mesmo face à lei substantiva, não se justificaria, e não acontecerá quando até se justificaria<sup>498</sup>.

Refira-se ainda que, com a reforma de 1995/96, o art. 864º do CPC deixou de estabelecer a obrigação de citação do cônjuge do executado sempre que fossem penhorados quaisquer imóveis, e restringiu a sua intervenção na execução aos casos em que teria de ser ouvido numa alienação voluntária destes. Afastou-se, desta forma, uma tradição que já vinha do Código de Seabra e que se manteve durante bastante tempo, mesmo com as alterações ocorridas na lei substantiva<sup>499 500</sup>.

O legislador de 2003 manteve essa tradição, pois, segundo a sua redação da norma, o cônjuge do executado volta a ser citado sempre que a penhora tenha incidido sobre bens imóveis, independentemente do facto de o executado os poder ou não alienar livremente.

O Código de Procedimento e Processo Tributário, por seu lado, veio reforçar a intervenção conjugal, mantendo-a em relação a quaisquer imóveis e alargando-a em relação aos bens móveis sujeitos a registo, talvez por considerar que são, em regra, os de maior valor, ou por mera analogia para com os bens imóveis.

Esta alteração poderá ser entendida como uma concretização dos princípios afirmados no preâmbulo do Código quanto à execução fiscal: adequação ao modelo do novo processo civil mas, simultaneamente, ampliação as garantias do executado e de terceiros<sup>501 502</sup>.

---

<sup>498</sup> Cfr., sobre este tema, MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 126.

<sup>499</sup> Cfr. CARDOSO, Álvaro Lopes, *Manual da Ação Executiva*, Coimbra, Almedina, 1996, p. 463.

<sup>500</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 127.

<sup>501</sup> Como se pode ler no Preâmbulo do CPPT “Na execução fiscal, que integra o título IV, avulta essencialmente a sua adequação ao modelo do novo processo civil, acentuando-se a ideia de uma execução não universal, mas simultaneamente ampliando-se as garantias do executado e de terceiros”.

<sup>502</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 127.

### 4.3.3 Poderes processuais do cônjuge do executado

Pode dizer-se que, tradicionalmente, a fórmula da citação era “para assistirem aos termos da execução”, embora se pudesse considerar que tal fórmula limitaria os poderes processuais do cônjuge aos de um simples ou mero assistente, isto se não se considerassem ainda mais restritos por serem raros os atos da execução em que se pode reconhecer-lhe um interesse próprio, que é um requisito da assistência<sup>503</sup>.

Antes da reforma de 2003, o art. 864º-B do CPC, com a epígrafe de “Estatuto processual do cônjuge do executado”, determinava que este era admitido a deduzir oposição à penhora e a exercer, nas fases da execução posteriores à sua citação, todos os direitos que a lei confere ao executado. Como as fases posteriores são a verificação e graduação de créditos e a venda, a intervenção do citado parece limitar-se, para além da oposição à penhora, à possibilidade de impugnar créditos reclamados e reclamar de atos praticados na venda. Assim, o estatuto processual do cônjuge do executado pareceria ser, em suma, o de parte principal, mas apenas quanto aos atos processuais que ocorressem posteriormente à sua citação, sendo, desta forma, uma intervenção muito reduzida<sup>504</sup>.

Assim, a questão de saber se o cônjuge do executado pode deduzir embargos, hoje oposição à execução, é uma questão antiga que dividia a doutrina processual civilista<sup>505</sup>.

Aqueles que, antes da reforma de 2003, negavam a possibilidade de deduzir embargos, e que constituíam a maioria, suportavam o seu argumento, fundamentalmente, no atraso que daí poderia resultar para a execução e, ainda, na especificidade dos embargos do executado como meio de oposição à execução, independentes, em geral, dos bens sobre os quais venha a incidir a penhora<sup>506</sup>.

Contudo, deve entender-se que, ao menos em processo de execução fiscal, o cônjuge do executado deve ser admitido a deduzir oposição<sup>507</sup>.

---

<sup>503</sup> Cfr. CASTRO, Artur Anselmo de, *A Acção Executiva Singular, comum e especial*, op. cit., 1973, p.182 e ss. e Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 127.

<sup>504</sup> Cfr. REIS, Alberto dos, *Processo de Execução*, Volume II, Coimbra, Coimbra Editora, 1982, p. 207, e MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 128.

<sup>505</sup> Antes da Reforma de 2003, e a favor da admissibilidade, ver MARQUES, João Paulo Remédio, *Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto*, Coimbra, Almedina, 2000, p. 365; contra a admissibilidade, ver SOUSA, Miguel Teixeira de, *Acção Executiva Singular*, Lisboa, Lex, 1998, p. 322, e FREITAS, José Lebre de, *A acção executiva: à luz do código revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2001, p. 322.

<sup>506</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 128.

<sup>507</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 128.

É necessário considerar, desde logo, e como já referido, que a intervenção do cônjuge do executado não se pode justificar pela necessidade de qualquer consentimento na alienação, pois numa venda coerciva não existe, por definição, a necessidade desse consentimento. Além disso, os casos em que esta citação tem lugar não coincidem com aqueles em que tal consentimento teria de existir, se estivesse em causa uma alienação voluntária.

A intervenção do cônjuge do executado só se poderá justificar, de forma geral, em razão de um interesse próprio, a defesa do património familiar, qualquer que seja a titularidade de cada um dos bens que o constituem.

Além disso, é necessário atender ao art. 16º, nº 5, da LGT, segundo o qual qualquer dos cônjuges pode praticar todos os atos relativos à situação tributária do agregado familiar e ainda os relativos aos bens ou interesses de outro cônjuge, desde que este os conheça e não se lhes tenha expressamente oposto.

Se formos além de um entendimento estrito da expressão “situação tributária do agregado familiar” (reduzido às questões que se suscitam em sede de IRS quando haja opção pela tributação conjunta), julgamos ser possível afirmar que teria de ser aceite uma oposição à execução, deduzida no prazo de que o executado dispõe para tal, subscrita pelo seu cônjuge ou por mandatário por este constituído, uma vez que existe uma presunção legal de mandato sem representação de cada um dos cônjuges a favor do outro em matéria tributária. Tal não parece ser equivalente à simples gestão de negócios de um cônjuge feita pelo outro prevista na lei civil, mais especificamente no art. 1679º do CC<sup>508</sup>. Assim, e quanto àquilo que aqui interessa, seria conforme ao sistema da nossa lei fiscal a possibilidade de um cônjuge intervir no processo, em nome próprio, em defesa dos interesses tributários do outro<sup>509</sup>.

Pode dizer-se que, tradicionalmente, o argumento mais forte contra a possibilidade de o cônjuge deduzir oposição à execução era, como referido, o de que tal levaria o processo a voltar atrás e regressar a uma fase já ultrapassada. Este argumento, contudo, assenta num pressuposto que não é verdadeiro: o de que a citação do executado acontece sempre antes (e sublinhe-se este “antes”) da penhora, e que esta só tem lugar depois de decorrido o prazo para a oposição. Sucede que tal já não acontece assim, nem em processo civil nem em processo de execução fiscal.

Para além do que foi dito, deve ainda atender-se ao facto de, em processo civil, estarem em causa obrigações de direito privado. Diga-se que a autonomia patrimonial de cada um dos

---

<sup>508</sup> Cfr., sobre a gestão de negócios referida, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., pp. 387 e ss.

<sup>509</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 129.

cônjuges, ainda que com limitações resultantes do casamento, merecerá o respeito da lei, e que essa autonomia implicará que se deva ter como existente uma dívida confessada, mesmo quando essa confissão resulte da inércia processual (do facto de o cônjuge pretensamente devedor não a ter impugnado no tempo e pelos modos próprios – de não ter, no caso, deduzido embargos)<sup>510</sup>. No que respeita aos direitos disponíveis, cada um dos cônjuges não pode impor a sua vontade ao outro, impedindo-o de confessar uma dívida, ainda que inexistente<sup>511</sup>.

Este entendimento não poderá ser transposto para o Direito Fiscal, uma vez que não existem obrigações de imposto apenas porque um contribuinte decidiu reconhecê-las. A administração tributária não deve, naturalmente, prosseguir com a execução de um crédito fiscal que reconheça ser ilegal, devendo nesse caso anular oficiosamente a liquidação em causa, ainda que tal dívida não seja objeto de impugnação. É do interesse público que não sejam cobrados impostos ilegalmente, e esse interesse público já não está presente no direito privado. Se a ilegalidade que o tribunal ainda poderá conhecer for a ilegalidade abstrata da dívida, parece ser de reforçar as oportunidades de um tal conhecimento. Parece que não se deverá recusar a um interessado, como é o cônjuge do executado, a possibilidade de tentar repor judicialmente a legalidade da obrigação de imposto, ainda mais nos estritos limites que a oposição à execução em processo fiscal permite.

Acrescente-se, ainda, que se deve ter em conta que a execução fiscal não segue o modelo de um processo “verdadeiramente judicial”, no sentido em que não se verifica sempre a intervenção de um juiz, que, por definição, será capaz, mais do que qualquer outro, de vigiar a legalidade, sendo que é a legalidade que está aqui em causa. Normalmente, neste processo, o juiz só terá contacto com o processo e só será chamado a apreciar a legalidade da execução se existir oposição<sup>512</sup>.

O Código de Processo Civil definiu, na reforma de 2003, qual o estatuto do cônjuge do executado quando deva ser citado na execução. De forma simples, poderá dizer-se que passa a ter a mesma legitimidade processual que o executado<sup>513</sup>. O cônjuge poderá, assim, e além de se poder opor à penhora, deduzir oposição à execução. Poderá também, como já podia anteriormente a 2003, intervir nas fases posteriores do processo.

---

<sup>510</sup> É de referir que o processo civil se rege, no que respeita à vontade das partes, pelos princípios do dispositivo e da disponibilidade das partes – cfr. SOUSA, Miguel Teixeira de, *Apreciação de alguns aspectos da revisão do processo civil – Projecto*, in “Revista da Ordem dos Advogados”, ano 55, vol. II, pp. 357 e ss.

<sup>511</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., pp. 129 e 130.

<sup>512</sup> Cfr. Idem, ibidem, p. 130.

<sup>513</sup> Cfr. SILVA, Paula Costa e, *A Reforma da Ação Executiva*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 99 e ss.

Ressalve-se que tal irá suceder independentemente do facto que originou a citação: pode ter sido penhora de bens comuns em execução movida apenas contra o outro cônjuge ou penhora de determinados bens. Assim, se a causa da citação for a penhora de bens comuns do casal, o cônjuge do executado pode opor-se à execução, assim como pode requerer a separação de bens do casal<sup>514</sup>.

Pode entender-se que estas alterações referidas se devem aplicar ao processo de execução fiscal, mesmo sem ser necessário uma alteração ao Código de Procedimento e Processo Tributário. Isto porque o art. 239º do CPPT não nos diz para que efeitos é citado o cônjuge do executado, sendo que o motivo ou razão de tal citação sempre se apurou através do recurso, a título subsidiário, às normas pertinentes do Código de Processo Civil<sup>515 516</sup>.

## **5. A penhora de bens comuns do casal em processo civil – breve referência**

Pensamos ser importante, agora, fazer referência ao processo civil e à penhora de bens comuns do casal em processo civil. Embora no primeiro capítulo já tenha sido feita uma breve referência, consideramos ser este o lugar para tecer mais considerações sobre o tema.

### **5.1. A penhora de bens comuns em execução movida apenas contra um dos cônjuges**

O art. 740º do CPC é o preceito que regula o regime da penhora de bens comuns do casal em caso de execução movida apenas contra um dos cônjuges. Diga-se que este regime apenas será aplicado aos casos em que os cônjuges são casados sob os regimes de comunhão de adquiridos ou de comunhão geral de bens, dado que, no regime da separação de bens, não existem bens comuns do casal.

Com isto, se forem penhorados bens comuns do casal numa ação executiva movida contra um dos cônjuges, por não se conhecerem bens suficientes próprios do executado, o cônjuge do executado (ou o ex-cônjuge, se ainda não tiverem sido partilhados os bens comuns do casal)

---

<sup>514</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 131.

<sup>515</sup> O recurso subsidiário ao CPC pode ver-se até nos acórdãos. Cfr acórdão do TCAN de 26/4/2012, proc. nº 00927/11.4BEAVR, in <http://www.dgsi.pt/itcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/92f0707b932e4105802579fe004c9279?OpenDocument>, onde se escreveu que, em relação ao art. 239º do CPPT, “o cônjuge do executado assume a posição de um verdadeiro co - executado, podendo exercer todos os direitos processuais que são atribuídos ao próprio executado, como resulta do art. 864º-A do CPC”.

<sup>516</sup> Cfr. MORAIS, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, op. cit., p. 131.

deve ser citado para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida<sup>517</sup>.

Verificando-se esta situação, e se o cônjuge do executado, uma vez citado, nada fizer, então a execução prosseguirá sobre os bens comuns do casal que tiverem sido concretamente penhorados, dado que “a garantia que o património do devedor executado constitui para a satisfação do crédito do exequente não pode ser defraudada pela inércia do cônjuge do executado, que foi citado para requerer a separação de bens”<sup>518</sup>. Se o cônjuge do executado nada fizer, este carecerá também de legitimidade para, em ação de reivindicação posterior, tentar tutelar o direito que deveria já ter acautelado em sede de embargos de terceiro ou incidente de separação de bens.

Se acontecer de o cônjuge do executado não ser citado, este poderá deduzir embargos de terceiro contra a penhora de bens comuns do casal (art. 343º do CPC), sendo que não lhe é lícito deduzir oposição à penhora desses bens, dado que este é um meio exclusivo do executado. Diga-se que, mesmo que o cônjuge do executado venha a deduzir embargos de terceiro, de forma procedente, quanto à penhora de bens comuns do casal, pelo facto de não ter sido citado, nada impedirá que o exequente, na mesma execução, volte a penhorar os bens comuns do casal, pedindo, na altura, a citação do cônjuge do executado<sup>519</sup>.

Depois de apensado o requerimento de separação ou de junta a certidão judicial comprovativa da pendência da ação de separação de bens, a execução fica suspensa até à partilha, ou seja, a execução fica a aguardar pelo inventário dos bens comuns do casal e subsequente repartição dos mesmos pelos cônjuges.

A separação de bens, em caso de penhora de bens comuns do casal, segue os termos do processo de inventário em consequência da separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação do casamento, com as seguintes especificidades: 1) o exequente tem o direito de promover o andamento do inventário; 2) não podem ser aprovadas dívidas que não estejam devidamente documentadas; 3) o cônjuge do executado tem o direito de escolher os bens com

---

<sup>517</sup> Refira-se, como já se viu anteriormente neste trabalho, que pelas dívidas da responsabilidade exclusiva de um dos cônjuges respondem em primeiro lugar os bens próprios do cônjuge devedor e, subsidiariamente, a sua meação nos bens comuns do casal, como consta do art. 1691º, nº 1, do CC. Pelas dívidas que são da responsabilidade de ambos os cônjuges respondem os bens comuns do casal e, na falta ou insuficiência deles, de forma solidária, os bens próprios de qualquer dos cônjuges. No regime de separação de bens a responsabilidade dos cônjuges não é solidária.

<sup>518</sup> Cfr. acórdão do TRC de 29/11/2005, proc. nº 2383/05, in <http://www.dgsi.pt/itrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/32f50a5c398f3ab4802570d800534223?OpenDocument>

<sup>519</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2019, p. 267.

que deve ser formada a sua meação e, se usar desse direito, são notificados da escolha os credores, que podem reclamar contra ela, fundamentando a sua reclamação<sup>520</sup>.

Se, na sequência dessa partilha, os bens penhorados ficarem a pertencer ao executado, a execução prossegue sobre esses bens. Já se os bens penhorados não couberem ao executado, mas antes ao seu cônjuge, podem ser penhorados outros bens que lhe venham a ser adjudicados na partilha, permanecendo a anterior penhora até à nova apreensão.

Se na partilha não forem adjudicados bens ao executado, cabendo-lhe antes o direito a receber tornas, ou seja, uma compensação pecuniária correspondente à sua quota-parte na partilha, nessa situação, e por aplicação analógica do regime da penhora de créditos, o cônjuge do executado deve entregar as tornas ao agente de execução, não ficando desonerado dessa obrigação se entregar as tornas ao executado<sup>521</sup>.

## **5.2. O incidente de comunicabilidade da dívida**

É importante começar por referir que, no processo executivo, vigora o princípio da legitimidade formal, de acordo com o art. 53º do CPC, pelo que a ação executiva deverá ser promovida pela pessoa que figura no título executivo como credora, devendo ser proposta contra a pessoa que, também no título executivo, figure como devedora.

Todavia, é importante salientar que, para além das exceções ao princípio da legitimidade formal previstas no art. 54º do CPC, a lei prevê também a possibilidade de o exequente alegar, de forma fundamentada, que a dívida é comum ou comunicável ao cônjuge do devedor, ainda que aquele não figure como devedor no título executivo<sup>522</sup>.

Desta forma, e de acordo com o art. 741º, nº 1, do CPC, se for movida uma ação executiva apenas contra um dos cônjuges, por ser ele a constar em exclusivo com essa qualidade no título executivo, o exequente poderá, de forma fundamentada, alegar que a dívida é comum do casal, sendo que, nesse caso, passarão a responder por essa dívida, para além da totalidade dos bens comuns do casal, os bens próprios de qualquer um dos cônjuges.

Saliente-se, contudo, que o exequente só pode alegar que a dívida é comum do casal se o título executivo revestir natureza extrajudicial, dado que, se o título executivo for judicial, o autor

---

<sup>520</sup> Com a aprovação da Lei nº 117/2019, de 13 de setembro, estas regras passam a estar definidas no art. 1135º do CPC. Antes da referida lei, estas regras constavam dos arts. 79º e 81º da Lei nº 23/2013, de 5 de março, que aprovou o regime jurídico do processo de inventário, sendo que esse regime foi revogado.

<sup>521</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, op. cit., p. 268.

<sup>522</sup> Qualquer dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro, de acordo com o art. 1690º, nº 1, do CC. As dívidas conjugais podem comunicar-se quando responsabilizem ambos os cônjuges (arts. 1691º, nº 1 e 2, e 1694º, nº 1 e 2, do CC), sendo incomunicáveis quando são da responsabilidade de apenas um dos cônjuges (art. 1692º, 1693º e 1694º do CC). O art. 1691º versa sobre as dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges.



teria de demandar ambos os cônjuges em sede declarativa, de maneira a obter um título executivo contra os dois (art. 34º, nº 3, do CPC).

A alegação da comunicabilidade da dívida pode ser feita no próprio requerimento executivo ou em incidente autónomo (arts. 293º a 295º do CPC), até ao início das diligências para a venda ou adjudicação de bens.

Com a alegação da comunicabilidade surge, na própria execução, um incidente de natureza declarativa que tem por finalidade estender a eficácia do título executivo extrajudicial ao cônjuge do executado, ficando suspensa a venda dos bens comuns e ainda a venda dos bens próprios do executado, até ao proferimento de uma decisão definitiva nesse incidente<sup>523</sup>.

Como já ficou dito antes, quando seja suscitada a comunicabilidade da dívida ao cônjuge do executado, este deverá ser citado para, no prazo de 20 dias, declarar se aceita a comunicabilidade da dívida, baseada no fundamento alegado, com a cominação de, se nada disser, a dívida ser considerada comum, sem prejuízo da oposição que contra ela venha a ser deduzida<sup>524</sup>.

Neste caso, o cônjuge do executado pode adotar uma de três reações: 1) aceitar expressamente a comunicabilidade da dívida, caso em que a execução prossegue contra ambos os cônjuges; 2) omitir qualquer pronúncia, caso em que o silêncio equivale e a aceitação, prosseguindo a execução contra ambos os cônjuges; 3) impugnar a comunicabilidade da dívida, podendo fazê-lo em oposição à execução ou em oposição ao incidente, consoante a comunicabilidade da dívida tenha sido invocada no requerimento executivo ou em incidente autónomo<sup>525</sup>.

Se a dívida for considerada comum, a execução prossegue também contra o cônjuge não executado, cujos bens próprios podem ser nela subsidiariamente penhorados. Por conseguinte, se tiverem sido penhorados bens próprios do executado inicial antes da penhora dos bens comuns, este pode requerer a respetiva substituição (art. 745º, nº 5, do CPC).

Já se a dívida não for considerada comum e tiverem sido penhorados bens comuns do casal, o cônjuge do executado deve, no prazo de 20 dias após o trânsito em julgado da decisão, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência da ação em que a separação tenha sido requerida, sob pena de a execução prosseguir sobre os bens comuns.

---

<sup>523</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, op. cit., p. 270.

<sup>524</sup> Cfr. SOUSA, Miguel Teixeira de, *A execução das dívidas dos cônjuges: perspectivas de evolução*, in "Estudos em memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches", Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, p. 734.

<sup>525</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, op. cit., pp. 270 e 271.

O art. 742º vem, por seu turno, prever a possibilidade de ser o próprio executado a suscitar o incidente de comunicabilidade da dívida, quando o exequente não o tenha feito<sup>526</sup>.

Desta forma, se for movida uma ação executiva apenas contra um dos cônjuges e forem penhorados bens próprios do executado, este pode, na oposição à penhora, alegar fundamentadamente que a dívida que consta de título diverso de sentença é comum, especificando logo quais os bens comuns que podem ser penhorados, caso em que o cônjuge não executado é citado para declarar se aceita a comunicabilidade da dívida.

Se o exequente se vier a opor a esse incidente, ou se a comunicabilidade da dívida tiver sido impugnada pelo cônjuge do executado, a questão é resolvida pelo juiz no âmbito do incidente de oposição à penhora, suspendendo-se a venda dos bens próprios do executado e aplicando-se o disposto no art. 741º, nº 5 e 6, do CPC.

Já se for movida uma ação executiva contra algum ou alguns dos contitulares de património autónomo ou bem indiviso (por exemplo, o caso da compropriedade), não poderão ser penhorados os bens compreendidos no património comum ou uma fração de qualquer deles, nem uma parte especificada do bem indiviso (art. 743º, nº 1, do CPC). Tal sucede porque o contitular do património autónomo ou do bem indiviso não pode alienar nem onerar uma parte especificada desse património ou da coisa comum sem a autorização dos demais contribuintes (ver, por exemplo, o art. 1408º, nº 1, do CC). Apenas poderá ser penhorada a quota-parte (abstrata e ideal) do executado nesse património ou bem indiviso, na proporção dos respetivos titulares.

Se este regime não for respeitado, os demais contitulares do património autónomo ou do bem indiviso podem reagir contra a penhora através de um incidente de embargos de terceiro, dado que são terceiros em relação à execução, sem prejuízo da possibilidade de ser intentada uma ação de reivindicação<sup>527</sup>.

Já se, em diferentes execuções, forem penhorados todos os quinhões no património autónomo ou todos os direitos sobre o bem indiviso, a lei permite a realização de uma única venda<sup>528</sup>, no âmbito do processo em que a penhora tenha sido efetuada em primeiro lugar, com posterior divisão do produto obtido pelos demais credores. Desta forma, este regime permite que se realize uma única venda do património autónomo ou do bem indiviso, com a vantagem de se

---

<sup>526</sup> Cfr. SOUSA, Miguel Teixeira de, *A execução das dívidas dos cônjuges: perspectivas de evolução*, op. cit., p. 739.

<sup>527</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, op. cit., p. 272.

<sup>528</sup> Cfr. acórdão do TRG de 30/11/2017, proc. nº 4047/15.4TBVCT-C.G1, in <http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/46a3fc5e7c38215780258220005521f3?OpenDocument>

garantir um maior interesse de possíveis compradores do patrimônio ou do bem e, consequentemente, um maior preço de venda<sup>529</sup>.

### **5.3. A penhora do salário e da casa de morada de família em específico – breves considerações críticas**

Consideramos importante, agora, tecer umas breves considerações críticas sobre a penhora do salário e da casa de morada de família.

É verdade que, de acordo com o princípio geral da garantia das obrigações, responderão pelo cumprimento da dívida todos os bens do devedor suscetíveis de penhora, isto de acordo com os arts. 601º do CC e 735º do CPC.

Tendo isto em conta, e se for instaurada uma ação executiva apenas contra um dos cônjuges, por uma dívida própria dele ou da responsabilidade de ambos, pode suceder que a penhora venha a recair sobre bens comuns do casal, isto se se verificar inexistência ou insuficiência de bens próprios do cônjuge executado que permitam a satisfação integral da dívida exequenda e das custas. Na verdade, o art. 1696º, nº 1, do CC, diz que “pelas dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges respondem os bens próprios do cônjuge devedor e, subsidiariamente, a sua meação nos bens comuns”.

Contudo, e atendendo àquilo que é a realidade familiar na atualidade, pode entender-se que se deve levar a cabo uma revisão à atual legislação substantiva e processual, especialmente no que respeita à penhora de salários e da casa de morada de família em execução movida contra apenas um dos cônjuges, por dívidas da sua exclusiva responsabilidade<sup>530</sup>.

Quanto ao salário, é sabido que ele é considerado como sendo um bem comum do casal, tanto no regime da comunhão de adquiridos como no regime da comunhão geral de bens (de acordo com os arts. 1724º, al. a), 1732º e 1734º do CC). Desta forma, e seguindo o art. 1696º do CC, se for movida uma ação executiva apenas contra um dos cônjuges, por dívida própria dele, à partida, nada impedirá que se proceda à penhora do salário do cônjuge não executado (quando não se conheçam bens próprios do devedor).

---

<sup>529</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, op. cit., p. 272.

<sup>530</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 166.

É também um dado adquirido, como já foi referido neste trabalho anteriormente, que o atual Código de Processo Civil prevê um mecanismo que visa a proteção do cônjuge não executado na situação em que haja penhora de bens comuns do casal, e que se materializa na obrigação de este ser citado para, no prazo de vinte dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência dessa ação, tal como consta do art. 740º, nº 1, do CPC. Porém, se o cônjuge do executado, depois de citado, nada disser, então a execução poderá prosseguir sobre o seu salário, mesmo que ele não seja responsável pela dívida em causa na execução<sup>531</sup>, como decorre do art. 740º, nº 1, *in fine*, do CPC.

Atente-se que, ainda que o cônjuge do executado requeira a separação de bens ou proceda à junção da certidão comprovativa da pendência dessa ação, a penhora do seu salário irá subsistir até que se proceda à partilha de bens – art. 740º, nº 2, do CPC.

A questão que aqui se pode colocar é a de saber se o salário de um dos cônjuges deverá responder por qualquer dívida que seja da responsabilidade exclusiva do outro, depois de verificada a insuficiência ou a inexistência de bens próprios do devedor que sejam suscetíveis de assegurar o pagamento da dívida exequenda e das demais custas e despesas da execução.

É nosso entendimento<sup>532</sup> que tal não deve acontecer. Na verdade, a possibilidade de o salário de um dos cônjuges responder por dívidas próprias do outro encontra-se desatualizada e desenquadrada do atual contexto das famílias e da sua realidade. É inegável que os cônjuges, contrariamente ao que se verificava no passado, preservam e fazem questão de continuar a deter a sua autonomia, individualidade e independência patrimonial no contexto do casamento. Pense-se que, atualmente, é prática comum que cada um dos cônjuges detenha a sua própria conta bancária para receber lá o seu vencimento.

Além disso, é inegável que a penhora do salário de um dos cônjuges para proceder ao pagamento coercivo de uma dívida que é da responsabilidade do outro, contribuirá, de forma irremediável, para colocar em causa a estabilidade da vida familiar. Isto porque restará ao cônjuge do devedor que não queira responder com o seu salário por uma dívida da exclusiva responsabilidade do outro a possibilidade de requerer a separação de bens, sem prejuízo do prosseguimento da execução.

---

<sup>531</sup> Cfr. acórdão do TRC de 11/7/2012, proc. nº 3806/11.1TJCBR-A.C1, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/fa5cba994b8e2cfa80257aa0004d2d62?OpenDocument>, e acórdão do TRP de 25/5/2006, proc. nº 0632864, in <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/faab376edd6886c180257185003834fc?OpenDocument>

<sup>532</sup> E subscrevendo o entendimento de outros Autores tal como GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 166 e ss.

A solução em causa não é inovadora e já existem alguns ordenamentos jurídicos que consagram expressamente a regra da impenhorabilidade do salário de um dos cônjuges por dívidas próprias do outro, como se verá. Tal é o caso, por exemplo, do ordenamento jurídico francês, onde o art. 1410º do CC francês<sup>533</sup> estabelece o princípio segundo o qual o credor de um dos cônjuges, por uma dívida própria deste, só poderá obter a satisfação do seu crédito através dos bens próprios e dos rendimentos salariais do cônjuge devedor<sup>534</sup>.

Por sua vez, o art. 1414º do CC francês<sup>535</sup>, já referido neste trabalho, preceitua que os rendimentos e os salários de um dos cônjuges só poderão ser penhorados pelos credores do outro cônjuge se estiverem em causa dívidas contraídas para suportar encargos familiares ou de educação dos filhos, de acordo com o disposto no art. 220.º do mesmo código, que estabelece a responsabilidade solidária de cada um dos cônjuges em relação a essas dívidas.

Assim, consideramos que o atual regime substantivo das dívidas dos cônjuges previsto no Código Civil português deverá ser revisto. Deveria ser criada uma norma a estabelecer que apenas o salário próprio do cônjuge devedor deverá responder pelas dívidas próprias de cada um dos cônjuges, sem possibilidade de penhorar o salário do outro cônjuge. Seria esta, ademais, a solução mais coerente e mais próxima da atual realidade socioeconómica das famílias e do contexto em que vivem. Pense-se que se assegurava também, na comparação entre os interesses do credor e do devedor, proteção adequada ao cônjuge do devedor<sup>536</sup>.

No que respeita à casa de morada de família, é importante começar por referir que, no nosso ordenamento jurídico, a habitação beneficia de proteção constitucional, uma vez que o art. 65º da CRP estabelece que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Deve dizer-se, contudo, que “o direito à habitação do cidadão e da família não se confunde com o direito a ter casa própria”<sup>537</sup>. Também o Tribunal Constitucional tem vindo a

---

<sup>533</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/france/topics/2-Existe-um-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla>

<sup>534</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 168.

<sup>535</sup> Cfr. informação providenciada pelo projeto “Couples in Europe”, um projeto desenvolvido pela “Notaries of Europe” com o suporte da Comissão Europeia, disponível em <http://www.coupleseurope.eu/pt/france/topics/2-Existe-um-regime-estatut%C3%A1rio-de-bens-matrimoniais-e-caso-exista-o-que-contempla>

<sup>536</sup> Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., pp. 168 e 169.

<sup>537</sup> Cfr. acórdão do STJ de 5/3/2015, proc. n.º 3762/12.9, in <http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

entender que a penhora de imóvel que constitua a casa de morada de família do executado e/ou do seu agregado familiar não ofende o direito constitucional à habitação<sup>538 539</sup>.

Assim, se for penhorado um bem imóvel que constitua a casa de morada de família, a lei ordinária confere diversos mecanismos de proteção à casa. Por conseguinte, o Código de Processo Civil consagra a possibilidade de suspender a venda executiva da casa de morada de família quando tenha sido interposto recurso da sentença que serve de título à execução (art. 704º, nº 4, do CPC) ou quando tenham sido deduzidos embargos à execução (art. 830º, nº 5 do CPC). O Código de Processo Civil consagra também a possibilidade de nomeação do próprio executado como fiel depositário quando o bem imóvel penhorado constitua a casa de morada de família (art. 756º, nº 1, al. b) do CPC), e de citação obrigatória do cônjuge do executado quando a penhora tenha recaído sobre a casa de morada de família (arts. 786º, nº 1, al. a), e 787º, nº 1, do CPC).

Também o Código Civil estabelece, no seu art. 1682º-A, a necessidade de consentimento de ambos os cônjuges para a alienação, oneração, arrendamento ou constituição de outros direitos pessoais de gozo sobre a casa de morada de família, independentemente do regime de bens do casamento.

Contudo, parece que estas normas não tutelam de forma adequada a casa de morada de família quando esta seja objeto de penhora em execução movida apenas contra um dos cônjuges<sup>540</sup>.

Na verdade, se se penhorar um bem comum do casal que constitua a casa de morada de família, em caso de insuficiência ou inexistência de bens próprios do cônjuge devedor, a lei apenas concede ao cônjuge do executado o direito de ser citado para requerer a separação de bens ou juntar a certidão comprovativa da pendência dessa ação.

Ademais, se for penhorado um bem próprio do executado que constitua a casa de morada de família, a lei apenas confere ao cônjuge do executado a possibilidade de intervir na execução (art. 786º, nº 1, al. a), do CPC), podendo, no prazo de vinte dias, deduzir oposição à penhora, ou exercer, nas fases posteriores à citação, todos os direitos que a lei processual confere ao executado, podendo cumular eventuais fundamentos de oposição à execução (art. 787º, nº 1)<sup>541</sup>.

---

<sup>538</sup> Cfr. acórdão do TC nº 649/99, de 24/11/1999, in <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19990649.html>

<sup>539</sup> Na doutrina, COELHO, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, op. cit., p. 432, salientam que “No direito português, a casa de morada de família não está protegida contra uma penhora, ao contrário do que se passa em outras ordens jurídicas, como, nitidamente, no sistema brasileiro”.

<sup>540</sup> E subscrevendo o entendimento de GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 170 e ss.

<sup>541</sup> Diga-se, sobre o art. 787º do CPC, que “Tal dispositivo normativo corresponde, com alterações, ao anterior artigo 864º-A do CPC de 2003. A Reforma do Processo Civil de 2013 operou, neste âmbito, uma restrição na equiparação entre o estatuto do executado e o estatuto do seu

Parece, assim, que estes regimes jurídicos não impedem a penhora da casa de morada de família, nem evitam a subsequente partilha desse bem ou a sua venda executiva. Parece ainda que tutelam de forma pouco adequada os interesses do cônjuge do executado, pois este, depois de concretizada a venda executiva, ver-se-á confrontado com a obrigação de proceder à desocupação da casa de morada de família, ainda que a execução tenha sido movida apenas contra o outro cônjuge, por dívida da sua responsabilidade exclusiva<sup>542</sup>. Pense-se ainda no contexto de endividamento generalizado da população que se viveu nos últimos tempos e vive atualmente<sup>543</sup>.

Parece ser necessário adotar regras que protejam, de forma efetiva, a casa de morada de família, já que a proteção da família deve sobrepor-se à tutela do credor<sup>544 545</sup>.

Desta forma, e salvaguardando as situações em que o crédito em causa beneficie de hipoteca sobre a casa de morada de família ou diga respeito ao preço devido pela construção ou aquisição desse bem, entendemos que deve ser consagrada a regra da impenhorabilidade da casa de morada de família<sup>546 547</sup>.

Quando esteja em causa a execução de dívida hipotecária para aquisição de habitação própria, e na hipótese de o credor adquirir para si o imóvel por adjudicação ou venda através de proposta em carta fechada, e por analogia ao regime já previsto na Lei n.º 7/2001, de 11 de maio

---

cônjuge, quando citado ao abrigo daquela norma: o CPC de 2003 estabelecia esta equiparação “fosse qual fosse o fundamento da sua citação” (se a penhora tivesse recaído sobre bens imóveis ou estabelecimento comercial que o executado não possa alienar livremente, ou sobre bens comuns), enquanto o artigo 787.º do CPC, de 2013, restringe aquela equiparação ao cônjuge citado da penhora de bens imóveis ou estabelecimento comercial que o executado não possa dispor livremente” – cfr. CARVALHO, Filipa Isabel Santos de, *Os Poderes Processuais do Cônjuge do Executado*, op. cit., p. 86.

<sup>542</sup> E subscrevendo GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 171 e ss.

<sup>543</sup> Diga-se que “A realidade económico-financeira e social do país é hoje, como bem sabemos, um desafio diário para muitas famílias (...) que lutam diariamente pela sua subsistência” - cfr. ROCHA, Susana, *A Independência e a Imparcialidade*, in “Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução”, 2012, p. 7, disponível em [http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms\\_page\\_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf](http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms_page_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf)

<sup>544</sup> Cfr. o entendimento de GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 172 e ss.

<sup>545</sup> Refira-se aqui que o ordenamento jurídico brasileiro confere proteção absoluta à casa de morada de família, dado que consagra na Lei n.º 8.009, de 29 de março de 1990, a regra geral da impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, sendo que o mesmo não pode responder por “qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam”. Contudo, o imóvel que constitua a residência do executado já poderá ser penhorado se a dívida em causa respeitar a um financiamento contraído para a construção ou aquisição do móvel, a um crédito de alimentos, a um imposto, à execução de uma hipoteca que onere esse imóvel, a uma obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação ou por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens. Se o casal ou a entidade familiar possuir vários bens imóveis que sejam utilizados como residência, apenas será impenhorável um único imóvel e o de menor valor. Paralelamente, dispõe o art. 1712.º do Código Civil brasileiro que “O bem de família consistirá em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertenças e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.”, sendo o bem de família constituído com o registo do seu título. Nos termos do art. 1715.º do mesmo código “O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio”.

<sup>546</sup> Cfr. o entendimento de outros Autores tal como GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, op. cit., p. 172 e ss.

<sup>547</sup> Refira-se que, em sede de processo de execução fiscal, e como já referido neste trabalho, o imóvel que constitua casa de morada de família pode ser penhorado, mas não pode ser vendido. Estabelece-se que não haverá lugar à realização da venda de imóvel quando este seja destinado exclusivamente a habitação própria e permanente do devedor ou do seu agregado familiar e quando esteja efetivamente afeto a esse fim (art. 244.º, n.º 2, do CPPT). É importante ter em conta que o imóvel pode ser penhorado, e poderá até já se encontrar penhorado, contudo, e mesmo onerado com a penhora, o imóvel não pode ser vendido.

(respeitante à proteção das uniões de facto), pode propor-se consagrar ao executado e/ou ao seu cônjuge o direito de permanecerem no imóvel na qualidade de arrendatários, nas condições gerais do mercado, fixando o tribunal, em caso de desacordo, as condições gerais do contrato de arrendamento. Assim, parece que esta solução permitiria proteger as famílias nos casos em que, sendo as mesmas mutuárias de créditos à habitação, deixem de reunir as condições para continuarem a assegurar o pagamento das prestações convencionadas nos respetivos contratos de mútuo, dispondo, no entanto, de meios que lhes permitam pagar uma renda mensal pela ocupação do imóvel<sup>548</sup>.

---

<sup>548</sup> Cfr. o entendimento de outros Autores tal como GONÇALVES, Marco Carvalho, *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, *op. cit.*, p. 172 e ss.



## CONCLUSÕES

Pode concluir-se, tendo em conta tudo o que foi referido ao longo desta dissertação, o seguinte:

- I. O casamento é um contrato que acarreta direitos e obrigações para ambas as partes e tem efeitos pessoais e patrimoniais, envolvendo um entrosamento das esferas patrimoniais dos cônjuges que terá várias consequências a nível patrimonial.
- II. Cada casamento estará sujeito a um determinado regime de bens, que regulará os aspetos e questões patrimoniais dos cônjuges, sendo que esse regime poderá, em princípio, ser livremente escolhido pelos nubentes.
- III. No que respeita à responsabilidade por dívidas, cada um dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro. Diga-se, contudo, que essas dívidas podem vir a responsabilizar ambos os cônjuges ou apenas um deles.
- IV. As dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges são, entre outras: as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges para ocorrer aos encargos normais da vida familiar; as dívidas contraídas na constância do matrimónio pelo cônjuge administrador e nos limites dos seus poderes de administração, em proveito comum do casal; as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio;
- V. No que respeita às dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio, a lei estabelece que serão da responsabilidade de ambos os cônjuges as dívidas contraídas no exercício do comércio de um dos cônjuges, exceto quando se prove que não houve intenção de proveito comum por parte do cônjuge que contraiu a dívida, ou quando o regime de bens do casamento é o da separação de bens, casos em que não haverá comunicabilidade da dívida. O art. 15º do CCom prevê que as dívidas comerciais do cônjuge comerciante se presumem contraídas no exercício do seu comércio.
- VI. Assim, e para que a dívida possa responsabilizar ambos os cônjuges, o credor apenas terá de alegar e provar que o cônjuge devedor é comerciante e que a dívida tem natureza comercial, dado que a lei estabelece a dupla presunção de que a dívida, sendo comercial, se considera contraída no exercício do comércio do cônjuge devedor

e contraída em benefício de ambos os cônjuges, havendo, assim, proveito comum do casal. Com isto, pode dizer-se que o cônjuge do comerciante poderá ser responsabilizado ainda que não tenha dado o seu consentimento.

- VII. Este regime acarreta, de forma clara, um sacrifício excessivo e demasiado oneroso para o cônjuge do comerciante, que fica exposto aos riscos da atividade comercial do outro cônjuge. Há, de facto, motivos ponderosos que levam a considerar que estas dívidas deveriam ser consideradas como dívidas próprias do comerciante, tal como afirma grande parte da doutrina.
- VIII. É necessário ter em conta que o contexto social, cultural e económico em que esta norma foi pensada era bastante diferente do atual, sendo que houve, desde então, profundas alterações no que respeita à realidade socioeconómica das famílias. Se na altura em que esta norma foi pensada até poderia fazer sentido presumir que os rendimentos vindos do comércio de um dos cônjuges seriam sempre usados em proveito comum do casal, e por isso deveriam responsabilizar ambos os cônjuges, na atualidade tal já não será tão comum, até porque, regra geral, é comum que ambos os cônjuges tenham atividades profissionais remuneradas e contribuam para o sustento financeiro da família.
- IX. Esta situação poderá tornar-se ainda mais grave nos casos em que, como acontecerá muitas vezes, o outro cônjuge não tem qualquer conhecimento ou participação na atividade comercial, adquirindo contornos ainda mais sérios no âmbito do Direito Tributário e das dívidas fiscais, pois estão em causa dívidas que podem ser coercivamente cobradas em Processo de Execução Fiscal, que goza de maior celeridade que o processo de execução comum.
- X. Este regime parece, assim, desatualizado e desadequado da atual realidade socioeconómica das famílias, sendo inegavelmente gravoso, sendo que são vários os Autores que partilham desta opinião, afirmando que o regime é excessivo, desajustado, desproporcionado, e se encontra desatualizado e desfasado do contexto em que vivemos.
- XI. No ordenamento jurídico espanhol, constituem dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges, entre outras, as dívidas respeitantes à exploração regular dos negócios ou ao desempenho da profissão ou ofício de cada cônjuge, salvaguardando-se, contudo, o dever de cada um dos cônjuges informar o outro sobre a situação e os

rendimentos das atividades económicas que exerça. Esta solução parece ser bastante razoável e inteligente, pelo que deveria ser adotada também em Portugal.

- XII. Pode afirmar-se que os ordenamentos jurídicos de Espanha, Itália, França e Alemanha preveem todos, de uma forma geral, que as dívidas relacionadas com o sustento do lar e, nomeadamente, dos filhos, são dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges.
- XIII. A relação jurídica tributária será um vínculo de natureza jurídica estabelecido entre o credor tributário e o devedor, sendo que este terá um conjunto de deveres a cumprir em relação ao credor tributário, pelo que esta poderá ser entendida como um “vínculo intersubjetivo emergente de um facto tributário enformado por normas jurídico-tributárias”.
- XIV. A relação jurídica tributária caracteriza-se como uma relação jurídica obrigacional, complexa, de natureza publicista e de carácter legal, o que implica a indisponibilidade dos direitos ou posições jurídicas da relação, sendo uma relação em que o sujeito ativo é titular de um conjunto de prerrogativas e poderes bastantes distintos dos titulados pelos sujeitos de relações de outra natureza, gozando este de um especial arsenal processual e sancionatório.
- XV. O sujeito passivo da relação jurídica tributária será a pessoa ou entidade a quem se exige o cumprimento das vinculações que decorrem da relação, tanto o dever ou obrigação principal como os acessórios, podendo fazer-se duas grandes distinções: pode distinguir-se o sujeito passivo direto, que será a pessoa ou entidade que tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário, na medida em que é em relação a ela que se verifica determinado facto ou é ela quem pratica determinado ato que constitui a base de um tributo; e pode distinguir-se o sujeito passivo indireto, que será outra pessoa ou entidade que não tem uma relação pessoal e direta com o facto tributário mas, ainda assim, será chamada a cumprir obrigações tributárias.
- XVI. A responsabilidade tributária existirá quando alguém, por imposição da lei, é chamado ao pagamento de dívidas tributárias de outra pessoa ou entidade depois de esta não ter cumprido. A responsabilidade pode ser solidária, quando o património do responsável responde ao lado do património do incumpridor, sem ser necessário esgotar o património deste, ou pode ser subsidiária, quando o património do responsável apenas responde depois de verificado o benefício da excussão prévia, ou

seja, após se demonstrar a insuficiência do património do incumpridor. A responsabilidade tributária, regra geral, é subsidiária.

- XVII. Se o devedor não pagar, deve instaurar-se um Processo de Execução Fiscal de maneira a conseguir que o devedor pague. Se o património do devedor direto se revelar insuficiente para o pagamento da dívida tributária, será necessário recorrer ao património de outras pessoas, que serão chamadas através da reversão do processo de execução fiscal (ao mesmo processo que havia sido instaurado originariamente contra o primeiro sujeito). O recurso ao património de terceiros deverá ser feito de modo absolutamente subsidiário, pelo que só se deverá realizar se houver fundada insuficiência patrimonial do devedor direto e originário.
- XVIII. Quanto ao IRS, e nas situações em que os sujeitos são casados e existe um agregado familiar, a tributação pode ser realizada em separado, sendo esta a regra, ou os sujeitos podem, em alternativa, optar pela tributação conjunta.
- XIX. A opção pela tributação conjunta terá implicações na responsabilidade por dívidas, pelo que, quando houver tributação conjunta, haverá responsabilidade solidária de ambos os cônjuges pela dívida, podendo o credor tributário exigir a qualquer um dos cônjuges o respetivo pagamento integral, não podendo o cônjuge demandado eximir-se com base no argumento de que apenas deve pagar metade.
- XX. A doutrina e, sobretudo, a jurisprudência, sublinham este entendimento, havendo vários acórdãos dos Tribunais superiores a confirmá-lo e a sublinhar a responsabilidade solidária de ambos os cônjuges. A jurisprudência sublinha a responsabilidade solidária de ambos, mesmo que se trate da tributação de rendimentos que resultem da alienação de bens próprios de um dos cônjuges, assim como também sublinha que o regime fiscal é específico e afasta a aplicação da lei civil, tornando irrelevante a elisão da presunção de comunicabilidade da dívida do art. 1691º, nº 1, al. d, do CC.
- XXI. As dívidas tributárias serão da responsabilidade de ambos os cônjuges nos casos em que estejam em causa atividades lucrativas, tendo em conta o exercício do comércio que essas atividades pressupõem e a presunção de proveito comum das dívidas contraídas nesse exercício. Será o caso, por exemplo, das dívidas de IVA e IRC.

- XXII. É já jurisprudência assente do STA (e de outros tribunais) que as dívidas de impostos resultantes de atividades lucrativas pressupõem o exercício do comércio e o proveito comum das dívidas contraídas na atividade comercial.
- XXIII. As dívidas tributárias que responsabilizam os gerentes e administradores em virtude da reversão do processo de execução fiscal não são comunicáveis ao seu cônjuge, por regra, dado que são dívidas alheias ao agregado familiar enquanto unidade fiscal. Tem sido esse, também o entendimento da jurisprudência. Existem é teorias diferentes quanto à natureza jurídica da responsabilidade tributária subsidiária dos gerentes e administradores, que levarão a fundamentos diferente para justificar a não comunicabilidade da dívida.
- XXIV. A responsabilidade pelo pagamento do IML caberá, por regra, ao proprietário do bem imóvel em causa. Assim, e se o imóvel for bem próprio de um dos cônjuges, a responsabilidade pelo pagamento do imposto caberá ao cônjuge que é proprietário do bem. Se o imóvel for um bem comum, a dívida já responsabilizará sempre ambos os cônjuges. Se estiver em causa um bem imóvel objeto de uma doação, herança ou legado, a dívida já será, à partida, da exclusiva responsabilidade do cônjuge aceite.
- XXV. Existem algumas diferenças entre o processo de execução fiscal e o processo de execução comum, nomeadamente quanto ao objeto e aos fins, devido à natureza das dívidas em causa, e ainda quanto à tramitação formal.
- XXVI. O processo de execução fiscal inicia-se com a instauração, seguindo-se a citação do executado. O executado poderá reagir deduzindo oposição à execução, solicitando o pagamento em prestações ou requerendo a dação em pagamento.
- XXVII. Após isso, segue-se a penhora, sendo que há bens ou partes de bens que não são suscetíveis de penhora pelos mais variados motivos, e depois procede-se à convocação de credores e à graduação de créditos. Após a penhora e as suas fases, segue-se a venda, sendo que os imóveis destinados exclusivamente a habitação própria e permanente do devedor ou do seu agregado familiar não podem ser vendidos, podendo apenas ser penhorados.
- XXVIII. O cônjuge do executado deve ser chamado à execução fiscal, quando se trate de coimas ou dívidas tributárias da responsabilidade tributária exclusiva de um dos cônjuges, para requerer a separação judicial de bens, uma vez que podem ser

imediatamente penhorados bens comuns. Quando a penhora incida sobre bens imóveis ou bens móveis sujeitos a registro, também deve ser citado.

- XXIX. Quando se verifique falta de citação do cônjuge do executado, porque esta foi erradamente feita nos termos do art. 220º do CCPT, a consequência será a nulidade insanável do processo de execução fiscal.
- XXX. O cônjuge tem a mesma legitimidade processual que o executado, pelo que poderá opor-se à penhora e deduzir oposição à execução.
- XXXI. A lei civil estabelece, por seu lado, que se forem penhorados bens comuns do casal, por não se conhecerem bens suficientes próprios do executado, o cônjuge do executado deve ser citado para requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida. Se o cônjuge do executado não for citado, este poderá deduzir embargos de terceiro contra a penhora de bens comuns do casal.
- XXXII. Considera-se que se deve proceder a uma revisão à atual legislação no que respeita à penhora de salários e da casa de morada de família, em execução movida contra apenas um dos cônjuges, por dívidas da sua exclusiva responsabilidade, uma vez que se tutela de forma pouco adequada os interesses do cônjuge do executado.

## LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELLÓ MARGALEF**, Ramón, *Notas sobre las cargas y obligaciones de la sociedad de gananciales*, in “Revista de Derecho Privado, 1982
- ALONSO SERRANI**, Eduardo, et. al., *Manual de Derecho de Familia*, Edisofer, Madrid, 2000
- AMARAL**, Patricia Isabel Duarte do, *Extensão do Título Executivo ao Cônjuge do Executado no Novo Código de Processo Civil*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015
- AMATUCCI**, Fabrizio, *Principi e nozioni di Diritto tributario*, Terza edizione, Giappichelli editore, Torino, 2016
- ANDRADE**, Manuel Augusto Domingues, *Teoria Geral da Relação jurídica*, vol. I, Coimbra, Almedina, 1997
- ANDRADE**, Manuel Augusto Domingues, *Teoria Geral da Relação jurídica*, vol. II, Coimbra, Almedina, 1996
- BARBOSA**, Andreia, *A proteção da casa de morada da família e da casa de habitação efetiva no processo de execução fiscal*, in Cadernos de Justiça Tributária, 14, CEJUR, Braga, 2016
- BELEZA**, Maria Leonor Pizarro, *Os efeitos do casamento*, in “Reforma do Código Civil”, Lisboa, Livraria Petrony, 1981
- BERDEJO**, Lacruz, et al., *Derecho de Familia*, 4ª edição, Barcelona, Bosch, 1997
- CAEIRO**, António, *Sobre a participação dos cônjuges em sociedades por quotas*, Coimbra, 1986, in Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – “Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António de Arruda Ferrer Correia”, 1984
- CAMPOS**, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, 2ª edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2012
- CAMPOS**, Diogo Leite de, e CAMPOS, Mónica Horta Neves Leite, *Direito Tributário*, Coimbra, Almedina, 2000
- CANOTILHO**, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- CARDOSO**, Álvaro Lopes, *Manual da Ação Executiva*, Coimbra, Almedina, 1996
- CARDOSO**, Augusto Lopes, *Alguns aspetos das dívidas dos cônjuges no novo Código Civil*, in “Revista dos Tribunais”, Porto, ano 86º, Mar. 1968, nº 1829;

- CARDOSO**, Augusto Lopes, *Da responsabilidade dos cônjuges por dívidas comerciais*, in AAVV, “Temas de Direito da Família”, Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Coimbra, Almedina, 1986
- CARVALHO**, Filipa Isabel Santos de, *Os Poderes Processuais do Cônjuge do Executado*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014
- CASADO OLLERO**, Gabriel, *Tutela judicial y garantías del contribuyente en el procedimiento tributario*, in “Estudios de Derecho Tributario em Memoria de Maria del Carmen Bollo Arocena”, Universidad del Pais Basco, Bilbao, 1993
- CASIMIRO**, Sofia de Vasconcelos, *A Responsabilidade dos Gerentes, Administradores e Directores pelas Dívidas Tributárias das Sociedades Comerciais*, Coimbra, Almedina, 2000
- CASTRO**, Artur Anselmo de, *A Acção Executiva Singular, comum e especial*, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1973
- COELHO**, Francisco Pereira e OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I - Introdução ao Direito Matrimonial*, 5ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016
- CRUZ**, Guilherme Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges (Anteprojeto dum título do futuro Código Civil)*, in “Boletim do Ministério da Justiça”, Lisboa, nº69, Out. 195
- CRUZ**, Guilherme Braga da, *Regime de bens do casamento*, in “Boletim do Ministério da Justiça”, Lisboa, nº 122, Jan. 1963
- CUNHA**, Tânia Meireles da, *Da Responsabilidade dos Gestores da Sociedade perante Credores Sociais: a culpa nas responsabilidades civil e tributária*, Coimbra, Almedina, 2004
- DIAS**, Cristina M. Araújo, *Alteração do Estatuto Patrimonial dos Cônjuges e a Responsabilidade por Dívidas*, Coimbra, Almedina, 2012
- DIAS**, Cristina M. Araújo, *Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal (da correção do regime atual)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003
- DIAS**, Cristina M. Araújo, *Da acessão no âmbito da titularidade dos bens no regime de comunhão de adquiridos: bens adquiridos por virtude da titularidade de bens próprios*, in "Estudos em comemoração do 10.º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho" Coimbra, Almedina, 2004



- DIAS**, Cristina M. Araújo, *Do Regime da Responsabilidade por Dívidas dos Cônjuges – Problemas, Críticas e Sugestões*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009
- DOURADO**, Ana Paula, *Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2015
- FERREIRA**, Catarina Sofia Gomes, *Regime de Bens Supletivo do Casamento – A atualidade em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- FERREIRA**, Vânia Guedes, *A incomunicabilidade da dívida do responsável tributário subsidiário ao seu cônjuge*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2012
- FLOUR**, Jacques e **CHAMPENOIS**, Gérard, *Les régimes matrimoniaux*, Paris, Armand Colin, 1995
- FREITAS**, José Lebre de, *A acção executiva: à luz do código revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2001
- FUSARO**, Andrea, *Il regime patrimoniale della famiglia*, Padova, Cedan, 1990
- GIMÉNEZ DUART**, Tomás, *Cargas y obligaciones del matrimonio*, in “Revista de Derecho Privado, Junho de 1982
- GONÇALVES**, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2019
- GONÇALVES**, Marco Carvalho *Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal*, in “Código Civil de 1966: novos desafios. Comemorações dos 50 anos do Código Civil”, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017
- GONÇALVES**, Pedro, *A Concessão de Serviços Públicos*, Coimbra, Almedina, 1999
- HENRIQUES**, Sofia, *Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Reflexos da Atipicidade do Regime de Bens*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009
- LIMA**, Pires de, e **VARELA**, Antunes, *Código Civil Anotado – Volume IV*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011
- MACHADO**, Jónatas e **COSTA**, Paulo Nogueira da, *Curso de Direito Tributário*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2012
- MAIA**, André Saragoça, *Os privilégios creditórios como garantia dos créditos tributários*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2016
- MARQUES**, João Paulo Remédio, *Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto*, Coimbra, Almedina, 2000
- MARTIN**, Dieder, *Les régimes matrimoniaux*, 2ª edição, Dalloz, Paris, 2005

- MARTINS**, António Carvalho, *Responsabilidade dos Administradores ou Gerentes por Dívidas de Impostos*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1999
- MARTINS**, Jesuíno Alcântara, *O Processo de Execução Fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social*, Lisboa, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2016
- MARTINS**, Jesuíno Alcântara, e ALVES, José Costa, *Procedimento e Processo Tributário: uma perspectiva prática*, Coimbra, Almedina, 2015
- MORAIS**, Rui Duarte, *A Execução Fiscal*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2010
- MORAIS**, Rui Duarte, *Sobre o IRS*, Coimbra, Almedina, 2006
- MOREIRA**, Vital, *Administração autónoma e associações públicas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997
- MORGADO**, Abílio, *Responsabilidade Tributária: Ensaio sobre o regime do Artigo 24.º da Lei Geral Tributária*, in “Ciência e Técnica Fiscal”, nº 415, 2005
- NABAIS**, José Casalta, *Direito Fiscal*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2012;
- NABAIS**, José Casalta, *O Dever Fundamental de Pagar Impostos*, Coimbra, Almedina, 2015
- NETO**, Dulce, *A competência internacional dos tribunais tributários ao abrigo do mecanismo de assistência mútua entre os Estados-membros da UE em matéria de cobrança de créditos fiscais*, in “Contraordenações tributárias e temas de direito processual tributário”, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2016, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook\\_administrativo\\_fiscal.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_administrativo_fiscal.php).
- NETO**, Serena Cabrita, e TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário – Volume II*, Coimbra, Almedina, 2017
- OLIVEIRA**, Ricardo Monteiro, *O princípio da imutabilidade das convenções antenupciais e dos regimes de bens legalmente fixados - Algumas considerações sobre um princípio em declínio*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015
- PANZINA**, Pedro, *A Responsabilidade Subsidiária Tributária*, in “Revista Fiscal”, Maio 2007
- PEREIRA**, Manuel Henriques de Freitas, *Fiscalidade*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2013
- PEREIRA**, Paula Rosado, *Manual de IRS*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2019
- PINHEIRO**, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2017
- PIRES**, Manuel, e PIRES, Rita Calçada, *Direito Fiscal*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2012
- REIS**, Alberto dos, *Processo de Execução*, Volume II, Coimbra, Coimbra Editora, 1982

- RIBEIRO**, João Sérgio, *Teoria Geral do Imposto e da Norma Tributária*, Braga, AEDUM, 2012
- ROCHA**, Joaquim Freitas da, *A desestadualização do direito tributário: em particular, a privatização do procedimento, e a arbitragem*, Associação Fiscal Portuguesa, 2011, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24542/1/A%20DESESTADUALIZA%20c3%87%20c3%830%20DO%20DIREITO%20TRIBUT%20c3%81RIO.%20%20EM%20PARTICULAR%20c3%87%20A%20PRIVATIZA%20c3%87%20c3%830%20DO%20PROCEDIMENTO%20E%20A%20ARBITRAGEM%20.pdf>
- ROCHA**, Joaquim Freitas da, *Apontamentos de Direito Tributário – Impostos sobre o rendimento*, 2ª edição, Braga, AEDUM, 2014
- ROCHA**, Joaquim Freitas da, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 6ª edição, Coimbra, Almedina, 2018
- ROCHA**, Joaquim Freitas da, e SILVA, Hugo Flores da, *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*, Coimbra, Almedina, 2017
- ROCHA**, Susana, *A Independência e a Imparcialidade*, in “Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução”, 2012, p. 7, disponível em [http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms\\_page\\_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf](http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms_page_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf)
- RODRIGUES**, Ana Isabel Martins, *Da imutabilidade das convenções antenupciais e do regime de bens legalmente fixado*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017
- SALAZAR**, Helena, *Breves notas sobre a responsabilidade pelas dívidas comerciais contraídas por um dos cônjuges no exercício da atividade comercial*, in AAV, “Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977. Direito da Família e das Sucessões”, Coimbra, Coimbra Editora, 2004
- SANCHES**, Saldanha, *Manual de Direito Fiscal*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- SANCIÑENA ASURMENDI**, Camino, *Régimen económico matrimonial del comerciante*, Madrid, Dykinson, 1996
- SILVA**, Paula Costa e, *A Reforma da Ação Executiva*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2003
- SILVA**, Suzana Tavares da, *Direito Fiscal Teoria Geral*, 2ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015

- SOUSA**, Carla Alexandra Rodrigo e, *Regime da responsabilidade por dívidas – casamento e união de facto*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015
- SOUSA**, Domingos Pereira, *Direito Fiscal e Processo Tributário*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013
- SOUSA**, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume II, Anotado e Comentado*, 6ª edição, Lisboa, Áreas Editora, 2011
- SOUSA**, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume III, Anotado e Comentado*, 6ª edição, Lisboa, Áreas Editora, 2011
- SOUSA**, Jorge Lopes de, *Código de Procedimento e Processo Tributário – Volume IV- Anotado e Comentado*, Lisboa, Áreas Editora, 2011
- SOUSA**, Miguel Teixeira de, *Acção Executiva Singular*, Lisboa, Lex, 1998
- SOUSA**, Miguel Teixeira de, *A execução das dívidas dos cônjuges: perspectivas de evolução*, in “Estudos em memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches”, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2011
- SOUSA**, Miguel Teixeira de, *Apreciação de alguns aspectos da revisão do processo civil – Projecto*, in “Revista da Ordem dos Advogados”, ano 55, Vol. II
- TERRÉ**, François, e SIMLER, Philippe, *Les regimes matrimoniaux*, 3ª edição, Paris, Dalloz, 2001
- VARELA**, João de Matos Antunes, *Direito da Família*, Lisboa, Petrony, 1999
- VASQUES**, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra, Almedina, 2015
- XAVIER**, Alberto, *Conceito e natureza do ato tributário*, Almedina, Coimbra, 1972
- XAVIER**, Alberto, *Direito Tributário Internacional*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2018
- XAVIER**, Vasco da Gama Lobo, *Responsabilidade dos bens do casal pelas dívidas comerciais de um dos cônjuges*, in Separata da Revista de Direito e de Estudos Sociais, ano XXIV, Outubro-Dezembro, nº4, 1980

## **LISTA DE ACÓRDÃOS**

### **Acórdãos do Tribunal Constitucional**

Acórdão do TC n° 57/95, de 12/4/1995, in

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19950057.html>

Acórdão do TC n° 649/99, de 24/11/1999, in

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19990649.html>

Acórdão do TC n° 332/01, de 10/7/2001, in

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20010332.html>

Acórdão do TC n° 80/2013, de 31/1/2013, in <http://www.tribunalconstitucional.pt>

### **Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça**

Acórdão do STJ de 8/10/1957, in BMJ n° 70, p. 327

Acórdão do STJ de 11/4/1962, in BMJ n° 116, p. 308

Acórdão do STJ de 11/4/1962, in BMJ n° 116, p. 316

Acórdão do STJ de 4/5/1962, in BMJ n° 117, p. 532

Acórdão do STJ de 6/11/1964, in BMJ n° 141, p. 344

Acórdão do STJ de 22/06/1977, proc. n° 066626, in BMJ n° 268, 1997

Acórdão do STJ de 21/5/1991, proc. n° 080328, in

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ab92492e41dfc4a4802568fc003a5c4f?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 6/7/1993, proc. n° 083963, in

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/f76687c8cbaa0f3e802568fc003ac331?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 16/12/1999, proc. n° 99B737, in

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/d7a74fb94b7d371c80256be40054f7bf?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 7/12/2005, proc. 05B1995, in

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/6ae686a209c14c7a80257102004ec94f?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 22/10/2009, proc. nº 419/07.6TVLSB.S1, in  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7ce62ad8e6a0ffd2802576580037613e?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 7/1/2010, proc. nº 2318/07.2-TVLSB.L1.S1, in  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/174c3220dd71a7e5802576a40056cd3f?OpenDocument>

Acórdão do STJ de 5/3/2015, proc. nº 3762/12.9, in  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

### **Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo**

Acórdão do STA de 6/3/1996, proc. nº 019775, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/dabbfe1925d8a664802568fc0039cb43?OpenDocument>

Acórdão do STA de 25/5/2004, proc. nº 0476/04, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/98e6746168ea7b9a80256eb60034849f?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 29/11/2006, proc. 0174/06, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/451bb3768c5bec7e80257243004246eb?OpenDocument>

Acórdão do STA de 28/2/2007, proc. nº 0803/04, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/29187a21aba2ec588025729d00551d75?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 27/10/2010, proc. nº 0328/10, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c5344d5e29e176fe802577d10038917a?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 10/11/2010, proc. nº 0557/10, in  
<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/6d0e8ac8b7b0dd90802577dc00566e35?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 16/12/2010, proc. nº 0806/10, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c27d0001b02a2b418025784800392fa5?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 16/11/2011, proc. nº 0518/11, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/70096ea80dfb13c4802579510042ba85?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 23/2/2012, proc. nº 0916/11, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/571596fa647ee359802579bc0052d01a?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 9/5/2012, proc. nº 0224/12, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c064bfe1a3c64eb080257a00003e73ac?OpenDocument&ExpandSection=1&Highlight=0,responsabilidade,do,c%C3%B4njuge>

Acórdão do STA de 8/8/2012, proc. nº 0803/12, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/0925293c10efb21d80257a5500531a0e?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 8/5/2013, proc. nº 0593/13, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/4f33c8fd67e8485480257b7c0031ea25?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 13/11/2013, proc. nº 0215/12, in <https://www.direitoemdia.pt/s/2ac18>

Acórdão do STA de 26/3/2014, proc. nº 0112/14, in <http://www.gde.mj.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/e414f3a65fcba9ef80257cb000557e4a?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 5/11/2014, proc. nº 0477/13, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/fdf4bc68c0711a3780257d940052e391?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 14/5/2015, proc. nº 0380/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/faec2b6dc1b906380257e4900390056?OpenDocument>

Acórdão do STA de 17/06/2015, proc. 0535/14, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/278fb11a46aef05780257e70004c7e7e?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 27/1/2016, proc. n° 0789/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/fb8f29f4d749cb8080257f4c004f9511?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 11/5/2016, proc. n° 034/14, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/0/1245595a48d674d180257fb200391ec2?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 15/6/2016, proc. n° 01538/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/8f21427c0676785180257fd5004bf639?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 19/7/2016, proc. n° 0808/16, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/0/2638da1669823d5080257ffe00376afc?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 14/9/2016, proc. n° 0191/16, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/7064fc7f1927594c802580300034cd8c?OpenDocument&ExpandSection=1>

Acórdão do STA de 8/2/2017, proc. n° 0177/15, in <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/007ac67098b92bd5802580c30043a751?OpenDocument&ExpandSection=1>

### **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães**

Acórdão do TRG de 22/02/2007, proc. 181/07-1, in <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/6a3ae8d0a814cddc802572bb004cbba2>

Acórdão do TRG de 30/11/2017, proc. n° 4047/15.4TBVCT-C.G1, in <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/46a3fc5e7c38215780258220005521f3?OpenDocument>



### **Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto**

Acórdão do TRP de 25/5/2006, proc. nº 0632864, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/faab376ed6886c180257185003834fc?OpenDocument>

### **Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa**

Acórdão do TRL de 19/12/1990, proc. 0067144, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/ddf7e77dd01a470f802568030000ea17?OpenDocument>

Acórdão do TRL de 12/7/2000, proc. nº 0666402, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/3ecdc81b986929ab8025699600523339?OpenDocument>

Acórdão do TRL de 17/11/2005, proc. 10271/2005-6, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/e3b282783d7cfa33802570f30054aba6>

Acórdão do TRL de 2/6/2006, proc. 4652/2006-7, in  
<http://www.dgsi.pt/Jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/5661902ad918aef0802571a700474acd?OpenDocument>

Acórdão do TRL de 7/2/2008, proc. nº 10627/2007-2, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/88575d45c114569a8025740500631a9a?OpenDocument>

Acórdão do TRL de 21/9/2017, proc. nº 402/14.5T8LSB-2, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/-/9CF290EDF989845B802581B100363AA2>

Acórdão do TRL de 26/3/2019, proc. nº 2225/18.3T8LRS.L1-7, in  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/710d36aa62c46804802583d1004edef0?OpenDocument>

## **Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra**

Acórdão do TRC de 8/11/2001, proc. nº 4931/10.1TBLRA.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/567ccd86](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/567ccd863659ea50802579500040d849?OpenDocument)

[3659ea50802579500040d849?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/567ccd863659ea50802579500040d849?OpenDocument)

Acórdão do TRC de 29/11/2005, proc. nº 2383/05, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/32f50a5c](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/32f50a5c398f3ab4802570d800534223?OpenDocument)

[398f3ab4802570d800534223?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/32f50a5c398f3ab4802570d800534223?OpenDocument)

Acórdão do TRC de 25/3/2010, proc. nº 252/06.2-TBCVL.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5a3a1dfc](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5a3a1dfc5a2862b380257719002ec53e?OpenDocument)

[5a2862b380257719002ec53e?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5a3a1dfc5a2862b380257719002ec53e?OpenDocument).

Acórdão do TRC de 30/11/2010, proc. 2345/09.5TBFIG.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/de204361](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/de204361e30726fd8025780f00531622?OpenDocument)

[e30726fd8025780f00531622?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/de204361e30726fd8025780f00531622?OpenDocument)

Acórdão do TRC de 11/7/2012, proc. nº 3806/11.1TJCBA-A.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/fa5cba99](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/fa5cba994b8e2cfa80257aa0004d2d62?OpenDocument)

[4b8e2cfa80257aa0004d2d62?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/fa5cba994b8e2cfa80257aa0004d2d62?OpenDocument)

Acórdão do TRC de 19/6/2013, proc. 116/11.8TBFND-A.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/ae5fd47d](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/ae5fd47d242ffec80257ba20053253d?OpenDocument)

[242ffec80257ba20053253d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/ae5fd47d242ffec80257ba20053253d?OpenDocument)

Acórdão do TRC de 24/10/2017, proc. nº 249/13.6TBSPS-A.C1, in [http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/3c2b0380](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/3c2b0380ea621a9b802581c400343d2d?OpenDocument)

[ea621a9b802581c400343d2d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/3c2b0380ea621a9b802581c400343d2d?OpenDocument)

## **Acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte**

Acórdão do TCAN de 13/11/2008, proc. nº 00470/05, in [http://bdjur.almedina.net/juris.php?field=node\\_id&value=1385079](http://bdjur.almedina.net/juris.php?field=node_id&value=1385079)

Acórdão do TCAN de 12/1/2012, proc. nº 00647/11.0BEAVR, in [http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/fb85339](http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/fb8533957ce95a1b80257989003501fb?OpenDocument)

[57ce95a1b80257989003501fb?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/fb8533957ce95a1b80257989003501fb?OpenDocument)

Acórdão do TCAN de 26/4/2012, proc. nº 00927/11.4BEAVR, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/92f0707b932e4105802579fe004c9279?OpenDocument>

Acórdão do TCAN de 17/09/2015, proc. nº 00585/05.5BEPRT, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/ea0722a07bd4aa080257edd0034f9b1?OpenDocument>

Acórdão do TCAN de 15/10/2015, proc. nº 00615/04.8BECBR, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/a5359f9bfc36413980257f0600397b13?OpenDocument>

Acórdão do TCAN de 15/10/2015, proc. nº 02600/09.4BEPRT, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/53b820a46f84ac8e80257f060051c684?OpenDocument>

Acórdão do TCAN de 29/10/2015, proc. nº 01269/04-Aveiro, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/4fd43dda56e8ff8b80257f140053c05f?OpenDocument>

Acórdão do TCAN de 10/12/2015, proc. nº 01586/08.7BEVIS, in <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/a0ac064eae8e811780257f2300572e11?OpenDocument>

### **Acórdãos do Tribunal Central Administrativo Sul**

Acórdão do TCAS de 10/5/2005, proc. nº 00585, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/82467e5d56f8883280256ffe00392897?OpenDocument>

Acórdão do TCAS de 3/11/2009, proc. nº 03417/09, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/d56e3d66bb5fb3ac802576660040900c?OpenDocument>

Acórdão do TCA Sul de 1/3/2011, proc. nº 03337/09, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/afdc50927ef0e1c88025784900591909?OpenDocument>

Acórdão do TCAS de 15/3/2011, proc. nº 04559/11, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/fd32e2a12d6a40e78025786c0052366c?OpenDocument>

Acórdão do TCAS de 10/9/2013, proc. nº 05552/12, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/d6a7d5e973a5dc6780257beb002eef93>

Acórdão do TCAS de 5/3/2015, proc. nº 08427/15, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/576a83d9fceec5280257e05004ff3d3?OpenDocument>

Acórdão do TCAS de 10/7/2015, proc. nº 08736/15, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/170589492546a7fb802575c3004c6d7d/4349e49df6a8319380257e88002b6874?OpenDocument>

Acórdão do TCAS de 31/3/2016, proc. nº 07966/13, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/A7F8F76E22DDC74780257F8D0035C633>

Acórdão do TCAS de 12/7/2017, proc. nº 1305/14.9BELRA, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/CB219F2560B2949D8025816100393D7F>

Acórdão do TCAS de 16/11/2017, proc. nº 997/09.5BESNT, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/CE06CDC3C073FA00802581DF00389C77>

Acórdão do TCAS de 17/5/2018, proc. nº 2078/17.9BELRS, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/9D2E5B72B4DCCC53802582A30039BDF4>

Acórdão do TCAS de 17/5/2018, proc. nº 2243/17.9BELRS, in <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/-/D24B6208D6F42D7B8025829C004ECA24>